

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento  
no contexto educacional amazonense (1852 - 1910)**

Autor: Carlos Humberto Alves Corrêa

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lilian Lopes Martin da Silva

2006

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento  
no contexto educacional amazonense 1852-1910**

Autor: Carlos Humberto Alves Corrêa  
Orientador: Dra. Lilian Lopes Martin da Silva

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Carlos Humberto Alves Corrêa e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 01 de setembro de 2006

Assinatura:.....

Dra. Lilian Lopes Martin da Silva

COMISSÃO JULGADORA:

---

---

---

---

---

© by Carlos Humberto Alves Corrêa, 2006.

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

C817c	Corrêa, Carlos Humberto Alves. Circuito do livro escolar : elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto escolar amazonense, 1852-1910 / Carlos Humberto Alves Corrêa. – Campinas, SP: [s.n.], 2006.  Orientador : Lilian Lopes Martin da Silva. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.  1. Livros – História. 2. Livros didáticos – História. 3. Livros na educação. 4. Livros didáticos – Publicação e distribuição. 5. Educação – Amazonas. I. Silva, Lilian Lopes Martin da. II. Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	06-290-BFE

**Título em inglês :** The circuit of textbooks : elements to understand its functioning in the Amazonian school context, 1852-1910

**Keywords :** Books – History ; Textbooks – History ; Books used in education ; Textbooks – Publication and distribution ; Education - Amazonas

**Área de concentração :** Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

**Titulação :** Doutor em Educação

**Banca examinadora :** Profa. Dra. Lilian Lopes Martin da Silva (orientadora)  
Profa. Dra. Márcia de Paula Gregorio Razzini  
Profa. Dra. Márcia Azevedo de Abreu  
Prof. Dr. Antônio Miguel  
Profa. Dra. Maria Carolina Bovério Galzerani

**Data da defesa:** 01/09/2006

**Programa de Pós-Graduação :** Educação

**e-mail :** parachac@hotmail.com

Ao meu pai,  
cuja vida breve o privou de partilhar comigo algumas de minhas alegrias.

À minha mãe,  
por todos os seus gestos de amor.

À minha esposa,  
que me faz acreditar que tudo é possível — até terminar uma tese.



## **Agradecimentos**

Ao longo das várias etapas de produção desta pesquisa contei com o auxílio de pessoas e instituições sem as quais não teria conseguido desenvolver este trabalho. Gostaria de registrar minha sincera gratidão a algumas delas.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Lilian Lopes Martin da Silva, pela sabedoria e pelo sabor de suas orientações.

À minha família (irmãos, cunhados, sobrinhos, sogra, tias...), pela torcida, pelas orações, pelos telefonemas e tantas outras manifestações de carinho e apoio incondicionais.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Márcia de Paula Gregorio Razzini e ao Prof. Dr. Antonio Miguel, pelas contribuições que deram por ocasião de suas participações no Exame de Qualificação deste trabalho.

A Dorotéia e Lilane, pela amizade de sempre e pela acolhida durante as minhas primeiras semanas em São Paulo.

A Valerinha (Rodinaldo e Thiago), Lucíola, Rosa Helena, Karla (Fábio e Lu) pelas inúmeras provas de amizade.

Ao Prof. Dr. Ezequiel Theodoro da Silva, pela convivência estimulante e bem-humorada.

À Luciane, pela solidariedade demonstrada em vários momentos da pesquisa. Não foram raras as vezes em que, a despeito de sua pesada rotina de trabalho, atendeu meus pedidos de ajuda e colocou seus conhecimentos, habilidades e sensibilidade à disposição deste estudo.

Ao Robson Lisboa, pelo empréstimo do equipamento fotográfico e pelos ensinamentos técnicos (tantas vezes recapitulados) para manuseá-lo. Sem esta ajuda, não teríamos conseguido reproduzir boa parte do material documental localizado nas primeiras etapas de trabalho nos acervos de Manaus.

À Marivan T. dos Santos, que colocou seus conhecimentos de informática à disposição desta pesquisa. Instalando programas, organizando os arquivos de imagens, gravando cópias de segurança ou, simplesmente, explicando-me como fazer isso, conseguiu me ensinar muito do que hoje sei sobre a utilização dessas ferramentas.

A Danielle, Ritinha, Ana Alcídia, Paula e Ana Laura, que me socorreram em diferentes momentos da pesquisa, fotografando nos acervos de Manaus os documentos que eu solicitava de São Paulo.

À Rosângela de Oliveira Martins, Bibliotecária do Museu Amazônico, pelo modo cordial e competente como sempre recebeu a mim e aos meus “*auxiliares*”.

Aos funcionários do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Andressa R. de Carvalho e Wanderley Rodrigues dos Santos, pelo pronto atendimento às solicitações de consulta e reprodução dos documentos localizados.

À Ana Holanda Gonçalves, Diretora do Arquivo Público do Amazonas, que facultou o acesso e a reprodução fotográfica dos documentos necessários a esta pesquisa, e à sua equipe de funcionários (Antonio, Cezarina, Raquel, Norma, Margareth, Auxiliadora e Adriano), que sempre me trataram de maneira tão atenciosa. Gostaria, no entanto, de registrar minha especial gratidão à Janete Helena Langbeck, pela ajuda paciente e dedicada e pelo empenho em me ajudar a encontrar verdadeiros tesouros para a pesquisa.

A Raimundo Nonato dos Santos Braga e Maria da Glória Sarmento da Costa, funcionários da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, pelo auxílio prestado durante a fase de levantamento nos seus acervos de obras raras e jornais microfilmados.

A Ivanildes e Arlene, da Biblioteca do Instituto de Estudos Educacionais "Prof. Sud Mennucci", do Centro do Professorado Paulista – CPP, cuja simpatia e competência, tornaram o contato com o acervo de livros escolares uma tarefa extremamente prazerosa. Minha eterna gratidão a Ivanildes, pela generosidade dos seus gestos sempre sorridentes.

A Carmelinda do Socorro Barbosa da Cruz e Edilza Maria dos Santos Moraes, responsáveis pelos acervos da Seção de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna (Belém-PA), pela presteza com que atenderam as minhas solicitações de consulta e reprodução fotográfica dos documentos e por suas indicações de outros acervos paraenses visitados durante o período que estive em Belém.

À bibliotecária do Arquivo Público do Estado do Pará, Maria Gorete A. de Souza, pela forma cordial e competente como me acolheu durante o período de levantamento de fontes nos acervos de Belém.

À Regina e aos demais funcionários responsáveis pelo acervo bibliográfico da Escola Estadual "Caetano de Campos", do Núcleo de Documentação do Centro de Referência em Educação "Mário Covas", sempre eficientes e muito gentis.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Carlota Boto (FE-USP), pelo empréstimo do exemplar da cartilha de Monteverde e pela autorização para reproduzi-la.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Circe Bittencourt e à Ivani, bibliotecária responsável pelo acervo de Livros Didáticos da Faculdade de Educação da USP, por terem autorizado e facilitado o meu trabalho de consulta a esta documentação.

À Leda, pelo seu delicado trabalho de revisão do texto; os erros remanescentes são de minha responsabilidade.

Aos colegas do Grupo ALLE, pela convivência acadêmica.

À Universidade Federal do Amazonas e ao Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação, pela liberação integral de minhas atividades durante a realização do curso.

À Capes, pela concessão da bolsa de doutorado durante o período de março de 2002 a março de 2006.



## **Resumo**

Este trabalho incide sobre a história dos livros escolares, tomando como objeto de análise o funcionamento do circuito organizado em torno deles ao longo da segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX no contexto escolar amazonense. Nos últimos anos tem crescido o número de estudos que tomam a história do livro e das edições didáticas como objeto de investigação. O campo da história da educação tem sido especialmente fértil para o desenvolvimento dessa produção, uma vez que novos interesses e interrogações passaram a orientar o trabalho dos pesquisadores em relação a esse gênero de livro. É no interior desse contexto de produção que este trabalho se inscreve. Para o seu desenvolvimento priorizou-se o modelo de análise proposto por Robert Darnton (1990), ao examinar o circuito de comunicação percorrido pelos livros nas diferentes fases que marcam sua existência: produção, difusão e consumo. Operando com um conjunto diversificado de fontes, o trabalho evidenciou algumas facetas do circuito do livro escolar no Amazonas, colocando em cena aspectos até então pouco conhecidos, tais como: os sujeitos, as práticas e os dispositivos que estiveram envolvidos na dinâmica de funcionamento deste circuito.

## **Abstract**

This thesis deals about the history of textbooks taking as the object of analysis the functioning of the circuit that was organized around them on the second half of the 19<sup>th</sup> Century and the first decade of the 20<sup>th</sup> Century in the Amazonian school context. The number of studies that takes book history and didactic editions as objects of research has been increasing in Brazil. It is in the interior of that production context that this work is inserted. For the development our research, we have used Robert Darnton's model of analysis in regard to the communication circuit made by the books in the different phases of their existence: production, diffusion and consumption. Working with different sources, the thesis showed some faces of textbook circuit in the State of Amazonas zeroing on some aspects not very well known, such as: the subjects, the practices and devices that were involved in the dynamics of textbook circuit.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. OS AUTORES E A ESCRITA DE TEXTOS DESTINADOS AO MUNDO ESCOLAR .....</b>	<b>37</b>
<b>1.1 Os autores de textos didáticos: breve caracterização de seu perfil sócio-profissional.....</b>	<b>37</b>
<b>1.2 Compor textos didáticos: entre diferentes desafios.....</b>	<b>41</b>
<b>2. DA ESCRITA ÀS OFICINAS TIPOGRÁFICAS: OS TEXTOS TRANSFORMANDO-SE EM LIVROS .....</b>	<b>51</b>
<b>2.1 O aparato tipográfico brasileiro e o livro escolar.....</b>	<b>51</b>
<b>2.2 Sob a proteção do Estado: os autores amazonenses e a composição de textos didáticos.....</b>	<b>55</b>
<b>2.3 A atividade tipográfica no Amazonas .....</b>	<b>62</b>
<b>3. CARTAS, PROPAGANDAS, DOAÇÕES...: ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO DO LIVRO ESCOLAR.....</b>	<b>73</b>
<b>3.1 Cartas de apresentação: os autores negociando os seus livros.....</b>	<b>74</b>
<b>3.2 Cartas de apresentação: os autores locais negociando seus livros manuscritos.....</b>	<b>84</b>
<b>3.3 Cartas de apresentação: os livreiros negociando suas mercadorias.....</b>	<b>86</b>
<b>3.4 Doações, anúncios, exposições e conferências: autores e editores dando visibilidade às suas produções.....</b>	<b>88</b>
3.4.1 O livro dentro do livro.....	88
3.4.2 Os livros em exposições.....	91
3.4.3 Os livros doados.....	93
3.4.4 As conferências pedagógicas.....	94
<b>4. UM CIRCUITO REGULADO: A ORGANIZAÇÃO DAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE E SELEÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES .....</b>	<b>99</b>
<b>4.1 A construção das formas de seleção dos livros escolares: entre autorizar, selecionar, corrigir e ensaiar livros.....</b>	<b>100</b>
4.1.1 Quem pode/deve escolher? Como faz isso?.....	100
4.1.2 Livros ensaiados nas salas de aula.....	123
<b>4.2 Inventário das escolhas realizadas: os livros escolares oficialmente adotados.....</b>	<b>126</b>
4.2.1 Nacionalização dos autores de livros escolares.....	128
4.2.2 Os livros religiosos e a transição para livros laicos.....	130
4.2.3 Diversificação do acervo.....	133

<b>5. DA COMPRA AO RECEBIMENTO: O TRAJETO DOS LIVROS ESCOLARES DESTINADOS AO ENSINO PRIMÁRIO.....</b>	<b>137</b>
<b>5.1 Dos recursos empregados na compra de livros escolares.....</b>	<b>137</b>
<b>5.2 Operações de compra dos livros escolares.....</b>	<b>147</b>
<b>5.3 Os livros escolares a caminho das salas de aula: a caminho?.....</b>	<b>159</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>175</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>195</b>
<b>Anexo A – Relação das instituições consultadas em diferentes períodos do trabalho de levantamento de fontes .....</b>	<b>197</b>
<b>Anexo B – Repertório das fontes legais que tratam do livro escolar.....</b>	<b>199</b>
<b>Anexo C – Relação parcial dos livros oficialmente adotados nas escolas primárias amazonenses (1852-1910).....</b>	<b>209</b>
<b>Anexo D – Dados biobibliográficos de alguns autores que tiveram suas obras oficialmente adotadas no ensino primário do Amazonas (1852-1910).....</b>	<b>217</b>
<b>Anexo E – Indicadores orçamentários relativos às despesas correntes da Instrução Pública no Amazonas (1853 - 1910).....</b>	<b>243</b>



Reprodução de uma das lições do *Primeiro livro de leitura* de Thales de Andrade, publicado pela Editora Nacional, s.d. (Acervo da Biblioteca do Instituto de Estudos Educacionais "Prof. Sud Mennucci" do Centro do Professorado Paulista – CPP).



## INTRODUÇÃO

*Toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada. (Guimarães Rosa, Grande Sertão: veredas).*

No momento em que o debate sobre o futuro do livro e da leitura ganha centralidade, parece oportuno voltarmos nossos olhares e atenções para o passado. Este olhar retrospectivo sobre o mundo dos livros e da leitura (seus agentes, as práticas e instituições a eles relacionados), além de permitir uma re-significação das culturas brasileiras especialmente nas suas relações com a escrita, fornece-nos referências importantes para refletirmos sobre as maneiras contemporâneas de disseminar, entre nós, a leitura e os livros.

Inspirados, em grande medida, pelas orientações teórico-metodológicas advindas dos estudos histórico-culturais, muitos pesquisadores passaram a apresentar trabalhos que se perguntam sobre o passado do livro e da leitura. Alguns eventos podem ser tomados como espaços de expressão desses interesses. As últimas edições do *Congresso de Leitura do Brasil*<sup>1</sup>; as duas edições do *Congresso de História do Livro e da Leitura no Brasil*<sup>2</sup> e o *I Seminário Brasileiro sobre livro e História Editorial*<sup>3</sup>, entre outros, são representativos do crescente empenho de nossos pesquisadores no desenvolvimento de estudos históricos em torno da leitura, bem como dos sujeitos, instituições e objetos a ela associados. A partir de diferentes recortes temporais, geográficos e temáticos, essas pesquisas vão ajudando a mapear as diferentes formas através das quais a leitura foi sendo produzida, difundida e praticada em território brasileiro.

Em meio a essa produção multifacetada, emergem trabalhos que buscam pelo passado da leitura e do livro nas suas relações com os processos de escolarização. Entendendo que a educação escolar é uma importante dimensão da formação cultural de uma comunidade, historiadores da cultura e, mais recentemente, historiadores da educação, passaram a considerá-la

---

<sup>1</sup> Particularmente as edições de jul./2001, jul./2003 e jul./2005 – Campinas, SP.

<sup>2</sup> Realizadas em out./1998 e jul.2003, em Campinas, SP.

<sup>3</sup> Realizado em nov./2004, na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

como um espaço de produção, circulação e apropriação culturais, provocando um movimento de renovação nos modos de conduzir as pesquisas histórico-educativas.

O crescente número de estudos sobre *cultura escolar, história das instituições escolares, história das disciplinas* expressa esse movimento de reconfiguração do território da história da educação.

Através desses estudos, procura-se produzir uma história da educação interessada não apenas no inventário dos dispositivos de modelização pedagógica que buscam, através de inúmeros recursos (leis, regulamentos, programas de ensino, preceitos), normatizar um certo modelo de escolarização, mas também no inventário dos modos diferenciados pelos quais os seus agentes se apropriam desses dispositivos. Dentro dessa perspectiva, a noção de cultura escolar ganha centralidade, pois ela possibilita “[...] articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos chaves que compõem o fenômeno educativo tais como os **tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares.**” (FARIA FILHO, 2003, p.8, grifos do autor) <sup>4</sup>.

No interior desse movimento de reconfiguração do campo e das práticas de investigação da história da educação, o ensino da leitura e da escrita ganha centralidade e passa a ocupar um lugar de destaque no conjunto de temas investigados por pesquisadores da área.

[...] acompanhando a crescente imposição sociocultural da "questão da alfabetização" no cenário brasileiro (e mundial) e a expressiva e decisiva renovação que vem ocorrendo no campo da história - e da história da educação em particular -, percebe-se, hoje, que cada vez mais o aprendizado e as práticas escolares de ensino da leitura e da escrita passam a constituir-se em objetos de estudos e pesquisas de historiadores da educação brasileira. (FARIA FILHO, 2001, p.31).

A centralidade que os temas da leitura e da escrita passam a ocupar no campo da história da educação tem atraído o interesse não apenas de historiadores da educação, como também de pesquisadores de outros campos disciplinares. Nunes (2001), reportando-se ao I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – realizado na cidade de Lisboa em 1996 –, afirma que “[...] algumas das sessões de comunicações reuniram menos historiadores e mais educadores brasileiros que trabalham com questões de língua e linguagem, sensíveis à perspectiva histórica, mas pouco envolvidos com o *métier* do historiador.” (p.27).

---

<sup>4</sup> Um breve inventário da produção nacional desenvolvida sob a influência dessa perspectiva renovada da história da

Neste modo mais alargado de abordar o fenômeno educativo interessa, por exemplo, identificar as formas pelas quais a leitura, a escrita e outros saberes foram transmitidos, bem como os objetos culturais que serviram de suporte material para a realização do seu ensino. Nesta vertente, inserem-se os estudos recentes que se debruçam sobre a história dos livros didáticos voltados para o ensino da leitura e da escrita<sup>5</sup>.

Retomando apenas duas das quatro funções que Choppin (2004) atribui ao livro escolar, já é possível reconhecer a centralidade desse gênero tão peculiar de livro para a compreensão dos modos escolares de inserir as crianças no mundo da cultura que se difunde através da escrita. Segundo o autor francês, o livro escolar constitui o suporte material “[...] privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.” (p. 553). Além dessa função, destaca que os manuais escolares são “[...] herramientas pedagógicas [...]” destinadas a facilitar a aprendizagem “[...] Ésta es para nosotros, actuales e antiguos alumnos, estudiantes o docentes, la función principal y la más evidente.” (CHOPPIN, 2001, p.210).

No mundo atual, mesmo com o advento da textualidade eletrônica, o livro – juntamente com outros tipos de impresso – continua sendo um dos principais recursos de que os professores dispõem para desenvolver suas práticas de ensino. Não é exagero afirmar que historicamente o livro escolar tem exercido papel fundamental na realização da tarefa escolar de ensinar determinados saberes àqueles que a ela conseguem ter acesso. Visto como ferramenta pedagógica ou como suporte dos conhecimentos a serem ensinados, os livros escolares desempenhariam uma importante tarefa na compreensão de alguns aspectos da cultura escolar. Para Escolano Benito (1997):

Los manuales son fuentes imprescindibles para desvelar algunos de los "silencios" de la intrahistoria de la escuela, es decir de las claves internas que pueden elucidar la "gramática" que ordena a vida de la institución educativa. Ellos son un *espacio de memoria* em el que se han objetivado, al mismo tiempo, los programas de la cultura escolar de cada época, las imágenes dominantes em la sociedad que los há producido y utilizado y los modos de apropiación de las disciplinas académicas (1997, p.15, grifo do autor).

---

educação pode ser encontrado em Faria Filho et al.(2004).

<sup>5</sup> Destacam-se entre outros: Vidal; Gvirtz (1998); Amâncio (2000); Batista; Galvão; Klinke (2002); Batista (2004); Maciel; Frade (2003);Vidal; Esteves (2003).

Assim como ocorreu com outros impressos ligados ao mundo escolar, o livro didático, que até então vinha sendo pouco empregado nas pesquisas históricas, ganha centralidade e vem despertando a atenção de pesquisadores interessados em utilizá-lo como fonte<sup>6</sup> de informação para as suas investigações ou ainda como objeto de estudo. As observações realizadas por Lopes e Galvão (2001) corroboram a percepção de que nos últimos anos tem crescido o interesse de historiadores brasileiros pelo livro didático e demais impressos voltados ao ambiente escolar:

No campo da educação, particularmente, tem crescido o interesse dos historiadores [...] em analisar a produção (assim como a circulação e as formas de apropriação) de livros escolares, paradidáticos, de coleções dirigidas a professores e da imprensa pedagógica periódica, em diferentes momentos. No caso brasileiro, há estudos que buscam descrever a constituição desses impressos na história do país e seu papel, ao lado da elaboração de outros materiais didáticos e métodos de ensino, no contexto da progressiva institucionalização da escola como principal espaço educativo (p.57).

No cenário internacional, Escolano Benito (1997) e Alain Choppin (2004), também reconhecem um crescimento no volume de trabalhos que sob as mais diferentes abordagens tomam os livros escolares como tema de estudo.

Embora não seja nossa intenção traçar um mapeamento daquilo que nacionalmente foi produzido a respeito da história do livro didático, é preciso lembrar que a essa produção mais recente e renovada somam-se os trabalhos que a antecederam<sup>7</sup> e que, a partir de outros referenciais e outras abordagens, também pontuaram aspectos da história do livro didático no País.

Para além das contribuições que a constituição de acervos e os estudos sobre os livros escolares podem dar para a compreensão da história da educação brasileira, Lajolo e Zilberman (1996) indicam a validade do seu conhecimento para a construção de uma história da leitura e da formação do povo brasileiro, uma vez que ele,

[...] talvez mais ostensivamente que outras formas escritas, forma o leitor. Pode não ser tão sedutor quanto as publicações destinadas à infância (livros e histórias em quadrinhos), mas sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as

---

<sup>6</sup> Uma amostra de trabalhos que se valem dos livros e outros impressos escolares como fontes privilegiadas para o desenvolvimento de suas pesquisas pode ser encontrada no *Caderno Cedes* (n.52, 2000), dedicado ao tema “Cultura escolar: história, práticas e representações”.

<sup>7</sup> Parte desta produção menos recente encontra-se reunida no catálogo analítico *Que sabemos sobre o livro didático* (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 1989).

etapas da escolarização de um indivíduo: é cartilha, quando da alfabetização; seleta, quando da aprendizagem da tradição literária; manual, quando do conhecimento das ciências ou da profissionalização adulta, na universidade.

O livro didático, esse primo-pobre, mas de ascendência nobre, é poderosa fonte de conhecimento da história de uma nação, que, por intermédio de sua trajetória de publicações e leituras, dá a entender que rumos seus governantes escolheram para a educação, desenvolvimento e capacitação intelectual e profissional dos habitantes de um país. (p.121).

Portanto, é em meio a esses movimentos de crescente interesse pela história da leitura e do livro no Brasil e, particularmente, pelo passado da leitura e do livro relacionados com o mundo escolar que este trabalho se insere, focando sua atenção *no circuito do livro escolar em funcionamento no Amazonas durante a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX*.

X X X

Do projeto de ingresso no curso de doutorado inicial para a versão que ora é apresentada como texto para defesa existe um intervalo preenchido por uma série de experiências (de leitura, de estudo, de orientação, de contato com os acervos e as fontes, de participação em eventos) que, além de suscitarem reflexões sobre a prática da pesquisa, permitiram reorientar as buscas inicialmente vislumbradas e demarcar alguns contornos da presente pesquisa.

Os primeiros movimentos de levantamento e localização das fontes foram realizados a partir de um conjunto de perguntas que tomava a leitura e os impressos nas suas relações mais amplas com a cidade, com a sociedade, com a cultura. Este enfoque abarcava um conjunto muito amplo e diversificado de aspectos possíveis de serem abordados, uma vez que a leitura e os impressos apareciam associados a certos atores sociais (leitores, professores, livreiros, editores, bibliotecários); a objetos dados a ler (não apenas os livros, mas também aqueles nem sempre valorizados pela cultura letrada); a espaços (formais e não-formais) consagrados à difusão da cultura letrada e à formação de públicos leitores, entre outros.

Orientado por essas buscas, o trabalho inicial nos acervos de Manaus<sup>8</sup> foi realizado de forma a explorar diferentes conjuntos documentais, buscando identificar o repertório de temas e problemas que os mesmos recobriam. A partir desses movimentos iniciais, pudemos constatar que, para o período em estudo, os acervos eram constituídos em grande parte por documentos de natureza legal (regulamentos de repartições públicas) ou administrativa (pronunciamentos do chefe do executivo amazonense e que, em alguns casos, traziam como anexo os relatórios de diferentes repartições). A exceção ficou por conta da coleção de jornais locais existentes no acervo da Biblioteca Pública do Amazonas.

Aos movimentos de localizar, selecionar e reproduzir as fontes históricas somam-se outros: os de confrontar, comparar, ordenar essas mesmas fontes, tomada para isso uma lógica que não é aquela pensada pelos arquivos responsáveis pela sua guarda. São estes movimentos, constituintes da operação historiográfica de que nos fala Certeau:

Em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. [...] Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. (2002, p.81).

Nesse trabalho, o pesquisador vai construindo uma inteligibilidade não apenas sobre os documentos, mas também sobre o próprio objeto de investigação.

Com base na análise do material coletado, foi possível constatar que dois conjuntos de informações se sobressaíam em relação aos elementos levantados. O primeiro deles acenava com a possibilidade de abordar o tema da leitura e dos impressos na interface com a escola, enquanto o segundo incidia sobre o mundo da biblioteca, projetando uma outra via de discussão. A proximidade com a área da educação e o contato com estudos sobre a história da cultura escolar (CHERVEL, 1990; SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 2000; JULIA, 2001) nortearam nossa decisão de eleger a leitura na escola primária como foco temático da pesquisa. Através do diálogo com as fontes até então levantadas, fomos percebendo que, ao buscarmos as informações sobre a leitura escolar, a documentação remetia-nos aos projetos de conformação da instrução primária no Amazonas, resultando na escrita do primeiro capítulo de análise –*Em busca da leitura: o encontro com a escola*—, que compôs o texto apresentado no exame de qualificação.

---

<sup>8</sup> Ver a relação das instituições consultadas no anexo A.

A preocupação em localizar fontes que de algum modo retratassem os aspectos internos e miúdos da escola primária do passado, especialmente aqueles relacionados à leitura, orientou as novas incursões nos acervos de Manaus, realizadas a partir de agosto de 2003.

Com base nessa diretiva, foi possível o encontro com os documentos guardados na sessão de manuscritos do Arquivo Público do Amazonas e que recobrem, especialmente, o período provincial. Ao explorar essa coleção de manuscritos localizamos vários volumes contendo relatórios, cartas, ofícios, circulares, despachos, pareceres, entre outros, a partir dos quais se tornou possível identificar aspectos importantes da dinâmica de funcionamento da escola. Depois de três meses de intensos trabalhos voltados à localização, limpeza, leitura, seleção e reprodução em foto, conseguimos reunir uma quantidade expressiva de manuscritos, praticamente desconhecidos, que nos colocavam diante de personagens, objetos e práticas ligados ao mundo escolar pouco ou quase nunca explicitados na documentação até então levantada.

Ao nos debruçarmos mais detidamente sobre a leitura e a análise desse *corpus documental*, com o objetivo de alcançar a leitura que era ensinada ou praticada no interior das escolas primárias, surpreendemo-nos com o expressivo volume de informações relacionadas à difusão dos livros escolares no contexto amazonense. A retomada de alguns estudos sobre a história do livro (Darnton, 1990) e o contato com a produção nacional que naquele momento despontava sobre a história do livro didático<sup>9</sup> estimularam-nos a empreender um esforço interpretativo sobre esse material mais diretamente vinculado aos livros escolares. Desse esforço, resultou o segundo capítulo de análise – *Em busca da leitura: o encontro com os livros escolares* —, também apresentado no texto submetido ao exame de qualificação.

Todo o movimento de pesquisa até então realizado gerou um acúmulo de fontes que, embora tenham sido importantes para redirecionar os interesses iniciais de investigação, necessitavam ser selecionadas e hierarquizadas em função de uma demarcação mais precisa do foco de estudo. Para tanto, foram acolhidas muitas das observações e sugestões feitas pela banca, no momento do exame de qualificação, que nos auxiliaram a estabelecer os contornos do presente trabalho.

---

<sup>9</sup> Referimo-nos, especialmente, às pesquisas sobre a história dos livros didáticos de leitura, desenvolvidas por Batista; Galvão; Klinke (2002) e por Batista; Galvão (2002, 2003).

X X X

A opção por desenvolver este estudo *voltado para o contexto amazonense* deve-se, em grande parte, ao desconhecimento sobre a história dos livros escolares que subsidiaram as práticas de ensino de suas escolas.

Não obstante a qualidade e a relevância dos estudos que abordam algum aspecto relativo ao passado da leitura no Amazonas, o volume dessa produção ainda é pequeno. Na fase de levantamento bibliográfico, conseguimos localizar apenas seis trabalhos relacionados a essa temática, mas nenhum deles faz menção aos livros adotados no contexto escolar amazonense. Dois desses trabalhos, de Genesino Braga (1989)<sup>10</sup> e de Arruda (2000), lançam um olhar retrospectivo sobre a Biblioteca Pública do Amazonas, pondo em cena os momentos de penúria e glória que marcaram a sua trajetória.

Os outros quatro estudos focalizam suas atenções no periodismo no Amazonas, notadamente os jornais. Faria e Souza, Souza; Bahia (1908a) e Faria e Souza (1908b) realizam uma breve incursão sobre a trajetória da imprensa periódica amazonense. Dentro desse grupo de trabalhos vale a menção à iniciativa desenvolvida por professores do Departamento de História da Universidade do Amazonas, que resultou na produção de um catálogo dos jornais amazonenses em circulação entre os anos de 1852 a 1950 (SANTOS et al., 1990, p.07). Já no estudo realizado por Pinheiro (2001), os jornais impressos e os manuscritos são tomados, ao mesmo tempo, como objeto e fonte da pesquisa, revelando algumas peculiaridades sobre a origem e o desenvolvimento do periodismo no contexto amazonense.

Diante do que até aqui foi produzido sobre a história da leitura e do impresso no Amazonas, vemos que a temática da pesquisa que realizamos e seus achados podem ampliar o nosso conhecimento sobre a formação cultural do Amazonas, em particular no tocante à sua relação com a produção, a circulação e o consumo de impressos de natureza escolar.

Além disso, o recorte espacial realizado partiu da convicção de que estudos sobre a história dos livros escolares em contextos regionais podem, em diálogo com outras pesquisas sobre o tema, favorecer a composição de um quadro mais completo sobre a história da cultura letrada no Brasil.

---

<sup>10</sup> O exemplar consultado corresponde a uma reimpressão da primeira edição desse estudo, que foi publicado

Comparados à produção hoje existente, os achados desta pesquisa podem não só corroborar conhecimentos já levantados sobre a temática, como colocar em evidência elementos peculiares ao contexto geográfico e cultural selecionado.

X X X

*A demarcação temporal* (segunda metade do século XIX e primeira década do século XX) busca contemplar um período que em termos nacionais e regionais é permeado por uma série de acontecimentos relativos ao campo educacional que repercutiram não apenas sobre os modos de a escola organizar os seus tempos, espaços e saberes, mas também na dinâmica de funcionamento do circuito do livro escolar. Em termos nacionais vemos, entre outros acontecimentos, as tentativas de implementação de uma rede formal de escolas e a gradativa expansão do número de vagas, a proposição de modelos de conformação do cotidiano escolar e a circulação de alguns ideários pedagógicos, dentre os quais aquele relativo ao ensino intuitivo<sup>11</sup>, cuja propagação desembocou na propagação de um novo papel para o livro didático.

Localmente, a periodização escolhida abrange, como seu marco inicial, a fase de implantação de um sistema próprio de instrução no Amazonas, pois só em 1852 é que ocorre a sua emancipação política em relação à Província do Grão-Pará. Este evento, de natureza política, impôs uma série de desafios para este lugar, entre os quais, criar o seu próprio sistema de instrução pública. Nos anos que sucederam esse período de composição do sistema escolar, a leitura e os livros escolares foram ocupando um papel central na concepção do processo de ensino-aprendizagem e na pauta de preocupações dos administradores da instrução pública.

---

originalmente, em 1957.

<sup>11</sup>Deve-se ao educador suíço, Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), a formulação dos fundamentos do ensino intuitivo. Um dos seus principais fundamentos consistia na valorização dos sentidos no processo de aquisição do conhecimento, recorrendo ao uso da observação e da experiência direta como forma de as crianças aprenderem. No Brasil, o ensino intuitivo passou a ser mais difundida a partir da década de 1880. A ênfase nesses procedimentos de ensino como forma mais ativa de transmitir os conteúdos das diferentes disciplinas escolares, representou um primeiro movimento em direção à redefinição do papel que caberia aos livros escolares nos processos de ensino-aprendizagem. Os livros escolares que até então vinham exercendo um papel central nas práticas de ensino dos professores primários, passam a ter a sua utilização repensada no interior da sala de aula. Neste quadro de redefinição sobre o lugar do livro na educação, alguns regulamentos de ensino passam a propor novas formas de utilizá-lo, implicando novos modos de professores e alunos se relacionarem com o mesmo.

O recorte temporal demarca a primeira década do século XX como seu final, tendo em vista a emergência de um modo menos privilegiado de perceber o papel da leitura e do livro no interior da escola primária amazonense. Em grande medida, essas novas representações sobre o lugar da leitura e do livro no processo de transmissão dos conteúdos escolares passaram a ser projetadas e, sistematicamente, reafirmadas nos regulamentos de ensino produzidos a partir do final do século XIX, que pretendiam implantar e propagar o ensino intuitivo no Estado.

Além disso, em termos editoriais, o período escolhido também se revela muito instigante. Ao longo desses anos vemos, por exemplo: o surgimento de uma literatura escolar nacional que passou a concorrer com as publicações didáticas de autores portugueses; a emergência de alguns contextos regionais de produção de livros escolares contando, em alguns casos, com o auxílio financeiro dos governos locais; a circulação de gêneros de livros escolares inovadores (séries graduadas de livros de leitura, livros de *Lições de cousas*); o crescente grau de importância que o segmento escolar passou a ocupar no interior da economia editorial, entre outros.

X X X

No campo de estudos sobre a história do livro são tão variados os recortes temáticos e as formas de abordagem em uso que Robert Darnton chega a considerá-lo um território de difícil movimentação para os pesquisadores interessados:

Tão rico, de fato, que agora, mais do que um campo, parece uma exuberante floresta tropical. O explorador mal consegue atravessá-la. A cada passo, ele se vê emaranhado numa densa vegetação de artigos de revistas, e fica desorientado com o entrecruzamento de disciplinas [...] (1990, p.111).

Poderíamos interpretar essa variedade como resultado da multiplicidade de aspectos implicados nas diferentes fases que marcam a vida de um livro. Diante de um objeto multifacetado como é este, é natural que as maneiras de abordá-lo sejam múltiplas, mas a falta de articulação entre essas abordagens aumenta os riscos de tornar o campo ainda mais propenso à proliferação de estudos redundantes ou centrados em aspectos por demais específicos para permitir uma visão mais alargada sobre o livro e sua história.

Neste terreno, o gênero didático foi por muito tempo um tema preterido pelos historiadores da área, que preferiam dedicar seus esforços para as pesquisas de obras consagradas pelos cânones literários ou acadêmicos. As razões para esse abandono a que estiveram submetidos os livros escolares são de várias ordens. Segundo Choppin (2002), algumas delas podem estar associadas ao próprio *status* do livro escolar, comumente visto como um objeto por demais familiar e banalizado, alimentando a idéia de que “[...] eles não apresentam nada de raro, exótico, singular; parecem mesmo intemporais, na medida em que transcendem a clivagem entre as gerações.” (p.6). Outras razões do desinteresse dos historiadores pelos livros escolares são a dificuldade de acesso aos livros mais antigos, a incompletude das coleções e a dispersão dos exemplares existentes.

No entanto, mais recentemente, esse gênero de livro tem ocupado uma posição de destaque na produção histórico-educativa, que passou a tomá-lo como fonte privilegiada ou como o próprio objeto de estudo. Ainda que a tradição de estudos sobre a história das edições escolares seja relativamente recente e parte dessa produção nem sempre seja de fácil acesso, o volume e a variedade de trabalhos realizados e em curso denotam o quanto a temática tem instigado a curiosidade de um número cada vez maior de pesquisadores.

Um perfil dessa produção foi esboçado por Choppin (2001, 2002, 2004) graças ao seu esforço de produzir uma amostra parcial daquilo que diferentes países têm pesquisado sobre a história do livro escolar. O estudo coloca-nos diante de um quadro bastante variado acerca dos interesses, pontos de vista e facetas sob os quais as pesquisas sobre a história do livro didático vêm se pautando. Esse quadro de crescimento e diversificação das pesquisas sobre o tema tem ajudado a revelar a natureza complexa deste objeto aparentemente banal e sem relevância. A sua complexidade pode ser melhor compreendida se considerarmos os múltiplos aspectos implicados em sua composição. Nesse sentido, a definição de Stray (apud CARBONE, 2003) parece ser bastante elucidativa:

El manual es un producto cultural compuesto que entrega una versión pedagógica rigurosa de un saber reconocido. Los calificamos de compuesto porque es híbrido (está codificado de múltiples maneras), y se encuentra en el cruce de la cultura, de la pedagogía, de la edición y de la sociedad. Esto puede ayudar a comprender por qué há habido escaso interés para estudiar su historia hasta los últimos años. Es por eso, también, según nosotros, que esse estudio resulta totalmente apasionante (p.7).

Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (1995) pontuam alguns traços desse objeto ao mesmo tempo rico e complexo, que quase nunca se deixa ser facilmente apreendido por aqueles que decidem abordá-lo. Dizem eles:

Freqüentemente omitido nos trabalhos bibliográficos; difícil de analisar, caso falte a respectiva norma do uso prático; demasiado repetitivo para ser interessante logo de saída; por demais impregnado das coisas de seu tempo para não se tornar uma cilada para o desprezo ou a nostalgia, o livro escolar é sem dúvida um objeto rico e extremamente complexo. Nele se encontram embutidas limitações institucionais (os manuais têm de se ajustar aos programas), pragmáticas (deve ser de utilização cômoda na classe, durante um ou vários anos letivos) e também imperativos comerciais.” (p.390)

Essa constituição multifacetada e multidisciplinar torna o livro didático um objeto em torno do qual gravitam várias possibilidades de abordagem e que, em termos gerais, foram esquematicamente reunidas por Choppin (2004) em dois grandes grupos.

No primeiro deles, estariam as pesquisas que, desconsiderando a especificidade do gênero, tomam o livro didático como um documento histórico, priorizando, por isso, a análise do seu conteúdo a fim de identificar a carga ideológica de suas lições ou os saberes que elas veiculam. No caso das pesquisas aí agrupadas:

[...] a história que o pesquisador escreve não é, na verdade, a dos livros didáticos: é a história de um tema, de uma noção, de um personagem, de uma disciplina, ou de como a literatura escolar foi apresentada por meio de uma mídia particular; além disso, é freqüente que os livros didáticos constituam apenas uma das fontes às quais o historiador recorre. (CHOPPIN, 2004, p.554).

Do grupo seguinte fariam parte as pesquisas atentas aos aspectos mais diretamente ligados ao gênero, valorizando, por isso, o conhecimento das diferentes etapas do ciclo de vida do livro escolar. Neste caso, interessa muito mais reconstituir os aspectos vinculados à fabricação, comercialização, difusão e consumo dos livros escolares, do que se debruçar sobre o conteúdo ideológico, cultural ou pedagógico que eles veiculam. Nas pesquisas associadas a essa abordagem, a atenção volta-se mais detidamente para os livros didáticos, “[...] recolocando-os no ambiente em que foram concebidos, produzidos, distribuídos, utilizados e ‘recebidos’. Independentemente, arriscaríamos a dizer, dos conteúdos dos quais eles são portadores.”(CHOPPIN, 2004, p. 554).

Diante das diferentes possibilidades de abordar metodologicamente a história do livro escolar, pareceu-nos mais instigante e produtivo encaminhar este estudo através de uma *abordagem metodológica* que levasse em consideração a complexidade deste objeto e a possibilidade de realizar uma discussão sobre as múltiplas etapas que demarcam a sua existência.

Nesse sentido, avaliamos que o *modelo geral de análise* que Darnton (1990) propõe para o exame do *ciclo de vida do livro* oferece uma rota de investigação mais ajustada aos objetivos propostos por este estudo. É um modelo que permite uma melhor visualização do circuito de comunicação percorrido pelo livro desde o momento em que um autor compõe seus textos, até o instante em que chega às mãos dos leitores.

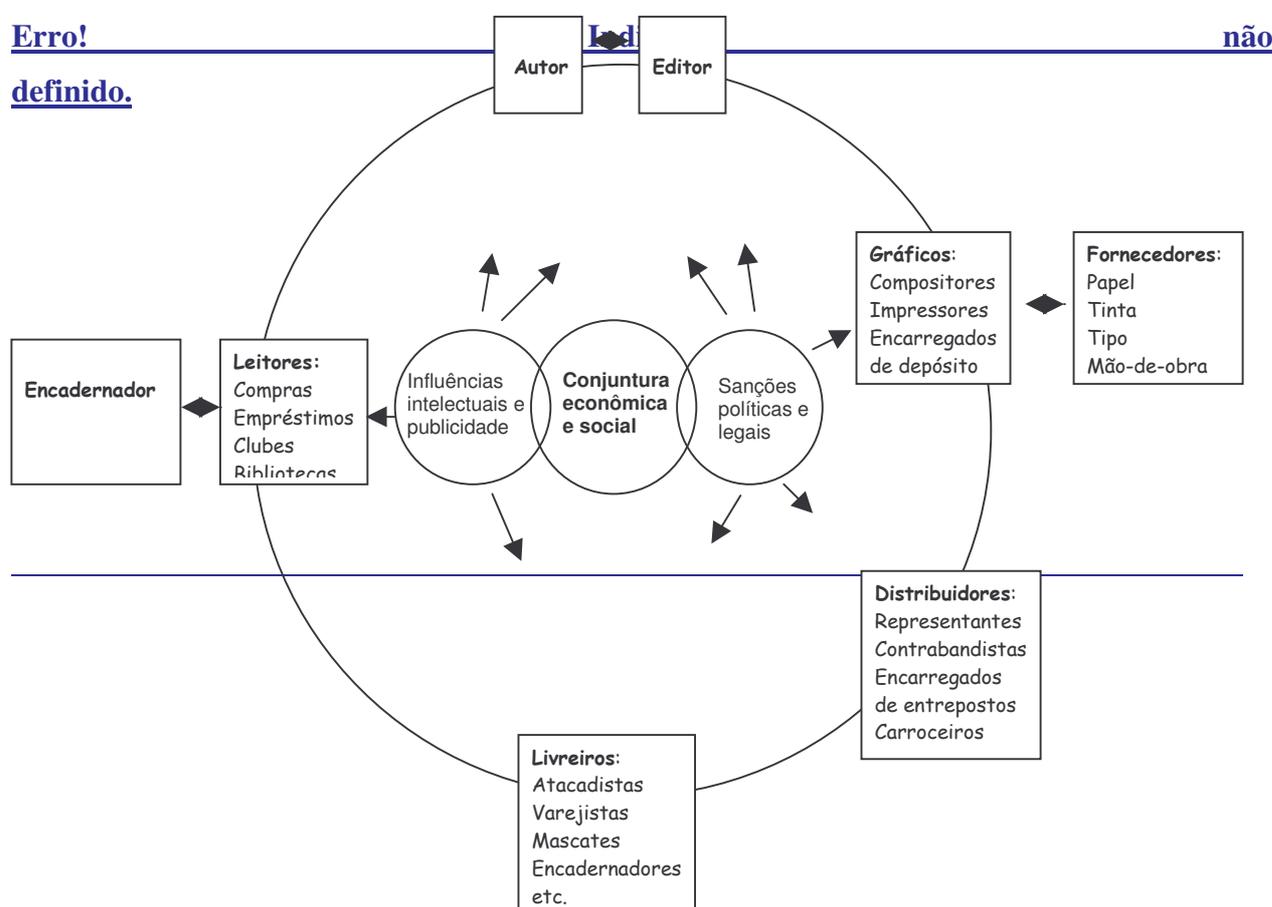


Fig. 1 - Representação esquemática do *modelo* de abordagem proposto por Robert Darnton<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Este desenho esquemático do modelo encontra-se originalmente representado em Darnton (1990, p.113).

Aqui vemos representados de maneira geral todos os segmentos que compõem o circuito do livro impresso imaginado por Darnton.. Nas palavras dele, o modelo acima reproduzido ajudaria na compreensão sobre “[...] como os livros surgem e se difundem entre a sociedade.” (1990, p. 112). Cada segmento representa uma porta de entrada para o exame isolado ou articulado de diferentes facetas do circuito percorrido pelo livro: “A história do livro se interessa por cada fase desse processo e pelo processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço, e em todas as suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, no meio circundante” (1990, p.112). Auxiliado pelas observações de Escolano Benito (1997) e Choppin (2004) a respeito das diferentes etapas que marcam a vida de um livro escolar, seria possível até ampliar as dimensões do circuito proposto por Darnton (1990), localizando o seu fechamento no momento de descarte do livro escolar realizado pelo professor e, “[...] idealmente, sua conservação para as futuras gerações” (CHOPPIN, 2004, p.553-554).

A tradição dos estudos sobre a história do livro vem demonstrando uma preferência dos historiadores por abordagens mais focalizadas, em que os segmentos são abordados separadamente. Segundo Darnton (1990), essa opção por abordagens mais focalizadas evidencia uma certa objetividade dos pesquisadores na operacionalização de seus projetos de investigação, visto que elas ajudariam os pesquisadores a “[...] manter suas tarefas dentro de proporções exequíveis [...]” (p.12). Isto por si só já sugere que os pesquisadores interessados em abordar o circuito como um todo teriam pela frente um trabalho de grande monta, haja vista a necessidade de manusear diferentes fontes e referências para abarcar os segmentos e suas relações.

Diante da intenção de abordar o tema de maneira a explicitar a natureza multifacetária do nosso objeto de estudo —livro escolar—, decidimos tomar por empréstimo o modelo de análise que Darnton (1990) propõe para o exame da história dos livros.

Transportado para a análise do circuito do livro escolar, esse modelo mostrou-se bastante produtivo para operar com as informações de diferentes ordens que gravitam em torno do tema, dando visibilidade a alguns dos segmentos que compõem o circuito do livro escolar configurado durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, no contexto educacional amazonense. As possibilidades que o modelo proposto por Darnton (1990) abriu para esta pesquisa permitem associá-la a uma das vertentes investigativas que tem orientado parte dos

estudos recentes sobre a história dos livros escolares. Segundo Choppin (2004), os estudos identificados com essa vertente de pesquisa consideram o livro escolar um objeto físico, ou seja:

[...] como um produto fabricado, comercializado, distribuído ou, ainda, como um utensílio concebido em função de certos usos, consumido - e avaliado - em determinado contexto.

[...] o historiador dirige sua atenção diretamente para os livros didáticos, recolocando-os no ambiente em que foram concebidos, produzidos, distribuídos, utilizados e “recebidos”, independentemente, arriscaríamos dizer, dos conteúdos dos quais eles são portadores. (p.554).

Nestes termos poderíamos dizer que o modelo proposto por Darnton pode ser tomado como um roteiro norteador desse modo de abordar os textos escolares considerando seus modos de produção, difusão e uso, bem como os procedimentos (de imposição, de regulamentação e atuação) dos vários agentes que fazem parte de cada uma dessas fases.

Apesar dos múltiplos aspectos que esse tipo de abordagem permite inventariar a respeito do circuito do livro escolar, não temos a pretensão de produzir uma versão completa sobre a história do seu funcionamento. A ausência principal recai sobre o segmento da recepção ou das práticas de uso deste gênero de impresso, cuja quantidade de informação, muito pequena, obrigou-nos a tomar o recebimento dos livros como ponto final do circuito que decidimos percorrer.

A opção por esse modelo deu-se em meio à convicção de que seria necessário promover alguns ajustes para torná-lo adequado ao exame dos livros escolares. A inclusão de alguns personagens, instituições e instâncias mais diretamente ligados ao contexto escolar pareceu-nos um dos ajustes imprescindíveis para potencializar o exame deste produto editorial diferenciado.

A representação gráfica do modelo de abordagem escolhido pode sugerir um movimento seqüencial na análise dos diferentes segmentos desse circuito. Ocorre que, quando buscamos perceber o seu funcionamento, fomos surpreendidos com uma lógica de comunicação, na qual muitas vezes um único segmento mantém simultaneamente relações de influência (muitas vezes recíprocas) com vários outros segmentos, localizados nos mais diferentes estágios do circuito. Em função disso, fizemos a opção por inserir setas representativas de um movimento dialógico entre alguns dos segmentos aqui representados.

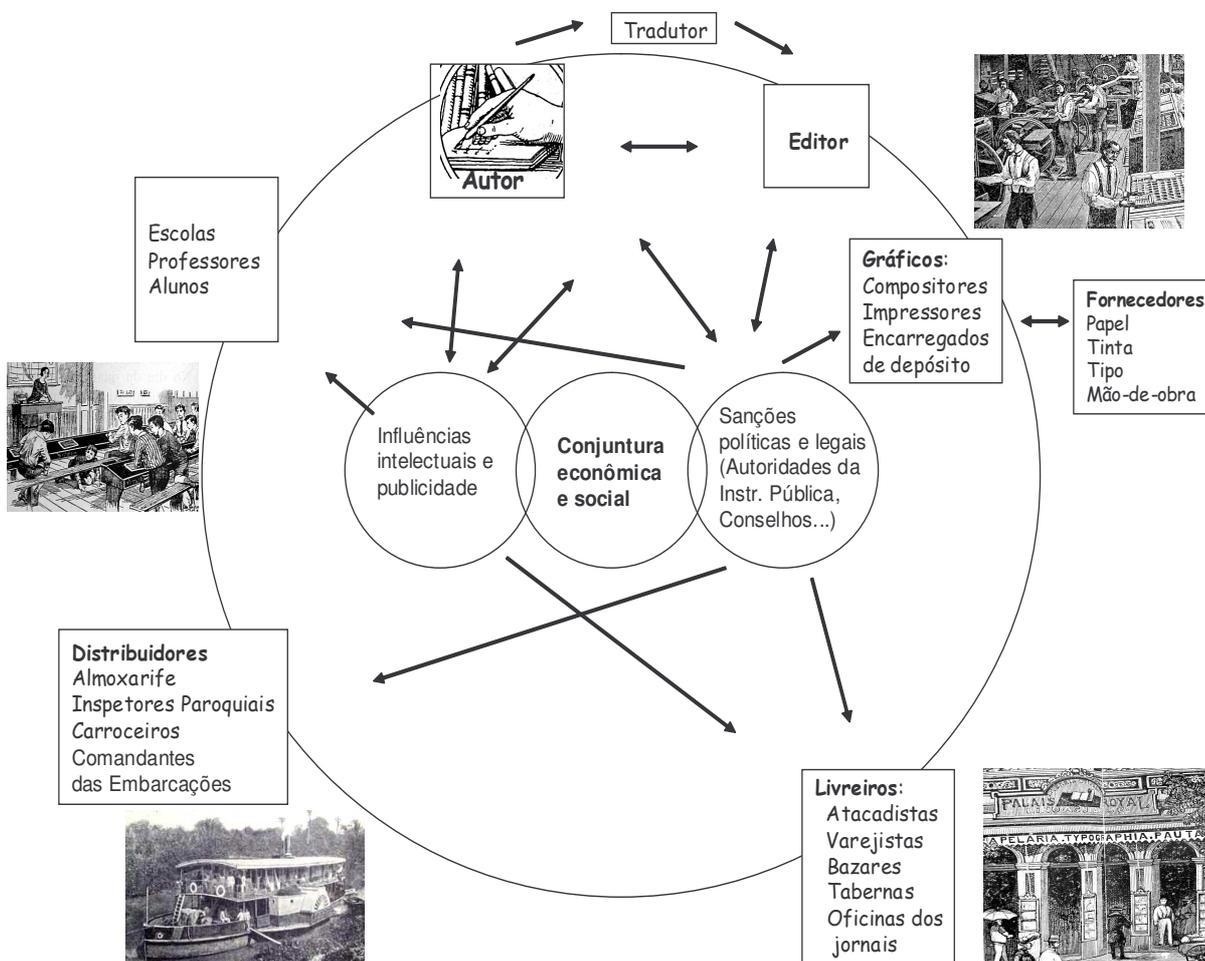


Fig. 2 - Representação esquemática do modelo proposto por Robert Darnton, com ajustes para exame do circuito do livro escolar no contexto educacional amazense

Essa dinâmica de relacionamento impôs algumas dificuldades no tocante à apresentação escrita dos dados. Apesar de buscarmos estruturar o texto de maneira a discutir, separadamente, as fases do circuito do livro escolar, muitas vezes eventos e informações de um segmento já tematizado acabaram sendo retomados na exposição de uma outra seção, tendo em vista as relações que guardavam entre si.

Em relação à documentação utilizada para a realização deste estudo, a própria abordagem metodológica escolhida impôs a necessidade de se trabalhar com um conjunto diversificado de fontes. Para operar com essa diversidade, buscamos agrupar tais fontes em função de sua vinculação com os aspectos discutidos em cada um dos segmentos do circuito do livro escolar aqui focalizados. Em alguns casos, certos tipos de fontes mostraram-se particularmente férteis na

abordagem de um único segmento, enquanto outras revelaram-se produtivas para a análise de vários segmentos.

**Quadro 1.** Modalidades de fontes utilizadas para o exame de cada segmento do circuito do livro escolar

Segmentos do circuito	Fontes utilizadas para seu exame
Autor	Livros didáticos (capa, página de rosto, prefácios ou apresentações escritas pelos autores, artigos publicados em revistas de ensino e livros da época e que abordam o tema, extratos do catálogo da editora que muitas vezes eram publicados na 3º ou 4º capa dos livros escolares), dicionários biográficos, correspondências da instrução pública.
Editor	Legislação de ensino, correspondência da instrução pública e do tesouro provincial, coleção de leis da província e do Estado, almanaques, diário oficial do Estado.
Difusão	Correspondência da instrução pública (cartas que os autores – e, em alguns casos, comerciantes — encaminhavam às autoridades políticas e educacionais oferecendo suas obras para serem apreciadas e adotadas nas escolas primárias, ofícios de autores locais encaminhando seus manuscritos para serem apreciados e publicados, pareceres do Conselho da Instrução Pública), livros escolares.
Seleção	Regulamentos de ensino e Regimentos escolares; correspondência da instrução pública (pareceres das instâncias responsáveis pelo julgamento dos livros escolares, ofícios de professores), diário oficial do Estado, relatórios da diretoria da instrução pública, relatórios dos presidentes da província, relatório elaborado por Gonçalves Dias sobre a situação das escolas do Rio Solimões.
Compra e Comercialização	Relatórios dos presidentes da província, relatórios dos governadores, relatórios do tesouro provincial/estadual, relatórios da diretoria da instrução pública, orçamento anual para a instrução pública, jornais da época.
Distribuição e Recebimento	Correspondência da instrução pública (cartas de professores solicitando material escolar, despachos das autoridades e do responsável pelo almoxarifado da instrução pública, mapas de distribuição e de fornecimento de material escolar, entre outros) Regulamentos de ensino.

Esse foi o arranjo que nos pareceu mais apropriado para manusear informações diversas, geradas em contextos e condições específicos, sem perder de vista os objetivos centrais desta pesquisa. Foi graças a esse ordenamento que conseguimos implementar uma maior agilidade na interpretação dos dados e na exposição escrita. Para auxiliar e enriquecer o trabalho de análise dos dados buscamos uma aproximação, sempre que possível, com as informações veiculadas em estudos que analisam aspectos do circuito do livro escolar em funcionamento em outras partes do País.

A despeito de nosso esforço para empreender uma análise que recobrisse várias fases do circuito do livro escolar, as condições de acesso a determinados tipos de fontes geraram uma

variação quanto ao grau de aprofundamento da análise efetivamente realizada sobre cada um dos segmentos que nos propomos a percorrer neste estudo. Veremos, portanto, que alguns pontos do circuito, sobre os quais possuíamos um conjunto de fontes documentais com maiores possibilidades elucidativas, mereceram uma discussão mais demorada, se comparada com outras fases.

x x x

Com base nas demarcações aqui explicitadas elegemos os seguintes objetivos para esta pesquisa:

### **Objetivos gerais**

- Mobilizar o modelo proposto por Robert Darnton (1990) para análise do ciclo de vida dos livros impressos, adotando-o para conhecimento dos múltiplos aspectos que caracterizaram o circuito do livro escolar no Amazonas, durante a segunda metade do século XIX e início do século XX.
- Contribuir para a compreensão da história dos livros escolares no Brasil, através do levantamento das singularidades que permearam o movimento de produção, de difusão e de recepção deste objeto cultural no contexto educacional amazonense.
- Esquadrinhar alguns dos segmentos que compuseram o circuito do livro escolar, ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, buscando melhor conhecê-lo e compreendê-lo em sua dinâmica de funcionamento no contexto educacional amazonense.

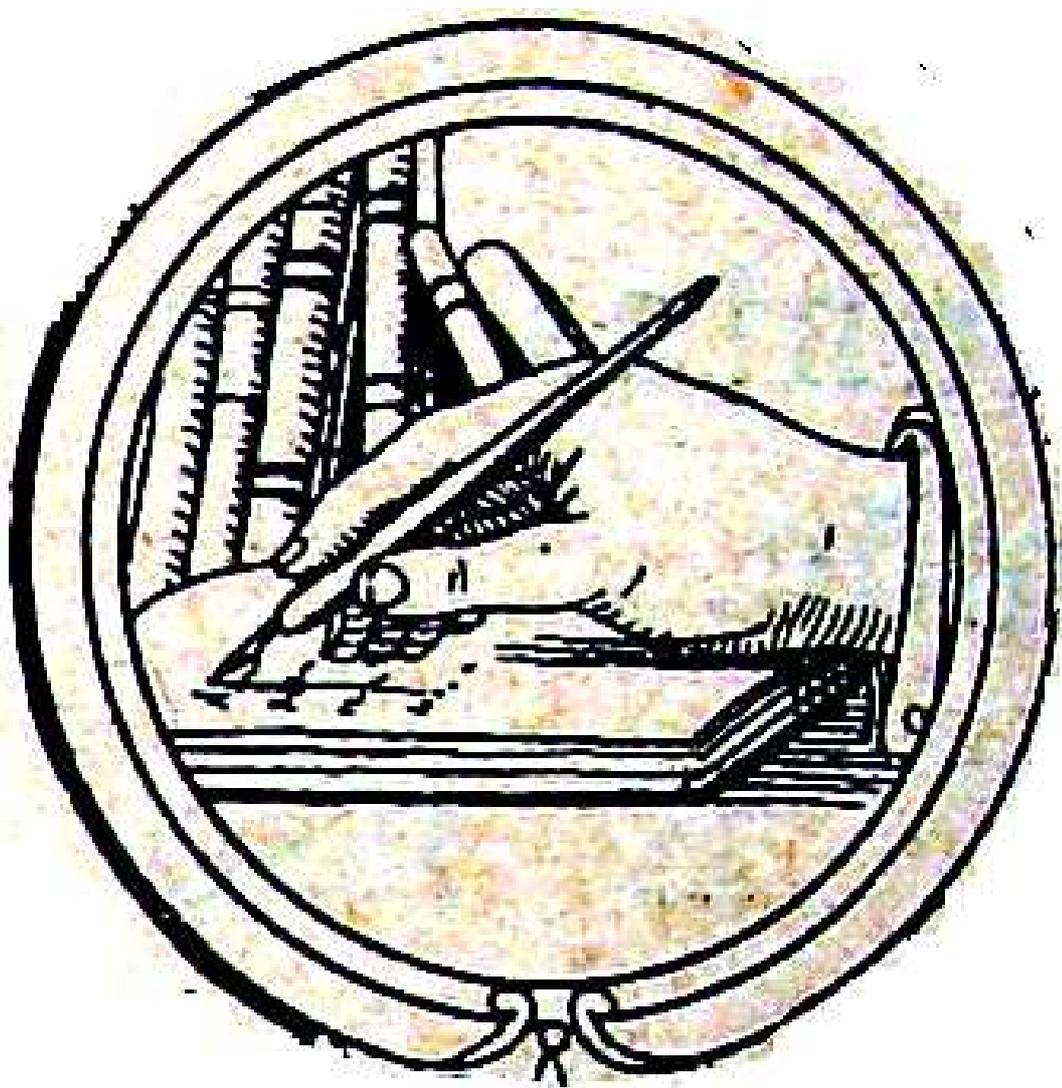
### **Objetivos Específicos:**

- Identificar o papel regulador que o Estado desempenhou na definição das regras para seleção, circulação e utilização dos livros escolares.

- Reunir informações biobibliográficas sobre os autores e livros escolares oficialmente adotados nas escolas do Amazonas, no período estudado, a fim de ampliar o grau de conhecimento sobre os mesmos.
- Organizar um repertório dos dispositivos regulamentares que potencialmente possam subsidiar pesquisas sobre diferentes aspectos da leitura e do livro escolar no Amazonas.
- Destacar diferentes agentes e práticas que foram mobilizados em cada um dos segmentos do circuito investigado.
- Inventariar os livros escolares oficialmente autorizados a circular nas escolas primárias amazonenses durante o período em estudo.

A estrutura do trabalho é composta por cinco capítulos que tematizam, em graus diferentes de aprofundamento, aspectos variados deste complexo circuito que esteve em funcionamento no Amazonas, durante o período demarcado. No capítulo I – *Os autores e a escrita de textos destinados ao mundo escolar* – buscamos examinar o processo de constituição do autor de textos escolares, esboçando o perfil sócio-profissional dos agentes que, no Brasil, ocuparam-se dessa tarefa. O segundo capítulo – *Da escrita às oficinas tipográficas: os textos transformando-se em livros* – traça um panorama do mercado editorial brasileiro, notadamente o segmento interessado na publicação de livros escolares, enfatizando o papel desempenhado pelo poder público no fomento de produções locais desse gênero de impresso. *Cartas, propagandas, doações...: estratégias de difusão do livro escolar* é o título do terceiro capítulo, que procura evidenciar as estratégias que autores, editores e livreiros adotaram para difundir as obras escolares no contexto escolar brasileiro e, especialmente, junto às autoridades escolares do Amazonas encarregadas de autorizar a adoção das mesmas. No quarto capítulo – *Um circuito regulado: a organização das instâncias de controle e seleção dos livros escolares* – buscamos fazer um levantamento dos dispositivos legais e das práticas que configuravam o aparato de controle e fiscalização sobre os processos de adoção e circulação do livro escolar no contexto educacional amazonense. Ainda nesse capítulo, apresentamos um inventário parcial daquilo que as autoridades de ensino

decidiram considerar como livros oficialmente adotados no ensino primário. Na seqüência, no quinto capítulo – *Da compra ao recebimento: o trajeto dos livros escolares destinados ao ensino primário* – tomamos como objeto de análise as circunstâncias em torno das quais se realizavam a compra e a distribuição dos livros escolares; discutimos os mecanismos de financiamento, aquisição e fornecimento mobilizados pelos governantes amazonenses e as formas através das quais os professores buscavam garantir que suas aulas pudessem ocorrer com a presença dos livros de que seus alunos precisavam. Há ainda uma parte dedicada às *Considerações finais* e uma outra reservada aos anexos que reúnem alguns materiais que, apesar do caráter lacunar, são alguns dos produtos elaborados em função dos objetivos desta pesquisa.



Detalhe do desenho que ilustra uma das lições do *Primeiro livro de leitura* de Thales de Andrade, publicado pela Editora Nacional, s.d. (Acervo da Biblioteca do Instituto de Estudos Educacionais "Prof. Sud Mennucci" do Centro do Professorado Paulista – CPP).



## 1. OS AUTORES E A ESCRITA DE TEXTOS DESTINADOS AO MUNDO ESCOLAR

Começemos nossa incursão pelo circuito do livro escolar aproximando-nos dos autores e da atividade de escrever textos voltados para o ensino primário.

Alguns estudos de Chartier (1990, 1994, 1996) têm enfatizado a necessidade de distinguirmos a função que cabe ao autor e ao editor no processo de produção dos livros. Ao autor, cabe o trabalho de escrita de textos e não de livros. Estes, por sua vez, são objetos manufaturados pelos editores através de processos tipográficos e de impressão. A distinção é necessária e ajuda-nos a realizar uma aproximação mais direcionada a este segmento, com o objetivo de pontuar aspectos gerais sobre a escrita de textos didáticos para as escolas primárias brasileiras.

### 1.1 Os autores de textos didáticos: breve caracterização de seu perfil sócio-profissional

A presença de brasileiros neste campo de atuação era quase inexistente até meados do século XIX. No reduzido número de textos didáticos que circulavam em algumas escolas de primeiras letras predominavam as produções compostas ou traduzidas por autores portugueses (TAMBARA, 2002, p.29). Como exemplo dessa produção escolar lusitana em circulação no País, temos o caso das obras de Emilio Achilles Monteverde (*Methodo facillimo...* e *Manual encyclopedico*) e o paleógrafo de Duarte Ventura, largamente adotados nas escolas primárias do Amazonas e de outras províncias brasileiras.

Um dos marcos iniciais da produção de textos escolares compostos por autores brasileiros refere-se à publicação, no final da década de 1860, dos livros de leitura graduada do educador baiano Abílio César Borges. Formado em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, logo resolveu deixar de lado a carreira de médico para dedicar-se à educação. Na Bahia, Abílio César

Borges foi diretor da instrução pública e proprietário de um estabelecimento de ensino onde desenvolveu suas primeiras experiências como educador. De volta ao Rio de Janeiro, criou o Colégio Abílio, nos moldes do estabelecimento que dirigiu na província baiana, e graças ao sucesso alcançado resolveu expandir a atuação do seu colégio à cidade mineira de Barbacena. Homem sintonizado com as novidades pedagógicas difundidas no contexto europeu, empenhou-se em incorporá-las ao ensino de seus dois colégios. Na década de 1860, passou a investir esforços na elaboração de textos didáticos de diferentes disciplinas a fim de servirem de apoio às aulas das escolas primárias brasileiras. Depois de transformados em livros, exemplares de suas obras eram distribuídos gratuitamente entre alunos de várias regiões do País. Graças a essa iniciativa, Abílio César Borges reforçou a sua imagem de educador exemplar, inteiramente dedicado ao progresso da instrução de sua pátria, fortalecendo uma posição de prestígio que podia ser contabilizada pela variedade de títulos e honrarias que lhe foram concedidos. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), recebeu os títulos de Cavaleiro da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem da Rosa e da Ordem de São Gregório Magno de Roma. Mas, dentre as honrarias recebidas, nenhuma parece ter tido maior repercussão do que o título de Barão de Macaúbas, conferido pelo Imperador D. Pedro II pelos relevantes serviços que Abílio César Borges havia prestado em favor da educação (BLAKE, 1893, v. 1, p.3).

Se comparado com a trajetória de outros brasileiros que no mesmo período se dedicaram à tarefa de escrever textos didáticos, veremos como a biografia do educador baiano guarda algumas semelhanças com o percurso de vida de outros autores. Tomemos, como exemplo, alguns elementos biográficos do autor paraense Joaquim Pedro Corrêa de Freitas.

Nascido na cidade paraense de Cametá, transferiu-se para a Bahia, onde permaneceu até diplomar-se em medicina, em 1846. Depois de uma viagem de três anos por vários países da Europa, retornou ao Pará, onde, não se contentando com o exercício da medicina, resolveu estender sua atuação ao campo do jornalismo, da política e da educação. No terreno educacional, Freitas exerceu os cargos de professor, diretor da instrução pública, inspetor e visitador escolar, além de ter organizado várias obras didáticas destinadas ao ensino elementar. Freitas gozava de posição de prestígio em várias entidades culturais e científicas: era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, das Sociedades Geográficas de Paris, Lisboa, Rio de Janeiro, da Sociedade de Ciências Médicas de Portugal. Recebeu os títulos de Cavaleiro e Oficial da Ordem da Rosa e Tenente-Coronel da Guarda Nacional (CUNHA, 1900, p.134).



Foto do autor Joaquim Pedro Corrêa de Freitas In: CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses illustres*. 2.ed. Belém: J.B. dos Santos e Cia, 1900. (Acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna - PA).

Vistas lado a lado, as trajetórias desses autores podem ser tomadas como representativas do perfil sócio-profissional predominante entre aqueles que fizeram parte da primeira geração de escritores de livros didáticos. Guardadas as devidas diferenças, é possível dizer que essa geração foi composta, em grande parte, por profissionais liberais e intelectuais associados a instituições acadêmico-científicas (IGHB, Escola Militar) e com forte presença no meio político nacional ou regional (BITTENCOUT, 2004, p.483).

Consultando os dados biográficos de outros autores, cujas obras também foram adotadas nas escolas primárias amazonenses, vamo-nos aproximando um pouco mais de outros brasileiros que em momentos anteriores ou posteriores à produção de Abílio César Borges e Joaquim Corrêa de Freitas escreveram textos destinados às escolas primárias brasileiras.

De modo geral, é possível dizer que, ao longo do período estudado, essa tarefa foi realizada por pessoas com diferentes formações (medicina, teologia, direito) e ocupações (profissionais liberais, professores, políticos, funcionários públicos, literatos, religiosos), embora a quantidade de escritores vinculados ao campo educacional (magistério, direção de escolas ou de sistemas de ensino) tenha se acentuado à medida que nos aproximamos do último quartel do século XIX e início do século XX. Este dado endossa as observações realizadas por Bittencourt (2004, p.483) a respeito do perfil sócio-profissional dos autores brasileiros de livros didáticos. De acordo com esta autora, entre os anos de 1870 e 1880, escritores provenientes de outras esferas sociais promoveram uma certa mudança no perfil sócio-profissional que até então predominava neste ramo de atividade.

A composição desse segmento passou a ser mais heterogênea, agregando, como indicamos acima, pessoas com formações e ramos de atuação bastante variados. Em meio a essa composição

multifacetada, chama atenção a frequência de figuras cujas biografias, bem mais modestas, enfatizam marcadamente o seu envolvimento no campo educacional, além da presença de personagens sobre os quais ainda pouco ou nada sabemos.

A ascensão de autores cujo perfil sócio-profissional era bem menos pomposo deve-se, em boa medida, à iniciativa de vários governantes em incentivar a produção de obras escolares para os seus respectivos sistemas de ensino através da concessão de vantagens pecuniárias para aqueles que tivessem sua obra escolhida. Sem recursos para custear por si mesmos a edição de seus escritos didáticos, muitos foram aqueles que viram nessa medida a possibilidade de tornarem-se escritores. O crescente afluxo de pessoas interessadas em escrever textos escolares despertou certa desconfiança naqueles que viam nessa manifestação um certo ar de oportunismo para se beneficiarem das vantagens financeiras que o poder público oferecia.

*Houve um tempo em que, sem exaggero, de todos os recantos, dos mais remotos do Estado, surgiam, como por encanto, a granel, **escriptores didacticos**, a offerer ao commercio, aos editores da capital, seus productos – como obra prima de educação e de instrução.*

*O governo, por seu turno, no elevado intuito de desenvolver e auxiliar a instrução publica, approvando e adoptando uma obra submittida á sua apreciação, ultimava o seu acto, comprando parte da primeira edição, com grande gáudio do editor e contentamento esterlino do autor.*

*Dahi esse abuso inveterado, esse chuveiro de livros abundantes, pesados pelo volume e vasio de conceitos, a enriquecer o pasto das traças nas prateleiras dos editores: - methodos, contos, **literaturas**, versos, historias e outras bugigangas sem conta, como se fossem possíveis ainda novas surpresas, - quando autores congêneres da altitude de Köpke, Thomaz Galhardo, Rolim, Arnaldo Barreto e Pinto e Silva, tornando-os supérfluos, exgottam as innovações **incubadas**. (UM BOM LIVRO 1902, p. 75, grifos do autor)*

<sup>12</sup>

A suspeita lançada sobre essa legião de escritores praticamente desconhecidos e a crítica às suas produções não deixam de soar como uma estratégia corporativista de assegurar um espaço de preferência a um grupo de autores que já gozavam de certo prestígio no meio educacional da época.

À parte essas disputas, em termos geográficos vemos que, além de autores cariocas e paulistas, a atividade de escrever foi desenvolvida por pessoas nascidas ou residentes em diferentes regiões do País. Ainda que o nosso levantamento tenha confirmado o Rio de Janeiro —

---

<sup>12</sup> As citações apresentadas em *itálico* correspondem a transcrições realizadas a partir dos documentos-fontes. Nestas

Capital Federal e centro cultural do País – e São Paulo – Capital da economia cafeeira e pioneira na implantação de várias novidades pedagógicas — como redutos importantes de escritores, não deixa de nos surpreender a presença significativa de obras didáticas produzidas por mãos paraenses e amazonenses.

## 1.2 Compor textos didáticos: entre diferentes desafios

Como vimos anteriormente, figuras de destaque no cenário político, cultural e acadêmico não ficaram alheias à atividade de escrever textos escolares. No entanto, nem sempre esse envolvimento foi percebido como uma atividade culturalmente valorizada. Essa visão negativa em relação ao ofício de escrever textos didáticos, especialmente para o ensino elementar, é marcante nesse período da história do livro didático brasileiro. De acordo com análise empreendida por Bittencout (2004), o envolvimento destes intelectuais e políticos do século XIX com a escrita de obras didáticas é praticamente ignorado pelos estudos literários ou biográficos que sobre eles são feitos. Considerada uma produção de pouco prestígio cultural, alguns intelectuais preferem não ver seu nome associado à composição de obras escolares e por isso omitem ou dão pouca importância a sua faceta de autor desse gênero de texto.

Essa baixa valorização de que a atividade de escrever textos didáticos gozava parece entrar em descompasso com o movimento em defesa da nacionalização do livro didático e, sobretudo, com as perspectivas de ampliação do consumo que se abriam com a expansão da oferta de vagas no ensino elementar.

Para além desse ambiente aparentemente descompassado, que outros elementos permearam a atividade de escrever obras didáticas?

Considerando que todo trabalho de escritura é perpassado por um conjunto de representações que os autores possuem sobre o seu público leitor e sobre o gênero em que seus textos se inscrevem, resolvemos buscar na escrita de Abílio César Borges o ponto de partida para a análise deste tópico relativo ao trabalho de compor textos didáticos. Na introdução do seu *Segundo livro de leitura*, Abílio César Borges pontua alguns aspectos que caracterizaram o ambiente em torno do qual se realizava a tarefa de escrever textos escolares. Um desses primeiros

aspectos diz respeito ao desafio de escrever textos para um público escolar cujas aprendizagens eram orientadas por livros de autores portugueses. Para concorrer com essa produção, era preciso mostrar a sua inadequação quanto às qualidades que o texto escolar precisava ter:

*[...] deve ser quase inteiramente escripto com palavras conhecidas dos meninos, e em phrases e períodos tão curtos, como aquelles em que elles costumam exprimir-se; e os assumptos devem ser tão resumidamente tractados, que elles, cuja attenção e intelligencia são ainda tão rudimentares e fracas, possam, chegando ao fim do conto, lembrar-se do principio, e ter como diante da infantil imaginação inteiro o quadro que representa o facto lido, com suas peripécias e episódios, assim como a moralidade que de tudo resulta. Um livro que não se ache em tais condições, poderá ter toda sorte de méritos, porem nunca se dirá, nem adaptado, nem util para a instrucção da infancia. (BORGES, 1867b, p.IX).*

Ao enumerar as qualidades que um livro escolar deveria comportar, o autor baiano deixa transparecer novas formas de pensar e confeccionar livros escolares destinados ao público infantil tendo em vista, certamente, a emergência de um novo modo de perceber a criança e o ensino da leitura. No entender de Bittencourt, essa renovação no modo de escrever os textos didáticos é resultante da mudança que ocorre em relação ao seu público-alvo.

*O livro didático traz, desde sua origem, uma ambigüidade no que se refere ao seu público. O professor é figura central, mas existe o aluno. O livro didático não pode separá-los. A partir da segunda metade do século XIX passou a se tornar mais claro que o livro didático não era um material de uso exclusivo do professor, que transcrevia ou ditava partes do livro nas aulas, mas que ele precisava ir diretamente para as mãos dos alunos. O aluno era [...] um público compulsório, mas assumi-lo como consumidor direto do livro significava, para os autores e editores, atender a novas exigências, transformando e aperfeiçoando a linguagem do livro (2004, p.483).*

Embora Abílio César Borges não fosse iniciante na atividade de escrever livros escolares<sup>13</sup>, era um estreante na atividade de escrever livros de leitura para crianças e talvez por isso tenha se surpreendido com as dificuldades para realizar essa tarefa. Afinal era preciso incorporar aos seus textos escolares um estilo de escrita ajustado às peculiaridades desse novo público leitor. Diante dos desafios enfrentados, este autor chega a declarar que a confecção de “*Um livro proprio para*

---

<sup>13</sup> Em 1866, provável ano de publicação da primeira edição do 2º livro de leitura, o educador baiano já havia composto pelo menos duas obras escolares: *Grammatica da língua portugueza* (1860) e *Grammatica da língua franceza* (1860).

*leitura de creanças é cousa difficillima de fazer-se; muito mais difficil mesmo do que me figurava antes de emprehender a composição do presente.”* (1867b, p.VIII). Para aqueles que, depois de lerem seus textos de *estylo chão* e *desataviada linguagem*, julgarem a tarefa de escrever para a infância um empreendimento fácil de realizar, esse autor desafia-os a “[...] *tentar, somente a titulo de ensaio, a composição de uma pequena historia para creanças, e so com palavras e phrases d’elles conhecidas.*” (p.IX).

Esse projeto de livro ajustado à natureza infantil do seu público contrapunha-se ao modelo de livro que no cenário escolar daquele tempo parecia ser hegemônico. Para comprovar a incompatibilidade desses livros com o nível de desenvolvimento infantil, Abílio César Borges instiga seu leitor a examinar a linguagem, os temas e o estilo em torno dos quais eles são elaborados:

*Que se tome um livro qualquer dos admittidos em nossas escholas, mesmo dos mais aceitos, o Thesouro de meninos <sup>14</sup> por exemplo, e se leia ao acaso um trecho. Compreender-se-á immediatamente que nem o estylo, nem a linguagem, nem os assumptos, são apropriados para meninos de nove a onze anos. Alem de serem os assumptos longuissimamente tractados, os periodos, as phrases, e as orações são também longas demais para a débil attenção das creanças.*

*E si se considerar pelo que respeita ao estylo, certamente se chegará sem esforço á convicção de que os auctores de tais obras, escrevendo-as, miravam antes a ganhar a estima dos leitores adultos, do que a prestar serviço á instrucção da infancia.* (1867b, p.VIII).

Ao lado deste aspecto que nos remete à concorrência de dois projetos diferenciados de livros voltados para o ensino das crianças brasileiras à época de Abílio César Borges, um outro elemento caracterizador do processo de escrita pode ser inferido. Ele diz respeito ao campo de referências em torno do qual muitos autores brasileiros se apoiaram para produzir seus textos.

A ausência de uma tradição brasileira no campo da atividade autoral de textos escolares destinados ao ensino primário e os desafios de operar com novos parâmetros para a escrita dos mesmos devem, certamente, ter influenciado na decisão tomada por alguns autores brasileiros de recorrerem a referências européias para orientar as suas composições.

---

<sup>14</sup> Obra de autoria de Pedro Blanchard, publicada pela Imprensa Régia por volta de 1817, contendo 240 páginas. Sua utilização no meio escolar brasileiro parece ter se estendido pelo menos até a década de 1860 ou 1870. O próprio Abílio César Borges informa que, na falta de livro melhor, vinha adotando o *Thesouro de meninos* em suas escolas . (1867b, p. VIII).

Voltando ao caso dos livros de Abílio César Borges, vemos a utilização de uma operação que envolve os recursos da tradução, da adaptação e da reescrita de pequenos contos colhidos em livros infantis estrangeiros, além do trabalho de refazê-los e remendá-los *quatro, cinco e mais vezes* antes de considerá-los em condição de compor o seu *Segundo livro de leitura*. Naquele período eram comuns as viagens de autores brasileiros ao continente europeu para conhecerem, dentre outras coisas, os modelos pedagógicos em uso e as novidades relativas aos livros escolares. Segundo nos informa Blake (1893, p.3, v.1), muitos dos melhoramentos implementados nas escolas do Barão de Macaúbas resultaram das novidades que este trazia de suas freqüentes viagens à Europa. Joaquim Corrêa de Freitas, autor contemporâneo do Barão de Macaúbas, também aproveitou sua estadia em países do velho continente para se acercar das novidades e dos progressos alcançados na literatura, nas ciências e na educação. Segundo os dados constantes na biografia feita por Cunha, logo depois de ter se formado em medicina,

[...] *Dr. Freitas empreendeu uma viagem à Europa, onde demorou-se trez annos, percorrendo a Inglaterra, França, Bélgica, Hollanda, Austria, Allemanha, Itália, Suissa, Grécia, Hespanha e Portugal. Trouxe o distincto paraense grande somma de conhecimentos científicos e litterários, que depois revelou na sua vida publica. Extremamente dedicado ás cousas da instrucção do povo, procurava saber tudo quanto por toda a parte ião fazendo e escrevendo a respeito de tão importante assumpto. Discorria sobre a educação moral e physica de todos os paizes mais adiantados* [...] (1900, p.132).

Este procedimento que o educador baiano confessa ter utilizado para compor seu *Segundo livro de leitura* parece ter auxiliado na criação de outros livros escolares produzidos por autores brasileiros ao longo da segunda metade do século XIX. Arroyo (1968, p.83) menciona o *Livro do povo*, composto por Antonio Marques Rodrigues e publicado no Maranhão em 1861, como um trabalho escrito sob a influência de um livro homônimo, publicado em Portugal, em 1839. Menos incerta parece ter sido a compilação que Félix Ferreira fez de algumas obras, especialmente do livro francês de Eugenia Hippeau, para elaborar o livro *Noções da vida domestica*, publicada em 1879 na cidade do Rio de Janeiro. Além destes autores, livros de outras áreas disciplinares também tiveram sua composição pautada pelo modelo de livros europeus<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Segundo Bittencourt (2004, p.482) “Os livros de matemática, então desdobrada em aritmética, geometria, álgebra exemplificam essa produção modelada em obras européias.”

Na mentalidade de alguns dos escritores brasileiros, nada mais apropriado do que realizar seu trabalho apoiando-se nos elementos que os autores europeus vinham veiculando em seus livros escolares. Afinal, para muitos intelectuais e políticos brasileiros, as sociedades européias eram a síntese daquilo que havia de mais moderno e civilizado no mundo. Esta crença alimentou iniciativas de diferentes ordens que buscavam conformar o cenário sociocultural de diferentes regiões do País aos valores, costumes e formas de convivência dos europeus.

Dentre essas iniciativas encontra-se a prática corrente adotada por alguns governos locais de enviarem representantes seus para conhecerem modelos escolares europeus e avaliar a possibilidade de implementá-los em seus respectivos sistemas de ensino. Vale lembrar, no caso amazonense, a recomendação que o diretor da instrução pública faz ao Presidente da Província por ocasião do embarque de um Comissário do Governo encarregado de estudar o estado da instrução primária e secundária da França e da Bélgica:

*Parece-me Exmo. Snr. que muito lucraria a instrução Publica no Amazonas se ao cidadão delegado para cumprir tão honrosa missão fossem proporcionados meios para a aquisição dos Compêndios, modelos e mesmo plantas dos edifícios nas condições de melhorar o local das nossas escolas e a distribuição do ensino publico. (Ofícios da Instrução Pública, jun. dez. 1887 – 30).*

Dentro desta lógica, é preciso reconhecer que, apesar da origem estrangeira das lições *traduzidas, imitadas* ou *compiladas* pelos escritores brasileiros, os ensinamentos e valores que elas veiculam são ajustados aos ideais de formação de uma nação que se pretendia civilizada e moderna.

A incipiente originalidade que parece ter pautado a escrita de alguns de nossos primeiros textos didáticos destinados às escolas primárias, fez José Veríssimo levantar-se contra o perfil predominantemente estrangeiro do material de leitura destinado aos estudantes brasileiros: “*São muitos os escritores estrangeiros que traduzidos, trasladados ou, quando muito, servilmente imitados, fazem a educação da nossa mocidade.*” (1908, p.4). Diante dessa situação, propõe a reforma dos livros de leitura adotados nas escolas brasileiras a fim de que “[...] *ele seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime.*” (1908, p.6). Na mesma obra, José Veríssimo tece crítica não apenas aos títulos voltados para o ensino da leitura, mas também, aos livros de lições de coisas, de geografia e história pátria. Em todas elas, a mesma tônica: a queixa pela ausência de assuntos nacionais.

*Que si elle nos der lições de coisas [grifo do autor], não nos venha ensinar industrias, occupaões e usos que nos são completamente alheios, postergando as manifestaões, emborahumildes por ora, da nossa pequena actividade industrial. Que em vez de exclusivamente nos ensinarem o que é e como se prepara a lã ou o vidro, ou uma casa por processos inteiramente europeus; como nos devemos aquecer, nós que não temos disso necessidade, e que são os usos e empregos de madeiras e outros materiais que não possuímos, nos mostrem o que é, onde e como se cultiva a borracha, quaes os seus empregos e qual a hygiene profissional do seringueiro; que nos inculquem as noções mais claras, mais exactas e mais novas sobre a cultura do café, do cacáo, da canna ou do algodão, sobre as industrias pecuárias ou as industrias caseiras; como nós poderíamos fazer o queijo e manteiga ou como se constroe e, principalmente, como se deve construir a casa brasileira para que ella satisfaça plenamente as exigencias da hygiene, do conforto e das necessidades especiais do nosso clima. (VERISSIMO, 1908, p.6).*

Em outras passagens da obra de José Veríssimo fica claro que ele não se opõe a que os autores brasileiros lancem mão de modelos de livros escolares estrangeiros para a composição dos livros didáticos nacionais. O próprio intelectual paraense tomava as obras escolares estrangeiras como referências para a avaliação dos nossos livros escolares. Ao constatar as deficiências dos livros de geografia utilizados nas escolas brasileiras, Veríssimo chegou a recomendar que alguns livros estrangeiros fossem tomados como modelos.

*Quão longe estamos nós dos excellentes trabalhos allemães, inglezes, americanos ou francezes sobre isto! Em França, para não citar sinão os que nos são mais familiares, há no gênero os trabalhos verdadeiramente superiores de Lavoiseur, de Foncin e de Vidal Lablache, e na Inglaterra os de Geikie e outros. Porque não havemos desde já, embora com sacrificio – fecundo sacrificio — procurar imitar esses paizes e suscitar a adaptaão ao nosso paiz dos mais recentes e melhores trabalhos para o ensino escolar da geographia, da geographia patria sobre tudo? (1908, p. 91).*

A recomendação de Veríssimo não propõe, no entanto, uma imitação absoluta dos livros estrangeiros tomados como modelos. Afinal, era preciso ter em mente a necessidade de promover adaptações a fim de que o nosso livro, ainda que inspirado em referências estrangeiras, fosse capaz de transmitir ensinamentos das coisas brasileiras.

Embora os dados apresentados acima sugiram a forte influência de modelos de livros europeus sobre os textos didáticos tecidos por brasileiros, é preciso considerar que sobre a produção de alguns deles um forte peso parece ter sido exercido por um outro quadro de referências: aquelas resultantes das experiências pedagógicas de que vários autores de textos

didáticos eram possuidores. O próprio Abílio César Borges, em carta escrita na Europa, afirma que aproveitara a sua demora forçada para compor *algumas obrinhas elementares para as escolas brasileiras* de acordo com o que havia *ensinado a prática e o que por cá tenho visto*. (apud PFROMM NETTO; ZAKI; ROSAMILHA, 1974, p.170).

Não há como negar que um envolvimento com o meio educacional pode ter auxiliado alguns escritores a mobilizarem os recursos de escrita necessários à composição de textos didáticos mais ajustados, por exemplo, às demandas suscitadas tanto pela circulação dos novos ideários pedagógicos em voga naquele momento, quanto pelas exigências curriculares impostas pelas sucessivas reformas de ensino. Portanto, é a partir de um conjunto mais alargado de referências que deve ser analisada a atividade de escrita dos autores brasileiros.

Elementos de diferentes ordens foram moldando a forma e o conteúdo dos textos didáticos e auxiliando os escritores a tomarem decisões sobre a estruturação dos seus textos, os assuntos ou conteúdos a serem tematizados e o modo de ordená-los; os tipos de exercícios (caso decidissem pela sua inclusão), entre outras. Mas somente um estudo comparativo entre textos escolares de autores brasileiros e os textos estrangeiros que lhes tenham servido de modelo poderá indicar o grau de influência que estes exerceram sobre a escrita daqueles. Ao contrário do que, em um primeiro momento, fazem-nos interpretar os dados, um estudo dessa natureza poderá revelar uma certa inventividade dos autores brasileiros em relação a esses textos modelares. Tomando as reflexões que Certeau (1996) desenvolve sobre o consumo cultural, essa inventividade dos escritores de textos didáticos manifestar-se-ia não tanto pela criação de produtos próprios, mas pelas maneiras de empregar os objetos que lhes serviram de modelos.

Mesmo depois de vários textos escolares terem sido escritos por autores brasileiros ao longo de todo último quartel do século XIX, algumas das preocupações que orientaram o trabalho de escrita empreendido pelo Barão de Macaúbas permaneceram em evidência. A dificuldade de ajustar a escrita dos textos didáticos à natureza infantil, por exemplo, parece continuar desafiando a capacidade daqueles que se dedicavam à sua produção, até mesmo para autores de destaque no mundo das letras. Em *Poesias infantis*, publicado originalmente em 1904, Olavo Bilac confessa a dificuldade enfrentada para mobilizar as suas habilidades literárias ao compor poesias para crianças. Segundo ele:

*Quando a casa Alves & Cª me incumbiu de preparar este livro para uso das aulas da instrução primaria, não deixei de pensar, com receios, nas*

*dificuldades grandes do trabalho. Era preciso fazer qualquer coisa simples, acessível á intelligencia das creanças; e quem vive de escrever, vencendo dificuldades de forma, fica viciado pelo habito de fazer estylo. Como perder o escriptor a feição que já adquiriu, e as suas complicadas construcções de phrase, e o seu arsenal de vocábulos peregrinos, para se collocar ao alcance da intelligencia infantil? (1929, p.1)<sup>16</sup>.*

Se, por um lado, era necessário adotar uma escrita menos rebuscada e mais ajustada às capacidades de leitura e compreensão das crianças, por outro lado, Bilac receava incorrer em outros defeitos, tal seja:

*[...] a possibilidade de cahir no extremo opposto – fazendo um livro ingênuo de mais, ou o que seria peor, um livro como tantos ha por ahí, falso, cheio de historias maravilhosas e tolas que desenvolvem a credulidade das creanças, fazendo-as ter medo de cousas que não existem. Era preciso achar assumptos simples, humanos, naturaes, que fugindo da banalidade, não fossem também fatigar o cérebro do pequenino leitor, exigindo d'elle uma reflexão demorada e profunda.*

*Mas a dificuldade maior era realmente a da forma. Em certos livros de leitura que todos conhecemos, os auctores, querendo evitar o apuro do estylo, fazem períodos sem syntaxe e versos sem metrificação. Uma poesia infantil conheço eu, longa, que não tem um só verso certo! (1929, p.1).*

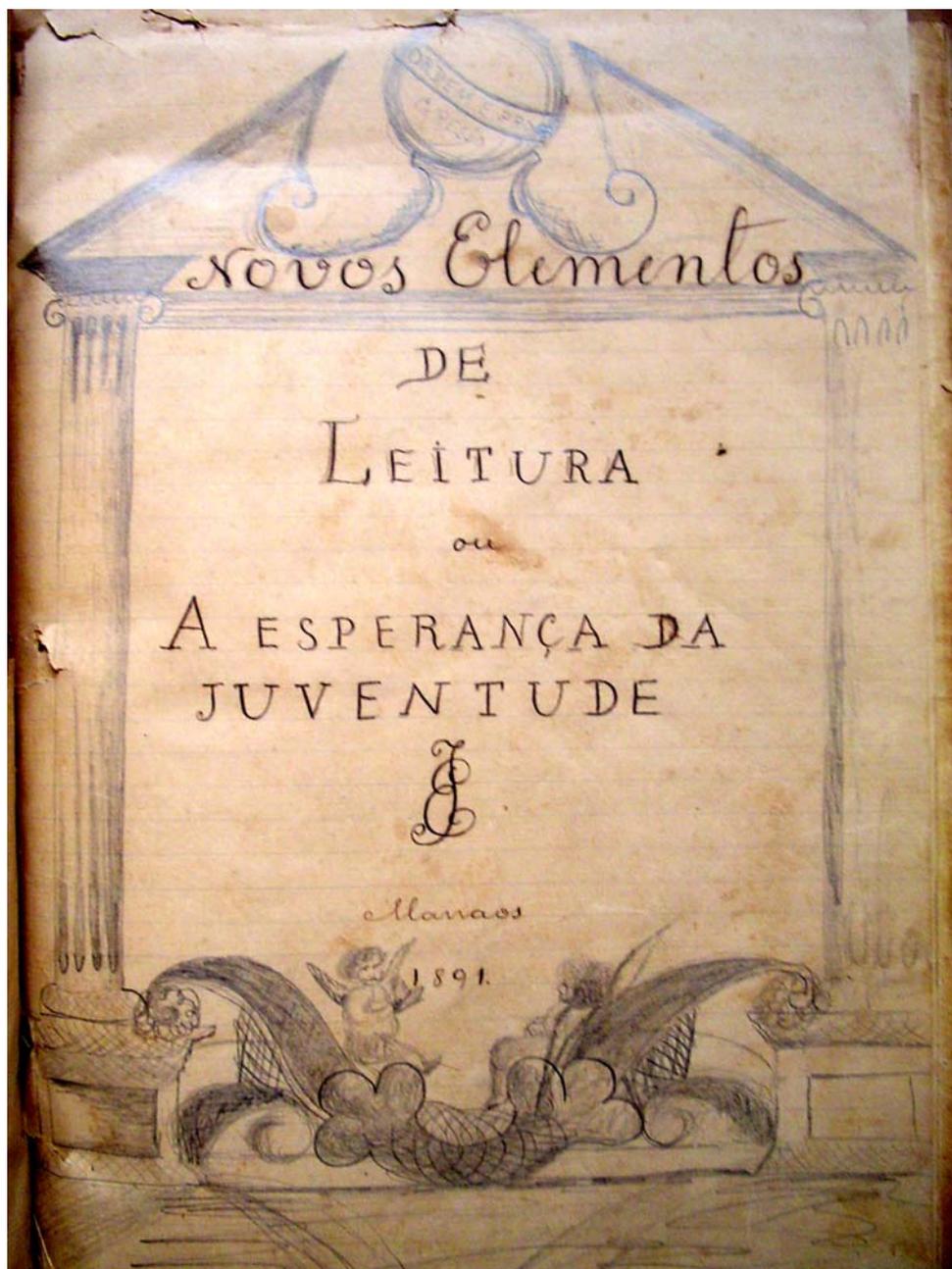
Para além das dificuldades de elaborar um livro de poesia para as crianças e das críticas que Olavo Bilac manifesta sobre alguns livros dedicados à infância, no primeiro fragmento que reproduzimos de sua fala, é possível flagrarmos a criação de textos escolares a partir de encomendas do seu editor. Isto nos remete a uma das formas de relacionamento que vão sendo forjadas, ao longo do período estudado, entre o segmento responsável pela escrita dos textos didáticos e os agentes encarregados de transformá-los em livros.

É sobre o complexo processo de transformação dos textos em livros que trataremos no capítulo seguinte. Um processo permeado por condicionamentos de ordem técnica e financeira e do qual participam pequenos e grandes livreiros; iniciativas do setor privado e de governos locais que vão tornando possível, com maior ou menor desenvoltura, a realização dessa transformação.

---

<sup>16</sup> Embora o exemplar consultado seja de 1929, a passagem citada corresponde a um trecho do texto escrito por Olavo Bilac para figurar como prefácio da primeira edição de *Poesias infantis*. De acordo com nota dos editores, este prefácio não foi publicado na primeira edição por esquecimento da oficina impressora, mas passou a ser veiculada





Capa da versão manuscrita do livro de autoria do professor amazonense, João da Costa Guimarães. Este exemplar foi encaminhado no dia 4 de dezembro de 1891, ao julgamento da Comissão da Diretoria da Instrução Pública encarregada de selecionar as obras escolares para serem impressas com auxílio do governo. (Acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA).



## **2. DA ESCRITA ÀS OFICINAS TIPOGRÁFICAS: OS TEXTOS TRANSFORMANDO-SE EM LIVROS**

### **2.1 O aparato tipográfico brasileiro e o livro escolar**

A assinatura do decreto de criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, em 1808, é um acontecimento bastante representativo para a história do livro no Brasil. De certo modo, esse decreto pode ser interpretado como um marco inaugural dessa história que, até então, vinha sendo marcada por um forte controle exercido pela coroa portuguesa sobre as tentativas de instalação de oficinas tipográficas e a circulação de impressos no território brasileiro<sup>18</sup>.

Embora a instalação da Imprensa Régia não tenha representado um relaxamento nas formas de controle e vigilância dos livros produzidos e em circulação no Brasil e tampouco tenha causado uma grande revolução nas práticas culturais envolvendo a leitura e a escrita, é indiscutível que a partir dela outras possibilidades para o processo de constituição da produção livreira e de uma sociedade letrada foram inauguradas em território brasileiro.

Dona do monopólio sobre a atividade tipográfica no Brasil, a Imprensa Régia viu-se no papel de produzir impressos para as mais diferentes finalidades. Seus prelos de madeira, de início destinados a imprimir atos da administração real, passaram a publicar textos que versavam sobre os mais variados temas. Algumas dessas publicações tinham como destino principal as salas de aula das instituições de ensino superior criadas durante a administração de Dom João VI. De acordo com Bittencourt (1993), “A maioria dos manuais impressos era composta de traduções francesas sobre matemática, física e alguns de filosofia e moral, além de livros para atender os

---

<sup>18</sup> A vigilância sobre a produção e a circulação de impressos fazia parte de uma política adotada pela Coroa Portuguesa para todo o reino, e não apenas em relação ao Brasil. A respeito das primeiras tentativas de estabelecimento de tipografias no Brasil e da repressão exercida pela Metrópole, ver: Lajolo e Zilberman (1996) e Martins (1998). Sobre a censura e vigilância exercida pela Coroa Portuguesa sobre a movimentação livresca no Brasil, mesmo depois da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, ver: Lajolo e Zilberman (1996) e Abreu (2003).

Cursos de Cirurgia e Anatomia transformados logo após, no Curso de Medicina do Rio de Janeiro.” (p.79).

Apesar da predominância de obras didáticas destinadas ao ensino superior, é possível identificar, no catálogo da Imprensa Régia, pelo menos dois títulos voltados para a formação do público infantil. São eles: *Leituras para meninos*, de José Saturnino da Costa Pereira, lançado em 1818, e o *Tesouro dos Meninos*, traduzido por Mateus José da Rocha<sup>19</sup>.

A expansão da atividade tipográfica do País passou a ganhar contornos mais definidos com o fim da censura prévia (1820) e do monopólio estatal da imprensa (1821). A partir de então, passou a ocorrer a abertura de oficinas tipográficas particulares em várias províncias brasileiras que, em seus primeiros anos, dedicaram-se à publicação de atos oficiais dos governos locais e periódicos “[...] mais ou menos efêmeros, mais ou menos amantes do escândalo [...]” (MARTINS, 1998, p.318).

Dependente da implementação de outros aparatos culturais capazes de ampliar o público leitor (instalação de bibliotecas, livrarias e adoção de uma política de escolarização mais contundente), a produção de livros no Brasil continuou bastante instável até meados do século XIX. Nos anos seguintes, ao fim do monopólio da impressão, destacaram-se, segundo estudo realizado por Hallewell (1985), as atividades editoriais desenvolvidas pelo francês Pierre René François Plancher de la Noé e seus sucessores Villeveuve e Mougnot e Paula Brito.

Essa mesma instabilidade caracterizou a produção de livros escolares. Hallewell (1985) afirma que “[...] a partir dessa época começaram a surgir vários livros, encomendados por seus autores para uso puramente local, e em muitas cidades os livros escolares [...] constituíram o primeiro produto da tipografia local, além de jornais.” (p.144). A partir dos reduzidos dados de que dispomos sobre esse período, é possível fazermos algumas suposições acerca do que seria o cenário nacional de produção dos livros escolares para o ensino primário. Ao que parece, a produção era pulverizada: tipografias localizadas, muito provavelmente, nas capitais de algumas províncias, encarregavam-se da impressão de pequenas tiragens de livros visando o atendimento das necessidades dos sistemas locais de ensino que, naquele momento, ressentiam-se da falta de textos escolares. Portanto, não nos parece correto pensar em circulação ampla e intensa dessas produções locais entre diferentes províncias, na medida em que o público almejado se encontrava nos mesmos limites geográficos e culturais dos locais onde os livros haviam sido impressos.

---

<sup>19</sup> Cf. Lajolo; Zilberman (1996, p.126).

Ao lado dessas produções, havia a previsão de que o ensino primário utilizasse a Constituição do Império<sup>20</sup> e a Bíblia Sagrada como livros de leitura, ao lado de Catecismos (de Claude Fleury, de Charency - Bispo de Montpellier e do Cônego Fernandes Pinheiro), cartas de a,b,c e de livros traduzidos ou escritos em Portugal. Além do material impresso, as chamadas "cartas de fora" (documentos cartoriais ou correspondências comerciais ou privadas) serviram para o aprendizado da leitura de manuscritos.

A esse cenário, que caracteriza a primeira metade do século XIX, seguiu-se um outro, mais visível e palpável, marcado pela atuação de três grandes livreiros-editores. Laemmert, Garnier e Francisco Alves<sup>21</sup> são nomes que iriam dominar o setor de produção e distribuição de livros no Brasil durante toda a segunda metade do século XIX. Embora suas atividades no mundo editorial abarcassem a produção e a venda de livros e impressos dos mais diferentes gêneros, a atuação dos três editores foi bastante significativa no nascente e promissor mercado de livros escolares, atentos, ao que parece, às perspectivas de lucros que surgiam no rastro dos movimentos em favor da expansão da escolarização da infância brasileira e da nacionalização dos textos escolares.

A forte presença dessas casas editoriais no setor de livros escolares pode ser atestada nos números apresentados por Bittencourt (1993) depois de levantar a origem editorial dos 318 títulos constantes no *Catálogo do Museu Escolar Nacional* de 1885. Segundo a autora, 44,2% desse montante foi editado por Garnier (21,5%), Lammert (12,3%) e Nicolau Alves (10,4%). Neste mesmo levantamento, também é possível constatar, em termos gerais, a permanência de obras escolares produzidas por editoras estrangeiras (de origem portuguesa e francesa) no mercado nacional de livros didáticos e a concentração acentuada de editores sediados no Rio de Janeiro.

Infelizmente, os números referentes aos livros editados no restante do País foram reunidos em um único item denominado, genericamente, de *Editoras das províncias*. Tal procedimento, embora importante para, comparativamente, tornar visível o predomínio das casas editoriais instaladas na capital do Império, torna difícil qualquer esforço de construir uma visão mais particularizada sobre a produção didática das demais províncias. De acordo com Tambara (2002), as produções regionais de livros escolares surgiram ainda na primeira metade do século XIX em províncias como Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, mas “[...] é a partir da década de 80 que

---

<sup>20</sup> Tal como previa o art. 6º da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827.

<sup>21</sup> Maiores informações sobre os mesmos podem ser encontradas em Hallewell (1985, 2005). Sobre a atividade editorial da Francisco Alves, desde a sua criação até os nossos dias, ver Bragança (2004).

se tornam mais freqüentes e na década de 90, em muitas províncias, se tornaram hegemônicas.”(p.30).

No caso da região norte, o levantamento realizado por Eidorfe Moreira (1989) lança algumas luzes sobre a produção didática do Pará durante a segunda metade do século XIX e o início do século XX, destacando um volume expressivo de obras de autores locais ou residentes na capital paraense, identificadas com os mais diferentes campos disciplinares. Boa parte dessa produção foi impressa no exterior (Bélgica, Itália, Portugal e França) e uma outra parte em Belém, através das oficinas tipográficas de editoras comerciais (Livraria Clássica) e oficiais (Instituto Lauro Sodré e Imprensa Oficial). No caso do Amazonas, os dados sobre a produção de livros escolares que conseguimos levantar referem-se, mais especialmente, à atuação do Estado neste segmento a partir de meados da década de 70 do século XIX.

As primeiras informações chegam-nos através do contrato celebrado entre o Tesouro Provincial e a Tipografia do Jornal *Commercio do Amazonas*, no dia 16 de fevereiro de 1875, visando a impressão de 500 exemplares da obra *Melhoramentos do Amazonas* e de 200 do *Compendio que ensina o uso do sistema decimal* do Capitão Bacharel João Ribeiro da Silva Junior, graças à cessão dos direitos de impressão feita pela viúva do referido autor. Antes que o contrato fosse celebrado, *Melhoramentos do Amazonas* sofreu algumas alterações promovidas pelas mãos do escritor Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha.

Nas cláusulas contidas no referido contrato é possível identificarmos as exigências impostas ao contratado quanto ao prazo de entrega (*noventa dias, a contar da dacta da aprovação deste contrato*) e à qualidade da impressão (*devidamente brochados, aparados e impressos em bom papel e com a devida nitidez*).

Pelo serviço, seriam pagos *oitocentos mil reis, depois de concluído e entregues os exemplares*. Mas até que isso ocorresse, era preciso preparar uma prova final da impressão de cada obra e enviá-las ao secretário do governo para que fossem inspecionadas, conforme estabelecia a cláusula quarta: *“O contratante é obrigado a remetter as ultimas provas dos referidos trabalhos, ao Secretario do governo, para por elle serem revistas e revizadas, e não poderá imprimil-as sem que tenham sido declaradas boas, e como tal por elle rubricadas.”* (Termo de Contrato 1873 a 1879 – 01).

## 2.2 Sob a proteção do Estado: os autores amazonenses e a composição de textos didáticos

A documentação levantada não nos permite precisar se a impressão das obras do Capitão Bacharel João Ribeiro da Silva Junior inaugurou na província amazonense uma fase de produção de livros escolares patrocinados pelo Estado e tampouco nos possibilita avaliar a intensidade com que esse papel de mecenas continuou a ser desempenhado pela instância governamental. No entanto, pela via legal, aparece uma sinalização daquilo que poderíamos considerar uma política de incentivo à elaboração de livros escolares por parte dos professores.

Promulgado em 14 de dezembro de 1881, o *Regulamento n° 42* estabelece as recompensas que seriam conferidas aos professores que mais se distinguissem na sua atuação profissional. Dependendo do critério de merecimento, os professores poderiam ser recompensados com uma *Menção honrosa em documentos oficiais*; um *Título honorário de membro do Conselho de Instrução*; uma *Gratificação adicional da 4ª ou da 3ª parte do ordenado*; ou com o recebimento de uma *jóia de 200\$000 a 2:000\$000 réis* (Art. 109). Tempo de serviço e ficha funcional isenta de qualquer repreensão ou punição eram critérios de distinção utilizados no momento de decidir quais professores teriam direito ao recebimento de uma das três primeiras recompensas acima mencionadas. No entanto, a última e mais importante recompensa estabelecida no artigo 109 seria conferida apenas ao professor que “[...] *publicar alguma obra moral, litteraria ou scientifica, original ou traduzida, que tenha por fim a instrucção ou a educação.*” (Art. 112).

A composição ou tradução de compêndios ou obras concernentes à instrução pública permanece no corpo do *Regulamento n° 47* (28 de março de 1883) como um dos critérios de distinção dos professores em condição de receberem recompensas do Estado (art.116). Diferentemente do regulamento anterior, as recompensas previstas para os professores autores de livros escolares seriam de duas ordens: prêmios pecuniários e / ou gratificações de mérito. No caso de concessão de gratificação de mérito, além de ter 15 anos de magistério e ser autor de alguma obra útil *sobre as matérias de ensino das aulas primarias*, o professor deveria atender, ao mesmo tempo, a outros critérios de distinção, tais como: *assiduidade, moralidade, confiança publica de sua aula*, entre outros (art.115 e 116). Quanto aos prêmios pecuniários, o Regulamento nos informa que “*Por instrucções especiais se regulará o procedimento que deve*

*observar-se para o exame das obras e estabelecer o justo preço com que devem ser premiadas.”* (art.112).

Independentemente de terem sido formuladas instruções para o exame das obras e a atribuição do valor da premiação, o fato é que o teor do ofício n° 55 da *Contadoria do Tesouro Provincial*, de 08 de abril de 1884, não deixa dúvidas quanto à fragilidade dessas medidas de incentivo à produção local de livros escolares ou, pelo menos, é reveladora da distância entre as intenções proclamadas na lei e a disponibilidade financeira para efetivá-las. Certo malabarismo orçamentário foi proposto ao Inspetor do Tesouro Provincial com o objetivo de efetuar o pagamento da gratificação a que tinha direito o Professor Raymundo:

*Havendo apenas no credito do n° 21 do §14 do art. 2 da lei do orçamento o saldo de 871.269 réis, não sendo por isso possível por ahi effectuar-se o pagamento de 1:500 000, que julgo deverá correr pela mesma verba, á falta de outra apropriada, ao professor do ensino primario do bairro de Nazareth Raymundo Agostinho Nery, proveniente da gratificação que lhe foi arbitrada pela obra – Noções de Geographia, de que é autor; peço a V.Ex<sup>a</sup> as necessárias providencias para que seja transferido para o dito n°, do n° 2 o preciso credito ou então os saldos dos n°s 7° ou 8°. (Ofícios do Tesouro Provincial à Secretaria do Governo jan-jul. 1884- s/n°).*

Essa fragilidade orçamentária parece não ter criado nenhum tipo de contenção nas medidas anunciadas nos documentos legais, tendo em vista o desejo de implementar uma produção local de livros escolares. Prova disso é que, além de estimular essa produção pela via da gratificação ou da premiação de professores que atendessem a esse chamamento, o governo provincial acenava até mesmo com a possibilidade de patrocinar a impressão de algumas obras escolares que fossem de interesse para o ensino da Província. Tal possibilidade foi timidamente anunciada já no *Regulamento n° 47*, ao definir como uma das incumbências do *Conselho Fiscal de Instrução* a emissão de parecer *Sobre o programma das obras que o Governo pretenda fazer compor e imprimir para uso das escolas primarias, e merecimento das que, compostas segundo o programma forem submettidas á sua apreciação.* (§3° do art. 265).

Mesmo que anunciada de maneira discreta, essa possibilidade de o Estado atuar como mecenas parece ter despertado o interesse autoral do professor de matemática da Escola Normal, Pedro Augusto Marinho. No dia 14 de dezembro 1883, amparado naquele dispositivo legal, resolveu submeter ao exame do *Conselho Fiscal da Instrução* um programa dos livros *Noções de Phisica, Chimica, Historia Natural e Lições de Coisas* que pretendia fazer imprimir:

*O suppte. reconhecendo que há falta n'esta Província de compêndios methodicos e appropriados para o ensino publico principalmente na parte que se refere ás noções de Physica, Chimica, Historia Natural, Lições de Coisas e etc. tão indispensáveis ao desenvolvimento intellectual da infância vem propôr-se, autorizado pelo citado artigo do regulamento (§3º do art. 265), a compor e fazer imprimir Compêndios de noções sobre as referidas matérias em uma linguagem ao alcance das intelligencias infantis, com gravuras destinadas não apenas a facilitar a compreensão do texto como attrair especialmente a atenção do menino e desenvolver-lhe o gosto pelo estudo.*

*O suppte. julga desnecessário [ilegível] em considerações tendentes a demonstrar a conveniência e utilidade de taes Compêndios para o fim que serão destinados. (Correspondências da Instrução Pública jan-dez 1883 – 17).*

A novidade estabelecida pelo §3º do art. 265 do *Regulamento 47* e a ausência de uma regulamentação mais clara sobre o assunto criaram situações interpretativas bastante distintas em relação aos procedimentos e atribuições que cabiam às partes envolvidas nas etapas de composição, avaliação e escolha das obras a serem impressas com apoio do governo provincial. O parecer emitido pela 1ª Secção do Conselho Fiscal da Instrução em 15 de janeiro de 1884 acerca do pleito do Professor Pedro Augusto Marinho é exemplar do quanto destoavam as interpretações que os membros da referida Secção e o solicitante faziam desse dispositivo legal. No entendimento dos membros do Conselho, o Professor Pedro Augusto Marinho cometeu alguns equívocos no encaminhamento de sua petição, inviabilizando, desta forma, a possibilidade de pleitear a impressão das obras que tinha interesse de publicar. No parecer, é explicitada a compreensão de que a definição e a elaboração de programas de obras escolares não são atribuições dos professores, mas do Governo que, juntamente com a Diretoria da Instrução Pública e o próprio Conselho, sinalizaria sobre quais disciplinas e assuntos gostaria que versassem os livros impressos com recursos financeiros públicos. Portanto, entendiam os membros do Conselho que, ao invés de encaminhar a este órgão um programa dos livros que ainda pretendia escrever, o referido professor deveria ter enviado, junto a sua petição, os originais de suas obras, compostas à luz dos programas já devidamente definidos pelo Governo e examinados pelo Conselho. Diante dessas constatações os pareceristas assim se posicionam:

*Não se acham pois comprehendidos n'esta disposição o programma e petição apresentados pelo referido professor, e nem do officio da directoria consta que o Governo tenciona fazer compor e publicar semelhantes compêndios. Não obstante é a secção de parecer que o seu autor componha as obras a que se propoz, e á proporção que estejam promptas submeterão o autographo á*

*censura do Conselho Fiscal que apreciando o mérito delas, resolverá como for de justiça. E sendo então approvados, seu autor terá direito a recompensa garantida no art. 112 do regulamento citado, além de serem as ditas obras preferidas para o ensino publico.*

[...]

*A secção não podendo antecipar parecer deffinitivo sobre o merecimento das obras que houverem de ser compostas, somente á vista do programma, limita-se a apresentar ao Conselho as considerações que acaba de fazer sobre as quaes este rezolvera como for mais acertado. (Correspondências da Instrução Pública jan dez 1883 – 17)<sup>22</sup>.*

Apesar de possíveis equívocos de interpretação que esse dispositivo poderia suscitar, ele reaparece no *Regulamento n°56*, de 17 de março de 1886, sem sofrer nenhum tipo de ajuste ou modificação na sua redação.

Mas qual foi a repercussão dessas medidas tomadas pelo dirigentes da instrução pública com o propósito de estimular a produção local de livros escolares?

O estado atual das fontes não nos permite alcançar respostas tão precisas. Considerando as informações que nos chegam pela documentação disponível, encontramos, para toda a década de 80, apenas oito correspondências de professores encaminhando suas obras à apreciação do Conselho da Instrução Pública. Esse dado poderia ser tomado, inicialmente, como indício de que as medidas adotadas pelo governo provincial repercutiram de forma muito modesta entre os professores amazonenses, sobretudo se considerarmos que esse número não representa o total de obras aprovadas pelo Conselho e, tampouco, que elas tenham sido efetivamente impressas, uma vez que muitas vezes os professores encaminhavam versões manuscritas de seus livros. No entanto, parece-nos mais correto considerar esse pequeno número apenas como uma amostra daquilo que estava sendo produzido pelos professores amazonenses em termos de livros escolares e que, de algum modo, resultavam das medidas adotadas pelo Estado para estimular essa produção.

---

<sup>22</sup> Vale o esclarecimento quanto à aparente incoerência entre a data do documento (15 jan. 1884) e o ano com o qual o códex se encontra identificado (1883-17). Encontramos no acervo do Arquivo Público do Amazonas vários volumes de manuscritos encadernados com documentos de anos nem sempre correspondentes ao ano de identificação do volume. Portanto, algumas vezes, poderemos fazer referências a documentos cuja data seja posterior ao ano referido na capa dos volumes de manuscritos.

**Quadro 2.** Relação dos autores e livros escolares amazonenses localizados ao longo da década de 1880

Autor/ função profissional	Título da Obra	Data do pedido de avaliação da obra ao Conselho	Indicadores do apoio oficial aos autores de livros escolares locais
<p>Pedro Ayres Marinho, Lente do Liceu e Bacharel em Letras. Trabalhou como redator do jornal <i>Commercio do Amazonas</i> e exerceu o mandato de deputado na Assembléia amazonense. No campo educacional, trabalhou como professor e tornou-se proprietário do Colégio Marinho. Como professor da rede pública de ensino, foi demitido “<i>a bem do serviço público</i>” em março de 1885. Em 1892, a documentação nos informa que ele desempenhava o cargo de professor de matemática elementar do Instituto Normal Superior, onde exerceu, também, o cargo de Vice-Diretor. Faleceu em 23 de fevereiro de 1893.</p>	<p><i>Arithmetica Elementar</i></p>	<p>Março 1882</p>	
<p>Pedro Augusto Marinho, professor de matemática da Escola Normal.</p>	<p><i>Noções de Phisica, Chimica, Historia Natural e Lições de Coisas</i></p> <p><i>Arithmetica</i></p>	<p>Dezembro 1883</p> <p>Dezembro 1882</p>	<p>Em 09 de dezembro de 1882 recebeu parecer favorável à adoção nas escolas públicas do ensino primário do Amazonas.</p>
<p>Domingos Theophilo de Carvalho Leal, professor efetivo de filosofia da Escola Normal. Era maranhense de nascimento. Educou-se em Zurich (Suíça), onde se formou em Filosofia e Belas-Artes. Sua passagem pela política foi bastante conturbada. Atuou como um dos principais propagandistas do regime republicano no Amazonas e, por conta disso, foi convidado para fazer parte da junta governativa do Estado.</p>	<p><i>Compendio de noções de geographia</i></p>	<p>Janeiro de 1884</p>	
<p>Raymundo Agostinho Nery, professor público do ensino primário da Escola do Bairro dos Remédios. No dia 18 de julho de 1888 foi removido para a Escola Prática da Escola Normal.</p>	<p><i>Compendio de Noções geraes de geographia</i></p>	<p>Janeiro de 1884</p>	

<p>Carlos Pereira Pinho foi professor público do ensino primário, exerceu o cargo de bibliotecário da Biblioteca Provincial do Amazonas. Foi Diretor do Instituto Normal Superior. Faleceu no dia 06 de maio de 1893.</p>	<p><i>Lições de Historia do Brazil</i> Em 8 de janeiro de 1915 um anúncio publicado no Diário Oficial do Estado informava que na Imprensa Oficial estava à venda a quarta edição <i>augmentada e correctá, das lições elementares – Historia do Brazil – pelo prof. Carlos Pinho, destinada às classes primarias.</i> (p.65422).</p>	<p>Dezembro de 1886</p>	<p>No orçamento de 1887 existe a previsão de pagamento do prêmio de 1:000\$000 ao prof. Carlos Pereira Pinho, pela obra de sua composição aprovada pelo Conselho Fiscal da Instrução Pública.</p>
<p>João Wilkens de Mattos Meirelles, professor público de Parintins.</p>	<p><i>Lições Rudimentares de Grammatica Portugueza</i>  Produzida a partir de uma compilação.</p>	<p>Agosto de 1888</p>	<p>Ato do Presidente da Província, de 10 de novembro de 1888, jubiloou o professor e arbitrou-lhe o prêmio de 2:000\$000 pela elaboração das Lições Rudimentares de Grammatica Portugueza, obra que foi approvada pelo Conselho Fiscal da Instrucção Publica. (Correspondência da Instrução Pública, jan- dez 1888 – 09)</p>
<p>Bacharel Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Diretor da Instrução Pública (1867-187-), membro do Conselho Superior de Instrução (18??), presidiu a Assembléia Legislativa Provincial.</p>	<p><i>Compendio de Geographia</i></p>	<p>Novembro de 1889</p>	

Fonte: Correspondências da Instrução Pública (vários anos) ,Coleção de leis da Província do Amazonas, Relatórios da Diretoria da Instrução Pública (vários anos).

A partir da última década do oitocentos, essas medidas de incentivo à produção local de livros escolares, que vinham sendo anunciadas nos regulamentos da instrução pública dos anos 80, deixaram de ser mencionadas nos regulamentos promulgados. Não há como negar que isto representa uma mudança de atitude do Estado em relação ao estímulo à produção de livros escolares pelos professores. No entanto, ao confrontarmos essa informação com outros documentos, deparamo-nos com a curiosa constatação de que, a despeito do silêncio dos regulamentos em relação a premiações, recompensas ou auxílio financeiro para publicação, alguns professores continuavam escrevendo suas obras escolares e o Estado concedeu auxílio para que algumas delas fossem publicadas.

**Quadro 3.** Relação dos autores e livros escolares amazonenses localizados entre as décadas de 1890 e 1900

Autor/ função profissional	Título da Obra	Data do pedido de avaliação da obra ao Conselho	Indicadores do apoio oficial aos autores de livros escolares locais
João da Costa Guimarães, professor público do ensino primário.	<i>Novos elementos de leitura ou A esperança da juventude</i>	Novembro de 1891	
Autor não identificado.	<i>Mentor da Infancia</i>	Nenhum pedido de avaliação da obra foi encontrado. A obra aparece em algumas listas de pedidos encaminhadas pelos professores no ano de 1894.	Lei nº 109, de 20 de outubro de 1894, autoriza o Governo do Estado a mandar imprimir a segunda edição.
Goeth Galvão de Carvalho, professor do <i>Lyceu</i> e, posteriormente, lente catedrático do <i>Gymnasio Amazonense</i> . Por volta de 1900 foi um dos membros do Conselho Superior de Instrução Pública.	<i>Licções Elementares de Geographia</i>	Junho de 1896	Decreto nº 134, de 07 de outubro de 1895, manda conceder a Goetz de Carvalho o auxílio de 6:000\$000, para a impressão da “Geographia do Amazonas”
Elesbão Alves Maya	<i>Elementos de Geographia do Brazil</i>	Dezembro de 1896	
Álvaro Arnoso de Mello Leitão <sup>23</sup>	<i>Conjugação dos Verbos Irregulares da Língua Franceza</i>	Março de 1898	
Antonio Monteiro de Souza. Formou-se em odontologia e exerceu o magistério no <i>Gymnasio Amazonense</i> , onde chegou ao cargo de Diretor. Exerceu a carreira política e por vários anos foi o representante do Amazonas na Câmara dos Deputados. Chegou a assumir interinamente o governo do Estado. Em 1898, quando dirigia o <i>Gymnasio Amazonense</i> , viajou ao Rio de Janeiro a fim de comprar livros para a biblioteca daquele estabelecimento de ensino. Além das obras compradas, conseguiu a doação de um outro tanto de livros. Em 1918 publicou <i>A união e o ensino primário</i> , onde reuniu os discursos proferidos na Câmara.	<i>Arithmetica dos principiantes</i>  Obra premiada com a medalha de bronze na Exposição Nacional de 1908.	Nenhum pedido de avaliação da obra foi encontrado.	Lei nº 366, de 02 de outubro de 1901, autoriza o Governador do Estado a conceder um auxílio de 3:000\$000 ao prof. Antonio Monteiro de Souza, para impressão da obra “Arithmetica dos principiantes”.

<sup>23</sup> Trata-se de um livro escolar destinado ao ensino secundário.

Salvador Carlos de Oliveira	<i>Elementos de Desenho</i>	Nenhum pedido de avaliação da obra foi encontrado.	Lei nº 520, de 18 de outubro de 1906, autoriza o Governador do Estado a conceder um auxílio de 3:000\$000 ao prof. Salvador Carlos de Oliveira, para a impressão de sua obra “Elementos de Desenho” para as escolas primárias”.
-----------------------------	-----------------------------	--	---

Fonte: Correspondências da Instrução Pública (vários anos), Coleção de leis do Estado do Amazonas, Mensagens do Governo (vários anos).

Independentemente da quantidade de obras que os professores do Amazonas tenham escrito e das formas adotadas pelo Estado para estimular essa produção, é preciso considerar quais eram as condições tipográficas existentes naquele período, pois foram elas que, em certa medida, favoreceram ou não a materialização, em forma de livro, dessa produção.

### 2.3 A atividade tipográfica no Amazonas

A atividade tipográfica no Amazonas teve início em 1851 pelas mãos de Manoel Silva Ramos (FARIA e SOUZA; SOUZA; BAHIA, 1908). O contrato para imprimir os trabalhos encomendados pelo governo provincial garantiu-lhe os recursos necessários para suas prensas produzirem o jornal *Cinco de Setembro*<sup>24</sup>. No entanto, até 1867, as limitações técnicas de seus equipamentos e o crescente volume de documentos oficiais para serem impressos levaram o governo da Província a mandar confeccionar parte desse trabalho nas editoras de Recife ou da Corte.

Nos anos que se seguiram, a atividade tipográfica pouco se expandiu e continuou intimamente identificada com a publicação de jornais e a produção de impressos oficiais. De acordo com informações contidas no *Almanack Administrativo da Província do Amazonas Para o Anno de 1874*, as três tipografias existentes tinham como principal atividade a produção de jornais locais, quais sejam: o *Commercio do Amazonas* (de Gregório José de Moraes), o *Diário do Amazonas* (de José Carneiro dos Santos) e o *Reforma Liberal* (de Manoel de Cupertino Salgado).

Seja por limitações técnicas, seja pelos custos envolvidos na produção, foi somente a partir da década de 70 que as oficinas tipográficas do Amazonas passaram a se dedicar à impressão de pequenos opúsculos. De acordo com Braga (1975), no ano de 1874 as prensas do *Diário do Amazonas* tornaram possível o lançamento do romance *Pai Domingos, ou o auctor de um crime nefando*; e, em 1877, dois mil exemplares da *Grammatica da Lingua Brasileira (Brasílica, Tupi ou Nheengatu)* foram impressos na oficina do *Commercio do Amazonas*. Essas informações são indicativas da incorporação de recursos técnicos e humanos que, aliados a outros fatores da conjuntura local, tornavam possível a fabricação de livros no Amazonas.

Já vimos anteriormente que em 1875, para imprimir os livros de João Ribeiro da Silva Junior, o governo provincial celebrou contrato com a Tipografia do Jornal *Commercio do Amazonas*. Muito provavelmente, para viabilizar a publicação de outras obras — de natureza didática, por exemplo — seus autores ou os representantes do governo precisaram recorrer às oficinas tipográficas dos jornais locais. Outra possibilidade seria mandar imprimir esses livros em editoras estrangeiras, como já ocorria com boa parte dos livros escritos por professores paraenses<sup>25</sup>. Se, por um lado, a documentação não nos permite confirmar se obras escolares amazonenses foram impressas fora do País, por outro lado, ela possibilita flagrarmos o caso de um livro — traduzido pelo professor amazonense Goetz de Carvalho — que teve sua impressão realizada em 1896, no Maranhão, pela *Typographia Perseverança*. Trata-se da obra *Os tres Reinos - Catálogo Resumido da pequena Collecção Escolar para uso de Lições de Cousas do Museu Saffray*, que seria utilizada na Escola Eduardo Ribeiro<sup>26</sup> e escolas primárias do Estado do Amazonas. Diante da vistosa homenagem que o autor rende “Ao Exmo. Dr. EDUARDO GONÇALVES RIBEIRO”, então Governador do Amazonas, não há como deixarmos de considerar a possibilidade de sua obra ter contado com o patrocínio, pessoal ou público, para a sua impressão.

Chama a atenção o fato de a obra de Goetz de Carvalho ter sido impressa quatro anos após a criação da Imprensa Oficial do Estado<sup>27</sup> que, de acordo com Monteiro (1986), dispunha

---

<sup>24</sup> O *Cinco de Setembro* foi o primeiro jornal produzido no Amazonas. Depois de alguns anos em circulação, passou a denominar-se *Estrella do Amazonas*. Cf. Faria e Souza (1908).

<sup>25</sup> Como já referimos, os trabalhos de Moreira (1989) e Coelho (2004) afirmam ter sido significativa a quantidade de livros impressos em casas editoriais estrangeiras da Bélgica, da Itália, de Portugal e da França. Dentre esses livros, podemos citar, por exemplo, o *Paleographo ou Arte de aprender a ler a letra manuscripta*, de autoria do médico paraense Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, que teve edições impressas em Portugal (1871) e na França (s.d).

<sup>26</sup> Refere-se a uma escola particular instalada em Manaus.

<sup>27</sup> Criada na administração do Governador Eduardo Ribeiro através da Lei nº 1, de 31 de agosto de 1892.

[...] do equipamento gráfico mais sofisticado que as fábricas européias, alemães, francesas e italianas produziam, e também as americanas, enriquecendo o esforço de comunicação. Linotipos, impressoras, máquinas de fabricar envelopes, da guereotípia, equipamentos completos de encadernação, sortimento variado de fontes e matrizes de cobre, estanho e bronze, para resistir anos, realizar o que na época nenhuma casa impressora de Manaus faria em concorrência. As obras gráficas saídas das oficinas da Imprensa Oficial eram louvadas e não foram poucos os prêmios obtidos em exposições nacionais e internacionais [...] (1986, p.13).

A importação de equipamentos tão sofisticados, juntamente com a instalação de duas pequenas oficinas - uma de litografia e gravura (xilografia) e outra de encadernação - representou um novo impulso para a prática tipográfica amazonense. Toda essa estrutura seria capaz de produzir as mais diferentes modalidades de impressos, extrapolando os limites de uma produção voltada tão-somente para a impressão dos atos da administração pública.

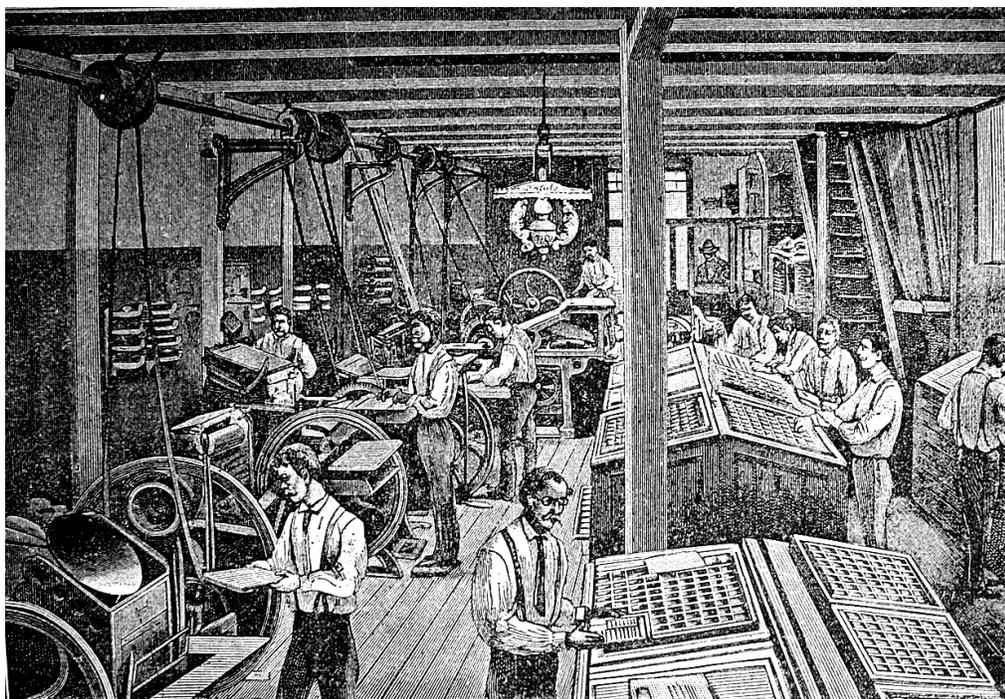
Em termos didáticos, um anúncio<sup>28</sup> freqüentemente publicado em exemplares do Diário Oficial sugere que pelo menos duas obras de professores amazonenses tenham sido produzidas em suas oficinas. Nesse anúncio constam a relação e os valores dos livros e folhetos vendidos nas dependências da Imprensa Oficial. A julgar pelo número de impressos de natureza oficial (coleção de leis, regulamentos, atos do governo), somos levados a pensar que se tratava de obras produzidas em suas oficinas. Dentre os inúmeros livros e folhetos relacionados, aparecem as obras: *Licções elementares de Geographia (especialmente do Amazonas)*, de Goetz de Carvalho e *Licções elementares de História do Brazil*, de Carlos Pinho.

No início do século XX, a *Livraria Palais Royal*, de Lino Aguiar & C<sup>a</sup>, destacava-se no cenário amazonense com a qualidade de seus trabalhos tipográficos exibidos nas páginas dos *Almanachs* que produzia e distribuía gratuitamente aos fregueses. Esses *almanachs*<sup>29</sup> serviam como vitrines, lugares onde eram expostos os recursos de impressão que naquele momento suas *officinas de typographia a vapor* e de encadernação eram capazes de oferecer ao público.

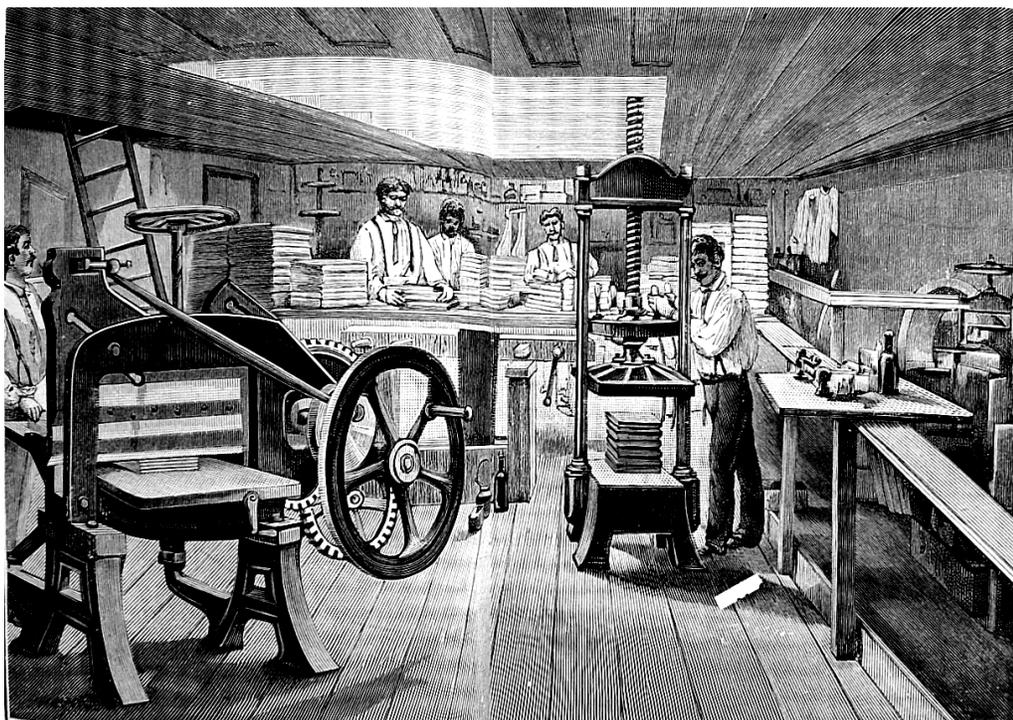
---

<sup>28</sup> A freqüência com que esse anúncio aparece publicado nas edições diárias do Diário Oficial é bastante variável. As informações apresentadas acima foram retiradas do anúncio publicado no Diário Oficial do dia 19/out./1898 (p.1504), mas é possível reencontrá-lo (às vezes com algumas modificações) em edições posteriores do Diário Oficial.

<sup>29</sup> Os *Almanachs* consultados são dos anos de 1905 e 1906.



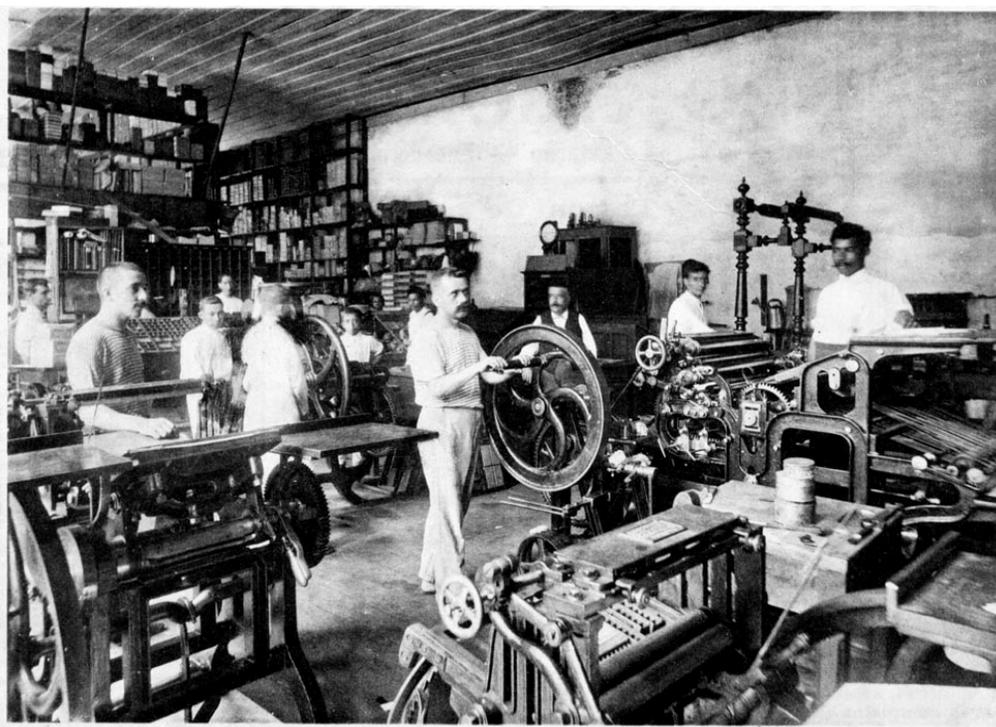
Oficina Tipográfica da *Livraria Palais Royal* In: Almanach para 1905: brinde da livraria Palais Royal.  
(Acervo do Museu Amazônico - Universidade Federal do Amazonas)



Oficina de Encadernação da *Livraria Palais Royal* In: Almanach para 1905: brinde da livraria Palais

Royal. (Acervo do Museu Amazônico - Universidade Federal do Amazonas)

Maquinário moderno também possuía a tipografia da *Livraria Universal*, revelando mais um caso de vinculação do comércio de livros com a atividade tipográfica. Era mais uma tipografia que despontava como uma firma suficientemente aparelhada para responder a qualquer tipo de demanda por impressos.



Oficina Tipográfica da *Livraria Universal*. In: Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas 1910.  
(Acervo do Museu Amazônico - Universidade Federal do Amazonas)

O emprego de equipamentos mais modernos parece ter motivado as empresas tipográficas locais a enviarem algumas de suas obras para concorrerem em exposições nacionais. No *Catálogo do Estado do Amazonas na Exposição Nacional de 1908*, é possível encontrar uma pequena amostra dos diferentes produtos com os quais o Amazonas participou da referida Exposição<sup>30</sup>. No caso dos produtos representativos do grupo nº 6 (*Typographia e outros processos de impressão*), aparece apenas uma obra da Casa Lino Aguiar C<sup>a</sup>, *impressa*

<sup>30</sup> Os produtos enviados para a Exposição Nacional de 1908 foram classificados em várias seções (*Agricultura, Indústria Pastoral, Artes liberais*, entre outras). A seção de *Artes liberais* foi subdividida em 12 grupos, entre os quais: *Istrução primaria, secundária, superior e technica; photographia; typographia, lithographia, phototyphia,*

*especialmente para figurar na Exposição Nacional*, e uma outra publicação da Imprensa Oficial. Mas ao percorrermos a lista de produtos representativos do grupo nº 5 (*Photographia*) é que nos deparamos com a diversidade de publicações (álbuns, mapas geográficos, catálogos, revistas, plantas topográficas...) produzidas pela Imprensa Oficial. Quanto aos materiais relativos ao grupo nº 1 (*Istrucção primaria, secundária, superior e technica*), encontramos referências aos livros *Arithmetica Elementar* e *Arithmetica Elementar do Principiante*, escritos pelo *lente cathedratico de mathematica elementar do Gymnasio Amazonense*, professor Antonio Monteiro de Souza. De acordo com o catálogo, essas obras foram premiadas (a 1ª com a medalha de bronze) na Exposição Nacional ocorrida no ano de 1904, em São Luiz, Maranhão.

— 120 —

**LIVRARIA UNIVERSAL**

Caixa Postal 161 **M. SILVA & C<sup>a</sup>** End<sup>o</sup> Teleg<sup>o</sup>: MALOSILVA

Rua Henrique Martins, 21 — **MANAÓS**

---

PAPELARIA	↓	CARIMBOS	↓	ENCADERNAÇÃO
TYPOGRAPHIA		ESTEREOTYPIA		PAUTAÇÃO

---

**LIVROS em BRANCO**, encadernação a ingleza e ligeira  
**OBJECTOS de ESCRITORIO**, artigos para desenho  
**ROMANÇES BARATOS**, bijouterias, etc.  
**TRENAS**, livros collegiaes, etc.

---

ENCARREGAM-SE DA EXECUÇÃO DE TRABALHOS TYPOGRAPHICOS COMMERCIAES E DE LUXO

---

*Premiada com 2 Medalhas de Ouro na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908*

Anúncio da *Livraria Universal* onde aparecem os serviços tipográficos . In: Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas 1910. (Acervo do Museu Amazônico - Universidade Federal do Amazonas)

O investimento na modernização das condições tecnológicas de produção de impressos não afastou totalmente a concorrência de empresas estrangeiras que percebiam o Amazonas como um possível mercado consumidor de seus serviços. Prova disso encontra-se estampada em anúncio de página inteira, publicado por uma casa editorial portuguesa no *Anuario de Manaos 1913 – 1914*.

*photogravura* e outros processos de impressão e reprodução; papelaria e objectos de escritório, encadernação; livros

Para desconforto dos proprietários das quatro tipografias amazonenses, o anúncio divulga uma variedade de serviços *communis e de grande luxo* que a *Editores Limitada* era capaz de realizar em suas *officinas movidas pela eletricidade*.

Este dado parece ser ilustrativo do quanto a melhoria das condições gráficas observadas em alguns Estados brasileiros não foi suficiente para impedir que boa parte dos livros escolares brasileiros continuasse sendo impressa fora do País. Éramos dependentes da importação de papel — produto caro em função da oscilação de seu preço no mercado externo e, também, das taxas de importação praticadas pelo governo brasileiro — para a realização de trabalhos gráficos. A redução da taxa de importação do quilo de papel-jornal (1897) e a implantação das primeiras fábricas de papel no Brasil (1889, 1890) não foram suficientes para a produção de livros escolares materialmente iguais aos produzidos fora do País.

De acordo com Martins (2001), o tipo de papel produzido nas primeiras fábricas brasileiras e aquele cujas taxas de importação haviam sido reduzidas não favoreciam a publicação de impressos de maior qualidade. Não era sem razão que José Veríssimo reclamava, entre outras coisas, da falta de qualidade material e tipográfica de nossos livros escolares.

*Pertencem realmente á infancia da arte umas gravuras que se nos deparam em alguns compendios de geographia, aliás de accôrdo com o péssimo papel, da impressão e, geralmente, da obra toda. Ninguém há hoje que ignore não é questão de nonada esta da perfeição graphica dos livros de ensino; faz isso também parte da educação, pelo lado esthetico. Vejam-se, por exemplo, os magníficos livros escolares americanos e especialmente os seus compendios de geographia – verdadeiras obras de luxo, apesar da extrema modicidade dos preços. (1908, p.93).*

Como já havíamos afirmado anteriormente, as fontes que conseguimos localizar não nos dão condições de precisar a natureza e o volume da produção local de livros escolares e nem nos permitem avaliar quais foram as repercussões que a introdução dessas inovações tipográficas no Amazonas, sobretudo a partir da última década do século XIX, exerceu sobre a produção efetiva desse tipo de impresso.

Aos nossos olhos, parece correto afirmar que, do ponto de vista estrutural (ou seja, da existência de locais e de profissionais qualificados), as condições para impressão de obras escolares no Amazonas do início do século XX eram mais favoráveis. No entanto, vale contrastar

esta afirmação com o dado levantado anteriormente de que foi justamente neste momento que os regulamentos deixaram de fazer menção a premiações, recompensas ou auxílio aos professores que escrevessem ou publicassem livros voltados para a instrução pública.

Vale salientar que a constituição de um pólo local de produção de livros escolares não foi uma iniciativa isolada do Amazonas. Hallewell (1985) identifica os primórdios dessa produção de circulação mais restrita em finais dos anos 40 do século XIX. Segundo ele: “[...] a partir dessa época (1846) começaram a surgir vários livros, encomendados por seus autores para uso puramente local, e em muitas cidades livros escolares como esse (*Lições de eloquência do padre Lopes Gama*) constituíram o primeiro produto da tipografia local, além de jornal.” (198, p.144). Trabalhos mais recentes sobre a história do livro didático no Brasil têm ajudado no conhecimento mais preciso sobre esses pólos de produção que se encontravam em locais distantes da sede do governo central.

O estudo desenvolvido por Bittencourt (1993) esclarece sobre as condições e o volume de produção de obras escolares em várias províncias brasileiras, tais como: Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo. Sobre as províncias do Pará e Amazonas, a autora afirma que a produção didática do Norte do País começa com a publicação da *Cartilha Imperial*<sup>31</sup>, editada em 1840 na cidade de Belém, mas “Vários outros livros didáticos continuaram a ser confeccionados em Belém e Manaus no decorrer do Império. É interessante observar que esta região, diferentemente de outras províncias que produziam, na maioria dos casos, obras de Gramática e de Aritmética, especializou-se em livros de Geografia.” (1993, p.99).

O levantamento realizado por Tambara (2002), com o objetivo de inventariar os livros destinados ao ensino das primeiras letras no Brasil durante o século XIX, também nos fornece informações importantes sobre a natureza desses livros, bem como acerca da “dispersão geográfica” de sua produção, editoração e circulação. Analisando mais detidamente o caso da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o autor busca demarcar os anos 80 e 90 como o período de emergência e de consolidação de autores e editores regionais no cenário de produção do livro escolar brasileiro<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Apesar da vinculação da Província do Amazonas com a do Pará, não conseguimos localizar registro algum de utilização desta cartilha, durante o período em estudo.

<sup>32</sup> O trabalho de Coelho (2004) identifica o período de 1890 a 1910 como sendo o momento de maior produção de livros escolares no Pará. Segundo a autora, neste período “[...] todas as disciplinas do ensino primário possuíam livros escolares publicados por autores paraenses, editados aqui ou em países estrangeiros. Os livros escolares com maior número de publicações foram os de gramática, leitura e moral e cívica.” (p.78).

No caso dos livros escolares adotados nas escolas do Rio Grande do Sul, o autor chega a admitir ter existido, a partir de 1895, um predomínio quase absoluto das obras produzidas por autores e editores regionais.

Uma situação relativamente diferente da produção rio-grandense ocorre no Amazonas, pois, nas listas dos livros adotados nas escolas locais, prevalece a adoção dos livros editados pelas empresas de Lammert, Garnier e Francisco Alves. Ao mesmo tempo observa-se, nessas listas, a presença de autores paraenses e de algumas cidades do nordeste, como teremos a oportunidade de observar mais adiante.

Por ora, talvez seja importante finalizar lembrando que “O manual está sujeito às limitações técnicas de sua época e participa de um sistema econômico cujas regras e usos, tanto no nível de produção como do consumo, influem necessariamente na sua concepção quanto na sua realização material.” (Chopin, 2002, p.14).

Manaus, 18 de Março de 1882.  
 ao Conselho de Instrução.  
 18282  
 3.

Mm.º Sr.º

Tenho a honra de offercer  
 a V. S.º um exemplar do 1.º tomo do  
 de minha "Arithmetica Elementar",  
 compendio essencialmente pratico  
 para uso das escolas primarias desta  
 Provincia, a fim de V. S.º se dignar  
 submettel-o à apreciação do Conse-  
 lho de Instrução, cujo parecer judi-  
 cioso com todo o respeito e acatamen-  
 to aguardo.

Deus Guarde a V. S.º

Mm.º Sr.º Agostinho Rodrigues de  
 Souza, D.º Director Geral da  
 Instrução Publica.

Cours de mathematique  
 de P. Ayres Marinho  
 Pedro Ayres Marinho

Carta do professor amazonense, Pedro Ayres Marinho, encaminhando exemplar de seu livro para exame do Conselho de Instrução Pública, em 18 de março de 1882. (Acervo do Arquivo Público do Amazonas).



### 3. CARTAS, PROPAGANDAS, DOAÇÕES...: ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO DO LIVRO ESCOLAR

Não basta os autores se ocuparem da escrita dos textos que irão ser transformados em livros escolares. Depois de realizado esse trabalho e de negociarem a publicação de sua obra, eles voltam a desempenhar um papel decisivo na tarefa de difundi-la.

No longo processo de profissionalização do escritor brasileiro e de nacionalização dos livros escolares, até o início do século XX é possível testemunharmos os autores investindo esforços não apenas na tarefa de escrever e publicar suas obras, mas também no papel de colocá-las em circulação. Em alguns casos, a responsabilidade dos próprios autores pela difusão de suas obras era formalizada em cláusulas contratuais.

No ano de 1862, por exemplo, o contrato de cessão de direitos autorais firmado entre o professor João Rodrigues da Fonseca Jordão e a empresa de Nicolau Antônio Alves é ilustrativo do papel que cabia a cada uma das partes envolvidas nessa transação. De acordo com Bragança (2004), para uma tiragem inicial de 4.000 (quatro mil) exemplares da obra *Exposição do systema metrico decimal*, do Prof. João Rodrigues da Fonseca Jordão, ficou estabelecido que:

[...] cabe ao editor pagar as despesas materiais de produção do livro: papel, impressão e acabamento (brochura, encadernações ou cartonagem). Os lucros serão divididos, após o pagamento dessas despesas, mensalmente, 50% para o editor e 50% para o autor. **Este, além do trabalho de fazer o original, obriga-se a promover o livro nos estabelecimentos de instrução, públicos e particulares** [grifo nosso]. (2004, p.6).

Uma das formas encontradas pelos autores para promoverem seus livros escolares foi o envio de cartas para as autoridades políticas das províncias brasileiras<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Alguns trabalhos fazem referência a esse tipo de recurso utilizado pelos autores de obras escolares, entre eles: Lajolo; Zilberman (1996) e Gondra; Teixeira(2004); Galvão (2005).

### 3.1 Cartas de apresentação: os autores negociando os seus livros

Em 21 de outubro de 1859, José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, autor de *Íris Clássico*, encaminhou a seguinte carta ao Presidente da Província do Amazonas:

*Ilm° e Exm° Snr: - Tendo sido honrado pela Directoria Geral dos Estudos da Província da Bahia com o convite para formular um livro, conveniente ao estudo, nas escolas brasileiras, e tendo-me sido igual honra conferida pela Directoria da Província de Pernambuco e outras, tomo a liberdade de levar ás mãos de V. Ex<sup>a</sup> um exemplar do – Iris Clássico – obra destinada a encher uma lacuna do ensino, onde for adoptada para uso das escolas, ás quaes, bem como ás Directorias de Estudo, ordenei que o livro fosse dado pelo aproximado preço de custo. Ouso pensar que assim se prestou um serviço á instrucção, fazendo que a infância beba um puro leite intellectual, acostumando-se, bem cedo, á phrase tersa e pollida, á palavra escolhida e appropriada, ao donoso dizer de nossos maiores, cuja a magestade se vai afogando no dilúvio de desmandos de ousados, e demolições de ignorantes.*

*Julguei do meu dever submitter este livro ao sábio juízo de V. Ex<sup>a</sup>, que, como competente juiz, decidira se n'elle concorrem, alem d'aquellas condições, as desejáveis em livros elementares, que não raro contribuem para formar o coração e o espírito dos cidadãos: amor de Deus, da Pátria, da Honra, do rei, da Virtude; e úteis conhecimentos históricos, scientificos ou litterarios, exarados em linguagem vernácula. (apud Relatório da Instrução Pública, 1860, p.IV).*

Esse era um procedimento bastante corrente entre autores de livros escolares e as autoridades políticas das províncias brasileiras<sup>34</sup>. Era através de cartas como estas que os autores (brasileiros ou estrangeiros) buscavam promover a adoção, a difusão e a circulação das suas obras nos diferentes sistemas de ensino. Junto com essas cartas enviavam um exemplar de suas obras para ser apreciado pelas autoridades de ensino das diferentes províncias.

Dependendo das regulamentações em vigor, o modo e o lugar de proceder ao exame dessas obras podiam estar mais centrados na figura do Diretor da Instrução Pública, ou então, mais localizados nas mãos do Conselho da Instrução. Por enquanto, interessa-nos abordar mais detalhadamente os elementos envolvidos neste ponto do circuito do livro escolar que é ligado à difusão. Ele está mais diretamente atrelado ao trabalho que autores e livreiros realizavam com o propósito de garantir a penetração dos livros escolares no sistema de instrução pública amazonense.

---

<sup>34</sup> Ver por exemplo Lajolo e Zilberman (1996).

No caso da carta de José Feliciano, antes citada, sua ênfase é na apresentação de seu livro e nas vantagens pedagógicas e econômicas de sua adoção. Além disso, preocupa-se o missivista em informar que a obra foi elaborada a pedido das autoridades das províncias da Bahia e Pernambuco, entre outras. Parece pensar que, com isso, agregaria antecipadamente um valor positivo à obra e a si mesmo.

No mesmo ano, temos a carta do Doutor Cezar Augusto Marques oferecendo seu livro *Almanack de lembranças brasileiras* para ser adotado nas escolas amazonenses. Inicialmente, o autor ressalta as características discursivas de seu livro e a adequação das mesmas ao nível intelectual de seus leitores potenciais: “*É uma collecção escolhida de diversos factos do Brasil, divididos em leituras pequenas e agradáveis para todos os dias do anno, escriptas em linguagem apropriada á acanhada intelligencia dos meninos, e aptas a desenvolver nêlles o gosto pelo estudo da Historia Pátria.*” (apud Relatório da Instrução Pública, 1860, p.IV).

De acordo com o autor, nesta sua obra de história pátria é possível encontrar informações sobre “[...] *a fundação de diversas Cidades, Villas e Aldeias, a vida de muitos homens illustres, a narração de muitos casos heróicos, a descripção dos usos e costumes de nossos indígenas, de muitos vegetaes, de seos empregos, etc., etc.*” (apud Relatório da Instrução Pública, 1860, p.IV). Ao contrário da carta anterior, Cezar Augusto assume uma posição mais explícita em relação ao valor de sua obra e às condições de pagamento. Propõe ao presidente da província a compra de “[...] *quatrocentos ou mais exemplares pelo módico preço de três mil réis cada um, pagos só na occasião da entrega dos exemplares*[...]”.

Em 02 de maio de 1860 o Presidente da província encaminhou a solicitação destes autores para apreciação do Diretor da Instrução Pública. Depois de reconhecer a validade das duas obras submetidas ao seu julgamento, o Diretor assim se posicionou:

[...] *parece-me que devem ser apresentadas á Assembléa Provincial essas propostas, que reverto, a fim de decidir como julgar acertado; por quanto ainda que eu reconheça a utilidade de ambas ellas, contudo os poucos recursos, que annualmente são arbitrados para a Instrucção Primaria, não podem ser distrahidos para a sua aquisição.* (apud Relatório da Instrução Pública, 1860, p.363).

Ao consultarmos outros documentos, na tentativa de acompanhar o percurso destes dois livros, não encontramos nenhuma referência que confirme uma adoção imediata dos mesmos no sistema de ensino da província amazonense. É de 04 de janeiro de 1872 o ofício do Diretor da

Instrução Pública<sup>35</sup> informando ao Presidente da província que já havia feito o pedido de 200 exemplares do livro *Íris Clássico* aos senhores Eduardo & Henrique Laemmert. Não conseguimos saber se essa aquisição ocorreu nesse ano pela primeira vez ou se isso já havia acontecido antes.

Tempos depois, foi a vez de João da Matta Araújo - professor da instrução primária no município da Corte, residente na 2ª escola pública da Freguesia da Glória, à Rua das Laranjeiras 47C, com quase 15 anos de magistério - submeter o seu pequeno opúsculo intitulado *Lições Práticas de Orthographia* à apreciação do Presidente da Província e, no caso de avaliação positiva, pedia a sua adoção nas escolas amazonenses. De sua carta, datada de 04 de dezembro de 1873, emerge a imagem de um autor-professor, capaz de organizar sua obra em função das necessidades observadas ao longo de sua experiência no magistério. Foi no cotidiano de suas salas de aula que percebeu a “[...] *difficuldade de obter dos alumnos das aulas primarias o escrever correctamente as palavras da língua portugueza tiradas da língua grega e latina [...]*” (Correspondência da Instrução Pública 1874-17). Ao indicar que o propósito de sua obra era “[...] *completar o ensino dado nos compêndios que tratão da matéria, e afim de conseguir practicamente o que de outro modo não se alcança dos meninos.*”, o professor João da Matta deixa transparecer uma visão crítica dos livros<sup>36</sup> destinados ao ensino da gramática, indicando a insuficiência e pouca eficácia dos mesmos em relação à aquisição e ao desenvolvimento de certas competências para escrever corretamente a língua portuguesa.

Antes de sujeitar sua pequena obra ao *esclarecido juízo* do Presidente da Província do Amazonas e pedir-lhe que, no caso de “[...] *julgal-a em condições de ser tambem util as escolas publicas dessa província, se digne a adotal-a nas mesmas[...]*”, João da Matta informa sobre

---

<sup>35</sup> Correspondências Instrução Pública 1872-09.

<sup>36</sup> Depreende-se que o professor João da Matta esteja se referindo aos compêndios em geral que naquele momento estavam sendo utilizados pelos professores do município da Corte para o ensino da gramática. De acordo com levantamento realizado por Pfromm Neto, Rosamilha, Dib. (1974), há várias gramáticas de autores brasileiros e portugueses que se encontravam em uso nas escolas brasileiras na segunda metade do século XIX. Os autores chegam a advertir que “Não é fácil discriminar, a partir dos títulos, [...] aquelas que têm caráter meramente introdutório, destinando-se mais aos professores e alunos de escolas elementares, e aquelas que se destinam aos cursos secundários ou superiores.”(p.195). Mesmo assim é possível relacionar algumas gramáticas brasileiras editadas antes de 1873 (ano da carta do professor João da Mata) e destinadas ao ensino primário. São elas: *Compendio de Grammatica portugueza da primeira idade*, de Cyrilo Dillermendo da Silveira (1ª edição em 1855 e a 6ª em 1872); *Grammatica da lingua portugueza*, de Abilio Cezar Borges (a 1ª edição é de 1860, com sucessivas edições); *Gramática da infância*, do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1861). Vale lembrar que, além das gramáticas, outras obras de caráter enciclopédico também podiam ser utilizadas para o ensino da gramática nas escolas primárias; dentre elas poderíamos citar o *Manual encyclopedico* do autor português Emilio Achilles Monteverde (a 9ª edição ocorreu em 1870).

alguns contextos onde a mesma tinha sido utilizada e bem aceita. Sua *obrinha*, segundo ele, foi “Aprovada pela imprensa da Corte, e além de bem aceita em vários collegios particulares, admittida nas escolas publicas deste município, mediante parecer honroso do respectivo Conselho Director, como se vê do Aviso de 10 de fevereiro ultimo” (Correspondência da Instrução Pública 1874-17).

De maneira geral, um mesmo esquema discursivo parece orientar a escrita dos autores das cartas aqui apresentadas. Sinalizam a natureza e o conteúdo das suas obras, destacando sua relevância para a formação escolar; enfatizam a aceitação ou a aprovação de suas obras em instâncias de avaliação (diretorias ou conselhos da instrução pública), ou em contextos escolares (sistemas de instrução ou colégios/escolas); indicam as vantagens monetárias na aquisição dos livros tendo em vista o preço dos mesmos e/ou as condições de pagamento que são oferecidas.

Ao conjunto dessas correspondências de autores nacionais e, ao que tudo indica, pouco conhecidos na província amazonense, junta-se a missiva do consagrado escritor português Emilio Achilles Monteverde, autor de livros escolares com larga utilização em Portugal e no Brasil. Em 28 de fevereiro de 1875, Monteverde encaminhou carta ao Presidente da Província do Amazonas oferecendo-lhe exemplares do *Methodo Facillimo para aprender a ler e escrever no mais curto espaço de tempo possível* e da 10ª edição do *Manual Encyclopedico*, a fim de que os mesmos pudessem ser conhecidos e examinados para serem adotados nas escolas primárias da província.

É certo que vários dos elementos discursivos utilizados pelos autores anteriormente examinados reaparecem na carta de Monteverde. No entanto, são apresentados ao lado de outros, procurando ampliar o horizonte de receptividade de suas obras em seu destinatário.

Embora o autor lusitano tivesse enviado exemplares de duas obras para serem apreciadas pelo Presidente da província, sua preocupação parecia estar centrada exclusivamente sobre o *Manual Encyclopedico*. Tanto é verdade que ao longo de sua carta todos os argumentos são para demonstrar as qualidades deste. Inicialmente Monteverde ocupa-se em apresentar o *Manual Encyclopedico* como um sucesso editorial do mercado de livros escolares. Todos os seus argumentos vão ao encontro dos números que contam a favor de sua obra:

*Tendo-se esgotado, em menos de 4 annos, a 9ª edição, de 42.000 exemplares, do "Manual encyclopedico" [grifo do autor] para uso das Escolas de Instrucção primaria do 1º e 2º gráo, procedi á publicação da 10ª edição, também de 42.000 exemplares, approvada como a precedente, pela Junta Consultiva de Instrucção publica, como se vê do Diário do Governo de 17 de Novembro*

*ultimo, e com melhoramentos taes, que tornão cada vez mais interessante esta obra, cuja utilidade está tão geralmente reconhecida, assim em Portugal, como no vasto Império do Brasil. (Correspondências da Instrução Pública 1875-01).*

Os números atestam um reconhecimento público da obra, e este é um aspecto que Monteverde está interessado em enfatizar. Ele parece antever o quanto essas informações podem repercutir favoravelmente no momento de as autoridades de ensino decidirem sobre a adoção ou não do material. Para isso recorre a uma espécie de *curriculum* editorial do *Manual encyclopedico*:

*Se pois o mérito de um livro e a conveniência da sua adopção se avalião pelo numero d'exemplares das suas edições, e a brevidade com que se extrahem, ocioso é acrescentar cousa alguma para recomendar o "Manual encyclopedico" , por isso que falla mais alto do que tudo quanto se poderia dizer em seu abono, o facto de haver sido a 1ª edição de 205 exemplares; a 2ª de 4.250, indo as outras em progressivo augmento, a ponto que a 6ª edição e a 7ª foram de 30.000 exemplares cada uma; a 8ª e a 9ª, de 42.000 e a 10ª, também de 42.000, como acima fica dito; o que se póde averiguar na Imprensa nacional de Lisboa, e recorrendo ao acreditado D"iccionario bibliographico" do Snr Francisco Innocencio da Silva [grifo do autor], tomo 2º pág.226; e tomo 9º pág 169, aonde se faz menção, não só desta, mas tambem das outras minhas humildes composições litterarias, e do numero d'exemplares de cada uma das suas edições. (Correspondências da Instrução Pública 1875-01).*

Ainda que este *curriculum* editorial invejável deva ser percebido como resultante da expansão dos sistemas escolares de Portugal e do Brasil, não podemos deixar de percebê-lo como indicativo do sucesso de vendas que o *Manual* de Monteverde alcançou no interior do mercado de livros escolares.

De início os números falam por si mesmos e Monteverde parece convencido de ser desnecessário levantar qualquer outro argumento para demonstrar a *conveniência* da adoção de sua obra. No entanto, algumas linhas depois, decide acrescentar novos elementos em defesa da mesma. Primeiro enfatiza a pertinência do conteúdo veiculado pelo *Manual*, destacando que o mesmo oferece a vantagem de:

*[...] conter quase todas as disciplinas que se dão nas Escolas de Instrução primaria do 1º e 2º gráo, de Portugal, bem como, em grande parte, aquellas sobre que versão os exames dos concorrentes ao magistério primario, e para os exames de admissão nos Lyceus nacionaes, alem de varias outras noções de reconhecida utilidade para aquelles que desejarem instruir-se, principalmente das cousas de Portugal. (Correspondências da Instrução Pública 1875-01).*

Além de destacar a natureza diversificada e abrangente dos conteúdos do *Manual Encyclopedico*, o que permitiria uma utilização diversificada por leitores em diferentes situações de escolaridade e de aprendizagem, o autor também enfatiza o aspecto econômico e prático de sua obra e faz breves referências à materialidade desta. Diz ele que a aquisição de seu *Manual* é vantajosa por:

*Proporcionar aos Paes de família, reunindo n'um só volume, nitidamente impresso, e pelo módico preço de 480 reis em brochura (comprado em Portugal) aquilo que até agora era necessário procurar em muitos livros com grande trabalho e despezas para habilitarem seus filhos a seguirem estudos mais assentados e profundos e a entrar no mundo não ignorando o valor de grande multidão de vocábulos, a que sem esta instrução primeira não ligarião nenhuma ideia.* (Correspondências da Instrução Pública 1875-01)

Um último recurso é utilizado por Emilio Monteverde como parte da estratégia de convencimento de seu interlocutor. Além de enviar um exemplar de cada uma das obras para as quais solicita o exame do Presidente da província do Amazonas, remete também os *annuncios*, tomando a liberdade de chamar a atenção do Presidente para o seu conteúdo, “[...] *principalmente para a parte geographica do ‘Manual encyclopedico’* [grifo do autor] *que trata do Brasil.*”

Em levantamento dos livros destinados às escolas primárias do Amazonas vemos que tanto o *Methodo Facillimo para aprender a ler e escrever no mais curto espaço de tempo possível* quanto o *Manual encyclopedico* figuravam, naquela época, entre os livros adotados pela Diretoria da Instrução Pública. A primeira referência aos mesmos apareceu já em 1858 e os dados nos dão indicações de que eles continuaram sendo utilizados nos anos subseqüentes, até pelo menos o ano de 1883.

As informações sobre a utilização das obras do autor português no contexto escolar amazonense colocam-nos diante de alguns questionamentos: qual o sentido da carta que Monteverde encaminhou às autoridades responsáveis pela instrução no Amazonas em fevereiro de 1875? Qual o propósito de solicitar a adoção de suas duas obras, uma vez que já vinham sendo utilizadas pela rede escolar amazonense há pelo menos 17 anos?

A partir das informações de que dispomos podemos levantar algumas respostas para essas questões. A primeira possibilidade seria reconhecer a solicitação encaminhada por Monteverde como resultante de um desconhecimento, por parte dele, de que suas obras já tinham uma

tradição de uso nas escolas do Amazonas. Neste caso, a hipótese mais provável é que suas obras, já adotadas em outras províncias brasileiras, tenham migrado para o Amazonas em decorrência de um fluxo de comunicação<sup>37</sup> existente entre estas, o que permitia um conhecimento recíproco daquilo que vinha sendo pensado e praticado, por exemplo, em termos do ensino e da leitura. As obras de Monteverde, portanto, teriam entrado em circulação no Amazonas sem a negociação do autor com as autoridades locais responsáveis pela Instrução Pública.

Poderíamos ainda aventar a hipótese de as obras de Monteverde, em circulação no Amazonas, serem edições brasileiras não autorizadas, o que explicaria o fato de o autor português não ter conhecimento de sua utilização nas escolas amazonenses. Hallewell (1985) fornece-nos indicações da existência de editoras brasileiras que imprimiam ilegalmente obras de autores portugueses. Segundo ele,

A inexistência de proteção internacional dos direitos autorais no Brasil até 1912 foi de considerável importância para a sobrevivência e o crescimento das editoras nacionais [...]. Na verdade, não havia *nenhuma* (grifo do autor) verdadeira lei de direitos autorais, como tal, no Brasil, até 1898. (p.170).

Apesar dessas indicações sobre a existência de violação de direitos autorais no cenário brasileiro, elas ainda não são suficientes para sustentarmos a hipótese de edições clandestinas das obras de Monteverde, visto que os casos identificados por Hallewell (1985) referem-se a impressões ilegais de obras literárias, e não de livros escolares.

Uma terceira possibilidade de resposta às nossas questões toma a carta de Monteverde como uma estratégia para dar a conhecer a nova edição (10ª) de seu *Manual encyclopedico*, acrescida de *melhoramentos taes, que tornão cada vez mais interessante esta obra*. Isto explicaria a razão de, na sua carta, Monteverde argumentar em favor apenas do seu Manual, deixando em segundo plano a referência à sua outra obra (*Methodo Facillimo para aprender a ler e escrever no mais curto espaço de tempo possível*).

Por fim, uma quarta hipótese poderia ser formulada tendo em vista o nascente movimento de nacionalização dos livros escolares, que passou a ganhar terreno com as críticas de intelectuais brasileiros aos livros portugueses, que até então circulavam em maior número no Brasil.

---

<sup>37</sup> Um dos canais de comunicação são as correspondências oficiais. No período estudado encontramos cartas entre as autoridades de diferentes províncias, que solicitam ou fornecem informações sobre o funcionamento dos mais diferentes ramos da administração pública, dentre eles, o serviço da Instrução Pública.

Gonçalves Dias, em visita à Província da Bahia, não escondeu a sua insatisfação em relação aos livros adotados para as escolas primárias baianas.

*[...] foram ali admitidos os Compêndios de Monteverde, com injúria, e prejuízo dos Escritores brasileiros e baianos, superiores de muito ao autor português; estão admitidos somente estes; A Gramática, Aritmética e Moral de Monteverde e Catecismo de Fleury e a Caligrafia de Vanzeller, de que se não puderam litografar exemplares.*

*[...]*

*Resultou que a Gramática de Monteverde é adotada nas Escolas para exercícios de leitura e pessimamente; porque a impressão, como de outras dizia o Conselho, está cheia de vergonhosos e grosseiros erros...” (1852, apud ALMEIDA, 1989, p.363).*

Na escrita de Gonçalves Dias o movimento de oposição aos livros escolares portugueses materializou-se através das críticas contundentes que ele fez ao modo como o Conselho de Instrução Pública baiano vinha privilegiando os livros portugueses, em detrimento das obras de autores locais.

Não apenas na voz de Gonçalves Dias os livros de Monteverde foram referenciados como inadequados à formação escolar das crianças brasileiras. José Veríssimo reforçou o coro daqueles que se opunham à adoção dos livros escolares estrangeiros e reportou-se, também, ao *Manual* de Monteverde como um dos livros exemplares desse estrangeirismo que permeava o material de leitura na época em que era estudante. Segundo ele,

*São muitos os escritores estrangeiros que traduzidos, transladados ou quando muito, servilmente imitados, fazem a educação da nossa mocidade.*

*Seja-me permitida uma recordação pessoal. Os meus estudos feitos de 1867 a 1876 foram sempre em livros estrangeiros. Eram portugueses e absolutamente alheios ao Brasil os primeiros livros que li. O Manual enciclopédico de Monteverde, a Vida de D. João de Castro de Jacinto Freire 91), os Lusíadas de Camões [...].(VERISSIMO, 1908, p.4).*

Esta aversão aos livros portugueses e o movimento favorável à nacionalização dos livros escolares destinados às escolas brasileiras ganhou força com a emergência dos primeiros livros escolares escritos por mãos brasileiras. Em 1875, ano da carta enviada por Monteverde ao Presidente da Província amazonense, alguns autores brasileiros já haviam publicado livros destinados ao meio escolar e passavam a competir com Monteverde (e outros autores portugueses) no mercado nacional de livros didáticos.

A figura de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, pode ser tomada como um caso de destaque no cenário editorial brasileiro. Em 1868 lançava seus livros graduados de leitura, destinados às diferentes séries do ensino primário, e pouco tempo depois já era considerado um dos mais bem sucedidos escritores brasileiros dedicados à produção de obras escolares. Além dele, podemos voltar à carta do professor carioca João da Matta Araújo<sup>38</sup> para ilustrar o caso de autores de menor peso que iam aos poucos buscando sua inserção no campo de produção dos livros escolares.

Tendo em vista essas referências, vale retomar a quarta hipótese formulada por nós a respeito dos possíveis propósitos que orientaram a carta de Monteverde endereçada ao Presidente da Província do Amazonas. Considerando o cenário exposto anteriormente, é provável que Monteverde buscasse garantir um mercado que até então vinha dominando sem muitos problemas, mas que naquele momento passava não apenas a ser menos receptivo às obras de autores portugueses, mas também a acolher livros escolares brasileiros.

Por força da tradição ou dos argumentos de Monteverde, suas obras continuaram sendo adotadas nas escolas do Amazonas até 1880. Mesmo assim, em 1882, os livros de Monteverde ainda continuavam a ter seus defensores no interior da Comissão encarregada, pelo Conselho Fiscal da Instrução Pública, de examinar os livros e compêndios a serem adotados nas escolas primárias. Em um de seus pareceres, a Comissão afirma:

[...] o *Manual encyclopedico de Emilio Achilles Montevide* [sic] e antes deste o *Methodo facillimo do mesmo autor* reúnem as condições precisas para o ensino primario, deviam ser adoptados de preferênciã aos 1º, 2º e 3º Livros de leitura do dr. Abílio Cezar Borges, e a quaisquer outros compendios de arithmetica, catecismos de civilidade, historias bíblicas, grammaticas portuguezas, geographia e historia universal, porque alem das vantagens que oferecem ao ensino aquelles dois livros, tambem a experimentariam pelo lado econômico os cofres provinciais e os pais dos meninos não necessitados. (Correspondência da Instrução Pública jan-dez 1882 – 09).

É interessante observar que alguns dos argumentos utilizados por Monteverde, em sua carta de 1875, reaparecem no parecer da Comissão<sup>39</sup>. Ocorre que a forma adotada naquele momento

---

<sup>38</sup> Como vimos anteriormente, trata-se de uma carta datada de dezembro de 1873, encaminhada pelo referido professor ao Presidente da Província do Amazonas, pedindo para que avaliasse a sua obra, *Lições Práticas de Orthographia*, para sua adoção nas escolas públicas amazonenses. Na carta o professor informa que sua obra já vinha sendo utilizada em algumas escolas da Corte.

<sup>39</sup> Vale recuperar trecho da carta em que Monteverde defende que seu Manual poderia *proporcionar aos Paes de*

para a realização da escolha dos livros escolares previa a consulta aos professores do ensino primário, e apenas a professora da Escola Mista do Bairro de São Sebastião, na Capital, manifestou-se favorável ao parecer da Comissão. Esta parece ter sido uma das últimas tentativas oficiais de retomar a utilização das obras de Monteverde nas escolas do Amazonas.

Em maio de 1883, uma outra carta encaminhando livros escolares para avaliação chegou de Pernambuco até a Secretaria da Presidência da Província. Nesta, seu autor, Landelino Rocha, informa os locais onde seus livros mereceram aprovação para circularem. Segundo ele, suas obras (*Primeiro livro de leitura ou Carta do ABC para uso da infância*, o *Segundo livro de leitura para uso da infância brasileira* e o *Terceiro livro de leitura*) foram aprovadas [...] *para o ensino nas aulas primarias de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí* [...]. Embora fosse uma obra conhecida nas províncias do nordeste, o autor adverte [...] *não estar em condições de poder fazer offerecimentos de seus livros para serem distribuídos pelas escolas dessa província* [...], mas, para compensar essa falta, compromete-se a vendê-los no Amazonas pelos *baratissimos preços de – 300 [ilegível] o primeiro, 1\$000 o segundo, 1\$200 o exercício e o livro de historias*. (Correspondências da Instrução Pública jan.- dez. 1883 – 17).

Além das cartas aqui mencionadas, outras continuaram sendo endereçadas às autoridades responsáveis pela Instrução Pública da província. Através delas, outros autores apresentam suas obras e a si mesmos: enumeravam algumas de suas qualidades pessoais e profissionais; mostravam as vantagens pedagógicas e econômicas que poderia representar a adoção de suas obras; mencionavam os contextos em que seus livros gozavam de prestígio e de sucesso.

De acordo com a documentação consultada, essa prática continuaria em vigor pelo menos até final do século XIX. Em 1882, por exemplo, a carta de Gregório José de Moraes — diretor do *Collegio Castilho* e da *Escola Central de Lisboa* —, a despeito do crescente número de obras didáticas escritas por autores brasileiros, oferecia para exame do Conselho Fiscal exemplares de livros portugueses: *Cartilha Elementos de leitura* de C. [ilegível] *Pinheiro* e *Novo Methodo de ensino de leitura, Curso elementar de Grammatica e Collecção de Themas*, também de sua autoria; em 1884, Cipriano Antonio dos Santos Silva propôs *Cathecismo Brasileiro*; em 1886, Hilário Ribeiro enviou sua coleção de livros de leitura; e, por fim, Manuel A. F. de Moraes, em 1896, encaminhou um exemplar do *Systema Métrico Decimal*. (Correspondências da Instrução

---

*família, reunindo n'um só volume, nitidamente impresso, e pelo módico preço de 480 reis em brochura (comprado em Portugal) aquilo que até agora era necessário procurar em muitos livros com grande trabalho e despesas para*

Pública: jan dez 1883 – 06; Correspondências da Secretaria da Presidência da Província mai 1884-12 Correspondências da Instrução Pública jun-dez 1886 – 09; Ofícios de Professores jul-dez 1896 – 21, respectivamente).



### 3.2 Cartas de apresentação: os autores locais negociando seus livros manuscritos

Como vimos no segmento referente ao processo de editoração, a partir das últimas duas décadas do século XIX ocorreu um fenômeno de produção regional dos livros escolares com repercussões no Amazonas. Foi neste período que alguns professores amazonenses assumiram a tarefa de escrever livros voltados para as escolas primárias do lugar onde viviam e exerciam sua atividade docente. Eles, assim como os autores residentes em outras regiões do País, também fizeram uso das cartas para apresentarem suas obras às autoridades competentes do Amazonas. Observadas com um pouco mais de vagar, vemos sobressair um elemento singular nas cartas de professores locais.

Através delas é possível constatar que muitas vezes os professores encaminhavam versões manuscritas de suas obras a fim de serem avaliadas pelos membros do Conselho da Instrução Pública. Portanto, ao contrário do que ocorria no caso das outras correspondências, aqui se configura uma situação em que as obras dos professores amazonenses, na maioria dos casos, eram examinadas antes mesmo de serem impressas.

Neste sentido, receber uma avaliação positiva por parte do Conselho representaria para os professores locais não apenas a possibilidade de colocar suas obras em circulação, mas, antes de tudo, de transformá-las em livros impressos.

No dia 26 de dezembro de 1896, Elesbão Alves Maya encaminhou, juntamente com o ofício ao Diretor da Instrução Pública, a versão manuscrita de seu opúsculo intitulado *Elementos de Geographia do Brasil*, a fim de submetê-lo à criteriosa aprovação do Conselho Superior da Instrução Pública (Ofícios de Professores jul.-dez. 1896 – 21). Antes de investir na realização do desejo de *dar á luz da publicidade o presente opúsculo*, Elesbão resolveu consultar previamente o *inlyto* Professor Normalista Lourenço Ferreira da Rocha. O parecer emitido pelo ilustre professor, através de uma *amabilíssima* carta, parece ter sido positivo, animando Elesbão a

---

*habilitarem seus filhos [...]*.(Correspondência da Instrução Pública 1875-01).

anexá-la ao pedido de avaliação de seu opúsculo, acreditando que isso pudesse, quem sabe, fortalecer as possibilidades de sua aprovação.

Logo depois receber o ofício, a Diretoria da Instrução Pública nomeou o Dr. Joaquim da Cunha Belmont para emitir parecer sobre a obra manuscrita de Elesbão Alves Maya. Mas o parecer final, emitido em 27 de março de 1897, coube ao Sr. Francisco Julião de Aguiar que, contrariando as expectativas de Elesbão e o parecer do professor normalista, assim se posicionou:

*Ilmos Senrs. Presidente e mais membros do Conselho Superior de Instrução Publica do Amazonas*

*Tendo sido designado por esse Conselho para examinar e dar parecer sobre a obra intitulada 'Elementos de Geographia do Brazil', composta pelo Senr Elesbão Alves Maya, venho dar conta dessa incumbência.*

*A referida obra que, a meu ver, não reúne as condições indispensaveis para o fim a que é destinada, por estar em muitos pontos imperfeita, não pode ser aprovada por esse Conselho.*

*Despacho: Appov. por unanimidade de votos em sessão de 27-3-97. (Ofícios de Professores jan-jun 1897-11).*

Mesmo que obtivesse a aprovação do Conselho e conseguisse, por esforço pessoal ou com a ajuda do Estado, imprimir seu opúsculo de geografia, Elesbão Alves Maya ainda teria de submetê-lo novamente ao exame do referido Conselho, se quisesse vê-lo adotado nas escolas primárias do Amazonas.

No ano anterior, o professor Goeth Galvão de Carvalho também havia escrito um compendio de geografia que, segundo ele, tratava largamente do Estado do Amazonas. Através do ofício de 14 de junho de 1896, resolveu remeter ao Diretor da Instrução Pública os *authographos* de sua obra para serem examinados pelo *Conselho Superior de Instrucção*. (Ofícios de Professores jan-dez 1896 – 09).

Ainda em 1896, o Prof. Goeth Galvão de Carvalho novamente se dirigiu ao Diretor da Instrução Pública com a seguinte solicitação: *Para que o Conselho Superior de Instrucção Publica se pronuncie sobre a conveniência ou inconveniência da adopção de minha obra – Licções Elementares de Geographia – já por elle aprovada, incluso vos remetto tres exemplares da mesma obra.* (Ofícios de Professores jul-dez 1896 – 21).

No rastro dos ofícios do professor Goetz de Carvalho dois aspectos chamam a nossa atenção. O primeiro refere-se ao tom regional que o autor imprimiu à sua obra, abordando informações geográficas relativas ao Estado do Amazonas. Este tom regional assumido pelo livro

de Goetz de Carvalho encontrava-se em sintonia com os currículos das escolas primárias que, desde o *Regimento Interno 1892*, vinham esboçando a tentativa de incluir o estudo sobre a história e a geografia do Amazonas.

Um outro aspecto para o qual a nossa atenção é atraída diz respeito à diferença existente entre a *aprovação* e a *adoção* de um livro escolar. No caso da obra do professor Goetz de Carvalho, essa diferença fica muito nítida, pois, mesmo depois de aprovada, o livro precisou passar novamente pelo exame do Conselho de Instrução Pública, a fim de ser examinada a *conveniência ou inconveniência* de ser adotada. Portanto, conquistar a aprovação do Conselho não garantia ao livro o privilégio de ser adotado.

### **3.3 Cartas de apresentação: os livreiros negociando suas mercadorias**

Afora os autores estrangeiros e brasileiros, a documentação revela também a presença de um novo personagem neste ponto do circuito a partir de 1870: o comerciante de livros da própria província. Este, utilizando-se de estratégias um pouco diferentes daquelas adotadas pelos autores dos livros escolares, assume uma co-responsabilidade na conquista de novos contextos para a circulação e o consumo dos livros escolares. Isto não significa que, nesta fase, o comerciante de livros substituísse os autores na tarefa de apresentar as obras escolares às autoridades responsáveis pelo aparelho escolar da província e, nem mesmo, que a sua participação neste ponto do circuito fosse algo do qual os autores estivessem cientes ou com que concordassem, pois a forma de apresentar os livros escolares operava com um conjunto de referências que em grande parte diferia daquele a partir do qual os autores se orientavam quando escreviam suas cartas. Isto pode ser percebido no próprio formato da carta de 30 de abril 1870, enviada pelo comerciante paraense Carlos S. ao Diretor da Instrução Pública da Província do Amazonas:

*Pelo correio remetemos 2 exemplares da Chriostomathia do Heráclito Vespasiano Fiock Romano, rogando V. S., haja de examinar a dita obra e dizer-nos se a obra é digna de ser adoptada para uso das aulas dessa província. No caso affirmativo havemos de requerer sua adopção ao Exmo. Governo dessa província a quem por esta ocasião ofereceremos 100 exemplares para os meninos pobres. Apesar de custar R 300 o preço de venda de cada exemplar nesta cidade, faremos um abatimento de 50% sobre a compra de 200*

*exemplares ou mais. Aguardamos resposta de V. S<sup>a</sup>. (Correspondência da Instrução Pública 1870-03).*

Embora a finalidade que motivava os autores a escreverem para as autoridades de ensino das diferentes províncias brasileiras fosse a mesma do comerciante paraense, as formas de persuasão deste enfatizam muito mais as vantagens que poderiam advir no caso de o governo provincial efetivar a adoção do livro em questão.

Ernesto B. Pereira, comerciante local, encaminhou ao Diretor da Instrução Pública do Amazonas, Agostinho Rodrigues de Souza, a seguinte correspondência:

*Temos a honra de passar ás mãos de V. S<sup>a</sup> os exemplares constantes da nota incluza, a fim de que V. S<sup>a</sup> se digne a submeter a apreciação, do illustrado conselho da instrucção publica d'esta provincia, para julgal-os se estão no caso de serem admittidos nas escolas publicas d'esta mesma provincia e quando assim sejião julgadas, compromettenmo-nos a fornecer os exemplares que forem precisos pelo preço da referida nota.*

*Nota dos livros que submettemos á apreciação do Conselho de Instrucção Publica da provincia do Amazonas*

<i>A. A. Rodrigues</i>	<i>Compendio de Historia Santa</i>	<i>1.000</i>
<i>J. A. Tinoco S.</i>	<i>Jn. Resumo da Historia do Brazil</i>	<i>1.000</i>
<i>Coqueiro</i>	<i>Arithmetica</i>	<i>1.000</i>
<i>Ferreira</i>	<i>Arithmetica Practica</i>	<i>.500</i>
<i>Pe. Cyrillo</i>	<i>Arithmetica</i>	<i>.500</i>
<i>Coqueiro</i>	<i>Noções de Calculo</i>	<i>.500</i>
<i>Ferreira</i>	<i>Systema Metrico</i>	<i>.500</i>
<i>S. T. S. R</i>	<i>Principios de Geometria</i>	<i>.500</i>
<i>Lemos d'Sá</i>	<i>Elementos de Geographia</i>	<i>.500</i>
<i>Cogueiro</i>	<i>Novas Medidas e Pesos</i>	<i>.500</i>
<i>Rodrigues</i>	<i>Lições de Moral</i>	<i>.300</i>
<i>Pe. Cyrillo</i>	<i>Resumo da História Santa</i>	<i>.300</i>
<i>Duarte</i>	<i>Grammatica Philosophica</i>	<i>2.000</i>
<i>Costa</i>	<i>Opúsculo da grammatica franceza</i>	<i>1.500</i>
<i>Chapsal</i>	<i>Grammatica franceza</i>	<i>2.000</i>
<i>Ch. Jeannel</i>	<i>Joãosinho</i>	<i>1.000</i>
<i>A. Marques</i>	<i>A Meus Filhos</i>	<i>1.000</i>
<i>Rodrigues</i>	<i>Livro do Povo</i>	<i>1.200</i>
<i>D. Manuel</i>	<i>Catechismo da Diocese do Maranhão</i>	<i>1.000</i>
<i>Pe. Cyrillo</i>	<i>Máximas, Sentenças e Provérbios</i>	<i>.500</i>

*Manáos, 10 de abril de 1882.*

*(Correspondência da Instrução Pública jan-dez 1882 – 09).*

Dentro de um formato mais enxuto e direto, Ernesto B. Pereira não hesita em apresentar em um único contato comercial vinte obras (algumas voltadas para a mesma finalidade de ensino) de

catorze autores diferentes, destinadas tanto às escolas primárias quanto ao ensino secundário<sup>40</sup>. Essa forma coletiva de apresentar as obras escolares e seus autores parece estar apoiada na crença de que não havia necessidade de acrescentar nenhum argumento ou comentário a respeito delas. Aos olhos de nosso comerciante, encaminhar exemplares das obras listadas e informar os preços das mesmas parece bastar para o Conselho da Instrução Pública decidir sobre quais delas estariam em condições de serem adotadas.

### **3.4 Doações, anúncios, exposições e conferências: autores e editores dando visibilidade às suas produções**

Não há como negar que as cartas tenham sido um importante mecanismo de difusão dos livros escolares. Através delas os autores estabeleceram contato com as autoridades de ensino responsáveis pela decisão sobre os livros que poderiam circular nas escolas primárias. Lançaram mão dos recursos discursivos mais diferenciados para apresentarem suas obras e a si mesmos, a fim de convencerem as autoridades de ensino das qualidades pedagógicas, econômicas e tipográficas agregadas a seus livros.

À medida que o mundo dos livros escolares passou a conviver com uma produção mais volumosa, onde os títulos e autores voltados para esse segmento editorial passaram a se multiplicar, foi preciso intensificar o uso de recursos que já vinham sendo utilizados e lançar mão de outros mecanismos capazes de dar maior visibilidade ao que vinha sendo produzido.

#### **3.4.1 O livro dentro do livro**

Para tratar de um desses outros mecanismos de difusão do livro escolar, decidimos retornar ao caso exemplar de Emilio Achilles Monteverde e suas obras. Além das cartas como aquela enviada ao Presidente da Província do Amazonas em fevereiro de 1875 e citada anteriormente, Monteverde recorreu a outras formas para tornar sua produção mais conhecida. Uma dessas

---

<sup>40</sup> De acordo com nosso levantamento, é possível identificar algumas obras diretamente associadas ao ensino secundário; são elas: *Grammatica franceza* (Chapsal); *Opúsculo da grammatica franceza* (Costa); *Arithmetica* (J.A.

formas encontra-se esboçada na página 41 do *Manual Encyclopedico* (8ª edição) e na página 55 do seu *Methodo facillimo....* (7ª edição). Depois de ter tratado sobre o tema relativo à religião e antes de apresentar questões sobre o tema exposto, Monteverde introduz engenhosamente a seguinte nota:

*Não permitindo o plano desta obra ser mais extenso em relação á **História Sagrada**, de que muito convem ter conhecimento, poderão os Estudiosos recorrer à intitulada:*

**MIMO Á INFANCIA**

*ou*

**MANUAL DE HISTORIA SAGRADA**

*Ornado de 100 lindas estampas, representando os principaes successos referidos no VELHO e no NOVO TESTAMENTO.*

*Pelo respectivo annuncio, que vai no fim deste livro, poder-se-há ajuizar da utilidade da adopção do dito **Manual**.*

(MONTEVERDE, 1865, p. 41).

A nota apresenta uma configuração tipográfica de destaque, se comparada ao restante do texto, propositalmente utilizada para chamar a atenção do leitor sobre a existência dessa outra obra capaz de lhe fornecer mais informações e gravuras sobre a história sagrada. A estratégia completa-se remetendo o leitor ao anúncio que pode ser encontrado no final do *Manual Encyclopédico*.

Monteverde e seus editores pareciam estar convencidos dos efeitos positivos dessa outra forma de divulgar seus livros. Vale lembrar que Monteverde já havia lançado mão de um anúncio avulso quando enviou, juntamente com as suas obras, carta endereçada ao governo provincial do Amazonas. Mas não bastava utilizar anúncios avulsos que fossem afixados temporariamente em locais nem sempre desejados pelos próprios autores. Era preciso fixá-los de forma mais permanente em seus próprios livros, de forma que os leitores ficassem a par de toda a produção bibliográfica de Monteverde e, sobretudo, manifestassem interesse em adquiri-la. Nesses termos, as duas últimas páginas do *Manual Encyclopédico* (1865) são dedicadas a anunciar não apenas o *Mimo á Infância ou Manual de Historia Sagrada*, mas também o *Methodo Facillimo para aprender a ler e escrever tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curto espaço de tempo possível* e a sua *Grammatica Franceza*. O anúncio apresenta a descrição detalhada do conteúdo de cada uma das obras, informa os seus respectivos preços e indica os locais (geográficos e comerciais) onde os livros podem ser comprados em Portugal e no Brasil. Aqui,

esse expediente de anunciar livros dentro de livros foi realizado por editores do porte de Garnier e Francisco Alves, que aproveitavam a quarta capa de alguns dos seus livros para anunciar extratos de seus catálogos de obras escolares. Alguns editores passaram a perceber as revistas voltadas aos professores como um importante veículo de propaganda para os seus livros: nas últimas páginas desses periódicos era comum encontrarmos extratos dos catálogos de livros dos principais editores, especialmente Francisco Alves<sup>41</sup>.

À medida que a educação se converteu em um tema mais publicamente debatido, os jornais passam a incorporá-la como um assunto de seu interesse. Em meio às notícias, críticas e comentários que o tema suscitava, alguns profissionais da imprensa ou intelectuais colaboradores passaram a produzir pequenas resenhas de alguns livros escolares. Certos autores e editores, cientes do poder que a imprensa poderia exercer sobre a formação de opinião do público leitor daquela época, resolveram reproduzir, no interior dos próprios livros, trechos das resenhas publicadas em jornais. Monteverde, por exemplo, reservou espaço nas últimas páginas de seu *Methodo facillimo...* para incluir um artigo publicado no jornal *A voz paraense* em 22 de janeiro de 1851. O artigo, reproduzido integralmente, faz um apanhado geral sobre o conteúdo da 5ª edição do *Manual encyclopédico*, chamando a atenção para os melhoramentos e os acréscimos que a ela teriam sido incorporados. Ao final, o articulista pronuncia-se favoravelmente à adoção do manual de Monteverde nas escolas públicas brasileiras, alegando que a obra se encontra:

[...] *adaptada ao ensino da instrução primaria, pelo methodo simultaneo, que, sobre ser muito menos trabalhoso do que o individual, é actualmente seguido nas Escolas publicas e particulares, e o mais accomodado a promover o adiantamento dos alumnos. Esperamos que, em quanto não temos no Brazil uma obra destinada a dar ás creanças as primeiras noções, e onde a infancia, como disse um Escriptor portuguez, tenha a sua litteratura, simples, agradável e perceptível, qual essa idade há mister, adoptemos o Manual [...].* (1851 *apud* Monteverde, 1859, p.157).

A reprodução desse artigo veiculado em um jornal da Província do Grão-Pará visava, particularmente, repercutir sobre o público consumidor do Brasil, especialmente os habitantes das regiões mais distantes da capital do Império. Isto justificaria o fato de valer-se da opinião de alguém que escreve em um jornal brasileiro para criar um ambiente de recepção mais favorável de sua obra.

---

<sup>41</sup> De acordo com Bittencourt (1993, p.118), Francisco Alves editava a *Revista pedagógica*, no Rio de Janeiro, e

O autor brasileiro Abílio César Borges, utilizou o mesmo recurso para acentuar as qualidades de suas obras e conferir-lhes a credibilidade que elas alcançariam no meio jornalístico. Ao lançar a segunda edição de seu segundo livro de leitura (1869), Dr. Abilio incluiu em suas primeiras páginas as opiniões que a seu próprio respeito e de seu primeiro livro de leitura foram publicadas no *Diario da Bahia* (s.d.), no *Jornal da Bahia* (s.d.) e no *Commercio do Rio de Janeiro* (16 set. 1867). Esses artigos noticiaram o lançamento da primeira edição dos volumes (1º e 2º) que dariam início a sua série graduada de livros de leitura, ressaltando suas qualidades, sobretudo no que diz respeito à proposição de textos mais *apropriados às intelligencias infantis*, e destacando as vantagens que essas obras poderiam representar para o ensino da leitura nas escolas primárias. Além disso, os artigos fazem referência à experiência pedagógica e ao empenho de Abílio César Borges — à frente do renomado *Gymnasio Bahiano* — em promover um ensino de maior qualidade.

### 3.4.2 Os livros em exposições

Outra estratégia de difusão dos livros escolares acontecia no interior das exposições nacionais e internacionais que o Brasil passou a organizar em 1861 como preparação para sua participação na Exposição de Londres, realizada no ano seguinte<sup>42</sup>. De início, esses eventos dedicavam-se à exibição de produtos naturais, industriais, artísticos e tecnológicos de diferentes regiões. A partir de 1862, a educação passou a ter espaço nessas exposições, que ofereciam oportunidade para difundir as novidades do setor. Além de servirem como vitrine para as produções didáticas mais recentes, elas passaram a ser vistas, por autores e editores, como espaços propícios para exibirem suas publicações, pois os concursos para premiação dos melhores livros escolares ali expostos acabavam por conferir maior *status* para as obras vencedoras e seus produtores.

As atas das diversas comissões encarregadas das premiações sobre os melhores livros didáticos, incluindo amostras de editores estrangeiros, mostram o

---

trazia, ao final de cada número um catálogo das obras à venda em suas casas comerciais.

<sup>42</sup> A afirmação baseia-se no trabalho de Kuhlmann Júnior (2001, pp.11-12). De acordo com o autor, durante essas exposições, ocorriam conferências em que [...] *vários setores discutiam e formulavam propostas para as instituições educacionais*. (p.21).

empenho das editoras para obtenção das menções honrosas e diplomas [...]. (Bittencourt, 1993, p.123).

As medalhas, as menções e os diplomas conquistados nos concursos ocorridos no interior das exposições passaram a ser explorados por editores, acreditando que exerceriam influência sobre as escolhas que os leitores ou as autoridades de ensino fariam em relação aos livros a serem comprados.



Para ilustrar o valor atribuído a essas premiações, vale observar a capa da 112ª edição do *Terceiro Livro de Leitura* de Hilário Ribeiro, lançada em 1937. Nela, ainda permanece a menção aos prêmios conquistados nas exposições de 1887 e 1889 (em detalhe).

(Acervo da Escola Caetano de Campos / Centro de Referência em Educação Mário Covas, SP).

Aliás, o escritor Abílio César Borges soube como ninguém aproveitar o espaço das exposições para divulgar tanto o seu estabelecimento de ensino como suas obras didáticas. Através dessa participação, o Dr. Abílio conseguiu angariar maior prestígio para si e para suas obras, o que pode ter influenciado a grande circulação de seus livros no País.

### 3.4.3 Os livros doados

Outra estratégia freqüentemente utilizada pelos autores era realizar doações de suas obras para instituições dedicadas ao ensino de crianças pobres. Arroyo (1968) e Galvão (2005) mencionam a distribuição do *Livro do povo*<sup>43</sup> feita pelo seu autor, o maranhense Antonio Marques Rodrigues. Essa distribuição ocorreu nas escolas do norte e do nordeste nos primeiros anos da década de 1860, com aproximadamente cinco mil livros doados. No parecer emitido pelas autoridades pernambucanas em 1863 em relação ao *Livro do povo*, fica evidente o impacto que a estratégia de doação poderia ter sobre os agentes responsáveis pelo julgamento dos livros escolares. O parecer deixa claro que a adoção da obra de Antonio Marques Rodrigues havia sido recomendada “[...] *por seu mérito de conteúdo, mas também pela “modicidade do preço” com que o autor manda que se venda cada exemplar (320 réis) além dos que ‘com abundancia haja feito distribuir gratuitamente: parece a Comissão que a idéia prática de Dr. Antonio Marques Rodrigues é uma obra humanitária, digna de grande louvor’*” (APEJE: IP 16, 1863, p.59 apud GALVÃO, 2005, p.14, grifo nosso ).

Um outro caso bastante conhecido de doação de livros envolveu novamente o nome de Abílio César Borges. Não é pequeno o número de depoimentos que comprovam, também, as ofertas generosas efetuadas pelo Dr. Abílio (Barão de Macaúbas). Ao se reportar ao escritor, Almeida afirma que:

O autor mandou imprimir edições consideráveis destes livros, que têm contribuído poderosamente para a difusão da instrução, e ofereceu, generosamente, milhares de exemplares, seja para as municipalidades pobres, seja às associações que têm escolas a seu cargo. (1989, p. 159).

Primitivo Moacyr (1939b, p.371) menciona algumas das instituições contempladas com essas doações. De acordo com as suas informações, em 1874 a instituição paulista “*Nova Arcádia*” recebeu 225 exemplares das obras do Barão de Macaúbas e em 1876 foi a vez de a Província do Rio de Janeiro receber uma oferta de 3.220 exemplares da coleção de livros do mesmo autor. Mais uma indicação sobre doações de livros realizadas pelo educador baiano pode ser encontrada no relatório que a Presidência da Província do Pará encaminhou à Assembléia

Legislativa em 1878. De acordo com Primitivo Moacyr (1939a, p.149), nesse relatório, o chefe do executivo paraense ressalta o ato de generosidade e patriotismo demonstrado por Abílio César Borges ao ofertar às escolas daquela província mil exemplares da *Nova gramática portuguesa*; agradece ainda a oferta — feita pelo editor carioca Serafim José Alves<sup>44</sup> — de quatrocentos exemplares da *Arithmetica*, de autoria do paraense Ciriaco Lourenço de Souza. A informação parece relevante na medida em que abre a possibilidade de constatarmos que a doação de livros escolares foi uma estratégia da qual lançaram mão não apenas os autores deste gênero de livros, mas também os profissionais responsáveis pela sua edição.

Em relação ao contexto amazonense, a documentação consultada indica a doação de livros escolares de vários autores. Apesar da forte presença das obras de Abílio César Borges na instrução pública do Amazonas, não localizamos registros de doações de livros feitas por esse autor às escolas primárias dessa província. No entanto, a documentação favorece a identificação de uma outra estratégia de que o autor baiano lançou mão a fim de angariar a preferência das autoridades do ensino e dos professores pelos seus livros: através do ofício de janeiro de 1882, o Presidente da Província encaminhou ao Diretor da Instrução Pública “[...] *uma coleção de instrumentos de desenho linear e sólidos geométricos, oferecida pelo Dr. Abílio Cezar Borges ao estabelecimento da Instrução, que n’esta Capital poudet utilizar-se de tal donativo com maior proveito para o ensino publico.*” (Correspondência da Presidência da Província Jan. 1882 – 01). Esta seria uma forma indireta de propagar suas obras, ou seja, embora não oferecesse gratuitamente exemplares de seu livro de desenho linear, incentivava o seu consumo através da doação de material didático diretamente associado a ele. Além disso, é possível reconhecer o interesse do autor em inserir a utilização de seu livro de desenho linear em um ambiente sintonizado com as inovações pedagógicas preconizadas pelo ensino intuitivo.

#### 3.4.4 As conferências pedagógicas

---

<sup>43</sup> Impressa na tipografia maranhense de propriedade de José M<sup>a</sup> Corrêa de Frias. A 1<sup>a</sup> edição, segundo Hallewel, é de 1861 e contou com uma tiragem de 4.000 exemplares. Em 1865, o livro alcançava a sua 5<sup>a</sup> edição e foi consideravelmente ampliada. No total, parece que foram impressos trinta ou quarenta mil exemplares. (1985, p.100).

<sup>44</sup> Serafim José Alves era proprietário da Livraria do Povo, que funcionava na rua São José, Rio de Janeiro. Em 1879, a Livraria do Povo foi vendida para o carioca Pedro da Silva Quaresma, que por algum tempo manteve o nome original do estabelecimento, para em seguida denominá-lo Livraria Quaresma. (Cf. HELLEWELL, 1985).

Além de cartas, doações de livros e anúncios, alguns autores preferiram apresentar seus livros, e a si mesmos, pessoalmente. Para isso, valeram-se da promoção de conferências pedagógicas, que lhes davam oportunidade para tratarem de questões relativas ao ensino e, ao mesmo tempo, difundirem suas obras.

Em *O Ateneu*, Raul Pompéia retrata algumas facetas de Abílio César Borges através do personagem Aristarco Argolo de Ramos, diretor do colégio Ateneu. Pela voz de Sérgio, personagem narrador do romance, Pompéia descreve algumas das estratégias utilizadas por Aristarco para sempre permanecer em evidência.

O dr. Aristarco Argolo de Ramos, [...] enchia o Império com o seu renome de pedagogo. Eram boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade, a pedidos, à sustância, atochando a imprensa dos lugarejos, caixões, sobretudo, de livros elementares, fabricados às pressas com o ofegante e esbaforido concurso de professores prudentemente anônimos, caixões e mais caixões de volumes cartonados em Leipzig, inundando as escolas públicas de toda parte com a invasão de capas azuis, róseas, amarelas, em que o nome de Aristarco, inteiro e sonoro, oferecia-se ao pasmo venerador dos esfaimados de alfabeto dos confins da pátria. (1981, p.33).

A passagem do romance de Pompéia reafirma alguns dos mecanismos que aqui repertoriamos e que eram acionados por Abílio César Borges e outros tantos autores de livros escolares, em busca de novos mercados consumidores para suas obras. A novidade ficou por conta da participação de Abílio César Borges em *conferências realizadas em diversos pontos da cidade*.

No Amazonas, a realização de conferência já havia sido prevista no artigo 11 do Regulamento nº 1 (1852), como modo de realizar a formação dos professores ou daqueles que aspiravam à carreira docente da província. No entanto, os documentos levantados não nos fornecem nenhuma informação a respeito da realização de alguma conferência durante os primeiros anos de província. De acordo com Uchoa:

As primeiras conferências pedagógicas feitas em Manaus, foram realizadas pelo grande educador brasileiro Hilário Ribeiro. Efetuou-se a conferência inicial, às 8 horas, de 23 de julho de 1886, no prédio da escola do sexo masculino do bairro de S. Vicente. Hilário Ribeiro expôs, com notável erudição, ao seletor auditório que ali ocorreu, as linhas gerais do seu método de ensino, adotado, na época, em todo o Império. (1966, p.171).

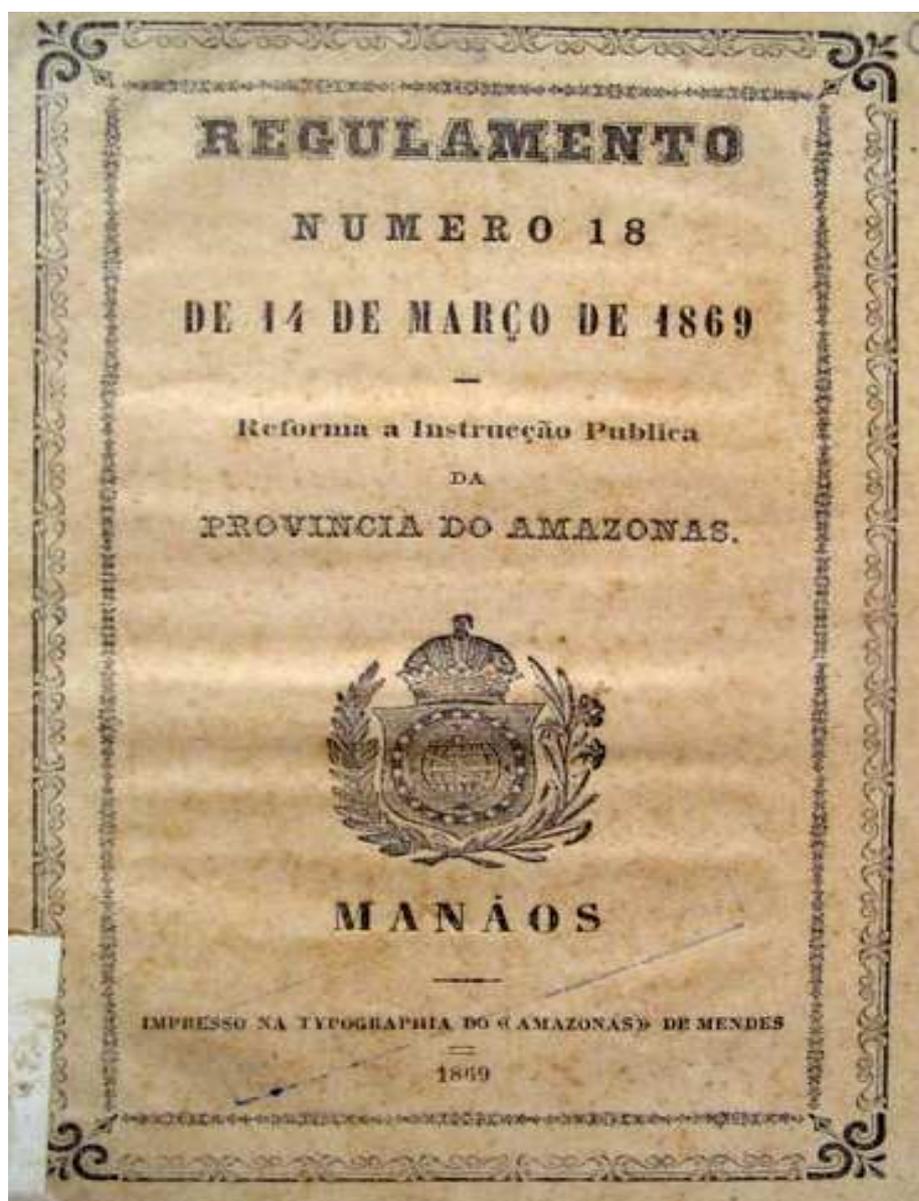
Pelas informações fornecidas por Uchoa (1966) não é possível sabermos se a presença de Hilário Ribeiro em Manaus foi patrocinada pelas autoridades locais ou decorreu da iniciativa do próprio autor. O fato é que Hilário Ribeiro aproveitou a ocasião para, no dia 04 de agosto de 1886, encaminhar proposta de venda de seus livros ao Presidente da província, solicitando que a decisão ocorresse com brevidade, tendo em vista sua intenção de deixar Manaus no dia 09 de agosto (Correspondência da Instrução Pública jun-dez 1886 – 09). Para fazer a proposta de venda ao governo Província do Amazonas, Hilário Ribeiro precisava que seus livros tivessem recebido parecer favorável do Conselho Fiscal da Instrução Pública. Sua presença parece ter agilizado os trâmites legais que teriam que ser observados antes de formulada a proposta de venda. As circunstâncias pareciam ser extremamente favoráveis à adoção de suas obras. Os conselheiros encarregados de apreciar as obras de Hilário Ribeiro concluíram seus pareceres no dia 15 de julho de 1886 e, no dia 27 do mesmo mês e ano (quatro dias depois da realização de sua conferência), os pareceres foram aprovados em sessão do Conselho.

Os dados relativos a este ponto do circuito do livro escolar são reveladores do papel imprescindível que os autores de livros escolares vieram a exercer no processo de divulgação e difusão de suas próprias obras. Ajudam-nos, também, a apreender a maneira como os autores e seus livros eram apresentados às autoridades (políticas e escolares) responsáveis pelo sistema de ensino da província. Através deles é possível saber quais aspectos (materiais, pedagógicos, econômicos) do livro eram mais enfatizados no momento de os autores apresentarem suas obras.

Para além das cartas, foi possível descrevermos outras estratégias de difusão utilizadas mais diretamente pelos editores de livros escolares que, interessados em aumentar suas vendas, buscaram tornar seus autores, seus produtos e seus preços mais facilmente conhecidos do grande público.

Ocorre que o grande filão de consumo dos livros escolares produzidos era o Estado, responsável, em grande parte do País, pela compra e distribuição gratuita das obras para a maior parte das crianças pobres que se matriculavam nas escolas primárias do sistema público de ensino. Por isso, era preciso buscar uma aproximação com as instâncias encarregadas da escolha dos livros a serem comprados para as suas escolas. Sobretudo através das cartas de apresentação, vimos as estratégias discursivas (do apelo, do convencimento, da argumentação...) utilizadas por autores nacionais e estrangeiros com a intenção de colocar suas obras em circulação em um

contexto em que, no caso do Amazonas, as formas de operar a seleção das obras escolares estavam sendo construídas.



Capa do Regulamento n°18 (14/mar./1869) que reformava a instrução pública da província do Amazonas. Nos regulamentos de ensino é possível encontrar vários dispositivos que normatizam aspectos da vida do livro escolar no contexto educacional amazonense. (Acervo do Arquivo Público do Estado do Amazonas).



#### **4. UM CIRCUITO REGULADO: A ORGANIZAÇÃO DAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE E SELEÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES**

*E*sta parte do trabalho aborda alguns dos aspectos mais marcantes da regulamentação aplicada aos livros escolares: aqueles relativos aos procedimentos de escolha dos livros que serão adotados. Para Choppin (2004), “O estudo sistemático do contexto legislativo e regulador, que condiciona não somente a existência e a estrutura, mas também a produção do livro didático, é condição preliminar indispensável a qualquer estudo sobre a edição escolar.” (p.561).

A normatização da leitura e dos objetos a ela associados também é uma das dimensões considerada por Chartier (1991). Para ele, essas normas — geradas no interior do *pólo de produção da leitura* de acordo com as representações que seus agentes possuem sobre os leitores e a leitura que buscam alcançar — “[...] definem para cada comunidade usos legítimos do livro, maneiras de ler, instrumentos e processos de interpretação” (p.179). Nos estudos de Chartier (1992, 1994, 1995), escritores, editores, impressores são alguns dos agentes que habitam o interior deste pólo de produção e, portanto, teriam o poder de influenciar na definição de regras e condicionamentos voltados para a conformação dos leitores a certos modos de proceder a leitura e de utilizar os textos.

No caso de nosso estudo, essas normas de leitura devem ser percebidas como um conjunto de regulamentações ligadas não apenas às esferas de produção, editoração e impressão do livro escolar, mas também ao âmbito de sua difusão, circulação e recepção no território escolar. Nesse sentido, é necessário situar outros agentes e outras práticas no interior deste campo de produção da leitura. Como sabemos, cabe, de um modo geral, às autoridades políticas e de ensino atuar na elaboração das diretrizes e normas que buscam dar forma a um determinado projeto de escolarização. Ao implementarem os dispositivos de criação e conformação desse projeto escolarizador, criam também os parâmetros a partir dos quais se realizariam as operações de produção, seleção, aquisição e usos dos livros escolares. Isto implica considerar as práticas de

ensino como resultante de um jogo de forças entre esses dispositivos de conformação e as formas pelas quais outros sujeitos deles se apropriam (JULIA, 2001).

Na definição de um projeto de escolarização interessa, dentre outras necessidades, prescrever quais obras escolares poderiam ser utilizadas pelos professores e alunos, bem como o modo como elas deveriam ser utilizadas.

Tomando essas referências iniciais, colocamo-nos como objetivo desta parte do estudo investir no levantamento dos dispositivos e das práticas que buscam regulamentar a difusão e a circulação do livro escolar no sistema de ensino primário da Província do Amazonas.

O exame do conjunto de regulamentações destinadas ao ensino no Amazonas entre os anos de 1852 e 1910 permitiu identificar prescrições de diferentes ordens. Para efeitos de análise, resolvemos agrupá-las dentro de determinados itens.

#### **4.1 A construção das formas de seleção dos livros escolares: entre autorizar, selecionar, corrigir e ensaiar livros**

##### **4.1.1 Quem pode/deve escolher? Como faz isso?**

Neste item encontram-se as informações que revelam uma preocupação em prescrever como serão escolhidos os livros oficialmente adotados nas escolas primárias do Amazonas e, sobretudo, a quem caberia a tarefa de realizar essas escolhas. São estas que vão determinando quais os *livros autorizados* a habitar o cotidiano das escolas. É a partir delas que alguns livros são acolhidos e outros não; que substituições são definidas; que recusas são efetuadas. Embora não tenha entrado em vigor, vale destacar que no *Regulamento n° 1*<sup>45</sup> existe, sobretudo, uma preocupação em definir antecipadamente o que foi escolhido para ser lido por professores e alunos da escola primária. Estabelecido de antemão o que deveria ser lido, tornou-se dispensável qualquer referência a quem deveria realizar essas escolhas e ao modo de realizá-las. No entanto, é possível deduzir que a responsabilidade pela escolha dos livros escolares foi do(s) próprio(s) autor(es) do regulamento em questão.

---

<sup>45</sup> O *Regulamento n° 1* foi o primeiro documento legal proposto para a instrução pública do Amazonas depois de se tornar Província. No entanto, legalmente ele parece não ter entrado em vigor em função de não ter sido aprovado pela Assembléia Provincial amazonense. Em seu lugar ficou formalmente vigorando, no período de 1852 a 1858, o Regulamento de ensino da Província do Pará, baixado pela *Lei n° 97*, de 28 jun de 1841.

Não tivemos a oportunidade de consultar diretamente as leis de ensino paraenses, que regularam a Instrução Pública amazonense nos primeiros seis anos de província (1852-1858)<sup>46</sup>. O pouco que sabemos sobre elas nos chega através das descrições que Primitivo Moacyr faz em sua obra (1939a, 1939b) sobre a Instrução Pública nas províncias brasileiras. De acordo com essas informações, a primeira lei regulando o ensino no Pará é do ano de 1841, permanecendo em vigor até fevereiro de 1852, quando foi substituída por um novo regulamento. Considerando que nos primeiros anos da Província do Amazonas deveriam vigorar as leis da província do Pará promulgadas até o ano de 1851, é possível afirmar que legalmente a Instrução Pública amazonense foi orientada pelo regulamento paraense de 1841. Ainda de acordo com as informações recolhidas a partir das descrições de Primitivo Moacyr, uma das atribuições a serem desempenhadas pelo Diretor da Instrução Pública do Grão-Pará era de “[...] escolher, de acordo com o conselho, os compêndios e modelos das aulas e dar as providências necessárias para que a instrução seja regular e uniforme em toda a província.” (1939b, p.78).

No entanto, na consulta que realizamos aos relatórios (dos Presidentes e dos Diretores de Instrução Pública da Província do Amazonas), ficou evidente uma certa ineficiência da legislação escolar paraense enquanto dispositivo regulador da instrução pública amazonense, de um modo geral, e da definição dos livros escolares, em particular. Vale retomar aqui trecho do relatório que o Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, Diretor Interino da Instrução Pública, encaminhou ao Vice-Presidente da Província do Amazonas, em abril de 1855, expressando a sua preocupação com a ausência de regulamentação para o ramo da educação. Segundo ele, “*Nenhuma disposição ainda há, que regule o regimem interno das escolas, estando por isso á arbítrio dos professores admittir o methodo que lhes agrada, e recebendo todos os livros e compêndios, que lhes parecem melhores para o uso de cada uma delas*”.(p. 444).

Tomando as palavras do Diretor da Instrução Pública, somos levados a pensar na existência de uma *circulação desgovernada* dos livros escolares, marcada pela falta de uniformidade dos livros e compêndios adotados nas atividades de ensino dos professores amazonenses. Essa falta de controle sobre os livros em circulação nas escolas públicas da província reflete, por um lado, a dificuldade do próprio aparelho estatal provincial em implementar dispositivos de conformação do seu sistema de ensino como um todo; por outro lado, pode ser creditada a uma outra

---

<sup>46</sup>A utilização das leis da província vizinha foi um recurso encontrado pelas autoridades amazonenses para assegurar um ordenamento legal nos primeiros anos da província amazonense, substituindo-as tão logo as suas próprias leis

dificuldade: a de fornecer, em quantidade suficiente, o material escolar destinado aos alunos pobres. Em discurso dirigido à Assembléia Legislativa Provincial, em outubro de 1853, o Presidente Conselheiro Herculano Ferreira Penna admite “[...] *que o valor consignado pelo orçamento para essas despesas é muito pequeno.*” (1853, p.200).

Tal situação, no nosso modo de ver, contribuía para a ausência de um procedimento padronizado em relação aos livros escolares, pois nas escolas onde os livros distribuídos pelo governo provincial não haviam chegado é provável que os professores tenham lançado mão de outros materiais (quem sabe de manuscritos) para os auxiliar nas suas práticas de ensino.

Alguns dados nos levam a crer que, embora possa ter existido uma diversidade de títulos em circulação nas escolas amazonenses nesses primeiros anos de província – o que justificaria a preocupação manifestada pelo Diretor da Instrução – essa diversidade, certamente, não era tão grande. Em relação ao contexto paulista de 1849, por exemplo, uma das queixas diz respeito, entre outras coisas, às condições restritivas de acesso dos professores aos livros.

O professor dá lições, como dava o mestre com quem aprendeu. Os métodos novos usados em outras partes, com tanto proveito, lhes são desconhecidos. A raridade dos livros, a dificuldade de obtê-los e o preço excessivo que custam, não permitem a um empregado de tão ténues vencimentos adquiri-los. (MOACYR, 1939b p. 324).

Referindo-se ao ensino da leitura nas escolas primárias brasileiras desse período, Batista e Galvão (2004) apresentam um quadro não tão diferente daquele retratado por Moacyr (1939b). Segundo eles:

Até meados do século XIX, os livros de leitura praticamente não existiam nas nossas escolas. Várias fontes, como relatos de viajantes, autobiografias e romances indicam que textos manuscritos, como documentos de cartório e cartas, serviam de base ao ensino e à prática da leitura. Em alguns casos, a Constituição do Império (e a lei de 1827, a primeira lei brasileira especificamente sobre instrução pública, prescreve isso), o Código Criminal e a Bíblia serviam como manuais de leitura nas escolas. (2004, p.1).

Essas informações indicam que pelo menos até meados do século XIX a quantidade de livros escolares em circulação no Brasil era relativamente pequena e as formas de acesso a eles nem sempre eram tão fáceis. Portanto, é difícil imaginarmos que, sob essas condições culturais de

circulação e de acesso aos livros escolares em várias partes do País, os professores amazonenses tivessem a possibilidade de manejar um universo de livros mais amplo.

Mesmo assim a preocupação do Dirigente da Instrução Pública, Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, permanecia. Em 1858, incomodado com a falta de regulamentação que ainda perdurava, ele resolveu chamar para si a responsabilidade de escolher e propor o método de ensino e os livros que deveriam ser adotados nas escolas elementares:

*Antecipo-me portanto a propor o methodo simultâneo<sup>47</sup>, que o mesmo visitador poderá no gyro da sua visita pô-lo em execução em todas as escolas; e enquanto não são determinados melhores compêndios, proponho para servirem, unicamente o methodo facillimo e manual encyclopedico por E. A. Monte Verde; a Constituição Política do Império; os Mysterios do Christianismo e o pequeno compendio da Doutrina Christã, pelo Snr. Bispo José Affonso de Moraes Torres; nestes compêndios se achão todas as matérias, que os meninos devem aprender. (Relatório da Instrução Publica, agosto de 1858, p. 101)*

Tais indicações nos levam à seguinte indagação: por que estes livros e não outros? Uma resposta possível seria que o critério adotado pelo Diretor levava em consideração a validade dos livros, em função dos conhecimentos que ele acreditava serem imprescindíveis na formação das crianças que freqüentavam as escolas de primeiras letras. Nesse caso, a decisão de indicar certos livros (e não outros), estava intensamente marcada pela sintonia entre os conteúdos veiculados naqueles livros examinados pelo Diretor e a clareza que ele tinha acerca dos conteúdos que deveriam compor o currículo das escolas primárias. Ao mesmo tempo em que recomendava o material a ser lido, estabelecia os conteúdos a serem ensinados.

Além disso, é preciso considerar a posição ocupada por alguns desses autores no cenário sociocultural da época. As obras escolares do autor lusitano Emilio Achilles Monteverde, por exemplo, gozavam de grande popularidade no meio escolar português<sup>48</sup> e certamente já tinham alguma penetração no contexto brasileiro. Essa hipótese ganha força se considerarmos o fato de o

---

<sup>47</sup>Idealizado por Jean-Baptiste de la Salle no final do séc. XVII e início do séc. XVIII. Foi inicialmente adotado e bastante difundido entre as escolas cristãs. O método simultâneo previa o agrupamento das crianças em diferentes classes tendo em vista o nível de adiantamento que as mesmas apresentavam. Através desse método, o professor poderia instruir, ao mesmo tempo, todos os alunos de uma só classe, lançando mão das mesmas atividades de ensino e dos mesmos livros.

<sup>48</sup>A respeito do sucesso editorial alcançado por Monteverde em Portugal, ver trabalho de Carlota Boto (1997). Reportando-se, especificamente, à popularidade do *Manual encyclopedico*, a autora afirma ser possível dizer que era “[...] um verdadeiro paradigma da escola portuguesa da segunda metade dos oitocentos. Por ele, realmente gerações e gerações de discípulos e aprendizes principiaram sua interação com o mundo da cultura escrita, folheando aquelas grossas e ilustrativas páginas.” (Boto, 1997, p.536).

*Manual Encyclopedico* pertencer a um gênero de livro que comportava uma variedade de assuntos, representando a possibilidade de um único livro atender as necessidades de ensino e aprendizagem das diferentes disciplinas que naquele momento compunham o programa das escolas primárias.

A primeira medida formal para regulamentar a circulação dos livros escolares nas escolas da província iria aparecer na *Lei n° 90* (26/out./1858), que reformou a Instrução Pública da Província do Amazonas: em um único artigo, estabelece a autorização para o governo provincial, entre outras coisas, “[...] *aprovar compêndios e modelos para uso dos allumnos de qualquer dos grãos da Instrução primaria ou secundaria.*” (Art. 3° § 7°). Chama-nos a atenção que este artigo fale em *aprovação* (e não em *adoção*) dos livros escolares, levando-nos a crer na existência de dois momentos distintos que permeavam a definição sobre os títulos que seriam utilizados pelas escolas da província: o momento de avaliação e aprovação e, posteriormente, a etapa de seleção e adoção dos mesmos. Embora a lei não especifique quem seria(m) a(s) pessoa(s) do governo responsável(eis) pela escolha dos livros escolares e como isso seria feito, ela estabelece a instância “*autorizada*” a dizer quais livros poderiam ser utilizados nas instituições educativas da província. Certamente este artigo tem a finalidade de exercer um maior controle sobre a circulação dos livros no interior das escolas, uma vez que, implicitamente, ele “*desautoriza*” as práticas dos professores de adotarem os *livros e compêndios que lhes pareçam melhores*.

A reforma da Instrução Pública da província e a responsabilidade sobre a escolha dos livros escolares ganharam contornos mais precisos com a aprovação de dois regulamentos. No primeiro deles, o *Regulamento da Instrução Pública* (n° 09 de 06/mai./1859), ficava explicitamente definido que seria atribuição do Diretor da Instrução Pública “*Rever os compêndios adoptados nas escolas e propor a substituição d’elles quando julgar necessário.*”(art. 3° §7°).

No *Regulamento n° 12*, destinado ao disciplinamento do regime interno das escolas primárias (Lei n° 103 de 09 de julho de 1859), esta atribuição do Diretor está reafirmada em seu art. 4°. Este prescreve que “*Os compêndios serão adoptados pelo Director da Instrução.*”

Analisando conjuntamente estes três últimos documentos legais, uma vez que os mesmos se complementam, vemos que não existem elementos suficientes para confirmar inteiramente a hipótese levantada anteriormente de que a *aprovação* era apenas um dos momentos do processo de definição sobre os livros escolares a serem adotados nas escolas. Podemos apenas afirmar que

não deixa de ser possível que, em um primeiro momento, o Dirigente da Instrução Pública realizasse o trabalho de examinar os livros escolares que vinham sendo utilizados pelos professores e recomendasse, quando julgasse conveniente, as substituições necessárias. A partir daí, encaminharia ao Presidente da província a lista com os livros avaliados positivamente, a fim de que passassem pela sua aprovação.

Assim também é possível supor que essa sistemática tenha sido adotada apenas para a adoção dos livros destinados às escolas secundárias, uma vez que no *Regulamento n° 9* (1859) fica estabelecido que cabe ao Diretor da Instrução Pública “*Resolver com os lentes do ensino secundário sobre a adoção dos compêndios para as respectivas aulas, solicitando da Presidencia da Província a sua aprovação.*” (art. 3° §13). Além disso, o *Regulamento n° 12* (Lei n° 103 de 09 de julho de 1859), quando se refere aos livros especificamente destinados às escolas primárias, apenas diz que “*Os compêndios serão adoptados pelo Director da Instrucção.*”. Não existe, portanto, nenhuma menção de que os mesmos deveriam passar pela aprovação do Presidente da província.

Independentemente dos procedimentos adotados para a escolha dos livros com os quais os professores primários deveriam desenvolver seus ensinamentos, em algumas escolas do interior esses mecanismos de regulamentação sobre os livros escolares não alcançaram pleno êxito. É o que mostra o relatório produzido por Gonçalves Dias sobre a situação das escolas primárias de várias localidades do rio Solimões. Reportando-se especificamente à situação do ensino primário da localidade de Tefé, Gonçalves Dias relata que:

*Não há uniformidade nos compêndios; nem por tanto pode haver methodo para os alumnos no ensino. O menino leva á escola o livro que lhe dão – o primeiro que achão mais á mão, o methodo facillimo – o manual encyclopedico – o thesouro de meninos e outros. As escolas são fornecidas de cartilhas, taboadas, traslados & c., mas isto para os alumnos pobres. E os que não forem considerados pobres onde as hão de comprar ? (1861, p.555).*

Note-se, portanto, que a falta de uniformidade nos livros empregados nas aulas da escola de Tefé não decorre de uma desobediência do seu professor, o Pe. Luiz Gonçalves de Souza, que, ignorando os títulos indicados ou aprovados pelo governo provincial, talvez insistisse em trabalhar com livros de sua preferência. A variedade de títulos que circulavam em sua sala de aula parece ser resultante das próprias circunstâncias que cercavam o trabalho de ensino do professor. Vemos que o professor tinha diante de si crianças em condições diferenciadas de

acesso e posse dos livros escolares. Ele teria, portanto, que ensinar às crianças pobres que recebiam, gratuitamente, livros do governo provincial (vale dizer, livros oficialmente adotados pela Diretoria da Instrução Pública) e às crianças classificadas como não sendo pobres que, talvez por alguma dificuldade de acesso<sup>49</sup> aos livros oficiais, resolvessem levar à escola outros títulos disponíveis em suas casas.

Novas formas de encaminhar a escolha dos livros escolares estão propostas no *Regulamento n° 13* de (31/ago/1864). Ainda temos dúvidas se este chegou a entrar em vigor<sup>50</sup>, mas a quantidade de artigos (seis) voltados para a regulamentação do processo de definição dos livros escolares a serem adotados no sistema de instrução primária da província revela uma preocupação em intensificar o controle sobre essa dimensão do ensino.

No *Regulamento n° 13* incumbe-se o Dirigente da Instrução Pública de “*Rever os compêndios adoptados nas aulas publicas, corrigil-os ou fazel-os corrigir e substituir quando necessário.*” (Art. 3° § 4°). Comparando-o com os documentos legais anteriores, vemos que a tarefa do Diretor da Instrução ficou mais abrangente uma vez que, a partir de então, teria a incumbência de, também, *corrigir* ou *fazer corrigir* os livros que vinham sendo adotados nas escolas amazonenses. Isso acena com a possibilidade de uma revisão dos textos para atualizá-los, corrigi-los de erros de escrita ou, mais provavelmente, daqueles decorrentes do trabalho de impressão. Tomando os termos postos no artigo em questão, esse trabalho de correção poderia ser executado pelas mãos do próprio Diretor, ou então, pela reimpressão da obra ou de parte dela. A necessidade de correção dos livros escolares ganha força ao nos depararmos com as críticas que Gonçalves Dias faz em seu relatório aos traslados utilizados por algumas das escolas primárias do interior do Amazonas que teve a oportunidade de visitar.

*Alguns delles não forão de certo submettidos á approvação do ilustrado Director da instrucção publica na província. Um entre outros que começa por estas palavras ‘meu Deos salvai-me’ é notável pela ortodoxia de seos princípios, como, pelos muitos erros de orthographia e lastimável emprego de letras grandes. É de suppor que a maior parte dos alumnos das escolas do*

<sup>49</sup>As dificuldades de acesso aos livros escolares oficialmente adotados, em função de não existirem locais onde pudessem ser comprados foram apontadas não apenas neste relatório de Gonçalves Dias. Em anos subseqüentes, é possível encontrar depoimentos de professores queixando-se dessas mesmas dificuldades (ver, especialmente, o capítulo 5).

<sup>50</sup>Temos assumido, no interior deste trabalho, a opção de também considerar para efeitos de análise os documentos legais que não tenham sido aprovados pela Assembléia Legislativa e que, portanto, não tiveram força de lei. Esta opção ampara-se na compreensão de que esses documentos também ajudam a contar a história da educação daquela época, uma vez que eles são a expressão textual de um modo de pensar a instrução pública.

*Solimões nunca chegarão a escrever com menos defeito; mas não parece conveniente que elles desde o começo, tenham deante dos olhos modelos de cacographia em vez de traslados.* (1861, p.563).

Suas críticas, além de indicar os tipos de problemas detectados em alguns traslados, sinalizam as repercussões que estes poderiam trazer para a formação das crianças que aprendessem através deles.

Talvez por isso e para tornar mais criteriosa a escolha dos livros escolares, o *Regulamento n° 13* resolve dividir a responsabilidade pela indicação dos livros que teriam autorização para serem utilizados no ensino primário. Propõe, em seu artigo 4º, que as decisões do Diretor em relação aos livros escolares teriam que ser submetidas ao exame do Conselho Diretor e encaminhadas ao Presidente da província para aprovação. Parece-nos que essa regulamentação, relativizando o poder do Diretor em relação ao material de leitura das escolas primárias, resultou de uma tendência que pelo menos implicitamente já constava nos três regulamentos anteriores.

Não tanto por reconhecer uma falta de competência das autoridades do ensino para opinar sobre os livros destinados ao ensino de conteúdos religiosos, mas para evitar tensões com o clero local, o *Regulamento n° 13* instituiu um tratamento especial para essa modalidade de livro. Sua adoção não poderia ser feita sem que o prelado diocesano manifestasse sua aprovação<sup>51</sup>.

Todas essas etapas a serem observadas no processo de escolha e definição dos livros escolares davam a alguns títulos (e a outros não) um *status* de livros oficialmente adotados pelo governo provincial, garantindo, em termos legais, a obrigatoriedade de sua utilização: “*Nas escolas publicas só poderão ser admittidos os livros competentemente autorizados.*” (art. 11).

A preocupação em exercer o controle sobre os livros escolares estendeu-se para as escolas primárias particulares. Apesar de o *Regulamento n° 13* franquear a abertura de escolas ou outro qualquer estabelecimento privado destinado ao ensino primário ou secundário, independentemente de autorização especial do governo provincial (art. 108), ele estabeleceu algumas normas a serem observadas pelos diretores e professores dessas escolas. No Art. 112, por exemplo, vemos o delineamento de uma “*liberdade vigiada*” em relação às escolhas que esses profissionais poderiam realizar quanto aos métodos de ensino e livros escolares a serem

---

<sup>51</sup>Já há algum tempo as autoridades religiosas vinham demonstrando preocupação com a circulação de obras que pudessem colocar em risco a difusão do catolicismo. Em 1851, D. João José Affonso de Moraes Torres, bispo do Pará, escreveu *Instrução pastoral*. Neste compêndio *in-quarto*, contendo 16 páginas, encontram-se as orientações sobre o “[...] *protestantismo preminindo os fieis contra a propaganda que se tem feito nessa diocese de bíblias falsificadas e outros opúsculos heréticos.*” (BLACKKE, 1898, p.267, v.4).

empregados nas suas salas de aula: “*Os professores e directores de estabelecimentos particulares poderão adoptar quaesquer compêndios e methodos que não forem expressamente prohibidos.*” Além disso, o *Regulamento n° 13* determinou a obrigatoriedade da remessa de relatórios trimestrais, em que os professores ou diretores dessas escolas deveriam informar, dentre outras coisas, os compêndios adotados em suas aulas. Pela primeira vez foi explicitada em lei essa preocupação de, também, exercer algum tipo de controle sobre os livros adotados nas escolas particulares.

Vemos, portanto, o estabelecimento de uma categorização para os livros escolares: livros adotados e aprovados X livros não-adotados e não-aprovados (no caso das escolas públicas) e livros não-proibidos X livros proibidos (no caso das escolas particulares).

Grande parte desta proposta de regulamentação do processo de escolha e definição dos livros escolares desapareceu no *Regulamento n° 16*, elaborado para a Instrução Pública da província. Aprovado pela Lei n° 143 de 04 de agosto de 1865, o referido regulamento restabeleceu a autonomia do Diretor da Instrução Pública para a definição dos livros escolares para o ensino primário de escolas públicas e particulares. Além disso, reafirmava que nas escolas “*Somente se admittirão [...] os livros e compêndios autorizados pelo director geral.*” (art. 45); e que nas escolas particulares “*Os professores [...] poderão adoptar qualquer compendio, uma vez que não se achem expressamente prohibidos pelo director geral.*”

Já em 1872, a responsabilidade por decidir a respeito dos livros escolares a serem adotados no ensino primário da província voltou novamente a ser dividida entre o Diretor da Instrução Pública e o Presidente da província, tendo em vista o que determinava o *Regulamento n° 24* (16/mar/1872) no §19 do artigo 6°.

Um novo regulamento, o de n° 28 (Lei n.º 302 de 13 de maio de 1874), indicou a *Congregação dos Professores do Liceu Provincial* como a instância encarregada de proceder “*Á revisão e aprovação dos compêndios e livros para o ensino primário e secundario.*” (art. 8° §2°). Ao percorrermos algumas correspondências da Instrução Pública, temos a possibilidade de entender um pouco mais sobre a dinâmica de funcionamento desse aparato. Através delas é possível deparar com a figura dos pareceristas, pessoas nomeadas pela *Congregação* e encarregadas de examinar se uma ou mais obras estavam em condição de serem aprovadas, adotadas nas escolas primárias, ou, ainda, se mereciam ser impressas. Era a partir do parecer escrito dessas pessoas que esse conselho tomava as decisões acerca dos livros encaminhados para

exame. Geralmente, os pareceristas eram escolhidos dentre os professores que compunham a *Congregação*.

Um dos primeiros pareceres que figuram entre a documentação localizada é aquele emitido pelo professor interino de *Mathematicas* do *Lyceu Amazonense*, o Sr. Antonio Augusto Alves, quando estava encarregado pela *Congregação* de examinar três livros de matemática: *Compêndio Elementar de Arithmetica*, de Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem; *Compêndio Elementar de Arithmetica*, de Joaquim Pontes de Miranda; e *Systema Métrico Decimal*, de Manoel da Silva Rosa Junior. Para cumprir tal tarefa, o professor Antonio Augusto decidiu confrontá-los “[...] *com as Noções elementares de Mathematicas puras de outros autores mais conhecidos [...]*”. Feito isso, chegou ao seguinte parecer em relação aos dois primeiros livros:

*Os dois primeiros Compêndios, na exposição e demonstração das matérias de que tratão, divergem em que o primeiro leva vantagem sobre o segundo no methodo seguido pelo seo Autor, nas definições pela clareza e precisão mathematicas, bem como na parte material na nitidez de impressão e qualidade do papel, mas ressentem-se da falta de não ter incluído nelle o Systema Métrico decimal, o que hoje é de necessidade indeclinavel n’um compendio elementar como aquelle, pelo que o Segundo se torna recomendável se bem que seo Autor fosse n’alguns pontos um pouco difuso na exposição e solução das differentes operações.* (Correspondência da Instrução Pública jan.-dez.1875-01).

O parecer, com data do dia 1º de novembro, deixa transparecer um certo descontentamento do examinador depois de constatar que a obra de Ayres de Vasconcellos não abordava o conteúdo relativo ao sistema métrico decimal que, naquele momento, parecia ser um tema imprescindível em qualquer livro elementar de matemática. Nesse sentido seria válido dizer que, na visão de Antonio Augusto, o livro de Ayres de Vasconcellos não traduzia as expectativas em relação aos conhecimentos matemáticos a serem transmitidos aos alunos das escolas primárias. Sua frustração chega a preferir outras qualidades do livro (*definições mathematicas claras e precisas, nitidez da impressão e qualidade do papel*) e recomendar uma obra que, apesar de não possuir nenhum desses atributos e ser um pouco difuso, não deixa de fora o sistema métrico decimal.

No entanto, tal frustração parece improcedente em um contexto em que as escolas continuavam fazendo uso de livros distintos para ensinar a aritmética e o sistema métrico decimal. Pelo menos é isso que conseguimos depreender da relação de livros que aparecem nas listas de pedidos das escolas e nas listas de fornecimentos da Diretoria da Instrução Pública no período de 1870 a 1878.

Além disso, corrobora o nosso estranhamento o fato de o título da terceira obra examinada pelo professor Antonio Augusto sugerir que ela se refira, exclusivamente, ao sistema métrico decimal, dando-nos a impressão de que outros assuntos matemáticos seriam ensinados a partir de um outro livro. Aliás, o parecer emitido sobre a obra de autoria do senhor Manoel da Silva Rosa Junior é extremamente favorável à sua adoção, embora não esteja excluída a possibilidade de novamente sermos surpreendidos.

*Passando ao terceiro Compendio sobre Metrologia, somos de opinião que seja adoptado nas escolas publicas e mesmo no Lyceu, porquanto o Methodo ali usado actualmente do autor Sá, alem de lacônico nesta parte da arithmetica, não se acha a venda nas livrarias desta Capital, o que concorre para que os estudantes não se achem bem desenvolvidos sobre o Systema métrico já adoptado para as nossas medidas pelas nossas leis*<sup>52</sup> (Correspondência da Instrução Pública jan.-dez.1875-01).

A recomendação de estender a adoção de um compêndio destinado às escolas primárias para as aulas do *Lyceu* surpreende e, ao mesmo tempo, deixa evidente a insatisfação do professor Antonio Augusto com o livro em uso no ensino secundário, seja pela brevidade com que expunha o conteúdo relativo ao sistema métrico decimal, seja pela dificuldade em encontrá-lo para a compra nas livrarias locais.

No mesmo ano, Henrique Barbosa d'Amorim, professor de gramática e pedagogia do *Lyceu*, foi encarregado pela mesma *Congregação* de examinar as seguintes obras: *Catecismo Brasileiro*, de Cyriaco Antonio dos Santos Silva<sup>53</sup> e *Christhomathia*, de Heráclito Vespasiano Fiock Romano. O seu parecer ficou pronto no dia 18 de novembro de 1875 e recomendava que a

<sup>52</sup>Provavelmente a menção ao *autor Sá* diga respeito a Eduardo de Sá Pereira de Castro, autor de livros de aritmética, dentre eles o *Compendio de Metrologia*. Conseguimos encontrar referência à edição de 1863, publicada no Rio de Janeiro, pela *Typographia Nacional* (indicada na bibliografia disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/noticias/livroMetrologia/09LivroMetrologiaBibliografia.PDF>. Acesso em: 08 set. 2006).

<sup>53</sup>De acordo com Galvão (2003), a 4ª edição da obra de Cyriaco Antônio dos Santos Silva, impressa em Recife em 1872 pela *Typographia Commercial* de Geraldo H. de Mira, traz referência a sua adoção nas províncias de S. Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul, São Paulo e Pernambuco. Suas lições são estruturadas a partir de perguntas e respostas e “*Como seu próprio título indica, o modelo religioso do catecismo aparece, aqui, trasladado para o conteúdo laico.*” (Galvão et al, 2003, p.34). Já o estudo de Bittencourt (1993, p.123) informa que o *Catecismo Brasileiro* de Cyriaco Antonio foi objeto de uma polêmica na Primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, realizada no ano de 1883. A obra havia sido exposta por S. J. Zeferino Rangel que, ao tomar conhecimento de que a mesma não havia sido premiada pelo júri encarregado de escolher os melhores livros didáticos, decidiu apresentar recurso por se sentir injustiçado. O júri da exposição respondeu ao recurso da seguinte maneira: “[...] a comissão não desconhece o mérito da obra e o resultado que pode dar na escola primária, bem como o esforço de seu autor em torná-la um livrinho inteiramente nacional, propõe que seja conferido um diploma de 3ª classe ao Sr. J. Z. Rangel e S. Paio, expositor do *Catecismo Brasileiro* [...]” (Atas do Júri da Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro *apud* Bittencourt, 1993, p.124).

decisão sobre a adoção das obras em questão fosse postergada para janeiro do ano seguinte, quando a *Congregação* se reuniria para revisar os livros adotados e decidir se algum deles deveria ser substituído. O professor Henrique reconhecia que as obras examinadas possuíam *merecimento litterario*, mas resolveu não recomendar sua imediata adoção, por entender que elas não apresentavam vantagem alguma sobre os livros que naquele momento estavam adotados.

Voltando para os documentos legais, vamos perceber que a tendência de atribuir a uma instância coletiva a responsabilidade pelo exame e seleção dos livros escolares permaneceria no *Regulamento n° 42* (14/dez/1881), que reforma a Instrução Pública amazonense. Apesar dessa permanência, a entidade encarregada de desempenhar essa tarefa seria, a partir de então, o *Conselho de Instrução* e não mais a *Congregação dos Professores do Liceu*, como previa o regulamento anterior (*Regulamento n° 28* de 31/dez./1873). No entanto, a mudança mais significativa foi referente à composição dessa entidade colegiada. Ao contrário do que ocorria com a *Congregação*, que era composta apenas por professores do *Lyceu*, a composição do *Conselho de Instrução* seria mais diversificada: além de alguns profissionais mais diretamente ligados ao campo educativo (Diretor da Instrução Pública, Diretor da Escola Normal, um lente do Lyceu, um lente da Escola Normal e um professor do ensino primário), neste Conselho teriam também assento o Presidente da Câmara Municipal, o Juiz de Paz mais votado e dois cidadãos *de notória idoneidade*. Chama a atenção essa composição mais diversificada do Conselho, que teria a função de decidir sobre vários aspectos ligados ao cotidiano de ensino das escolas da província. No *Regulamento n° 42*, figura como “[...] obrigatória a audiência do Conselho de instrução sobre as seguintes matérias: I. Adopção, substituição ou revisão do methodo do ensino, e dos compêndios, livros e instrumentos de estudo usados na instrução.” (Art.8°; I). Suas decisões seriam ainda submetidas à apreciação do Presidente da Província, que decidiria sobre sua adoção ou não.

Outro elemento que atrai a nossa atenção no *Regulamento n° 42* (1881), diz respeito à indicação de alguns cuidados a serem observados no momento de decidir sobre a adoção dos livros escolares.

*Na adopção, revisão ou substituição de methodos de ensino, e dos compêndios e livros, velará o Conselho, para que haja unidade no ensino em todas as escolas e estabelecimentos públicos, e para que não sejam adoptados livros, que preguem idéas subversivas das leis do paiz, da moral e da Religião do Estado. (art. 9°).*

Tais cuidados acabaram por esboçar alguns dos critérios que passariam a figurar nas seleções realizadas posteriormente, mas também determinaram formas de interdição às obras consideradas subversivas pelas autoridades da Instrução Pública. Tal poder explicitou uma perseguição aos livros que difundissem idéias que de algum modo colocassem em perigo a ordem religiosa, política ou moral em vigor, o que obrigava as autoridades de ensino a redobrar os cuidados a fim de manter os professores e as crianças das escolas primárias afastados dessas obras consideradas subversivas.

Outras informações relevantes a respeito da dinâmica de seleção dos livros escolares podem ser encontradas no conjunto de *correspondências da instrução pública*. Esta documentação nos ajuda a chegar mais perto das práticas e dos sujeitos que foram acionados neste ponto do circuito do livro escolar e, ao mesmo tempo, supre a falta de algumas leis de ensino<sup>54</sup>.

Examinando o conjunto de correspondências do ano de 1882, vemos indícios de mudanças e permanências, em relação ao regulamento do ano anterior, no modo de proceder à escolha dos livros escolares. Através desse conjunto documental encontramos a permanência do Conselho (denominado como *Conselho Fiscal da Instrução Pública*) para, entre outras atribuições, decidir sobre o material de leitura a ser colocado em circulação nas escolas da província. Coube a esse *Conselho* nomear uma *Comissão* que teria a incumbência de:

[...] examinar os compêndios de *Arithmetica do bacharel em mathematica Antonio Joaquim de Oliveira Campos e do professor da Escola Normal desta Província Pedro Ayres Marinho; os de Noções da vida domestica e de Noções da vida pratica, de Felix Ferreira; a Cartilha elementar de leitura, de C. S. Pinheiro; e o Novo methodo do ensino da leitura, de Alfredo Julio de Brito; bem assim para resolver de acordo com a opinião dos professores do ensino primario, geralmente seguida, acerca d'adopção de livros para o ensino de suas escolas, e por elles próprios manifestada em 20 officios, que tambem nos foram presentes.* (Correspondência da Instrução Pública jan-dez 1882 – 09).

Em 05 de dezembro, essa *Comissão* apresentou em reunião do *Conselho* o seu parecer. Apesar de um pouco extenso, vale a pena reproduzi-lo:

---

<sup>54</sup>É importante frisar que entre 1880 e 1886 outras três leis de ensino entraram em vigor na Província do Amazonas, mas até o momento da pesquisa não conseguimos localizá-las ou manuseá-las. São elas: a) Lei n° 579, de 24 de maio de 1882, que reforma o ensino público da província (não localizada); b) Regulamento n° 47 (publicado no dia 28 de março de 1883 – tendo em vista a Lei n° 579, de 24 de maio de 1882 (localizado, mas sem condições de ser

1° *Que o Compendio d'arithmetica do dr. Campos satisfaz incontestavelmente melhor as condições exigidas para o ensino primario, segundo prescreve o art. 8° n° 5 da Lei n° 579 de 24 de Maio de 1882; entretanto se o professor Marinho quizer sujeitar-se ao trabalho de mandar á sua custa, reimprimir o seu compendio, afim de rever e sanar as gravíssimas incorreções de que este se ressentia actualmente, entendemos que deve ser o preferido; e em quanto não o fizer que se adopte o do dr. Campos.*

2° *Que os dois tratados de Felix Ferreira são livros necessarios e úteis á instrução primaria, pelo que somos de parecer que sejam admittidos nas escolas publica da provincia em satisfação dos numeros 11 e 12 do supracitado art. da mesma lei.*

3° *Que o Manual encyclopedico de Emilio Achilles Montevide e antes deste o Methodo facillimo do mesmo autor reúnem as condições precisas para o ensino primario, deviam ser adoptados de preferênciam aos 1°, 2° e 3° Livros de leitura do dr. Abílio Cezar Borges, e a qualquer outros compendios de arithmetica, catecismos de civilidade, historias bíblicas, grammaticas portuguezas, geographia e historia universal, porque alem das vantagens que oferecem ao ensino aquelles dois livros, tambem a experimentariam pelo lado econômico os cofres provinciais e os pais dos meninos não necessitados. Desta opinião apenas foi a professora da Escola Mista do bairro de São Sebastião desta Capital, pelo que entendemos adoptar os seguintes livros mais, de acordo com a apreciação geral do magisterio:*

1°, 2° e 3° Livros de leitura do dr. Abílio

*Manuscripto (arte de aprender a ler) de Duarte Ventura*

*Noções de Geographia e Historia, do dr. Freitas. (Joaquim Pedro Correia)*

*Catecismo da doutrina christã, de D. Antonio bispo do Pará.*

*Grammatica portugueza, do pe. Felipe Pinto Marques.*

4° *Finalmente que os outros dois livros de S. Pinheiro (Cartilha elementar de leitura) e Alfredo Julio de Brito (o Novo methodo do ensino da leitura), apesar de não menos úteis do que aqueles acima referidos, deixam de ser por nós aceitos, unicamente para evitar a accumulacão de livros destinados ao mesmo fim nas escolas, que possam perturbar o methodo de ensino, seguido nellas; 2° dispêndios com a acquisição delles em puro prejuizo dos cofres da provincia." (Correspondência da Instrução Pública jan-dez 1882 – 09).*

Elementos de diferentes ordens entraram em jogo no momento de a *Comissão* formular o seu parecer: era preciso considerar, ao mesmo tempo, as exigências legais; a qualidade interna dos livros e a sua adequação ao ensino dos diferentes saberes que cabe à escola ensinar; a existência, ou não, de compêndios em circulação nas escolas com as mesmas finalidades didáticas; as repercussões didáticas e financeiras que poderiam advir da opção por um determinado livro; e, por fim, as preferências dos professores em relação aos livros que deveriam servir à sua tarefa de ensino. Este último componente representou uma novidade em relação às

---

manuseado ou fotografado); c) Regulamento n° 54, de 01 de julho de 1884, em execução à Lei n° 651, de 11 de junho de 1884, que autorizava a dar nova organização aos estabelecimentos de ensino público (não localizado).

formas de seleção das obras escolares que vinham sendo previstas nos regulamentos anteriores. Pela primeira vez, a opinião dos professores primários sobre o material de leitura que deveria ser adotado nas suas salas de aula foi levada em consideração e, pelo menos para essa Comissão, com um peso decisivo sobre a eleição dos livros a serem adotados. Vejamos, por exemplo, o caso em que a preferência dos professores pelos livros de leitura do Dr. Abílio e outros parece ter prevalecido diante da posição dos membros da Comissão em favor das obras de Monteverde.

O parecer deixa antever que era através de ofícios que os professores primários manifestavam as suas opiniões e preferências sobre os livros escolares. Mas a quantidade de apenas 20 ofícios em poder da Comissão indica uma participação reduzida, se comparada ao total de professores em exercício na rede escolar da província<sup>55</sup>.

Desses 20 ofícios que chegaram às mãos da Comissão, tivemos a oportunidade de encontrar dois e, com isso, construir uma visão, ainda que parcial, daquilo que os professores levavam em consideração no momento em que eram solicitados a opinar sobre os livros mais apropriados para o ensino das suas turmas de alunos. O primeiro desses ofícios foi escrito pelo professor da *Escola pública do ensino primário do sexo masculino da povoação de Badajos*. Diz ele:

*Cumprindo o ordenado na circular de V.S<sup>a</sup> de 8 de outubro do corrente anno, tenho á indicar a essa Directoria, que, [...] reconheci estarem nas condições de ser adoptados na escola a meu cargo os livros seguintes: Grammatica portugueza de Figueiredo Vieira; arithmetica, Pedro Ayres Marinho; Geographia, Dr. Freitas; Instrucção moral religiosa, D. Antonio de Macedo Costa; Historia do Brasil, Dr. Manoel Joaquim de Macedo; Pedagogia, J. M. de Vasconcellos; cujos livros não só pela sua fácil compreensão como mesmo pela clareza do estylo e forma de systema, preenche verdadeiramente as desejáveis condições para o ensino primario, visto trazerem grandes vantagens com as quaes não compartilhem outros compêndios de diferentes autores.* (Correspondência da Instrução Pública jan-dez 1882 – 15).

Aos nossos olhos a manifestação do professor de *Badajos* parece pouco esclarecedora em relação aos critérios sobre os quais se apoiou para eleger as obras que julgava em condições de serem utilizadas na formação de seus alunos. Os únicos aspectos destacados pelo professor com o propósito de justificar a sua preferência pelos livros mencionados dizem respeito às

---

<sup>55</sup>Não existem informações precisas sobre o total de professores de escolas primárias naquele ano. Uma aproximação possível pode ser feita através do Relatório do Presidente da Província, Barão de Maracajú, relativo ao ano de 1878, que afirma existirem 42 escolas primárias. Mais proximamente, temos no Orçamento de 1882 – 1883 a previsão de pagamento de 69 professores públicos do ensino primário.

características textuais, que facilitariam a compreensão e o entendimento dos assuntos abordados. Certamente suas escolhas estiveram pautadas por critérios nem sempre coincidentes com aqueles que orientaram o parecer da Comissão encarregada de examinar e resolver a respeito dos livros destinados ao ensino primário. Do contrário, seria mínima a possibilidade de o professor ter preferido o compêndio de aritmética do professor Pedro Ayres Marinho, uma vez que, na ótica da Comissão, era um livro que só poderia ser adotado depois de reimpresso a fim “*de rever e sanar as gravíssimas incorreções*” que o mesmo apresentava.

Um outro elemento não escapa aos nossos olhos de pesquisador da leitura: na lista de livros escolares não aparece nenhum título voltado ao aprendizado inicial da leitura e/ou da escrita.

Já no segundo ofício, temos a opinião do professor Antonio da Cunha Mendes, da *Escola pública do ensino primário de Ayrão*.

*Accuso recebimento do officio circular de V.S<sup>a</sup> de 11 de Outubro proximo passado no qual me ordena informar quais os livros da instrucção primaria no caso de serem adoptados na Escola á meu cargo.*

*Respondendo como me cumpre, devo dizer á V.S<sup>a</sup> que no exercicio do magisterio sempre tirei vantajoso proveito dos livros 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> do Dr. Abilio para o gráo do ensino elementar das crianças por isso parece serem esses livros os preferidos na minha escola não só pela uniformidade que imprime nas classes, como ainda amenidade e conscição dos assumptos.*

*É todavia lamentável que os livros do Dr. Abílio se resintão de pouca solidez pois a cartonagem que os ataria é tão fraca a ponto de não resistir a acção da humidade e muito menos ao constante folhear de um neophito em primeiras letras.*

*Quanto a arithmetica, geographia, grammatica e instrucção moral e religiosa tenho feito uso dos compendios de Jacelino, do Dr. Freitas e do Pinto Marques; do Resumo da Historia Bíblica de D. Antonio, e do Cathecismo de doutrina christã, com mais ou menos proveito para os alumnos.*

*Convem dizer que não tenho ensaiado as disciplinas de historia e pedagogia, em carência de livros ou compendios apropriados*

*Mesmo em geographia piores resultados hei obtido dos meus alumnos porque o compendio do dr. Freitas, único que tenho podido obter, é por demais resumido, e não isento de incorreções.*

*Em epílogo, significo a V.S<sup>a</sup> que me parece sempre de vantagem a identidade de livros e compêndios para as diversas disciplinas escolares, porque da unidade do ensino surge a diversidade de raciocínio e desta os questionários sempre proveitoso, mesmo nos espíritos infantis. (Correspondência da Instrução Pública jan-dez 1882 – 09).*

No ofício encaminhado pelo professor Antonio é possível alcançar uma avaliação mais detalhada sobre as obras escolares em torno das quais ele desenvolve a sua prática de ensino, notadamente os livros destinados ao ensino da leitura e de geografia. Mas, ao encaminhar uma

relação de obras de sua preferência, o professor da escola de Ayrão fez um balanço do potencial dos livros escolares à luz dos resultados alcançados por ele em situação real de ensino e aprendizagem. É o caso, por exemplo, do *vantajoso proveito* que ele vinha alcançando com os livros de leitura do Dr. Abílio, seja porque eles permitiam uma organização mais uniforme das diferentes classes de alunos, seja porque seus assuntos eram apresentados de forma agradável e concisa. Apesar dos efeitos positivos que as obras do Dr. Abílio vinham proporcionando à tarefa de ensinar a leitura aos seus alunos, o professor Antonio não poupou críticas à materialidade dos livros. Atento novamente às práticas reais de uso destes, o professor assinalou a fragilidade das edições, que não resistiam à ação da umidade e aos manuseios dos seus alunos iniciantes.

Em relação aos livros destinados ao ensino de outros saberes, chama a atenção sua insatisfação com a obra do Dr. Freitas, destinada ao ensino de geografia. Alegou que a obra possuía incorreções (não sabemos se de natureza tipográfica ou de conteúdo) e, no caso específico do ensino de geografia, avaliou negativamente o fato de o livro apresentar textos resumidos.

Analisando conjuntamente as manifestações dos dois professores, percebemos algumas variações não apenas nos modos de avaliarem os livros escolares, mas também na indicação dos títulos que gostariam de utilizar. Retomemos os títulos e os autores indicados pelos professores, para estabelecermos uma comparação entre eles.

**Quadro 4.** Indicações de professores amazonenses sobre os livros escolares que preferem adotar em suas escolas

Títulos e autores indicados pelo prof. de Badajoz	Títulos e autores indicados pelo prof. de Ayrão
Leitura - Sem referência <i>Grammatica portugueza de Figueiredo Vieira</i> <i>Arithmetica de Pedro Ayres Marinho</i> <i>Geographia, Dr. Freitas;</i> <i>Instrução moral religiosa - D. Antonio de Macedo</i> <i>Costa</i>  <i>Historia do Brasil, Dr. Manoel Joaquim de Macedo;</i> <i>Pedagogia, J. M. de Vasconcellos</i>	Leitura - 1º, 2º e 3º livros do Dr. Abilio <i>Grammatica de Pinto Marques</i> <i>Arithmetica de Jacelino,</i> <i>Geographia do Dr. Freitas,</i> <i>Instrução moral e religiosa - Resumo da Historia</i> <i>Bíblica de D. Antonio e Cathecismo da doutrina</i> <i>christã</i> <i>Historia do Brazil</i> <i>Pedagogia</i>

Fonte: Correspondência da Instrução Pública, jan-jun 1882 -15

Embora os professores indiquem os mesmos títulos para o ensino de determinados saberes, gostaríamos de assinalar as indicações que não coincidem umas com as outras. Este destaque justifica-se em função da circulação e uso no meio escolar de livros diversos para o ensino de um

mesmo conteúdo e ganha força, quando identificamos outros títulos e autores nos pedidos de material encaminhados pelos professores à Diretoria da Instrução Pública. Em 1882 apareceram, por exemplo, os seguintes títulos: *Gramática do Dr. Abílio*; *Noções de Aritmética de H.O.R. da Costa*; *Arithmeticas do Dr. Abílio*. Essas podem ser informações que nos remetem ao aspecto que tanto preocupava as autoridades de ensino da época: a falta de uniformidade dos livros escolares. Em ofício de 21 de janeiro de 1882, o Diretor da Instrução Pública enumerava a falta de uniformidade dos compêndios como um dos problemas observados na visita que fez a algumas escolas da Capital. Segundo ele, “*Falta absoluta de moveis decentes, pouca frequencia ainda, e falta de uniformidade de methodo e de compendios, tal é a synthese do estado actual das escolas, estado que espero melhorar com o tempo e com o fornecimento dos moveis que V.Ex<sup>a</sup> mandou vir dos Estados Unidos.*” (Correspondência da Instrução Pública jan 1882 – 01).

Voltando aos dispositivos de regulamentação da dinâmica de seleção dos livros escolares para as escolas primárias da província, temos a aprovação do *Regulamento n° 56* (Lei n° 720 de 08 de maio de 1886). A forma pela qual os livros escolares seriam escolhidos continuava fortemente ligada ao trabalho do *Conselho Fiscal da Instrução Pública*. Caberia a ele emitir parecer “*Sobre a adopção e revisão ou substituição de compêndios, livros e objectos de ensino.*” (§2º do art. 207). Sua composição, se comparada àquela prevista no *Regulamento n° 42* (dez/1881) voltou a ser marcadamente de profissionais da educação, mas permaneceu a exigência da inclusão de cidadãos de reconhecida idoneidade, agora em número de três.

No *Regulamento n° 56* ficou assegurada a participação dos professores primários, pelo menos daqueles que lecionavam nas escolas da Capital, no processo de escolha das obras escolares a serem adotadas como material de leitura das escolas da província. De acordo com Uchoa, esta dinâmica funcionava da seguinte forma:

Em primeiro lugar, o Conselho Fiscal da Instrução aprovava a lista dos livros selecionados; depois uma reunião de professores primários da capital, sob a presidência do diretor geral indicava, na lista já aprovada, os livros de sua preferência; a anuência do chefe do Governo constituía a última instância na aprovação definitiva (1966, p.157).

Ainda que a participação dos professores no processo de seleção dos livros ocorresse de maneira limitada, pois suas escolhas ocorriam em torno de obras previamente selecionadas, é

possível interpretá-la como expressão de uma mudança no comportamento das autoridades do ensino em relação à categoria dos professores primários, pelo menos quanto ao reconhecimento da necessidade de ouvi-los a respeito dos livros escolares que preferiam utilizar nas suas aulas.

Por outro lado, poderíamos perceber essa participação como uma estratégia das autoridades do ensino para assegurar uma menor resistência do conjunto dos professores primários aos livros escolares que vinham sendo adotados para as escolas de primeiras letras, visto que parte dos professores participava dessa seleção.

A partir da década de 90 a tarefa de escolher os livros escolares ficaria centrada na figura do Diretor da Instrução Pública e, especialmente, do Conselho Superior. Percebe-se, no entanto, uma variação constante em relação ao papel que caberia ao Conselho na dinâmica de seleção dos livros escolares: ora este exercia um papel apenas consultivo, ora funcionava como uma instância deliberativa.

Os regulamentos, regimentos e programas de ensino aprovados até o ano de 1912 não fazem mais nenhuma referência explícita acerca do papel que caberia ao chefe do executivo estadual no processo de seleção dos livros escolares. Mas o conteúdo da portaria nº 602, de dezembro de 1894, não deixa dúvidas de que a seleção dos livros escolares continuava dependente da aprovação do governador do Estado.

*O Governador do Estado do Amazonas, tendo em vista as considerações apresentadas pelo Director Geral da Instrucção Publica e attendendo o parecer do Conselho Superior da mesma, proferido na sessão do dia 7 do corrente, resolve declarar sem effeito o acto de 24 de Outubro ultimo que escolheu os livros que tem de ser usados no ensino primário do estado no próximo anno e mandar que de novo se proceda de accordo com as disposições regulamentares em vigor. Cumpra-se e communique-se. Palácio do Governo do Amazonas, em Manáos, 26 de Dezembro de 1894. Assignado: Eduardo G. Ribeiro. (apud. Ofícios do Governo 1894 – sn).*

A alegação para invalidar a escolha feita pelo Conselho e determinar a realização de uma nova seleção sugere que algum dispositivo regulamentar tenha deixado de ser observado pelo Conselho Superior. É difícil saber exatamente qual (is) dispositivo(s) do regulamento teria(m) sido violado(s). A consulta ao regulamento em vigor naquele momento (*Regulamento Geral da Instrucção Publica de 1892*) nos põe diante de uma situação onde a não-observância de qualquer um dos artigos diretamente relacionados à constituição e às atribuições do Conselho da Instrução Pública, por exemplo, já seria motivo para a invalidação. No entanto, o *Regulamento de 1892*

apresenta uma peculiaridade para a qual devemos atentar: reaparece a indicação em torno do tipo de texto adequado ao ensino de cada disciplina do ensino primário: narrativas de viagens e biografias (elementos de geografia e história); fábulas, contos e provérbios (instrução moral e cívica), impressos em prosa e verso (leitura e escrita), textos de autores especiais (lições de coisas). Nesse caso, poderíamos pensar na possibilidade de ter ocorrido uma incompatibilidade entre os livros selecionados pelo Conselho e os tipos de textos recomendados pelo regulamento como o material de leitura de cada disciplina.

Além de fornecer indicações sobre a modalidade de texto adequada ao ensino das diferentes disciplinas, o *Regulamento de 1892* prescreve algumas qualidades tipográficas necessárias aos livros de ensino: “*Todo o livro de ensino deve ser impresso em papel creme e em corpo maior de 12, excepto os do ensino superior que poderão ser em corpo 10.*”(art. 76). Essa prescrição reflete a preocupação em voga naquele momento com a produção de livros que, em termos tipográficos e materiais, fossem mais higiênicos, ou seja, que facilitassem a sua legibilidade. Referindo-se ao contexto espanhol, Escolano Benito (1997) afirma que o movimento higienista estabeleceu uma série de exigências quanto à produção dos livros escolares, o que, de certa maneira, guarda forte proximidade com a prescrição do *Regulamento de 1892*.

Los higienistas convinieron, por ejemplo, que el papel em que se imprimieran los manuales debía tener cierto cuerpo, para que no se transparentara ni calara, y ser de color ‘amarillo o agarbanzado’, em vez de enteramente blanco por producir entes color refracción de la luz y daños a la vision. Aconsejaron también que las letras no fueran pequeñas ni estrechas, que los caracteres utilizados no estuvieran gastados y no se emplearan em una miesma página de distintos tamaños y classe y que la impresión fuera una imagen clara y limpia y com márgenes anchos. (p.28).

Em junho de 1904, os pareceres sobre livros escolares, que até então eram documentos de circulação mais restrita, ganharam as páginas do *Diario Oficial* do Estado do Amazonas. Dando continuidade a uma tradição instalada já há algum tempo, esses pareceres haviam sido produzidos por professores designados pelo *Conselho Superior de Instrução Publica* e visavam subsidiar a decisão a ser tomada em relação a três obras encaminhadas para sua apreciação. O primeiro parecer é de autoria do professor Agnello Bittneecourt e reporta-se ao livro *Novo methodo de leitura*, escrito por Paulino de Britto. O parecerista não precisou de muita escrita para recomendar a aprovação e a adoção da referida obra, pois, segundo ele, o método exposto era fácil e

encontrava-se *de acordo com os excelentes princípios do moderno ensino*. (DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, 1904, p.28831).

O segundo parecer publicado no *Diario Oficial* é de autoria do Dr. Alvares Pereira e refere-se à *Grammatica complementar da língua portugueza*, de autoria, também, de Paulino de Britto. O parecer descreve com riqueza de detalhes os vários temas abordados e enfatiza a forma *racional, clara, e convincente* com que estes são apresentados. No final de seu parecer, Alvares Pereira reconhece que já existem livros do mesmo gênero *acceitos e adoptados* nas escolas primarias do Estado, mas avalia que isto não seria impedimento para a adoção de mais uma gramática que, em termos comparativos, é mais completa e “[...] *de utilidade senão superior, pelo menos igual aos trabalhos que já tiveram o parecer deste conselho.*” (1904, p.28839)). Para garantir a adoção da obra de Paulino de Britto, o examinador assume uma posição um tanto surpreendente aos olhos das autoridades de ensino, que preferiam adotar um único livro para o ensino de cada disciplina da escola primária. Para ele:

*A adopção de mais um livro nas escolas primarias do Estado não quer dizer que os que lhes antecederam nesta formalidade sejam eliminados; ao contrário: mais amplo se torna o campo da escolha dos bons elementos que têm de guiar o passo do aprendiz, e a mais accessíveis os trabalhos, à bolsa do tutor ou pae do menino, por isso que a concurrencia de livros úteis é maior.* (1904, p. 28840).

O último parecer publicado no Diário Oficial do dia 18 de junho de 1904 é de autoria do Dr. Domingos Valle, designado para examinar o livro *Pátria Brasileira*, composto pelo Dr. Virgilio Cardoso de Oliveira. Domingos Valle salienta a nitidez da impressão das 358 páginas da obra e destaca como algo positivo a existência de diferentes gravuras, capazes de ajudar os alunos a se familiarizarem com os acidentes geográficos, as batalhas memoráveis e os homens notáveis da história do País. Reconhece ser um livro adequado à formação do sentimento pátrio não apenas porque foi escrito em *linguagem simples, correta e clara*, mas também pelo seu *caracter genuinamente brasileiro*. Seu parecer ainda elogia a obra por “[...] *não se modelar pelos de certos autores communs na actualidade, que pensam não poder servir á Republica sem insultar as celebridades do regimen passado.*” (Diário Oficial, 1904, p.28848).

De modo geral, o conjunto das leis de ensino e os pareceres emitidos pelo Conselho da Instrução Pública acerca de alguns livros escolares revelam uma multiplicidade de critérios que entram em jogo no momento de selecionar o que deveria ser aprovado ou adotado como material

de leitura para escolas primárias amazonenses. Aos poucos, novos critérios foram referenciados nos documentos legais ou nos pareceres sobre os livros escolares examinados, passando a dividir a cena com requisitos que já vinham sendo considerados há mais tempo.

No conjunto, é possível afirmar que os critérios giram em torno dos seguintes aspectos:

- a) Conteúdo dos livros: sua sintonia com os programas de ensino das diferentes disciplinas e com o conjunto de valores morais e políticos defendidos pelas classes dirigentes; a exatidão e a atualidade das informações neles veiculadas; o uso de linguagem adequada ao público infantil; a proposição de metodologias de exposição que melhor favoreçam a assimilação dos conhecimentos ou a aquisição de habilidades.
- b) Dispositivos materiais e tipográficos dos livros: procedimentos de composição (edição e impressão); qualidade do papel e da encadernação; utilização de ilustrações, gravura, tabelas; emprego de uma configuração tipográfica (tamanho dos tipos, cor do papel, formas e aparência dos caracteres) em conformidade com as prescrições higienistas.
- c) Comercialização dos livros: preço, condições de pagamento, descontos oferecidos ao Estado, disponibilidade para compra nas livrarias locais.

Como se vê, vários foram os critérios levados em consideração pelas autoridades políticas ou escolares no momento de decidirem quais os livros que deveriam ser adotados no ensino primário do Amazonas. Tais critérios refletem a mentalidade da época sobre o que deveria ser o livro escolar. Apesar das variações que esses critérios poderiam sofrer em razão das peculiaridades dos sistemas de ensino de cada região do País, é possível falarmos em uma mentalidade compartilhada que foi capaz de gerar um consenso em torno dos critérios de avaliação dos livros escolares. Prova disso é que os critérios anunciados pelas autoridades do ensino no Amazonas para a escolha dos livros escolares são praticamente os mesmos que José Veríssimo utilizou na exposição que fez em 1890 para os membros do Conselho da Instrução Pública do Pará. Atuando como Diretor da Instrução Pública daquele Estado, Veríssimo afirma que “[...] *de trez ordens são as qualidades que devem distinguir um livro para o ensino primário: pedagógicas, hygienicas e econômicas. Deve ser bem feito, deve ter um aspecto agradável, e deve ser barato.*” (apud ALVES, 1900, P.176). E para não deixar dúvidas em relação ao tema de sua exposição, Veríssimo elaborou um roteiro com as principais qualidades que deveriam ser observadas em um livro escolar no momento de sua avaliação:

- 1° *Que seja composto com clareza, correção, precisão e methodo.*  
 2° *Que seja feito de accordo com as lições mais acceitas da pedagogia moderna e segundo os melhores modelos em pratica nos povos mais adiantados que nós.*  
 3° *Que estejam de conformidade com os nossos programmas de ensino, ou que a elles se possa adaptar sem difficuldades.*  
 4° *Que sejam impressos em bom papel, com typo graúdo, segundo as prescrições da hygiene escolar.*  
 5° *Que, sempre que for possível, sejam copiosamente illustrados, com boas gravuras, finas, nítidas e de accordo com o texto.*  
 6° *Que seu preço seja o mais módico possível, podendo o poder competente fazer depender a approvação do preço maximo que fixará.*  
 7° *Que sejam sempre postos á venda cartonados e brochados.* (apud ALVES, 1900, p.176).

Até que esses critérios de avaliação das obras didáticas se consolidassem entre as autoridades de ensino das diferentes regiões do País, muitos livros continuaram sendo avaliados a partir de parâmetros de julgamentos muito variáveis. Vejamos, por exemplo, o caso envolvendo do *Compêndio de physica para leitura*, composto por Francisco de Paula Barros. No dia 15 de outubro de 1885, ao ser examinado pela *1ª Sessão do Conselho fiscal da Instrução Pública do Amazonas*, esse compêndio recebeu parecer favorável à sua adoção nas escolas do ensino primário da província. Nos argumentos que os examinadores utilizaram para fundamentar o parecer é possível entrever alguns dos aspectos considerados no julgamento da obra:

[...] *considerando que da adopção d'este livrinho, muito terá a instrucção das crianças a lucrar, não só por que a par de uma leitura amena e variada, que bem dirigida, dará conhecimento das principaes theorias da Sciencia n'elle gradualmente descripta e ampliadas de muitas gravuras, e tambem de suas diversas applicações dos uzos da vida, que de continuo são obrigados a praticar ignorando os pormenores que para esse fim se operão na maturidade; Considerando ainda que este compendio vem preencher uma falta até hoje sensível na instrucção primaria, qual a de um compendio elementar d'essa sciencia, é de parecer que elle seja adoptado para uso dos meninos que frequentam as escolas primarias d'esta Província.* (Correspondências da Instrução Pública jun dez 1885 – sn).

Logo depois de aprovado o parecer em reunião do Conselho fiscal da instrução pública, o autor passou a negociar a venda de exemplares de seu compêndio com o chefe do executivo amazonense.

Já o projeto de ver seus livros também adotados na Província de Pernambuco teve um desfecho completamente diferente daquele que havia alcançado no Amazonas. Naquele mesmo

ano de 1885, o Conselho literário, órgão responsável pela escolha dos livros escolares em condição de serem adotados nas escolas pernambucanas, emitiu um parecer contrário à adoção do compêndio de Francisco de Paula Barros. Segundo nos informa Galvão (2005), os examinadores alegavam:

[...] diversos erros conceituais cometidos pelo autor que parece não ter incorporado minimamente as diversas descobertas que realizavam as ciências naquele vertiginoso final de século. Embora reconheçam que o conhecimento científico sofre transformações muito rápidas e que é difícil para um livro escolar acompanhar essas transformações, os pareceristas não perdoam os diversos erros cometidos – onze, no total, são elencados –, destacando-se as imprecisões científicas dos conceitos utilizados e enfatizando-se as contradições apresentadas pelo próprio compêndio. Para os autores do parecer, os erros apontados "são graves e não convem por forma alguma que figurem em um compendio de physica, sciencia hoje tão necessaria que o seu estudo faz parte de todos os programmas de ensino desde a escola primaria até os cursos superiores." (p.5).

O contraste nos resultados dos exames a que foi submetido o livro de Francisco de Paula Barros denota o quanto a avaliação das obras escolares podia variar não apenas em função dos parâmetros de julgamento adotados em cada província, mas também em função dos aspectos que cada examinador levava em consideração no momento de analisar a pertinência de um livro ser adotado ou não.

#### **4.1.2 Livros ensaiados nas salas de aula**

Embora os regulamentos analisados fossem unânimes em proibir os professores de lecionarem com livros escolares não adotados pela Diretoria da Instrução Pública, em pelo menos dois deles (o de 1892 e o de 1901) existe a previsão de conceder aos docentes uma permissão para ensaiarem o uso de algumas obras didáticas que oficialmente não haviam sido adotadas. Depois de determinar que os professores não poderiam alterar a lista dos livros adotados e nem mudar de compêndio, o *Regulamento Geral da Instrução Pública e especial do ensino primário do Estado do Amazonas*, de 1892, prevê que “É licito aos professores, sem prejuízo do ensino ou violação dos princípios acima e disposições regulamentares, ensaiar um livro ou compendio com o fim de inteirar-se da sua utilidade, obtendo para isso permissão do Director Geral.” (art.186).

O *Regimento Interno das Escolas Primárias de 1901* vale-se de dois artigos para reafirmar essa concessão:

*Art. 60 Nenhum professor poderá adoptar em sua escola livros ou material pedagógico diferente dos approvados pelo poder competente, salvo a titulo de experiência e mediante licença do Diretor Geral.*

*Art. 70 O professor que tiver obtido a permissão de que trata o artigo anterior, deverá no fim do anno lectivo, dar o seu parecer por escripto á Directoria Geral sobre o resultado da sua experiência.*

Mas, antes que essas leis entrassem em vigor, a prática de ensaiar livros escolares nas salas de aula já era adotada no ensino público amazonense. Em 15 de junho de 1880, o Dr. Pedro Regalado Epiphanyo Baptista, exercendo o cargo de Diretor da Instrução Pública, encaminhou um ofício circular para alguns professores das escolas primárias da Capital com o seguinte teor: “*Remetto a Vmce. para que distribua pelos alumnos de sua escola três exemplares do methodo Hudson, devendo, depois de pol-o em practica, informar-me qual a vantagem que o referido methodo traz ao ensino publico primário.*” (Correspondência da Presidência da Província jun. 1880 – 12).

O Pe. Francisco Pedro d’Oliveira, responsável pela Escola de ensino primário de Canuman, foi um dos professores que recebeu este ofício circular, juntamente com os três exemplares do *methodo Hudson*<sup>56</sup>. Em correspondência de 15 de julho de 1880, Pe. Francisco acusou recebimento do ofício circular, e fez a seguinte ressalva: *Cumpre me em resposta declarar á VSa. que não obstante ser o numero de exemplares tão limitado para o crescido numero de alumnos matriculados na escola, vou dar o devido cumprimento como VSa. me determina.*” (Correspondência da Presidência da Província jul. 1880 – 09).

Não sabemos qual foi o resultado desse ensaio e nem como ele foi realizado. No entanto, a observação feita pelo professor Francisco d’Oliveira nos leva a especular sobre o modo como era realizado esse ensaio do livro escolar. Se o número de exemplares (três) enviados era insuficiente para atender aos alunos da escola de Canuman, como afirma o professor Francisco, é razoável pensarmos em uma situação de ensino marcada pela falta de uniformidade dos livros destinados ao ensino da leitura.

---

<sup>56</sup> Trata-se do livro *Método de Leitura*, de Octaviano Hudson, publicado pela Tipografia Nacional em 1879 (Cf. Bittencourt, 1993, p.82 e Tambara, 2002, p.49).

Talvez as dificuldades que o professor Francisco enfrentou para ensaiar o livro de Octaviano Hudson tenham sido as mesmas expostas pelo professor paraense Francisco Vilhena Alves ao ser incumbido pelo Diretor da Instrução de seu Estado para ensaiar o 2º e 3º livros de leitura de Felisberto de Carvalho.

*Mas, Sr. Director, para conseguir o bom resultado de que acabo de vos falar, foi-me preciso isolar aquelles alumnos, fazendo com elles uma turma especial, embora isto me acarretasse grande somma de difficuldades no ensino dos alumnos das outras turmas e cursos. Como, porém, a não ser por este meio, poderia em applicar o methodo do Sr. Carvalho, explicando as lições de modo a colher dellas proveito?*

*Lancei mão desse meio – na falta de melhor - ; mas somente como uma medida transitória, para esta experiência, e para poder cumprir as vossas determinações. Entendendo porém não ser conveniente prolongar este estado de cousas, pois é intuitivo o prejuízo que advém á escola, da falta de uniformidade nos livros escolares, vendo-se o professor obrigado a recorrer ao velho e absurdo ensino individual, ou a dividir em duas ou mais turmas alumnos da mesma classe, perturbando assim a marcha regular do ensino. (Alves, 1900, p.176).*

Chama a atenção que, tanto no caso do Amazonas quanto no do Pará, a iniciativa de ensaiar os livros escolares partiu das autoridades do ensino e não dos próprios professores, denotando que se tratava de uma prática mais produtiva para as autoridades do ensino do que para os docentes. Talvez por estarem cientes das dificuldades de realizarem esses ensaios, os professores amazonenses tivessem abdicado dessa possibilidade que, em certos momentos, as leis de ensino lhes asseguravam.

A despeito dos possíveis transtornos que causavam nas rotinas de ensino dos professores das escolas primárias, essas práticas de ensaiar livros escolares parecem ter ajudado as autoridades do ensino a terem uma visão antecipada sobre os possíveis efeitos que alguns livros escolares provocariam no ensino de algumas disciplinas. No caso do livro de Octaviano Hudson, os documentos indicam que sua utilização ficou restrita às práticas de ensaiá-lo, pois não figura nas listas de livros adotados nos anos subsequentes.

O circuito do livro escolar vai muito mais além desta etapa que aqui decidimos retratar. Mas, ao nos debruçarmos sobre os regulamentos de ensino, foi possível identificar as tentativas dos dirigentes políticos e da Instrução Pública para institucionalizar esse circuito do livro escolar, estabelecendo, dentre outras coisas, os sujeitos e as práticas que seriam acionados no momento de selecionar quais livros poderiam circular nas escolas primárias. Podemos perceber, também, o

modo como o aparato de escolha e controle dos livros escolares foi se sofisticando ao longo do tempo. Vemos que várias tentativas foram feitas, até que o modelo ancorado na figura de um *Conselho* fosse criado e se estabelecesse, pelo menos nos vinte primeiros anos da República, como a forma oficial de proceder à seleção e ao acompanhamento dos livros que circulavam nas escolas primárias do Amazonas.

Ao lado da institucionalização desse aparato de controle, os pareceres sobre os livros escolares deixam transparecer a emergência de critérios que gradualmente foram sendo instituídos como parâmetros de legitimação para adoção dos livros escolares. A partir desses critérios temos um esboço do que as autoridades de ensino imaginavam que uma obra escolar deveria ter (em termos de sua forma, de seu conteúdo, de sua materialidade e de seu custo) para que fosse declarada aprovada e adotada.

Além de definirem os dispositivos e instâncias em torno dos quais se realizaria a seleção das obras didáticas, as autoridades políticas e educacionais do Amazonas preocuparam-se em modelar outras dimensões do circuito do livro escolar: vários dispositivos que buscavam regulamentar outros aspectos associados a esse circuito puderam ser repertoriados através do levantamento que realizamos sobre as leis — a publicação, aquisição, distribuição e emprego deste gênero de impresso (anexo B).

#### **4.2 Inventário das escolhas realizadas: os livros escolares oficialmente adotados**

Neste momento nosso interesse recai sobre o levantamento de alguns livros que foram oficialmente adotados por este aparato de regulamentação que acabamos de conhecer.

Para tanto, resolvemos produzir um inventário parcial dos livros escolhidos e em circulação nas escolas primárias do período em estudo (anexo C). Para a confecção desse inventário recorremos a um conjunto de documentos bastante variado em função de sua origem ou de sua finalidade: *pareceres* dos Conselhos da Instrução Pública, *correspondências* trocadas entre a Diretoria da Instrução Pública e a presidência da província; *listas dos materiais escolares solicitados* pelos professores primários à Diretoria da Instrução Pública; *listas dos materiais escolares fornecidos* pela Diretoria da Instrução Pública; *relatórios* da Instrução Pública, além dos *editais* que abriam concorrência para fornecimento de materiais didáticos às escolas públicas.

A utilização de uma variedade de fontes não diminuiu as dificuldades para produzir este inventário. O ordenamento e a análise dos dados mostraram-se problemáticos em função do caráter lacunar e impreciso das listas que conseguimos compor. Mesmo as listas organizadas a partir dos *editais* da Instrução Pública apresentam algumas limitações, em que pese o seu potencial elucidativo: é que nos *editais* constam apenas as obras oficialmente adotadas cuja compra precisava ser realizada periodicamente (mas não necessariamente todos os anos) através de concorrência pública. Ficam de fora, por exemplo, aquelas obras que, possuindo sobras no estoque da Diretoria da Instrução Pública, dispensariam a aquisição de novos exemplares, além daquelas adquiridas através de outras formas de compra.

A ausência de informações mais precisas obriga-nos a olhar para o acervo cientes de que algumas listas podem apresentar omissões. Implicaria dizer que a trajetória de uma determinada obra no circuito do livro escolar amazonense pode ter-se iniciado e se estendido por um período maior do que aquele que as listagens indicam. Dito de outra maneira, é preciso ficar ciente de que, em algumas situações, a ausência de referência a um livro em uma determinada listagem não significa que o mesmo tenha deixado de ser adotado; ela pode representar, simplesmente, a ausência de informações sobre a sua circulação naquele ano.

Estas observações são necessárias a fim de explicitar as reais potencialidades e limitações deste inventário. Neste sentido, parece-nos mais prudente olhar para este acervo como uma amostra significativa do total de obras escolares oficialmente adotadas no Amazonas ao longo do período em estudo.

Um outro tipo de dificuldade — sentida mais intensamente com relação aos dados colhidos a partir das listas de materiais solicitados pelos professores primários entre os anos de 1867 a 1887 — diz respeito à identificação do título e da autoria de determinados livros. Isto porque, aos nossos olhos, essas listas mostraram-se incompletas e truncadas, pois, na maior parte das vezes, os professores limitavam-se a mencionar apenas o título da obra e, quase sempre, de forma abreviada. Esse modo de se referir aos livros, sem a preocupação de identificar precisamente seu título e sua autoria deve ser entendido no interior de um ambiente cultural onde existia por parte dos professores e da direção da Instrução Pública uma certa familiaridade com os livros em circulação naquele momento. Por conta disso, nos contextos de produção e circulação dessas listas, os livros eram facilmente reconhecíveis, mesmo quando referenciados de forma abreviada ou incompleta.

No entanto, quando lidas as listas em um outro momento histórico, essa maneira de fazer referência às obras escolares cria várias dificuldades para os interessados em conhecer o que foi o material de leitura nas escolas primárias do passado. Em certas situações, encontramos formas variadas de se reportar a um mesmo livro<sup>57</sup>.

Para enfrentar as imprecisões foi necessário nos acercarmos de trabalhos sobre a história da edição escolar no Brasil e de algumas obras de referência. Graças à consulta a esse material, foi possível promover a identificação, a confirmação, a correção e a complementação dos nomes dos autores e dos títulos de muitos livros que na documentação apareciam identificados de maneira abreviada ou genérica demais. As operações de levantamento dessas informações foram sistematizadas em um quadro (anexo D), onde buscamos reunir o maior número possível de informações biobibliográficas sobre as obras e os autores oficialmente adotados nas escolas primárias, com a intenção de aumentar o grau de conhecimento sobre os mesmos. Com auxílio desse quadro de referências bibliográficas, foi possível retomarmos o repertório de livros escolares que havíamos organizado, visando construir uma idéia geral acerca de sua constituição.

Ao analisarmos o acervo como um todo, vemos que a sua constituição reflete, em certa medida, as tensões e as tendências próprias de seu tempo.

#### 4.2.1 Nacionalização dos autores de livros escolares

Ao observarmos o acervo de livros oficialmente selecionado, vemos o quanto nele repercutiu a emergência de textos escolares escritos por autores brasileiros que passaram a concorrer com a produção didática de origem lusitana. No período de pouca produção de livros escolares nacionais, a presença de dois autores portugueses chama a atenção. O primeiro deles é Duarte Ventura, autor de um paleógrafo ou *Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas*, mencionado com relativa frequência até o ano de 1884. Ao lado dele temos a presença de Emilio Achilles Monteverde com duas obras: *Methodo Facillimo para aprender a ler*

---

<sup>57</sup> Isto ocorre, por exemplo, com o livro *Methodo Facillimo para aprender a ler e escrever no mais curto espaço de tempo possível*, de Emilio Achilles Monteverde. Na listagem dos professores ele aparece como *Methodo Facillimo* ou, simplesmente, como *Methodo*. O mesmo ocorre quando os professores se referem ao catecismo. Em algumas listas ele aparece como *Cathecismo da Doutrina Christã* ou *Cathecismo do Pará*; em outras, é nomeado como *Cathecismo da Diocese* ou *Cathecismo de D. Antonio*. A ocorrência deste tipo de dificuldade diminui a partir de 1898, quando os editais da Instrução Pública passaram a ser publicados no *Diário Oficial do Amazonas*, com

*e escrever no mais curto espaço de tempo possível tanto a letra redonda quanto a letra manuscripta* e o *Manual Encyclopedico*. A partir da década de 70 nosso inventário registra a gradual presença dos autores brasileiros no crescente segmento de livros escolares destinados ao ensino primário. Boa parte desses autores residia no Rio de Janeiro ou tinha seus livros publicados por editoras que lá estavam instaladas, tais como: Garnier, Laemmert e, posteriormente, a Francisco Alves. No interior desse processo de nacionalização dos livros escolares, o nosso inventário consegue flagrar a adoção, mesmo em menor número, de obras produzidas por autores nascidos ou residentes em outras regiões do País. Dentre elas podemos citar: o *Livro do Povo*, escrito pelo maranhense Antônio Rodrigues; a série graduada de leitura (1º, 2º e 3º livros) e mais 4 títulos bastante utilizados ao longo das décadas de 1870 e 1880, do paraense Joaquim Pedro Corrêa de Freitas; a série graduada de livros de leitura (1º, 2º e 3º livros) do pernambucano Landelino Rocha; e a série graduada de leitura (1º, 2º e 3º livros) de autoria do paraense Augusto Ramos Pinheiro, que também foi co-autor de uma *coleção de traslados* para o ensino da escrita.

Em relação aos livros escolares de autores nascidos ou residentes no Amazonas, os dados levantados informam muito mais sobre as “tentativas” de produzi-los, através de financiamento do poder público, sobretudo nas duas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX, que propriamente sobre a sua efetiva adoção. Mesmo para as obras publicadas com patrocínio do governo amazonense, não encontramos informações que demonstrassem se todas elas foram efetivamente adotadas e, em caso positivo, por quanto tempo. Talvez possamos considerar a hipótese de que as publicações de cunho didático que contaram com o auxílio do governo tenham suscitado novas formas de aquisição e distribuição, diferentes das formalidades que pautavam a compra e o fornecimento das demais obras didáticas, o que explicaria o fato de nem sempre elas figurarem na documentação levantada. É pouco provável, por exemplo, que, depois de financiar a publicação de uma obra escolar, o governo ainda tivesse que comprá-la para as suas escolas. Neste caso, essa obra não figuraria entre os livros relacionados nos editais de compra que a partir de 1898, periodicamente, a Diretoria da Instrução Pública publicava no *Diário Oficial do Estado do Amazonas*. Além disso, não parece razoável que o executivo estadual tivesse patrocinado a impressão de obras escolares sem interesse de utilizá-las nas salas de aulas de suas escolas.

---

referências mais completas aos livros e informações mais precisas sobre o título e a autoria.

#### 4.2.2 Os livros religiosos e a transição para livros laicos

Dentre os livros mais solicitados ao longo de toda a década de 1870 e boa parte da seguinte encontram-se aqueles de natureza doutrinária destinados ao ensino da religião católica, matéria obrigatória nos programas das escolas do ensino primário até 1892<sup>58</sup>. Durante esse período, a educação moral das crianças esteve fortemente pautada pelo modelo da moral religiosa.

Para realizar esse tipo de educação era preciso transmitir-lhes alguns preceitos religiosos através da *conversa*, do *conselho*, do *exemplo*, mas também, da leitura de *catechismos*, dos compêndios de *história sagrada* e até mesmo da Bíblia (completa ou resumida). Este *corpus* de textos ajudaria na tarefa de fixar os ensinamentos da doutrina católica — tão necessários ao desenvolvimento de uma moral cristã — além de servir para os alunos mais adiantados exercitarem a prática da leitura “corrente”.

Apesar da volumosa produção de catecismos e compêndios da doutrina cristã<sup>59</sup> que se observava no País, nas escolas públicas da Província do Amazonas as obras religiosas de Dom Antonio de Macedo Costa<sup>60</sup> parecem ter sido as preferidas. Nas listas de pedidos elaboradas pelos professores do ensino primário, as três obras de Dom Antonio (*Catecismo do Pará*<sup>61</sup>, *História Bíblica* e o *Compêndio de civilidade cristã*<sup>62</sup>) eram recorrentemente solicitadas.

Ao contrário dos antigos catecismos “[...] compostos de abecedários e de quadros de sílabas seguidos de orações (*Pater, Ave, Credo*), do ordinário da missa e de salmos da penitência.” (HÉBRARD, 2000, p.46), a 10ª edição do *Catecismo do Pará* (1911) organiza-se a partir de uma lógica outra, capaz de prescindir dos elementos destinados ao aprendizado inicial da leitura.

<sup>58</sup>A instrução religiosa deixaria de figurar como matéria das escolas primárias do Amazonas a partir do *Regulamento Geral da Instrução Pública do ano de 1892*, promulgado pelo Decreto nº 10, de 19 de novembro do mesmo ano.

<sup>59</sup>Uma amostra do volume dessa produção pode ser conferida através do levantamento feito por Tambara (2002, p.41-42).

<sup>60</sup>D. Antonio era baiano de Maragoripe. Estudou em Paris e Roma antes de sagrar-se Bispo da Diocese do Pará no dia 21 de abril de 1861. Depois de vinte e nove anos de atuação no Pará, Dom Antonio foi promovido a Arcebispo Primaz do Brasil.

<sup>61</sup>Tambara (2003, p.106) registra a circulação do *Catecismo do Pará* nas Províncias da Bahia (1871) e do Rio Grande do Norte (1872).

<sup>62</sup>Trata-se de uma tradução feita por D. Antonio a partir de uma obra alemã. De acordo com Galvão (2005, p.7), esta obra de D. Antonio teria sido aprovada para ser utilizada nas escolas pernambucanas em 1869 e, segundo os examinadores, o livro era “[...] composto de ‘utilíssimas paginas em que vem substanciada toda a historia do Velho e do Novo testamento, com muitas notas explicativas[...]’”.

Em função das transformações decorrentes do processo de reedição, poderíamos admitir a existência desses elementos de alfabetização nas primeiras edições do catecismo. No entanto, esta possibilidade parece remota depois de examinarmos alguns programas de ensino e os mapas de frequência organizados pelos professores das escolas primárias da década de 70. Através deles é possível verificar que a iniciação das crianças no aprendizado da leitura ocorria a partir de outros materiais (cartas de abc, cartas de nomes, *Método Facílmo* e *1º Livro de leitura do Dr. Abílio*) que não o catecismo.

Aliás, o *Catecismo do Pará* parece ter sido um livro destinado aos professores e aos alunos das classes mais adiantadas, capazes de ler e decorar as orações, as ladainhas, o resumo da doutrina, os cantos e tantos outros ensinamentos contidos nas suas 206 páginas. Certos programas deixam transparecer que, mesmo com as crianças que já dominavam a habilidade de ler, a instrução religiosa ainda era fortemente apoiada na transmissão oral: “*Das nove e meia às dez e meia explicação do catechismo pelo professor aos vigilantes e monitores*”<sup>63</sup>, e *leitura de impressos ou manuscripto em voz submissa nas outras classes.*” (*Regimento interno das escolas públicas do ensino primário*, 31/dez/1869, art. 5º, §6º).



Página de rosto do *Catecismo do Pará*, de D. Antonio de Macedo Costa. Este foi um dos livros religiosos mais intensamente utilizado nas escolas primárias do Amazonas e do Pará, mas existem registros de sua circulação em outras regiões do País.(Acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna – Belém-PA).

A partir da década de 1870 percebe-se uma ligeira mutação no acervo de livros escolares adotados nas escolas primárias do Amazonas: foi gradualmente tornando-se mais permeável aos

<sup>63</sup>Estes *vigilantes e monitores* são personagens característicos de uma conformação escolar baseada no ensino mútuo.

compêndios portadores de conteúdos laicos, apoiados nos princípios liberais de valorização dos conhecimentos científicos e cívicos. Esta mutação estava associada à prescrição de programas de ensino que, em termos de extensão e profundidade, buscavam incorporar com maior ou menor intensidade as novidades pedagógicas em circulação no momento de sua elaboração.

É justamente na década de 1870 que apareceram as primeiras referências aos livros de história e geografia do Brasil, os quais serviam de contraponto ao conjunto de textos religiosos. A adoção desses livros, assim como dos livros de lições de coisas, foi tributária desse momento de remodelação dos currículos escolares, tendo em vista a inclusão de matérias de natureza científica e cívica.

Em relação ao ensino da História, Bittencourt (1993, p.151) afirma que “*No final da década de 70 os responsáveis pelas reformulações dos currículos da escola primária criaram um programa de História profana mais extenso, eliminando-se a História Sagrada*”. No Amazonas, a segunda parte do programa de ensino da instrução primária a ser lecionada nas escolas do sexo masculino de 3<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> *entrância* prescrevia o ensino da *Geographia e história do Brasil e geographia da província (Regulamento n° 28 de 31 de dezembro de 1873)*. A exigência quanto ao ensino da geografia local confrontava-se com a escassez de livros que versassem sobre os novos saberes e com a inadequação dos existentes. Tais dificuldades podem ter influenciado na escolha dos livros de geografia do autor paraense Joaquim Pedro Corrêa de Freitas (Dr. Freitas) e, posteriormente, na emergência de professores locais empenhados na produção de obras que atendessem a essa demanda curricular.

Apesar da crescente incorporação de obras escolares com conteúdos de natureza laica e cívica, os ensinamentos de uma moral religiosa continuaram sendo transmitidos, mesmo depois do abandono dos catecismos e compêndios de doutrina cristã. Prova disso são alguns livros de leitura<sup>64</sup> que em suas lições põem, lado a lado, textos de natureza religiosa e outros de caráter cívico. Além disso, os anúncios de alguns editores não deixam dúvidas quanto à influência que as obras religiosas continuavam exercendo no contexto escolar da primeira década do século XX. Na quarta capa do livro *Noções de vida pratica*, de Félix Ferreira<sup>65</sup>, a Livraria Francisco Alves

---

<sup>64</sup>É o caso, por exemplo, do *Segundo livro de leitura, para uso da infancia brasileira*, de Landelino Rocha (1883) e *Scenário infantil: segundo livro de leitura*, de Hilário Ribeiro (1906).

<sup>65</sup>O exemplar que consultamos não apresenta informações quanto ao ano de edição. Contudo, tomando algumas indicações presentes na capa do livro, é possível assegurar que ela tenha ocorrido depois de 1908, ano em que Francisco Alves se associa à livraria e tipografia francesa Aillaud (Cf. BRAGANÇA, 2004, p.9).

anuncia o *Catecismo da Doutrina Christã*, produzido pelo Monsenhor Couturier, entre as *obras de instrução primaria* que ela comercializa.

#### 4.2.3 Diversificação do acervo

O inventário do conjunto de livros e de autores oficialmente adotados permite, ainda, perceber que ele vai gradualmente assumindo um traçado mais diversificado, em relação tanto aos títulos e autores quanto aos saberes que eles veiculam. Ao reduzido número de títulos presentes nos anos 50 e 60, uma série de outros foi sendo incorporada a partir dos anos 70, sem que isso tivesse representado uma substituição imediata dos livros escolares há mais tempo em circulação. Alguns dos títulos presentes na lista de 1858 (*Constituição Política do Império*, *Methodo facilimo...* e *Manual encyclopedico* de Emilio Achilles Monteverde), por exemplo, continuaram adotados por mais de 20 anos, ainda que ao longo desse período tenha ocorrido a inclusão de outros livros escolares, em alguns casos, com finalidades didáticas similares.

A presença de um número reduzido de títulos em circulação nos primeiros anos da Província do Amazonas pode ser associada a alguns fatores condicionantes. O primeiro deles diz respeito à existência de um aparato editorial pouco interessado em investir seus esforços e recursos financeiros na produção didática, especialmente aquela voltada para a instrução primária. Há de se lembrar, também, que nos primeiros anos da Província do Amazonas os programas de ensino eram pouco extensos em relação ao elenco de disciplinas e aos conteúdos escolares que naquele momento os grupos dirigentes acreditavam serem necessários transmitir às gerações mais novas. Portanto, para instruir as crianças a partir desses programas de ensino era preciso uma quantidade de títulos relativamente pequena, se comparada com a variedade de títulos que passaram a compor o acervo de livros escolares a partir da década de 1870, quando os currículos escolares implantados se tornaram gradualmente mais extensos e complexos. Ao lado disso, existia uma cultura escolar fortemente centrada na utilização do modelo enciclopédico de livro escolar, organizado de forma a contemplar em um único livro grande parte dos conteúdos exigidos nos programas de ensino das escolas primárias. Revelava-se, portanto, um modelo de livro perfeitamente ajustado a um contexto pouco favorável à adoção de obras específicas —

mercadoria escassa e cara — para o ensino de cada uma das disciplinas da escola primária até finais da década de 1860 e inícios da seguinte.

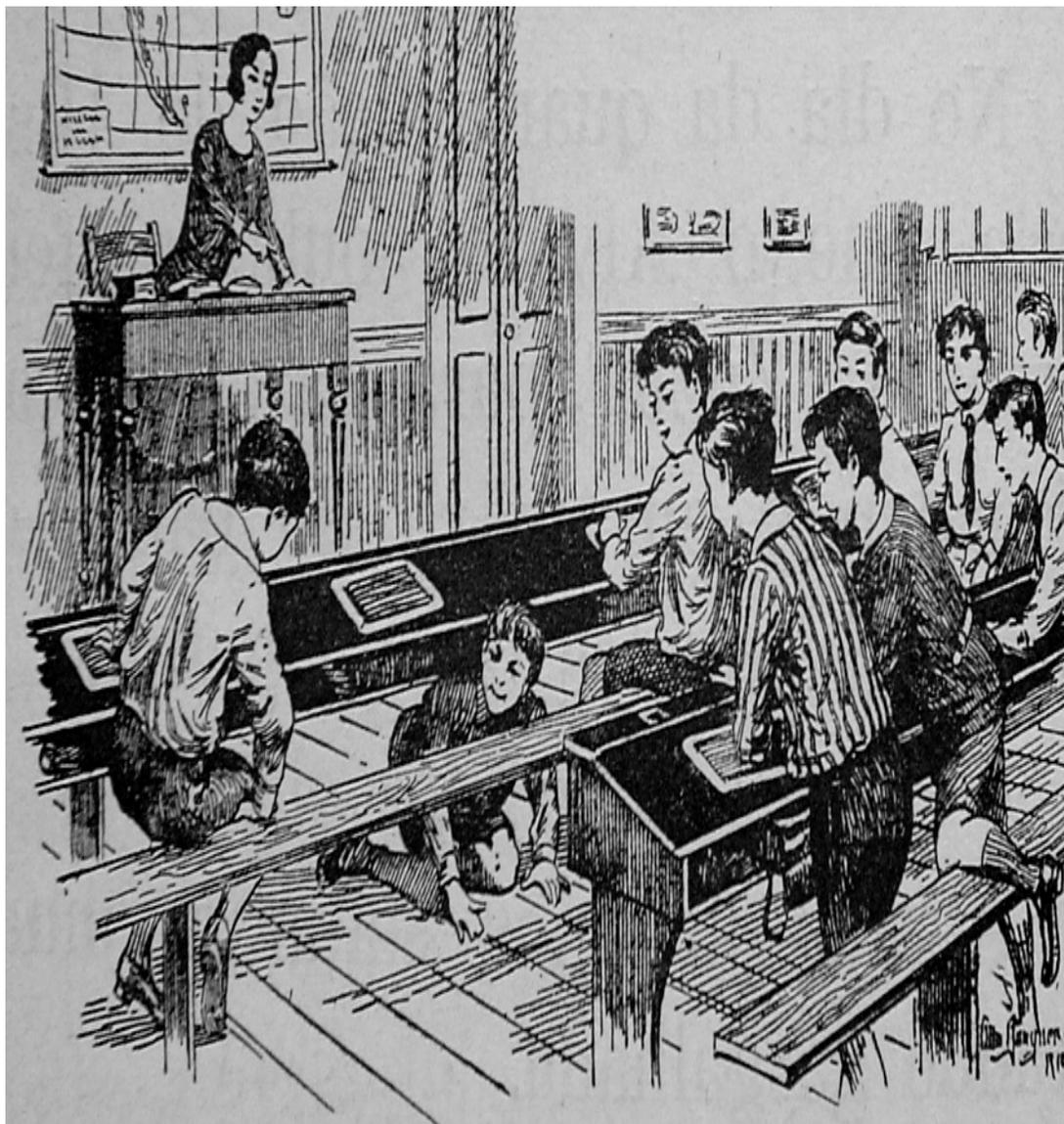
A partir da década de 1870 o acervo de livros escolares oficialmente adotado pelas autoridades educacionais foi adquirindo uma feição mais diversificada, com a escolha de um maior número de títulos, em alguns casos, com a mesma finalidade didática. Esta diversificação só foi possível a partir do momento em que expansão da escola primária motivou o setor editorial a investir na produção variada de livros voltados para essa fase de escolarização da infância. Com isso, as escolas primárias amazonenses, assim como de outras localidades do País, foram, paulatinamente, entrando em contato com uma oferta de livros escolares que recobriam um espectro bastante ampliado de saberes, temas, valores e crenças. Aos catecismos religiosos, resumos da história bíblica, compêndios da doutrina cristã e livros enciclopédicos juntaram-se os compêndios de história e geografia; os livros de lições de coisas; as seletas e antologias literárias; as coletâneas de contos e fábulas.

Parte dos livros ofertados buscava atender às exigências de renovação interna de algumas disciplinas que vinham sendo ensinadas já há algum tempo nas escolas primárias. Neste caso, novos autores e novos títulos, além de algumas edições revisadas de obras antigas, eram adotados como forma de renovar os conteúdos e as maneiras de ensinar essas disciplinas, tornando-as assim ajustadas às transformações que vinham sendo produzidas nos respectivos campos disciplinares. Outra parte dos livros ofertados surgia como resposta às inovações curriculares que iam sendo implementadas ao longo do período em alguns sistemas escolares do País, gerando alterações nos seus programas de ensino que muitas vezes resultavam na inclusão de novas disciplinas.

Os dados permitem-nos ainda identificar com maior clareza um período em que o repertório oficial de livros escolares se manteve quase que totalmente inalterado; pelo menos é o que deixam transparecer as listagens relativas aos anos de 1898 a 1904. De uma a outra listagem, observa-se uma regularidade nos títulos adotados que seria interrompida em 1904, quando algumas obras desse repertório foram substituídas por outras com funções didáticas equivalentes ou inteiramente novas.

Foi justamente entre momentos de estabilidade e inovações que o acervo de livros oficialmente adotados se constituiu. Ainda que neste mapeamento existam algumas lacunas e imprecisões, é possível através dele construir uma visão parcial sobre que livros escolares

subsidiaram as práticas de ensino e de aprendizagem de professores e alunos das escolas primárias amazonenses.



Detalhe da ilustração de uma das lições do *Primeiro Livro de Leitura* da série Puigarrí-Barreto, publicado pela Livraria Francisco Alves, 1931. (Acervo da Biblioteca do Instituto de Estudos Educacionais "Prof. Sud Mennucci" do Centro do Professorado Paulista – CPP).



## **5. DA COMPRA AO RECEBIMENTO: O TRAJETO DOS LIVROS ESCOLARES DESTINADOS AO ENSINO PRIMÁRIO**

Além de instituírem um aparato de avaliação dos livros escolares e definirem os títulos que iriam ser oficialmente adotados nas escolas primárias do Amazonas, os dirigentes da Instrução Pública precisavam ocupar-se de outras operações, desta vez ligadas ao âmbito do financiamento, da comercialização, do armazenamento e da distribuição para garantir que as práticas de ensino das escolas primárias se desenvolvessem em torno desses livros oficialmente adotados. É sobre algumas dessas operações que trataremos neste capítulo. Para isso, buscamos destacar as informações e os eventos que nos ajudam a identificar os desafios e as possibilidades que cercavam esse empreendimento de fazer os livros escolares chegarem às mãos de professores e alunos.

### **5.1 Dos recursos empregados na compra de livros escolares**

O baixo poder aquisitivo de parte da população brasileira tornava muito remota a possibilidade de que todas as crianças matriculadas no ensino público primário da época, freqüentassem as aulas portando livros e outros materiais didáticos comprados pelos seus próprios pais. Tal fato fez com que o poder público de várias localidades do País assumisse, gradativamente, a responsabilidade de fornecer gratuitamente aos *meninos e meninas pobres* os objetos indispensáveis a sua escolarização, dentre os quais, os livros didáticos.

Tratando-se do contexto amazonense, vemos que a distribuição do material escolar entre as crianças pobres era preceito assegurado na maior parte dos regulamentos de ensino que conseguimos localizar. Em alguns períodos, inclusive, o poder público amazonense comprometia-se a estender a todos os alunos o benefício de receber, gratuitamente, parte do

material escolar (*papel, penna e tinta*), ficando o fornecimento de livros restrito aos alunos pobres. (Art. 40, *Regulamento n° 28*, 31/dez./1873)

O ritmo e o volume das aquisições dos livros e outros materiais didáticos para serem distribuídos entre as crianças pobres das escolas primárias dependiam, em geral, de decisões políticas tomadas em função não apenas do número de crianças a serem atendidas por esse programa de distribuição, como também da disponibilidade orçamentária de cada governo.

Em relação ao quantitativo de crianças em condição de serem atendidas por esse programa de distribuição do material escolar, é preciso dizer que ele é bem menor do que o contingente de meninos e meninas em situação de pobreza que vivia nas mais diferentes cidades do Amazonas. Através dos discursos das próprias autoridades é possível constatar que era significativo o número de crianças pobres fora das escolas ou que a freqüentavam de maneira irregular.

*O menino que tem 8 annos, que póde prestar qualquer serviço, matricula-se na escolas, mas não a freqüenta; porque seu pai, tutor ou protector arrasta-o para o seringal, ou para outra qualquer colheita de productos naturaes; nessa operação leva-se mezes, de sorte que vê-se qualquer creança remar, pescar, fumar e embriagar-se, menos saber ler e escrever. (Relatório do Diretor da Instrução Pública, 31 jan. 1866, p.321).*

A constatação do dirigente da Instrução Pública, Orlando de Araújo Costa, remete-nos à dificuldade de essas crianças oriundas de famílias com poucos recursos financeiros conciliarem as atividades escolares com os seus afazeres domésticos ou profissionais. Mesmo nos períodos em que se instituiu a obrigatoriedade do ensino<sup>66</sup> para as crianças entre 6 e 14 anos de idade, muitas delas permaneceram sem instrução alguma.

Mas entre a população escolar era grande o número de crianças que, pela sua condição de pobreza, necessitavam do auxílio do governo para terem em mãos o material didático a fim de freqüentarem as aulas do ensino primário. Muitas são as cartas nas quais os professores justificam a quantidade de material solicitado em função do estado de pobreza dos seus alunos.

Em 1880, por exemplo, o professor do ensino primário do sexo masculino da Freguesia de Tauapessassu, Alphredo Fernandes Sá Antunes, encaminhou pedido de material alegando que sua

---

<sup>66</sup> As demarcações destes períodos correspondem ao ciclo de vigência das leis de ensino que determinam a obrigatoriedade do ensino primário no Amazonas. De acordo com o nosso levantamento, existe referência explícita ao ensino obrigatório nos seguintes documentos legais: Lei n° 90 de 26 de out 1858 (que reforma a Instrução Pública da Província); Lei n° 103 de 9 jul. 1859 (*Regulamento n° 9* de 6 de Maio de 1859); Lei n° 302 de 13 de maio de 1874

escola “[...] *se ressent de dos objectos mais necessários para funcionar com regularidade, deixando por isso de ser freqüentada por mais numero de alumnos que, em sua totalidade são pobres, e não tendo nem ao menos livros para estudarem, deixão por isso de se apresentarem a escola.*” (Correspondência da Presidência da Província mar 1880 – 06). O mesmo tom foi assumido no pedido que Raymunda Marques de Oliveira Simões, professora da Escola do sexo feminino da Vila de Silves, encaminhou à Diretoria da Instrução Pública no dia 03 de julho de 1897:

*Tomo a liberdade de comunicar á V.S<sup>a</sup> que a escola a meo cargo acha-se bastante necessitada de utencilios precizo para ella. O que já no mez de março do corrente anno communiquei á V.S. Na mesma occasião mandei uma relação do que é precizo e de muita necessidade para as alumnas, pois tem muitas meninas pobres que não entrão para escola por falta de livros. (Ofícios de Professores jul-dez 1897 – 32).*

Estes são apenas dois dos muitos pedidos de professores localizados que, além de enfatizarem a condição de pobreza de seus alunos, destacam os prejuízos pedagógicos que a falta dos livros vinha acarretando para as crianças. No conjunto, os apelos dos professores denotam a incapacidade do aparelho estatal em disponibilizar o material escolar para as crianças pobres matriculadas nas escolas primárias.

Do ponto de vista dos gestores do orçamento ou da Instrução Pública, a preocupação era evitar a elevação dos gastos com esse tipo de despesa e, para isso, não sentiam constrangimento algum em propor cortes no fornecimento desses materiais ou a reavaliação dos critérios que definiam as crianças em condições de receberem esse benefício. O Presidente José Jansen Ferreira Junior, em exposição feita no dia 21 de setembro de 1885, recomendou que se restringissem, *o mais que for possível*, as despesas com mobília e livros para as escolas do interior (p.6). Quatro anos mais tarde, José Tavares da Cunha Mello, na condição de Diretor da Instrução Pública, fez a seguinte avaliação sobre o assunto:

*O supprimento de papel, tinta e pennas, do modo por que é feito em grande escala, alem de prejudicial é cauza de um abuso com distribuição que não distingue o menino pobre d’aquelle que possui pai abonado; a ambos alcançam o beneficio.*

---

(Regulamento n° 28 de 31 de dezembro de 1873); Lei n° 579 de 24 mai 1882 (Regulamento n° 47, publicado no dia 28 de março de 1883); Lei n° 720 de 08 de mai.1886 (Regulamento n° 56 de 17 mar.1886).

*Depois, por mais pobre que o alumno seja de certo o não é ao ponto de não poder os seus pais, tutores ou proprietários suppri-los d'aquelles objectos. Creio que limitando-se o Governo ao fornecimento gratuito de livros, mas só ás crianças pobres em extremo, já grandemente favorece e protege o ensino publico. (Correspondências da Instrução Pública jul. dez 1889 – 16 ).*

As palavras do dirigente da Instrução Pública sugeriam a existência de uma distribuição indiscriminada do material escolar. Para justificá-la, apelou para uma espécie de graduação da condição de pobreza das crianças. A partir dessa subcategorização seria possível diferenciar no grupo de alunos pobres as crianças que, pela sua condição de pobreza extrema, seriam verdadeiramente merecedoras de receber gratuitamente os livros e demais objetos escolares.

Empenhado em promover a redução dos gastos com a aquisição de material escolar para as crianças pobres das escolas primárias, o dirigente da Instrução Pública resolveu recomendar ao inspetor do Tesouro Estadual a suspensão das *despezas que a, titulo de fornecimento de papel, pennas, livros e outros objectos ás eschololas publicas annualmente teem sido feitos pela verba Instrucção Publica*. Segundo ele:

*[...] taes despesas importam em favores que não devem continuar, porque indistinctamente beneficiam os ricos e os pobres quando só para estes foram creadas aquellas.*

*Me parece pois, que sendo opportuno, como é a occasião, devem cessar como disse acima, taes despesas, ou então reduzil-as ao fornecimento a orphãos desvalidos, mas por conta e a cargo das câmaras Municipaes, ficando somente consignada n'aquella verba a quantia necessária para a aquisição de mobílias que carecem quase todas as eschololas publicas e a distribuição da tinta que nem sempre expõe á venda no interior deste Estado e porque o seu transporte em pequenos vidros pelos alumnos occasionaria prejuízos ás suas vestes, e pode tornar mais trabalhoso o asseio do recinto das eschololas. (Correspondências da Instrução Pública jul dez 1889 – 16).*

As proposições dos administradores públicos revelam algumas das estratégias para atenuar as dificuldades que sucessivas administrações vinham enfrentando para suprir a demanda crescente por esse tipo de auxílio por parte do governo. Mas qual seria o montante de recursos financeiros que o executivo amazonense empregava na aquisição de livros escolares para o ensino primário?

É difícil precisarmos o volume de recursos efetivamente empregados no custeio desse tipo de despesa, pois ao consultarmos os orçamentos anuais vimos que, em muitos deles, os valores fixados para a compra de livros escolares serviam, também, para custear outras modalidades de

gastos, dentre os quais: *expediente da Directoria, utensis para as escolas, papel e tinta para os alunos pobres, prêmios para os alumnos que mais se distinguirem.*

Apesar de indicações pouco precisas, o cotejamento com outros dados demonstra que durante um bom tempo do período provincial o montante de recursos que o governo amazonense destinou para a compra de livros foi insuficiente para atender as demandas das escolas primárias.

Já no primeiro ano de província (1853), o seu presidente, Conselheiro Herculano Ferreira Penna, apontava a “[...] *penúria de papel, penna, tinta, compendios, exemplares de escripta etc., [...]* como uma das razões para o atraso em que se encontrava a instrução primária amazonense e declarava a impossibilidade de remediar esta situação “[...] *com a diminuta quantia de 250\$, que a Lei do orçamento consignou para taes objectos, e que foi distribuída tendo-se em attenção somente as necessidades mais urgentes.*” (AMAZONAS, Fala, 01/10/1853, p.200).

As queixas do Presidente da província parecem ter surtido um certo efeito sobre os membros da Assembléia Legislativa, já que no orçamento do ano seguinte (1854) estes decidiram aprovar a elevação dos recursos consignados para os gastos com *Expediente da Directoria, utensis para as Escolas, compêndios, papel etc para alumnos pobres, e prêmios para os alumnos que mais se distinguirem*, passando para 600\$000 réis anuais, contra os 250\$000 réis consignados em 1853. Tomando os orçamentos de 1854 a 1869<sup>67</sup>, vemos que a quantia fixada para cobrir esse conjunto de gastos girou em torno de 500\$000 a 600\$000 réis anuais.

A exceção ficou por conta dos orçamentos aprovados para os anos de 1859, 1860 e 1861, nos quais os valores destinados a cobrir esse conjunto de gastos alcançaram as cifras de 2:000\$000, 1:000\$000 e 1:000\$000, respectivamente. Depois desses repasses tão generosos, os valores voltaram aos patamares anteriores de 500\$000 a 600\$000 réis anuais, pelo menos até o final da década de 1860, ainda que ao longo deste período os dados revelem uma expansão do número de escolas e de crianças matriculadas no ensino primário<sup>68</sup>.

A insuficiência dos recursos destinados ao custeio das despesas correntes das escolas primárias, dentre elas a aquisição de livros didáticos, foi denunciada em 1866 pelo então Diretor

<sup>67</sup> Estas e outras informações orçamentárias que conseguimos levantar estão sistematizadas em um quadro e correspondem ao período demarcado pela pesquisa (Anexo E).

<sup>68</sup> Os dados registrados no relatório da Presidência da Província apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, no dia 04 de abril de 1869, informam que nesse ano existiam 25 escolas primárias em exercício (19 para meninos e 06 para meninas), atendendo um total de 535 crianças. Tais números contrastam com as 10 escolas primárias (9 do sexo masculino e 1 do sexo feminino) que estavam em funcionamento no ano de 1853, conforme informações veiculadas no relatório da Instrução Pública, de 19 de setembro de 1857.

da Instrução Pública, Orlando de Araújo Costa. No relatório que encaminhou ao chefe do executivo amazonense, ponderou que:

*A verba do §15 (Expediente para a Directoria, utensilios para as escolas, compendios para alumnos pobres e premmios) por si própria encarrega-se de demonstrar que a quantia votada de 500\$, não é bastante para ocorrer mesmo ao mais estricto indispensável. V. Exc. comprehende perfeitamente que com 500\$ réis não se podem comprar compendios, pennas, papel, tinta, etc., para custeio das 19 escolas em exercicio e muito menos para as 25 creadas, e isto alem do expediente da Directoria Geral e prêmios para os alumnos, que se distinguirem e ainda além de utensis para as mesmas escolas. (AMAZONAS, 31. 01. 1866, p. 325).*

Diante desse quadro de penúria, o Diretor Orlando Costa propôs ao Presidente da Província que o valor do crédito consignado para essas despesas fosse elevado para 1:076\$000 réis, valor que, segundo ele, *não é exagerado se dignar-se attender que as escolas são freqüentadas por alumnos indigentes, como atestam seus indecentes vestuários e o quadro demonstrativo [...] do que se forneceu ás mesmas escolas no cadente anno de 1865 (p.325).* Para demonstrar a justeza de sua proposição, o esforçado Diretor oferece ao exame do Presidente da Província uma previsão das despesas que poderiam ocorrer com a consignação do valor solicitado.

	SECRETARIA		
Utensis:			
Papel, pennas, tinta e outros objectos			74\$000
	AULAS		
100 Compendios do Manual Encyclopedico	250\$000		
100 Methodos Facillimos por Emilio Achilles Monteverde	100\$000		
200 Cartas ABC	28\$000		
200 Ditas de taboadas	28\$000		
200 Traslados	28\$000		
50 Resmas de papel almaço	200\$000		
50 Caixas de pennas d' aço	120\$000		
80 Garrafas de tinta preta	40\$000		
200 Lapis	8\$000		
Bancos, mesas, cadeiras, etc., etc.	200\$000		1:002\$000

Fonte: Relatório da Instrução Pública 31 jan 1866.

Através dessa previsão de gastos esboçada pelo dirigente da Instrução Pública é possível aproximarmo-nos do quanto se pagava para adquirir livros escolares portugueses. Admitindo que os valores previstos para serem gastos com a aquisição dos livros de Monteverde estejam

corretos, os preços por exemplar seriam: 2\$500 réis para o *Manual encyclopedico* e 1\$000 para *Methodo facillimo*.

Graças ao desenvolvimento da economia extrativista e a um incremento nas exportações de alguns produtos naturais, especialmente a borracha, o montante de recursos empregados no setor educacional foi sendo gradualmente ampliado ao longo das duas últimas décadas do período imperial. Essa ampliação representou, por extensão, um aumento nos valores dos créditos consignados para custear o grupo de despesas ao qual a compra de livros escolares estava vinculada.

Tomando os valores mencionados nas leis orçamentárias, vemos que os créditos destinados ao custeio deste grupo de despesas alcançaram quantias bastante elevadas, se comparadas com os dados orçamentários das duas décadas anteriores. No entanto, a forma genérica como as leis orçamentárias se referem a esse grupo de despesas parece, de certa maneira, torná-lo um abrigo para os mais variados tipos de gastos. Com isso, além de custearem as despesas mencionadas nas leis orçamentárias dos anos anteriores (*expediente da Directoria; utensis para as escolas; compendios, papel, pennas e tinta para os alunos; prêmios para os alumnos*), esses créditos consignados passaram a ser utilizados, também, para cobrir os gastos com: *água e asseio das escolas; carroto; conserto de móveis escolares; despesas miúdas; aluguel de casas onde funcionavam as escolas; premiação de professores pela composição de livros escolares; impressão de editais; e outros*. Portanto, em certos casos, o aumento do crédito consignado para esse grupo de despesas foi acompanhado da ampliação das modalidades de gastos vinculados a esse crédito.

A localização de alguns balanços semestrais e de projeções de despesas elaborados pelo *Tesouro Provincial do Amazonas* ajudou-nos a chegar mais próximo do montante de recursos que o poder público investia ou pretendia investir na aquisição de livros escolares. Nesse tipo de documento<sup>69</sup>, as informações sobre os valores e as modalidades de despesas são um pouco mais detalhadas, se comparadas com aquelas veiculadas nas leis orçamentárias.

Com base nesses indicadores foi possível identificar que em certos momentos (1869-1870, 1870-1871 e 1873-1874), os gastos com esse grupo de despesas atingem valores superiores ao crédito consignado na lei orçamentária. No caso do exercício financeiro de 1869-1870, por

---

<sup>69</sup> As condições de legibilidade da maior parte dos documentos localizados não favoreceram a reunião de um número maior de informações.

exemplo, os gastos com as despesas reunidas sob o título *Expediente* superaram em mais de 100% o valor do crédito consignado na lei orçamentária. Segundo observação registrada no próprio balancete, a razão para o aumento foi “[...] *de se haver realizado a compra de crescido numero de compendios e outros artigos para as escolas publicas.*”

Já no exercício financeiro de 1871-1872, as previsões orçamentárias indicaram que as despesas com a compra de livros consumiriam 24% (1:200\$000 réis) do montante de 5:000\$000 réis que haviam sido consignados para cobrir as várias modalidades de gastos deste grupo de despesas.

A partir da década de 1890 a valorização do preço da borracha no mercado internacional tornava a exportação desse produto um negócio ainda mais lucrativo para os comerciantes estrangeiros estabelecidos em Manaus. Com as exportações em alta e a atividade comercial em franco desenvolvimento, o erário estadual viu suas receitas alcançarem cifras nunca antes observadas<sup>70</sup>. A cada ano os administradores se surpreendiam com os valores arrecadados, sempre maiores do que a receita prevista nos orçamentos. Pelo menos essa é a situação que transparece no balanço que Eduardo Ribeiro, governador do Amazonas, fez ao se dirigir aos representantes da Assembléia Legislativa:

*[...] as condições econômicas e financeiras do Estado são as mais lisongei-  
ras, as mais prosperas que se pode desejar.  
Desde que foi inaugurado o regimen republicano neste Estado que a sua riqueza  
augmenta progressivamente de um modo notável.  
De uma receita arrecadada de rs. 2.243.270\$000 em 1890 chegamos em 1895;  
apenas cinco annos de differença, a uma de rs. 10.263.579\$955.  
As receitas calculadas nos orçamentos que tendes votado, têm sempre ficado a  
quem das que são arrecadadas nas repartições do estado.  
No exercicio de 1890 a receita orçada importou em réis 2.243:270\$000, tendo-  
se elevado a arrecadação a 3.570:593\$123 réis.  
No de 1891 computou-se a receita em 5.138:550\$000, arrecadando-se no fim do  
exercício a importância de 5.989:651\$429 réis e assim sempre em progressão  
crescente tem variado as receitas arrecadadas.  
Em 1894 a receita orçada em rs. 6.706:700\$000 e a que foi realmente obtida  
subio a rs. 9.623:882\$645 e em 1895 foi calculada a receita em rs.  
8.605:200\$000, attingindo a que se realisou a elevada importância de rs.  
10.263:579\$955 [...]. (AMAZONAS – Mensagem- 1896, p.40).*

<sup>70</sup> Além do aumento do volume das exportações e da alta do preço da borracha no mercado externo, o bom desempenho das finanças do Amazonas é resultante, também, da configuração tributária que o Brasil passou a ter a partir da promulgação da Constituição de 1891. A determinação de que os impostos sobre as importações passassem

Nesse cenário de abundância financeira, os créditos consignados ao financiamento da instrução primária foram elevados para concretizar os anseios de expandi-la e, também, de modernizá-la. Nos dados orçamentários que conseguimos localizar para o período de 1890 a 1910, vemos um aumento nos valores consignados para a aquisição de livros e outros materiais escolares. Em alguns anos fiscais (1896/1897, 1897/1898, 1905, 1906 e 1908), os valores dos créditos alcançaram as cifras de 40:000\$000 a 50:000\$000 réis por ano. Além disso, os dados levantados demonstram a criação de créditos específicos para custear algumas despesas (*Expediente da Secretaria, despesas miúdas, água e asseio das escolas*) que antes vinham sendo financiadas pela mesma fonte de crédito de onde saíam os recursos empregados na aquisição dos livros escolares. A desvinculação dessas despesas representou a abertura de créditos anuais para custear apenas as despesas diretamente relacionadas com a aquisição de material escolar (*Livros, mobília para as escolas e outras despesas*). Tais dados denotam uma certa centralidade que os gastos com o material escolar passaram a ter no conjunto de despesas orçamentárias estabelecidas para o ensino primário.

Os indicadores orçamentários que conseguimos levantar demonstram, de modo geral, uma tendência de elevação gradual nos valores dos créditos alocados para custear o grupo de despesas que incluía os gastos com a aquisição de livros escolares. São significativos os valores orçados para alguns exercícios financeiros, especialmente nos anos finais da década de 1890 e em alguns anos da década seguinte. Contudo, esses indicadores de elevação precisam ser interpretados no interior de um contexto econômico marcado pela grave crise monetária que o País atravessava nos primeiros anos da República. Além disso, quando contrastados com os dados sobre o estado material das escolas primárias, esses indicadores perdem força e sugerem que eles estiveram aquém das necessidades reais sentidas nas salas de aula<sup>71</sup>. A situação de penúria das escolas públicas, notadamente aquelas localizadas no interior, foi descrita por vários professores. Raimundo Nunes Salgado, nomeado para exercer o cargo de professor da escola do sexo masculino da Freguesia de Carvoeiros, deixou transparecer o sentimento de impotência de que foi tomado depois de constatar o estado de abandono que encontrara naquele lugar:

---

a ser privativos das unidades federadas, representou um aumento substancial nas receitas dos governos de Estados exportadores como: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Amazonas.

<sup>71</sup> Esta percepção de insuficiência dos recursos aplicados na Instrução Pública amazonense é, em certa medida, reforçada pelos dados que Almeida (1989, p. 276-293) apresenta com relação ao investimento feito neste setor, pelas províncias brasileiras, entre os anos de 1874 e 1890. Ao longo desse período, vemos que os gastos do governo

*O estado em que encontrei a escola é bem digno de lastima, como verá V. Sa. Pela nota junta dos objectos pertencentes á escola e por mim recebidos do meu antecessor, que declarou-me nada ter sido fornecido para escola há muitos annos, pois, nem sequer matricula tem feito desde 1877, apenas deu-me uma relação dos alumnos que mais frequentão a escola, e que junto remetto á V. Sa. A difficuldade com que lutão aqui os Paes de famílias, em geral paupérrimas e na maior parte emigrantes cearenses, reclama de V. Sa. toda a sua attenção para a escola desta freguezia, pois, é pena ver-se uma enormidade de meninos impossibilitados de freqüentar a escola, porque seus Paes não tem com que e nem onde comprar um livro, papel e pennas, porque a escola nada tem, e assim avaliará V. Sa. que não posso capazmente cumprir com os meus deveres, nem pôde progredir a instrucção nesta freguezia, onde a escola pode ser freqüentada por mais de 56 alumnos, e ver-me-hei obrigado a abandonal-a, porque me sinto fraco para soffrer tantos sacrificios, que longe estão de pagar um mesquinho ordenado. O abandono em que parece ter-se achado esta escola, obriga-me a vir a V.Sa chamar a sua attenção em benefício da mocidade desta freguezia, onde até a difficuldade de achar-se uma casa capaz de funcionar a escola serve de embaraço. [...] peço a sua valiosa [...] proteção para esta escola em nome desta mocidade, que me verei obrigado a abandonar se isto assim continuar.*

(Correspondências da Presidência da Província mar 1880 – 06)

O mesmo quadro de carência foi recorrentemente apresentado nos relatórios dos inspetores escolares endereçados à Diretoria da Instrução Pública. Depois de visitar as escolas de Tefé e Alvarães, o inspetor parou assim descreveu a situação encontrada:

*Permitta V. Sa. que aproveite o ensejo para mais uma vez chamar sua attenção para o mal estado em que achão-se as escolas desta Cidade, as quais, alem de acharem-se desprovidas da mobília e utecilios indispensaveis ao ensino, já não teem um livro se quer, nem tão pouco papel, penna e tinta, como tive occasião de observar na minha ultima visita, o que é de summa inconveniencia para o ensino, visto não dispor de recursos a maior parte dos alumnos, havendo-me declarado os professores nesta occasião que á muito, que deixarão de receber táes objetos.*

*De feito, desde que falta o essencial, pouco ou nada se pode exigir dos professores, os quaes servem-se disto para explicar, e até certo ponto com razão o pouco adiantamento dos alumnos.*

(Correspondências da Presidência da Província mar 1880 – 06)

Ao longo de todo o período, esta tônica da carência e da precariedade material das escolas seria retomada em escritos de professores, inspetores e, até mesmo, da imprensa local. Mesmo nos anos de elevação dos créditos consignados para a aquisição do material didático, muitas

escolas permaneciam sem carteiras, sem papéis e sem livros. No ano financeiro de 1896-1897, por exemplo, o crédito programado para as despesas com o aparelhamento das escolas alcançou a cifra de 50:000\$000. No entanto, a professora pública de Barcelos, assim como outros colegas seus, reclamava não ter recebido um só livro do poder público:

*Sendo, como sabeis da competência do governo, fornecer livros de instrução para as escolas, segundo o methodo e systema ultimamente adoptados de acordo com a pedagogia moderna, não tenho contudo em mão um único livro que me fosse fornecido pelos poderes competentes a quem cumpre providenciar neste sentido.*

*Os livros de que se servem as alumnas d'esta Escola, são todos adquiridos á custa própria. (JORNAL MARIUAENSE, 30 mai. 1897, p.4).*

O desabafo da professora denota o quanto o governo amazonense ainda falhava no cumprimento de seu dever de prover as escolas de livros e demais objetos necessários ao seu funcionamento regular.

## **5.2 Operações de compra dos livros escolares**

Ao assumirem essa responsabilidade de distribuir o material didático entre as crianças pobres, os governos provinciais ou estaduais passaram a figurar como os principais compradores de livros escolares, levando autores e editores a dedicarem, como já vimos anteriormente, uma atenção especial a essa ilustre clientela. Nessa condição, alguns governos negociaram diretamente com os autores ou com as casas editoriais a aquisição dos livros adotados em seus sistemas de ensino.

No Amazonas é relativamente expressivo o número de casos em que os próprios autores, ou seus representantes legais, negociavam diretamente com o governo a venda de seus livros. Para isso, ofereciam descontos ou facilidades de pagamento caso o negócio se efetivasse.

*Tendo V.Exc<sup>a</sup> se dignado ouvir o Exm<sup>o</sup> Snr. Director Geral da Instrução Publica e este o Conselho Fiscal acerca do merecimento do Compendio de Physica para Leitura de Francisco de Paula Barros, ressalto que fôra o mesmo Compendio Adoptado, para uso das escolas da instrução publica primaria da Província, na forma do art. 253 §9<sup>o</sup>, combinado com o §2<sup>o</sup> do art. 255 do Reg*

*approvado pela Lei n° 530 de 19 de junho de 1883 [...] tendo sido julgado – bem escripto, útil e necessário á educação da mocidade escolar.*

*Neste caso Excm° Snr., para que a adopção se torne realidade e della a Província venha a colher o Maximo proveito possível, o proprietário, autor do livro, rogo a V.Excª a graça de, pela verba do art.2°§3° do Orçamento vigente, autorizar a compra de 2000 exemplares do referido Compendio á razão de 1.500 réis cada um, preço (por pronto?) tem o supp (suplicante?) cedido na Corte do Governo Geral e ás Províncias que o tem adoptado; sendo certo que o seu preço de conssumo é de 2.000, ainda módico se se attender ás muitas gravuras originaes que o illustram, e tendo constado folhas verso do referido compendio.*

*Manáos, 16 de Outubro de 1885.*

*Francisco de Paula Barros*

(Correspondências da Instrução Pública jun dez 1885 – sn).

A documentação também oferece casos exemplares de negociação dos dirigentes amazonenses com as grandes casas editoriais do País. Um desses casos envolve o acordo efetuado entre o governo amazonense e a firma de Francisco Alves para o fornecimento de *duzentos exemplares de cada uma das obras por elles offerecidas nas condições propostas em sua carta de 1° de março ultimo* (Correspondencia da instrucção publica jan-out 1883 – 10).

Para além dessa negociação mais direta com os autores e as casas editoriais, pudemos levantar outras formas através das quais o governo realizava a compra dos livros e outros objetos escolares. O conjunto de cartas de um comerciante paraense, por exemplo, nos dá mostras de sua atuação como principal fornecedor de materiais escolares para a Província do Amazonas. Suas cartas são, em geral, para informar as autoridades amazonenses sobre a situação de seus pedidos: o andamento das compras dos objetos solicitados; a previsão de novas remessas; e as pendências existentes.

*Como V.Sª verá pelas notas juntas remetemos parte de sua encomenda na importância de R 619\$000, faltando o que abaixo se segue que será remettido logo que o recebamos do Rio de Janeiro e de Paris para onde fizemos os referidos pedidos.*

*Do pedido de 25 do p.p. falta:*

*100 Mestre d'escrita<sup>72</sup> nos A, B, C, e D, sendo 100 de cada um;*

*194 Grammatica da Infância;*

*Do pedido de 27 falta;*

*1 [ilegível] Philosophica*

*3 [ilegível], Historia do Brasil. Esta obra não encomendamos por não ter sido explicado se é a Historia do Brasil daquelle autor em 6 vol. q. in 8°; Não temos*

<sup>72</sup> Tudo leva a crer que esteja se referindo à obra francesa *Maître d'écriture du peuple, 20 modèles d'écriture cursive anglaise...*, composta por Joseph Schiffelholz.

*conhecimento de outros e pedimos portanto de certificar-nos se é a obra indicada*

3 [ilegível]; *Eloqüência Nacional*

2 [ilegível], *Álgebra*;

2 *Euclides, Geometria*

*Julgamos haver equívoco a respeito da encomenda do globo. O anno passado fez a nos pedido de uma esphera celeste e de uma geographica; veio aquella que já mandamos e reiteramos pedido desta; ultimamente falla-nos o Ilmo Snr. Inspector do Thesourio Provincial ser um globo terrestre [...]. Por isso rogamos que nos diga definitivamente se V.S<sup>a</sup> quer ambas ou só uma e qual dellas então?*

*Pará, 17 de Fevereiro de 1870.*

*Carlos [ilegível]*

(Correspondências da Instrução Pública 1870-03).

As encomendas, como vemos, não eram apenas de livros destinados ao ensino primário. Para efetivá-las o comerciante paraense recorria a fornecedores das praças comerciais do Rio de Janeiro, de Pernambuco e da França. A distância que separava a Província do Pará desses centros comerciais, aliada ao fluxo de transporte marítimo que naquela época existia entre os seus respectivos portos, tornava a remessa de livros escolares para o Amazonas uma operação quase sempre demorada. Quase nunca as autoridades amazonenses recebiam de uma única vez todos os objetos encomendados.

*[...] cumpre-nos communicar que envidamos os nossos esforços p<sup>a</sup> satisfazer com urgência a totalidade do seu pedido, devendo observar todavia, que não podemos garantir a remessa dos objetos que esperamos do Rio de Janeiro e da Europa pelo 2º vapor deste mez por não sabermos se estará aqui já nesse tempo.*

*Pará, 17 de março de 1870.*

*Carlos [ilegível]*

(Correspondências da Instrução Pública 1870-03).

Em certos casos, era preciso esperar vários meses e várias remessas até que todos os exemplares de uma mesma obra encomendada fossem entregues. Até o dia 17 de abril de 1870, por exemplo, nem todos os exemplares do livro *Mestre d'escrita*, encomendados três meses antes, haviam sido entregues, tal como podemos depreender da correspondência que naquela data o comerciante paraense endereçou ao Diretor da Instrução Pública do Amazonas. Apesar de avisar sobre o envio de um caixote contendo *os 39 exemplares do Mestre d'escrita que faltara na ultima remessa*, além de outros materiais, o comerciante esforçava-se para justificar o atraso no envio dos demais exemplares deste livro: *Sentimos não podermos mandar todos aquelles*

*números do Mestre da Escrita de que V.S. precisa; esperamos nova remessa da Europa, assim como dos globos geographicos* (Correspondências da Instrução Pública 1870-03).

A atuação de comerciantes locais como fornecedores dos livros escolares de que o governo do Amazonas necessitava para abastecer as escolas primárias parece ter sido secundária, pelo menos até o início da década de 1870. Os jornais que circularam durante os primeiros anos da província nos fornecem, através de alguns anúncios, um perfil das casas comerciais onde os livros e outros objetos escolares eram vendidos.

#### BAZAR AMAZONENSE

*Acha-se a venda e por preços mui commodos os seguintes objectos, chegados ultimamente pela barca – Rio Negro, a saber: excellentes doce de goiaba e marmellada, em caixas e latas, frascos com diferentes qualidades de ditos, superior conserva; harmônicas de diferentes tamanhos, [...] bandejas para copos, transas de diversas cores para enfeites de vestidos, [...] martellos para carpinteiro, ditos e colheres para pedreiros, feixaduras para bahús, **manuaes encyclopedicos, methodos facillimos para as escolas do ensino primário, cartas de abc, cartilha de Sarmiento e Pimentel**, e outras muitas fazendas, ferragens e miudezas. (ESTRELA DO AMAZONAS, 25 jun. 1856, p.3, grifo nosso).*

Aos anúncios do *Bazar Amazonense*, somavam-se os da *Loja Barateiro* e do estabelecimento de *Leonardo Ferreira Marques*. A venda de livros escolares nesses estabelecimentos que reuniam o comércio de mercadorias de naturezas tão diferentes pode parecer estranha aos nossos olhos contemporâneos, mas era perfeitamente ajustada ao ambiente econômico-cultural da época. Além desses estabelecimentos, os moradores da recente província poderiam comprar livros escolares na tipografia do próprio jornal *Estrela do Amazonas*, conforme anúncio publicado em suas páginas:

*Na Typographia da Estrella do Amazonas encontra-se á venda o seguinte: formulários, leis, decretos, vida de S. João Nepumuceno, tabellas [...] Manuais incyclopedicos, methodos facillimos de aprender a ler, manobras de caçadores, obras de Dirceo, manuais de missa; e bem assim cartas de abc, taboadas, pautas, translados, papel imperial liso e pautado, papel mata borrão, pennas d'ave, caixa de ditas d'aço, canetas, vidros de tinta encarnada, garrafinhas com dita preta.*

*Afiança-se a boa qualidade destes gêneros e promette-se vender por menos que em qualquer outra parte. (22 set. 1858, p.4).*

Em 1874, foi a vez do *Commercio do Amazonas* avisar seus leitores sobre a venda de exemplares do *Paleographo* do Dr. Joaquim Corrêa de Freitas, em sua tipografia (10 jul. 1874, p.2). Esse perfil de comércio lembra a figura do pequeno varejista que não arrisca seu capital na aquisição de elevadas quantidades de uma mesma mercadoria. Neste sentido, seu estoque de livros escolares atenderia, principalmente, as demandas dos moradores interessados em comprar o material didático de seus filhos. Isso não exclui a possibilidade de que, em alguns momentos, a Diretoria tenha recorrido a esse mercado local para que pequenos suprimentos de livros e demais objetos escolares fossem realizados.

Nos anos vizinhos da década de 1880, os contratos entre a Diretoria da Instrução Pública e o comércio local passaram a ser mais frequentes e algumas firmas comerciais foram gradativamente assumindo o posto de principais fornecedores do material escolar.

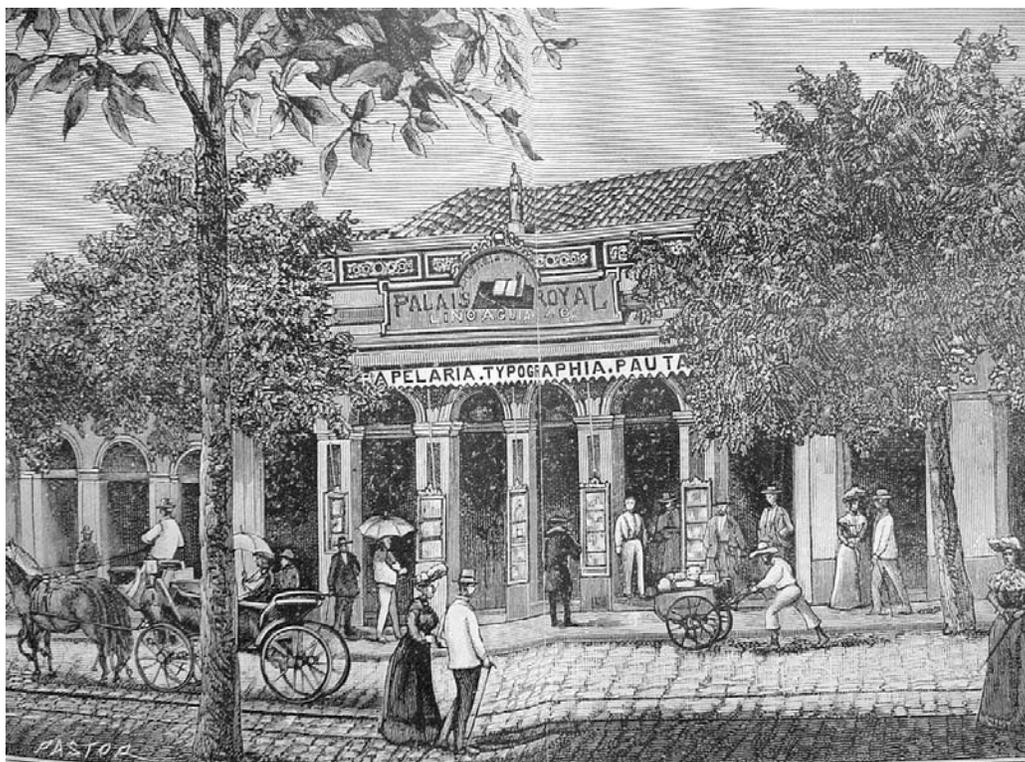
A partir da década de 1880, nosso levantamento conseguiu localizar registros de fornecimentos das seguintes empresas:

**Quadro 5.** Relação dos comerciantes fornecedores de material escolar para a Diretoria da Instrução Pública (1882-1904)

<b>Estabelecimentos Comerciais contratados pelo Governo amazonense como fornecedores de materiais escolares</b>	<b>Ano em que ocorreu a contratação</b>
Antonio Alves Braga, José Teixeira de Souza & Cia	1882
Ernesto B. Pereira & C <sup>a</sup> João Maria Lurine [ilegível] & C <sup>a</sup>	1883
Ernesto B. Pereira & C <sup>a</sup> , José Carneiro dos Santos	1884
José Carneiro dos Santos	1885
José Carneiro dos Santos	1886
Castro e Costa & Comp <sup>a</sup> José Carneiro dos Santos & Comp <sup>a</sup> Fonseca Lyra e Comp <sup>a</sup>	1888
Aguiar & C <sup>a</sup> (mais tarde passaria a ser denominada Livraria Palais Royal) Henrique Ferreira Penna	1898
José Renaud (Livraria Universal) Rua Municipal Lino Aguiar & C <sup>a</sup> (Livraria Palais Royal e, posteriormente, Livraria Velho Lino), Rua Municipal	1900
José Renaud (Livraria Universal) Rua Municipal Lino Aguiar & C <sup>a</sup> (Livraria Velho Lino) Rua Municipal Henrique Ferreira Penna (Livraria Ferreira Pena)	1901
José Renaud (Livraria Universal) Rua Municipal Lino Aguiar & C <sup>a</sup> (Livraria Palais Royal e, posteriormente, Livraria Velho Lino), Rua Municipal Henrique Ferreira Penna (Livraria Ferreira Pena)	1902
José Renaud (Livraria Universal) Rua Municipal	1903
José Renaud (Livraria Universal) Livraria Ferreira Pena (Existem indícios de que Henrique Ferreira Penna tivesse transferido a propriedade de seu estabelecimento para José Renaud)	1904

Fonte: Correspondências da Instrução Pública (vários anos), Diário Oficial do Amazonas (vários anos)

O quadro acima permite construir uma visão panorâmica de parte do mercado livreiro instalado em Manaus a partir da década de 1880. Através dele é possível identificar que as empresas encarregadas de efetuar o fornecimento do material didático ao longo da década de 1880 foram substituídas por outras firmas. Essa mutação veio acompanhada de uma mudança no perfil dessas empresas. Na primeira década do século XX, predominava a atuação de estabelecimentos mais especializados, inteiramente dedicados ao universo dos livros e demais impressos. Alguns desses estabelecimentos sobressaíram-se no cenário local e tinham em comum a associação da livraria com a atividade tipográfica.



Fachada da Livraria e Tipografia *Palais Royal*. In: ALMANACH para 1905: brinde da livraria Palais Royal. Manaus: Lino Aguiar & C<sup>o</sup>, 1905 (Acervo do Museu Amazônico – Universidade Federal do Amazonas).



Interior da *Livraria Universal*. In: *Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas 1910*. (Acervo do Museu Amazônico - Universidade Federal do Amazonas)

Nas cidades do interior a venda de livros escolares continuou sendo realizada por estabelecimentos onde eram comercializados os mais diferentes artigos. Em 1897, um anúncio publicado no jornal *Mariuaense*, que circulava em Barcelos e outras cidades do Rio Negro, revelava que nessa região essa mercadoria era vendida em casas comerciais muito parecidas com aquelas existentes em Manaus nos primeiros anos da província. O anunciante era o *Basar Barcellence*, onde era possível encontrar remédios para diferentes males (dores de cabeça e de dentes, anemias, reumatismos), *ralos*, *objecto de luxo*, *phantazias* e, também, *grande collecção de livros de instrucção primário* (29 jul.1897, p. 2). No entanto, o preço de venda que os livros escolares alcançavam em estabelecimentos como esse muitas vezes foi objeto de queixa da população local. Os próprios editores do *Mariuaense*, mesmo tendo o *Bazar Barcellence* como principal anunciante, não deixaram de denunciar que *os livros que se encontra na Villa, são caríssimos e quase inaproveitáveis* (27 mai. 1897, p.2).

Ao lado dessa queixa surgiu uma outra, presente nas vozes de professores e pais de alunos residentes em localidades onde não existia nenhum tipo de estabelecimento que vendesse livros escolares. Epiphânio José Monteiro, professor da escola primária localizada na Povoação de Massanary, revelou que *não havia livros á venda nesta povoação e nem em Maués*, o que

acabava criando uma série de problemas na condução das aulas (Correspondências da Instrução Pública jan dez 1883 – 06). Assim como Epiphânio, outros professores manifestavam a mesma limitação em outras cidades, desencadeando uma prática de pedir à Diretoria da Instrução Pública livros para todos os alunos. Isto atenuaria a dificuldade dos pais de alunos que tinham condições de comprar o material de seus filhos, mas não tinham onde comprá-lo. O problema vinha de longe e o governo até já havia adotado medidas para enfrentá-lo, dentre as quais aquela anunciada no *Regulamento n° 13*, que pretendia reformar a instrução pública da província:

*Aos professores das escolas mais distantes enviara annualmente o director geral da instrucção publica, com a tabella dos respectivos preços, numero sufficiente de exemplares dos livros e compêndios admittidos nas aulas de ensino publico, para d'elles se proverem os alumnos que não forem pobres. Esses professores remetterão semestralmente ao director geral a relação dos livros e compêndios que houverem sido comprados e a respectiva importância, que será recolhida aos cofres provinciaes (art. 145, 31 ago. 1864).*

A medida parecia ser bastante razoável, tendo em vista os efeitos que ela poderia alcançar de uma só vez, ou seja: garantir às famílias com recursos financeiros a possibilidade de comprar os livros escolares necessários aos estudos de seus filhos e restringir a distribuição gratuita desse material aos alunos pobres. Não sabemos por quanto tempo e nem com que intensidade essa medida foi efetivamente posta em execução; o certo é que ela não reapareceu nos regulamentos posteriores. A hipótese de que sua vigência ou sua aplicação tenha sido breve ou, na melhor das hipóteses, tenha obtido pouco alcance é reforçada pelo conteúdo de algumas correspondências produzidas pelos professores das escolas primárias do interior. Com maior ou menor ênfase, as cartas revelam que por algum tempo, em muitas cidades do interior do Amazonas, o livro escolar continuou sendo uma mercadoria cara ou rara.

Para o governo as possibilidades de aquisição das obras escolares eram outras. Desde a década de 1870, não faltavam editores e autores brasileiros, além de comerciantes locais, fazendo-lhe proposta de fornecimento dos livros escolares de que tinha necessidade. Por trás do assédio desses agentes existia, é claro, o interesse nos ganhos financeiros que poderiam conseguir nesse tipo de negócio; afinal, um único fornecimento representava a possibilidade de vender, de uma única vez, parcelas significativas de seus estoques de livros.

A promessa de ser um negócio potencialmente rentável não impediu que alguns comerciantes locais maquinassem formas de obter ganhos ainda maiores. Este parece ter sido o

caso flagrado pelo Presidente da Província, Domingos Jacy Monteiro, e relatado ao seu sucessor, em 26 de maio de 1877:

*Não está [...] compreendida uma conta que me foi apresentada pelo negociante Lurine & C<sup>a</sup> de livros fornecidos para a instrução publica por ordem do meu antecessor sem declaração de preço. Informando-me deste negocio, reconheci que, das obras fornecidas, uma cujo preço indicado na conta era de 3\$500 por exemplar, tinha apenas o valor real de 2\$000; outra que estava por 3\$000 só valia 1\$500; finalmente a ultima, que estava também por 3\$000, só poderia por favor valer 1\$000; é um simples folheto, de pequeno formato, contendo as primeiras noções de arithmetica em 72 paginas! Sendo 200 exemplares de cada obra, importavam pelo preço pedido em 1:900\$000, quando em rigor não se podiam pagar mais de 900\$000. Assim pretendia-se receber da provincia, em tão exíguo fornecimento, 1:000\$000 sobre o lucro rasoavel e licito da mercadoria! Recusei satisfazer a semelhante pretensão, e mandei que o inspector do thesouro providenciasse para que a conta fosse reduzida ao justo valor. (AMAZONAS – Relatório, p.794)*

É pouco provável que o comerciante Lurine não contasse com a conivência de agentes do poder público para concretizar seu plano de vender livros escolares com valores tão elevados. A própria autorização de fornecimento sem conhecimento prévio dos preços cobrados pelo comerciante contratado já denota uma certa facilitação, administrativa ou legal, para a prática desse tipo de irregularidade.

Medidas de controle e fiscalização foram adotadas por alguns administradores a fim de coibir práticas como estas. A partir da década de 1880, parece ter sido mais freqüente a realização de concorrências públicas entre as empresas interessadas nos contratos de fornecimento, aumentando as possibilidades de identificar as melhores propostas de preços para cada um dos objetos escolares e, a partir daí, selecionar quem seriam os seus fornecedores. Esta foi a modalidade de licitação adotada pelo governo para definir as empresas que, em 1883, iriam fornecer os objetos necessários ao expediente semestral das repartições e das escolas primárias da província. Da publicação do edital até a assinatura do contrato de fornecimento, um pouco mais de trinta dias se passavam, tempo necessário para que as os interessados apresentassem suas propostas de preço na sessão convocada pela *Junta Administrativa da Fazenda*. A transcrição de parte do resumo<sup>73</sup> elaborado pelos representantes dessa *Junta* fornece-nos indicações sobre quem

---

<sup>73</sup> Originalmente esse resumo menciona outros produtos destinados ao expediente das repartições provinciais. Transcrevemos aqui somente a parte do documento referente ao material para as escolas primárias. No entanto, para uma análise comparativa dos preços de livros em relação a outros objetos (vassouras, bandejas...), a consulta integral do documento parece ser mais indicada.

eram os comerciantes concorrentes e sobre quais objetos escolares incidiam os seus interesses de fornecimento.

Qualidade dos objectos		Proponentes		
Para as Escolas Primarias		João Maria Lurine [ilegível] & C <sup>a</sup>	Ernesto B. Pereira & C <sup>a</sup>	José Carneiro dos Santos
Ampulheta	Uma	-	-	-
Arithmetica do Dr. Abílio	Uma	-	.600	
Cathecismo do Pará	Um		1.000	
Caderno de Caligraphicos de Adeln	Coleção		2.000	
Cadenos de normas da escripta de Adlers	Coleção		1.300	
Cartas de abc	Cento		8.500	
Esponja Grossa	Gramma	.070		
Giz	Caixote		4.500	
Grammatica Dr. Abílio	Uma		1.200	
Geographia Dr. Freitas	Uma		1.400	
1º Livro de leitura do Dr. Abílio		.650	.600	
2º Livro de leitura do Dr. Abílio		1.700	1.600	
3º Livro de leitura do Dr. Abílio		2.750	2.200	
Paleographo do Dr. Freitas			1.200	
Potes de Barro	-	-	-	-
Taboadas	Cento		8.500	
Tinteiros de chumbo	Um	-	-	-
Tinteiros de vidro	Um		1.400	
Traslado	Coleção	-	-	-
Papel almaço pautado	Resma			12.000

Fonte: Offícios da Presidência ago 1874 a dez 1883 – sn

Pelo menos neste caso, vemos que a empresa de *Ernesto B. Pereira & C<sup>a</sup>* se tornou a principal fornecedora de produtos escolares para o governo amazonense. Chama a atenção o fato de quase não existir concorrência entre as empresas para o fornecimento de um mesmo produto; a exceção fica por conta da coleção de livros de leitura do Dr. Abílio, cujos preços na casa comercial de *João Maria Lurine* eram maiores do que aqueles propostos pelo seu concorrente direto.

Depois de analisar e comparar os preços de cada proposta, os membros da *Junta Administrativa* elaboravam, ainda na presença dos proponentes, um *termo volante* que seria encaminhado à aprovação da Presidência da Província.

Com o passar dos anos, foi possível identificar uma preocupação em consolidar e aperfeiçoar a utilização da concorrência pública como modalidade capaz de combater as irregularidades na aquisição do material escolar. Em alguns casos, as medidas voltaram-se mais diretamente para as empresas interessadas em participar dessas concorrências, estabelecendo

exigências que incluíam a apresentação de suas propostas acompanhadas de amostras dos objetos e a comprovação de depósito da quantia estipulada como garantia da assinatura do contrato, entre outras. Em outros casos, as medidas — materializadas, quase sempre, na diminuição da autonomia dos dirigentes da Instrução Pública em relação à realização de gastos — buscavam intensificar o controle e a fiscalização sobre as operações de compra dos objetos escolares. . Mas todas essas medidas não foram suficientes para evitar que, algumas vezes, irregularidades relativas à aquisição desses objetos voltassem a ocorrer. Notícias sobre as medidas tomadas e a indiferença com que foram tratadas pelo então Diretor da Instrução Pública podem ser encontradas o relatório elaborado, em janeiro de 1887, pela contadoria do Thesouro:

*Com o fim de fiscalizar melhor o fornecimento de livros etc., para as escolas da província, por officio de 14 de Janeiro ultimo, ordenou-se ao Director da Instrucção Publica , que não fizesse nenhuma encomenda sem previa sciencia e autorização da Presidência. Esta resolução foi tomada em vista das repetidas compras que se fazião, sem conhecimento da administração.*

*Posteriormente, em 25 do mesmo mez, S. Exc., o Sr. Presidente da província, como complemento da medida acima, estabeleceu que os fornecimentos á Instrucção Publica fossem feitos por meio de concorrência publica, devendo os respectivos pedidos serem-lhe encaminhados, afim de ordenar ao Thesouro Provincial o seu fornecimento por aquelle meio, visto que os acanhados recursos da província exigião o emprego da máxima economia e fiscalização em taes pedidos, que deverião ser restringidos ao strictamente necessário.*

*Em vista desta recomendação, S. Exc. não mandou pagar uma conta que lhe foi enviada pelo Director da Instrucção Publica, da compra de um regulador na importância de 500\$000, visto não haver credito para tal pagamento, e não ter o pedido seguido os tramites determinados. Assim, evitou S. Exc., por seu propósito de economia, que o Thesouro fosse sobrecarregado com aquella importância.*

*Sendo presentes, pelo mesmo Director, para serem pagas algumas contas, de fornecimento de livros, com preços superiores aos de fornecimentos iguaes, anteriormente feitos, por officio de 27 de Janeiro próximo passado, mandou-se pagar uma nestas condições, declarando a Presidência ao Thesouro que o seu pagamento se effectuasse pelos preços dos fornecimentos anteriores. Com este alvitre, economisou se alguma cousa, que a Secretaria não póde determinar, porque não tem conhecimento dos fornecimentos.*

(apud AMAZONAS - Mensagem, 1887, p.32).

Dois anos mais tarde, novas suspeitas de irregularidade recaíram sobre a operação de compra do material escolar. Tudo indica que essa nova ação contra o erário público só tenha sido descoberta a partir dos esclarecimentos que o dirigente da Instrução Pública, Antonio Francisco Monteiro, prestou ao presidente Manuel Francisco Machado, em novembro de 1889:

*Em observância do despacho exarado por V. Ex<sup>a</sup> no officio sob o n° 244 em que o Ilm° Inspector do Thesouro Provincial pede que V.Ex<sup>a</sup> mande esta Directoria informar a respeito da boa ou má qualidade dos artigos fornecidos em janeiro do corrente anno pelos Srs. Castro e Costa & C.<sup>a</sup>, artigos que foram pedidos pelo meu Ilustre e honrado antecessor o Sr. Dr. João Machado de Aguiar Mello, com o fim de ter um deposito sufficiente para satisfazer durante o anno inteiro, as necessidades das escholas publicas e expediente da Secretaria e Directoria da Instrucção e que constam da conta d'aquelles senhores, impugnada pela contadoria do Thesouro, na importância de nove contos e quarenta e quatro mil e trescentos reis; cumpre-me informar que nada posso affirmar sobre a qualidade dos mesmos artigos, visto delles não existir nenhum deposito na Instrucção Publica.*

*Comprehendo que V. Ex<sup>a</sup> muito há de extranhar ter-se feito em janeiro um fornecimento de 300 resmas de papel, 300 litros de tinta, 300 caixas de pennas, 650 exemplares de 1°, 2° e 3° livros de leitura, 10 kilos de esponja, e outros artigos n'esta proporção e que antes de findar o anno já não haja um só artigo dos fornecidos, e comprehendo ainda mais que a extranheza de v.Ex<sup>a</sup> será muito maior quando inteirar-se de que semelhantes artigos já não existissem em Março, pois deste mez em diante, até hoje, os meus antecessores virão-se obrigados a fazer novos pedidos dos mesmos artigos aos mesmos fornecedores, na importância de dois contos quinhentos e sessenta e seis mil reis [...] Nos últimos mezes do anno passado os Srs. Castro e Costa & C.<sup>a</sup> forneceram por conta da viúva Freitas<sup>74</sup>, seis mil exemplares de 1°, 2° e 3° livros de leitura e paleographo, tudo segundo me consta, importando em seis contos de reis; destes artigos não há um só exemplar no archivo.*

*Parece a primeira vista que dada a hypothese de terem funcionado este anno as 131 escholas publicas deviam estar todas completamente providas do necessário que a província fornece aos alumnos ricos e pobres, para bom andamento da Instrucção delles, mas tal não se dá; as escholas na sua maioria se acham desprovidas de livros, papel, pennas, tinta e muitos tem sido os pedidos e reclamações dos professores.*

(Correspondências da Instrução Pública jul dez 1889 – 16)

Desta vez, o problema parece não se restringir à aquisição de objetos superfaturados. A inexistência dos artigos escolares recém-comprados no estoque da Diretoria da Instrução Pública leva-nos a imaginar duas possíveis explicações para o ocorrido: a primeira, que tivesse ocorrido um desvio desses artigos no próprio almoxarifado daquela repartição; a segunda, que as informações declaradas na nota da casa comercial de *Castro e Costa & C.<sup>a</sup>* tivessem sido forjadas e, portanto, não corresponderiam ao montante de objetos efetivamente entregues. Em uma ou outra, a certeza dos prejuízos que ações fraudulentas como essas causavam ao erário público e ao cotidiano das escolas primárias amazonenses.

<sup>74</sup> Refere-se a D. Anna Cardoso de Andrade Freitas que, depois da morte de seu marido, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, passou a negociar os livros escolares que ele havia escrito.

### 5.3 Os livros escolares a caminho das salas de aula: a caminho?

Uma vez comprados e devidamente entregues no depósito da repartição da Instrução Pública, os livros escolares passavam a percorrer um dos últimos trechos deste longo caminho. Nesta etapa, eles já estavam mais perto dos seus destinatários finais. Mas algumas providências ainda se faziam necessárias para tornar possível o encontro de professores e alunos com os livros escolares distribuídos pelo governo amazonense.

Uma delas refere-se às condições de armazenamento dessa mercadoria que, tendo o papel como principal componente de sua confecção, inspirava cuidados para não ser danificada pela ação da umidade e das traças. Instalações inadequadas tornavam iminentes os riscos de danos aos livros. Em outubro de 1868, Ricardo José Corrêa de Miranda, responsável pela Secretaria da Instrução Pública, chamou a atenção de seu superior para as condições impróprias de armazenamento dos livros escolares e de documentos administrativos.

*Tenho a honra de levar ao conhecimento de V.S<sup>a</sup> que appareceo hontem em minha casa uma grande porção de cupim, tendo em consequência feito pequenos estragos em alguns exemplares de catecismos, não obstante os meios que empreguei para sua extinção, o que não me é possível, visto que essa praga apparece de todos os ângulos da casa. = Quando o Governo de S. M. Imperial, na Corte, como sábio Administrador se dignou organizar as repartições foi para que estas fossem colocadas em casas condizente com a capacidade precisa, e não n'uma casa como á minha [...]*

(Correspondências da Instrução Pública jan dez 1868-05).

Seis meses se passaram até que o Diretor da Instrução Pública recorresse ao Tesouro Provincial para viabilizar as medidas de combate a alguns dos problemas levantados no comunicado do secretário, especificamente aqueles relacionados à propagação de fungos e insetos. A mudança para um local mais apropriado não foi cogitada neste momento:

*Sendo necessário para bôa conservação do archivo d'esta repartição, que se ponha ao sol os exemplares que se distribuem pelas escolas, livros e outros papeis do archivo da secretaria, e bem assim limpeza da casa á fim de evitar as traças, cupins e têas de aranhas; rogo V.S<sup>a</sup> para que se sirva mandar adiantar ao secretario d'esta directoria [...], a quantia de dous mil réis (2\$000), para o pagamento de um servente que tem de ser empregado n'esse serviço. (Correspondências do Tesouro Provincial fev jun 1869 – 10).*

Com o passar do tempo, vemos a preocupação das autoridades escolares em instituir procedimentos de organização e de registro do material existente no *arquivo* da secretaria. Na documentação consultada existem referências à confecção de catálogos, relações, quadros e inventários através dos quais seria possível conhecer e controlar o fluxo de entrada e saída dos livros e demais utensílios pedagógicos endereçados às escolas da Capital e do Interior. Todo esse trabalho deveria ser realizado pelo Secretário Geral da Instrução Pública que já há algum tempo vinha sendo o funcionário responsável pelo recebimento, pela guarda e pela distribuição de todo o material escolar. Quanto mais nos aproximamos do final do século XIX, mais intensamente vemos as suas atribuições formalizadas nos regulamentos de ensino<sup>75</sup>. Alguns desses regulamentos chegam a prever a existência de um almoxarife da Diretoria da Instrução Pública que passaria a desempenhar, quase sempre sob a supervisão do secretário geral, as tarefas relativas ao recebimento e fornecimento do material escolar, além de efetuar a escrituração dessas operações.

No conjunto, essas atribuições asseguravam a esse funcionário um poder para, juntamente com o dirigente da Instrução Pública, decidir em que proporção os pedidos de material encaminhados pelos professores seriam atendidos.

Toda a estrutura de distribuição dos livros e demais artigos didáticos pelas escolas primárias do Amazonas sempre era acionada a partir das demandas dos professores, expressas nas listas de pedidos que, periodicamente, eram encaminhadas à Repartição da Instrução Pública. Até o início da década de 1870, ainda é possível localizar alguns regulamentos que estipulam os prazos para os professores encaminharem seus pedidos<sup>76</sup>. A partir de 1874, quando entrou em vigor o *Regulamento n° 28* (31 dez 1873), deparamo-nos com pedidos encaminhados em diferentes períodos do ano, embora exista um ligeiro predomínio dos pedidos encaminhados nos meses correspondentes ao início de cada semestre.

Seja porque existissem excessos nas solicitações dos professores, seja porque o estoque da Diretoria da Instrução Pública estivesse aquém das demandas existentes, o fato é que muitas dessas solicitações recebiam despachos desfavoráveis ao seu atendimento – *negado, rejeitado*-,

---

<sup>75</sup> Ver, por exemplo, os regulamentos que entraram em vigor a partir de 1897.

<sup>76</sup> O *Regulamento n° 9* (6 mai.1859) e o *Regulamento Interno para as escolas de Primeiras Letras n° 12* (9 fev. 1860) estipulavam que as escolas fossem providas de material didático a cada semestre, sendo necessário que os professores encaminhassem as suas petições à Diretoria da Instrução Pública nos meses de julho e dezembro. Já no *Regulamento n° 24* (16 mar 1872) a remessa de artigos didáticos para as escolas primárias passou a ser anual, devendo os professores remeter seus pedidos até o fim de fevereiro.

ou que o postergavam – *forneça-se oportunamente, forneça-se em outra ocasião, aguarde o novo exercício para satisfazer o pedido*. Através da documentação é possível testemunhar, em vários momentos, a reação do professorado amazonense a esse tipo de conduta da Direção da Instrução Pública. Muitos buscavam demonstrar a justeza de seus pedidos caracterizando o estado de penúria de suas escolas e os efeitos disso no processo de ensino; outros preferiam lembrar as disposições regulamentares que conferiam ao poder público a responsabilidade de suprir as escolas e parte de seus alunos com o material didático de que necessitavam. Em alguns casos, professores buscavam convencer os dirigentes da educação evocando, estrategicamente, alguns atributos que caracterizavam o homem público comprometido com o desenvolvimento da educação.

Cansados de encaminhar, sem sucesso, o pedido do material necessário para as suas aulas, vários professores recorreram ao auxílio de agentes encarregados de fiscalizar as escolas (*comissários literários, inspetores paroquiais, visitantes*) para dar visibilidade às necessidades de suas escolas. Alguns deles, sensíveis à situação de *precisão* dos professores e alunos, resolveram atuar como porta-vozes desses pedidos. Em fevereiro de 1869, Raimundo Antonio de Oliveira, *comissário litterário* da Freguesia de Borba, aproveitou a ocasião de remessa do mapa da escola do sexo masculino para reiterar os sucessivos pedidos feitos pelo professor local.

*Passo as mãos de V.S<sup>a</sup> o pedido feito pelo professor publico interino desta Freguesia e juntamente o mappa de sua escola do mez de janeiro do corrente anno.*

*Tomo a liberdade de recordar a V.S<sup>a</sup> que talvez a escola de Borba seja a única da Província que ainda não mereceo a menor attenção para que fosse saptisfeito um só de seus pedidos; e por isso espero que V.S<sup>a</sup> tome em consideração o que agora faz o professor por meo intermédio.*

(Correspondências da Instrução Pública jan. 1868 -dez 1869 -03)

O juiz de direito da Comarca de Manicoré, depois de constatar o descaso do poder público em relação às necessidades materiais da escola primária do sexo feminino, também decidiu colaborar com a respectiva professora, reapresentando o pedido que tantas vezes ela já havia encaminhado:

*Como não tenha sido até hoje satisfeito o pedido feito pela Professora Publica da Escola Primaria do sexo feminino desta cidade, contido em officio a essa Directoria dirigido em março do anno proximo passado, rogo-vos providencieis, com a brevidade possível, a respeito da substituição completa da mobília, existente na mesma escola, e da remessa de livros, destinados aos*

*alumnos, que freqüentam-na, muitos dos quais, impossibilitados de possuil-os de acordo com o Reg. vigente, difficultam o methodo de ensino, cuja uniformidade é mister para o progresso do estabelecimento de ensino.*

(Ofício de Professores jul-dez 1897 – 32)

Depois de sucessivas negativas aos seus pedidos, alguns professores abandonavam a profissão ou permaneciam nela sem ânimo algum para continuar reivindicando melhores condições materiais e didáticas para o desenvolvimento de suas aulas. Aqueles ainda com forças decidiam encaminhar seus pedidos para instâncias superiores, a despeito de as disposições regulamentares proibirem esse tipo de procedimento. Foi o que fez a professora interina da escola mista da Foz do Arapuanã, Raymunda de Souza Bentes, ao apelar pela intercessão do Secretário do Interior do Estado do Amazonas, ao qual estava subordinada a Diretoria da Instrução Pública:

*Achando-se esta escola com falta de muitos objectos dos quaes o meu antecessor tem feito diversos pedido ao Diretor da Instrução publica sem proveito algum; venho por tanto pedir a vossa intervenção afim de que seja satisfeito esta necessidade.*

*Espero que vós tomará na consideração devida, este meu reclame justo, pelo que desde já me confeço grata. (Offícios de Professores jan-jun 1898 – 08)<sup>77</sup>.*

Ao tomarmos os termos do despacho emitido pelo dirigente da referida secretaria, fica a impressão de que a tentativa da professora não surtiu os efeitos esperados, pois incorreções ortográficas e o desrespeito às hierarquias institucionais parecem tê-lo afetado mais do que as necessidades materiais da escola: “*Seja devolvido este officio á professôra a fim de que ella tenha mais cuidado com a orthographia e scientifique-se á mesma funcçionaria de que ella não pode dirigir-se directamente ao Secretario do Interior.*”

As chances desse tipo de procedimento ser tomado pelas autoridades superiores como um sinal de insubordinação eram grandes, mas isso não impediu que, em fevereiro do mesmo ano, o professor João Augusto de Abreu decidisse recorrer ao Governador do Estado para tentar suprir sua escola com o material didático indispensável ao seu funcionamento:

*Já cansado de officiar ao Conselho escolar d'este termo, fazendo-o sciente dos utencilios e objectos de que se acham bastante necessitada esta escola, no mesmo sentido passei a communicar a Directoria Geral da Intrucção Publica, isto por varias vezes, porem sem receber a menor solução, por isso recorro a V.*

---

<sup>77</sup> Os grifos que aparecem no trecho citado constam do documento original e parecem ter sido feitos pelo próprio dirigente do Departamento do Interior para destacar problemas ortográficos que ele havia identificado.

*Ex<sup>a</sup> como primeira pessoa do Estado a que tendes a honra de representar como Governador, que providencie no sentido de ordenar esta Directoria Geral que me sejam com a maxima brevidade, remetidos os utencilios que necessita esta escola cuja a nota deve existir n'essa repartição da Directoria Geral. (Ofícios de Professores jan-jun 1898 – 08).*

No despacho conferido pelo dirigente do executivo amazonense, a recomendação para que o professor fosse repreendido *por não observar o seu lugar*, é atenuada pela decisão de remeter a petição do professor para o Secretário do Interior, com a indicação de que, no caso de ser justa, seja atendida.

Poderíamos aumentar a lista de situações em que os professores necessitaram recorrer a várias estratégias para convencer ou pressionar as autoridades escolares a remeterem os artigos necessários às suas aulas. No entanto, os casos aqui retratados são suficientes para percebermos a adoção de uma postura restritiva, por parte da Diretoria da Instrução Pública, no que concerne ao atendimento das petições dos professores.

Talvez essa conduta seja reveladora de períodos em que o estoque estivesse mais esvaziado. Os despachos lançados na própria petição dos professores são, em grande medida, indicadores da situação desses estoques. Em momentos de razoável escassez de material estocado no depósito, o mais comum eram despachos com o seguinte teor: *Satisfaça-se com o que houver; Forneça-se o que for possível; Forneça-se o que houver na Secretaria, tendo em atenção que a respectiva verba está esgotada.*

Para evitar que a situação chegasse a esse ponto, adotou-se, de forma recorrente, a prática de fornecer os artigos escolares em quantidade bem abaixo daquela solicitada pelos professores. Em alguns momentos, o fornecimento de alguns artigos em menor quantidade no estoque era reduzido à metade do total pedido:

*Pedido para a Escola do sexo masculino do bairro do Espírito Santo  
em 9 de janeiro de 1882<sup>78</sup>*

*11 Primeiros livro de Abílio (09)*

*12 Segundo livro de Abílio (06)*

*12 Terceiro livro de Abílio (06)*

*12 Arithmetica (09)*

*12 Gramáticas (06)*

*12 Geometria ✓*

<sup>78</sup> Os números entre parênteses correspondem a anotações feitas pelo funcionário encarregado de organizar a remessa do material para as escolas. De acordo com o que observamos em anotações realizadas em outras listas de pedidos, estes números representam a quantidade efetivamente remetida de cada um dos itens arrolados nas listas.

12 *Paleographos* (2)  
 12 *Geografia* (6)  
 06 *Poemas de Luiz de Camões* ✓  
 06 *Coleções de Translados* (3)  
 12 *Tinteiros* (04)  
 02 *Botijas de tinta* (02)  
 02 *Esponjas* (01)  
 Giz —  
 01 *Pote para água* —  
 01 *Púcaro* ✓  
 02 *Copos* —  
 01 *Bandeja pequena*  
 02 *Bíblia*  
 01 *Resmas de Papel para escrita* (1/2)  
 01 *Dita de dito* [ilegível] —  
 12 *Canetas*  
 12 *Lápis*  
 01 *Canivete*  
 01 *Tinteiro para o professor* ✓  
 02 *Réguas*  
 02 *Mapas de parede (mundo e Brasil)*  
 12 *Taboadas*  
 12 *Folhas de papel mata-borrão* (3)  
 02 *Cadeiras americanas*  
 02 *Caixas de pena*  
  
*Manãos, 9 de Janeiro de 1882*  
*O Professor*  
*José Augusto Rodrigues de Andrade*

(Correspondências da Presidência da Província jan. 1882 – 01)

Além do montante de artigos escolares existentes no depósito da Instrução Pública, outros elementos eram observados no momento de definir quantos exemplares de cada artigo escolar seriam efetivamente remetidos às escolas. O espaço de tempo que havia entre a última remessa feita a uma escola e a nova solicitação realizada pelo seu professor; o número de alunos matriculados; e o total de crianças pobres arroladas nos mapas de freqüências encaminhados à secretaria da Repartição de Instrução Pública eram alguns dos indicadores que, aparentemente, também auxiliavam na definição do que seria encaminhado às escolas.

Em alguns casos, o bom desempenho docente também foi determinante para que o dirigente da Instrução Pública, em seu despacho, recomendasse um atendimento especial aos pedidos feitos por alguns professores: *Satisfaça o pedido d' esta professora pelo vapor de 28 do corrente, mandando os bancos carteiras quando vierem dos EUA. É uma das que tem dedicação e aptidão para o magistério* 16 fev 1883 (Correspondências da Instrução Pública jan dez 1883 – 06).

Na década de 1890, as autoridades escolares amazonenses decidiram modificar a forma como até então vinham realizando o abastecimento de livros e outros objetos didáticos para as escolas primárias. Resolveram implantar um sistema menos centralizado de distribuição, elegendo os *Conselhos Escolares*, ou as *Autoridades de inspeção* como encarregados de receber os carregamentos desses artigos escolares e repassá-los aos professores das escolas situadas nos seus respectivos raios de ação<sup>79</sup>.

Depois de definidos os títulos e o número de exemplares que seriam enviados para as escolas, os livros eram acondicionados em caixotes, juntamente com o restante do material didático que seria utilizado nas aulas do ensino primário.

A partir de então, as providências passariam a ser tomadas para o transporte desses carregamentos. Em Manaus, essa operação era relativamente mais fácil, exigindo apenas que por intermédio do porteiro da Diretoria da Instrução Pública fosse contratado o serviço de carroceiros para entregarem os caixotes com livros e outros objetos didáticos nas escolas primárias da Capital.

Já os carregamentos destinados às escolas do interior exigiam uma logística de transporte mais complexa, pois o rio era a única via de acesso e comunicação com as diferentes localidades do Amazonas.

A partir da década de 1850 o governo imperial já cogitava a possibilidade de utilizar o potencial de navegação da região como meio de incrementar sua ocupação e seu desenvolvimento. Como parte desse projeto buscou, juntamente com o governo da província, introduzir a navegação a vapor em seus rios, considerada, naquele momento, mais rápida e eficiente do que as pequenas embarcações à vela. Para tanto, foi preciso fazer algumas concessões (monopólios de navegação, subvenções e isenção de impostos, por exemplo) como forma de atrair o interesse das empresas em operar com esse tipo de embarcação na região. A proposta mostrou-se economicamente vantajosa para os donos das embarcações a vapor e, já em 1866, com a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira, novas empresas passaram a percorrer as rotas definidas pelo governo local com suas frotas de paquetes.

Não há como deixar de reconhecer que essas medidas repercutiram positivamente nas operações relacionadas ao transporte do material escolar. Ao longo do período estudado, era a

---

<sup>79</sup> Esta sistemática de distribuição do material escolar está especialmente explicitada no *Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de 1892* (art. 75) e no *Regulamento Geral da Instrução Pública de 1909* (art. 106 – 14).

bordo desses navios a vapor que partia a maior parte dos carregamentos contendo os livros e demais objetos que a Diretoria da Instrução Pública destinava às escolas primárias do interior. Na maioria das vezes, o transporte desses carregamentos ocorria sem ônus aos cofres públicos, já que, por força contratual, as empresas subvencionadas eram obrigadas a disponibilizar ao governo uma cota gratuita de carga até o limite de uma tonelada. Caso o carregamento total do governo ultrapassasse o peso-limite, a remessa dos artigos escolares ou qualquer outra remessa das repartições públicas seria feita mediante o pagamento de frete, em média 30% mais barato do que aquele estipulado na tabela de preços da companhia fluvial.



Modelos de barcos a vapor que no início do século XX trafegavam pelos rios do Amazonas.  
In: Álbum do Amazonas 1901-1902 (Acervo do Museu Amazônico - Universidade Federal do Amazonas)

Ainda que tenha exercido um importante papel neste estágio de difusão do livro escolar na região, o sistema de navegação com barcos a vapor nem sempre conseguiu superar os condicionantes impostos pela própria configuração geográfica do lugar.

Entre os meses de agosto a novembro, fase mais crítica da vazante dos rios, a remessa de livros e de outros utensílios escolares ficava comprometida, pois em muitas localidades o baixo nível dos rios impedia a navegação de embarcações de grande porte. Em várias ocasiões, até mesmo os trabalhos de inspeção às escolas deixaram de ser realizados em função das dificuldades

de locomoção ocasionadas pela baixa dos rios. O presidente do *Conselho Parochial* do distrito do Lago de Janauacá, por exemplo, alegava que o trabalho de *arrolamento dos meninos e meninas* das escolas daquela localidade deveria ocorrer em um outro período porque [...] *neste tempo* (mês de outubro) *o lago é completamente seco, tornando impossível toda e qualquer comunicação de transporte* [...] (Ofícios Diversos da Instrução Pública jan dez 1888 – 11). Além disso, a rota dos paquetes a vapor não conseguia cobrir a grande extensão da região, percorrendo, preferencialmente, os rios em melhores condições de navegabilidade e com maior potencial econômico. As escolas primárias situadas mais próximas de furos, igarapés e paranás ou de rios não incluídos na rota das embarcações a vapor tinham os fornecimentos de móveis e materiais didáticos comprometidos. O esclarecimento que o Secretário da Presidência fornece ao dirigente da Instrução Pública é ilustrativo do quanto a localização das escolas primárias do interior poderia tornar mais ou menos ágil a remessa dos objetos necessários ao seu funcionamento:

*[...] comunico a V.Sa. que mandou-se transportar no Vapor “Santarém” as mobílias e mais objectos destinados ás escolas publicas de Teffé, Caiçara, Fonte Boa, Tonantins e São Paulo de Olivença, não providenciando á respeito dos que tem de ir para as escola de Anamã e Badajós por não haver ainda vapor designado que toque nessas localidades* (Ofícios do Governo jul dez 1887 – sn).

A extensão territorial e o movimento de subida e descida das águas dos rios, entre outros fatores, demandavam a utilização de outras estratégias para transportar os caixotes com livros e demais materiais escolares até o seu destino final.

Uma das opções para não interromper a remessa do material didático era desembarcá-lo nos pontos mais próximos possíveis das escolas e depois transportá-lo até lá em pequenas canoas – quando o nível das águas assim permitisse – ou no lombo de algum animal.

*De ordem de S. Exc<sup>a</sup> o Senr. Presidente da Província declaro a V.Rev. que mandou-se transportar até Silves o volume destinado a escola publica do sexo masculino de Jatapu, no vapor “Iça”*

*Peço a V.Exc. que se digne expedir suas ordens a Agencia da Companhia do Amazonas, a fim de seguirem no Vapor da linha do Purus a mobília e demais objectos destinados a escola publica do sexo feminino de Labrêa e no Vapor ou 1<sup>a</sup> linha a mobília e outros artigos destinados a escola publica do sexo masculino do Arary, podendo estes últimos objectos desembarcar no lugar denominado Mucambo, do Senr. José Pereira Barboza, segundo requisita o professor daquela localidade.*

(Ofícios do Governo jul dez 1887 – sn)

Outro recurso utilizado foi transportar o material escolar em barcos de particulares que fizessem viagens para regiões mais isoladas e ainda não contempladas nas rotas de navegação subvencionadas pelo governo amazonense. Em alguns casos, esse transporte era feito gratuitamente, em função dos laços de conhecimento e amizade que uniam o professor local e o proprietário da embarcação. Quando esses laços não existiam, era necessário arcar com o pagamento desse transporte, tal como se afigura na conta encaminhada por Manoel de Miranda Leão, Diretor da Instrução Pública, ao dirigente da província:

*Passo as mãos de V. Exa. A inclusa conta [...] na importância de 604.000 reis provenientes do embarque de materiais e conducção dos mesmos para as escolas publicas de Rio Branco na lancha particular de Sebastião[ilegível], por ser a única que vai até o ponto onde estão installadas as referidas escolas.*

*Peço por tanto a V. Exa. que se digne mandar effeuar o seu pagamento.*

(Ofícios da Instrução Pública jul dez 1888 – 20)

A localização das escolas em áreas por onde passavam os barcos que operavam as linhas de navegação contratadas pelo governo pode ser entendida como uma condição mais favorável para o transporte do material pedagógico. Apesar disso, professores que lecionavam nessas áreas não estavam livres de se depararem com problemas no transporte dos carregamentos endereçados às suas escolas. Em setembro de 1874, o vapor empregado na linha do Rio Negro, tendo a bordo o professor público de São Gabriel acompanhado dos objetos e móveis destinados à sua escola, não pôde seguir viagem até o último ponto da escala. Diante do imprevisto, viu-se o mestre obrigado a desembarcar na Vila de Barcelos e tomar uma canoa até o seu destino, deixando sob a guarda de um professor local dois móveis para serem transportados em uma outra ocasião (Correspondência da Instrução Publica jan-jun 1875 – 09). A interrupção da viagem pode ter sido motivada por razões técnicas ou por falta de condições de navegabilidade nos rios que levassem até São Gabriel, embora no contrato celebrado entre o governo e as companhias de navegação constasse a recomendação de que os barcos utilizados nessas viagens tivessem o calado necessário para que pudessem navegar em qualquer estação do ano. Amancio Rocha da Costa, que lecionava na Escola de Apipica, alegou que o Comandante da lancha “Rio Autaz”, subvencionada pelo Estado, *decidiu não aportar neste local, quando pelo contrato é obrigado a ir além da casa onde funciona esta escola, ultimo ponto de escala n’este rio.* (Ofícios de Professores jan-abr 1900-04).

Em linhas gerais essas eram as possibilidades e limites que condicionavam o transporte dos carregamentos de livros e demais utensílios enviados pela Diretoria da Instrução Pública aos professores e alunos das escolas públicas do interior do Amazonas.

Vencidos esses e outros condicionantes, finalmente os caixotes enviados pela Diretoria da Instrução Pública chegavam às escolas primárias. Muitos professores talvez já soubessem, antes mesmo de abri-los, que o número de exemplares de livros enviados, assim como da maioria dos itens solicitados, dificilmente corresponderia à quantidade expressa em seus pedidos. Restava abrir as caixas, conferir os artigos enviados e acusar o seu recebimento. Muitos professores aproveitavam essa ocasião para registrar, nos próprios recibos, observações relativas à chegada de artigos danificados ou trocados:

*Accuso recebimento dos objectos constantes na nota que se dignou dirigir, o digno Secretario da Instrucção Publica, com visto de 10 de Março p.p. com defficiencia porem de em lugar de 10 livros de 1ª leitura, vierão 10 dictos de 3ª, advertindo que são aqueles os que presentemente á mais necessidade, isto é os de 1º e 2º visto o atraso do começo a que achão-se quase todos os meus alumnos. (Professor da Escola Pública de São Gabriel da Cachoeira, Correspondências da Instrucção Publica jan-jun 1875 – 09).*

Afora essas observações, aparecem recorrentemente os registros sobre insuficiência dos suprimentos recebidos, levando alguns professores a transformarem esses registros em pedidos de complementação do material recebido. Esta foi a atitude tomada pelo professor Lourenço Ferreira da Rocha, Escola do 2º distrito da Capital:

*Participo a V.Sª que os livros por mim pedidos a esta Directoria e por vos mandados a esta escola do 2º Districto, não foram sufficientes para supprir as differentes classes que a compõem; por isso, junto a este officio vos remetto uma nota pedindo os necessarios para esse supprimento, a fim de evitar os embaraços em que se acha o estudo.(Ofícios de Professores jan-dez 1896 – 09)*

De acordo com as prescrições regulamentares, o material didático, especialmente os livros escolares, deveria ser distribuído entre os alunos considerados pobres. É provável que algumas escolas tivessem recebido suprimento suficiente de material para cumprir com essa exigência regulamentar. No entanto, naquelas escolas onde o número de crianças pobres era superior à quantidade de artigos recebidos, o mais provável é que o professor tivesse apelado para um uso mais compartilhado dos livros, de papéis, de penas e de tinta, a fim de contornar os embaraços

que a falta desses materiais ocasionava. Por vezes, as situações exigiam que os professores dessem *abc manuscripto por não ter alphabetos*; admitissem *outros livros, que não os adoptados pelo Conselho Superior de Instrução Publica* ou, ainda, comprassem, com recursos próprios, os livros e outros materiais de que seus alunos mais necessitavam.

Independentemente das condições materiais que o poder público oferecia às diferentes escolas amazonenses, vemos o papel central que os livros escolares ocupavam no imaginário que os professores tinham sobre a tarefa de ensinar, a ponto de sua ausência ser percebida como uma *“falta assaz sensível que irregulariza consideravelmente a praxe do ensino ora adoptada”* ou que *“difficulta a applicação do methodo de ensino vigente”*. Ainda que reconheçamos que as práticas de ensino trazem em si componentes de inventividade, não há como negar que em muitas situações o livro didático parece ter sido tomado como *“[...] elemento definidor do trabalho pedagógico, determinando sua finalidade, estabelecendo seu currículo efetivo, cristalizando abordagens metodológicas e quadros conceituais, organizando, enfim, o cotidiano da sala de aula”* Batista (2001, p.12). De acordo com o entendimento deste mesmo autor, a centralidade que o livro didático veio a ocupar na organização e na realização do ensino pode ser associada a fatores como: formação inadequada de professores e as precárias condições de trabalho.

A partir da última década do século XIX, essa centralidade dos livros didáticos no processo de ensino-aprendizagem passou a sofrer críticas por parte das autoridades escolares locais, em grande parte, influenciados pelos preceitos do ensino intuitivo que naquele momento despontava como sinônimo de renovação dos modos de ensinar.

O *Regimento Interno para as escolas primárias* (Decreto n. 13, de 31/12/1892) é bastante ilustrativo da tentativa de instituir novas formas de conduzir o ensino das diferentes matérias escolares, tendo como estratégias o emprego da observação, da experiência direta e da manipulação de objetos concretos. Para o ensino dos *Elementos de geographia e história*, o regimento em questão prescreve a utilização de *narrativas de viagens, com auxílio de estampas* (grifo nosso). Quanto à *Instrução moral e civica*, recomendam-se, entre outros procedimentos de ensino, a *observação e commentarios moraes sobre factos da vida escolar, exercícios tendentes a prova moral em acção na própria escola, pela observação individual dos caracteres* (grifo nosso). Entre as atividades previstas para o ensino das lições de *Arithmetica e Systema métrico*, os legisladores indicam *exercícios das quatro operações, sempre sob o ponto de vista concreto* (grifo nosso). Além disso, o mesmo regulamento buscava moldar os próprios equipamentos

escolares aos preceitos do ensino intuitivo, ao anunciar que “*Cada escola primaria, terá além da sala de classes e outras dependências, sua bibliotheca especial, um pequeno muzeu escolar, provido de collecções minerologicas, modelos, estampas, etc., e de tudo que for indispensável para o ensino concreto.*” (Art. 193).

A ênfase nesses procedimentos e equipamentos didáticos representou um primeiro movimento em direção à redefinição do papel que até então os livros escolares vinham desempenhando no dia-a-dia escolar. Eles que até então vinham exercendo um papel central nas práticas de ensino dos professores primários, passam a ter a sua utilização repensada no interior da sala de aula:

*Art. 60 Em todos os cursos será constantemente empregado o methodo intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar e de accordo com programmas minuciosamente especificado.*

*Art. 187 O livro é apenas um guia, ao mestre cabe explical-o, desenvolv-o, animando o ensino e provocando a intelligência, a iniciativa e o desenvolvimento da individualidade do alumno.*

*(Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado, 19 nov. 1892, grifo nosso).*

O professor passou a ser chamado a ocupar um papel mais atuante e autônomo em relação às obras escolares. Dentro dessa perspectiva, os legisladores passaram a defender que, em certos momentos da escolarização, o ensino de determinadas matérias poderia dispensar o contato direto das crianças com os livros: *Art. 5º No ensino das matérias será sempre empregado o methodo intuitivo. O livro, na 1ª, 2ª e 3ª classe só servira nos casos em que absolutamente não puder ser dispensado, e apenas servirá de auxiliar. (Regimento Interno das Escolas Públicas Primárias, 1901)*

Alguns anos depois, os legisladores pareciam ter reconhecido a impossibilidade de transmitir o conteúdo de algumas matérias sem a presença dos livros escolares e decidiram admitir o contato direto das crianças com alguns tipos de impressos didáticos:

*Art. 5º Nas escolas do 1º gráo, bem como nas do 2º, os alumnos não devem possuir senão os livros de leitura, cadernos, modelos para escripta, desenho, trabalhos manuaes, estampas, mappas apropriados, quadros ou exercícios de arithmetica, etc. O ensino será todo ministrado pelo professor pela forma especificada nos respectivos programmas. Nas escolas de 3º gráo, é permittida aos alumnos a posse de livros das diversas matérias do ensino, contanto que*

*não passem de simples auxiliares do professor.* (Regulamento Geral da Instrução Pública e das escolas primárias, 22 dez. 1904)<sup>80</sup>.

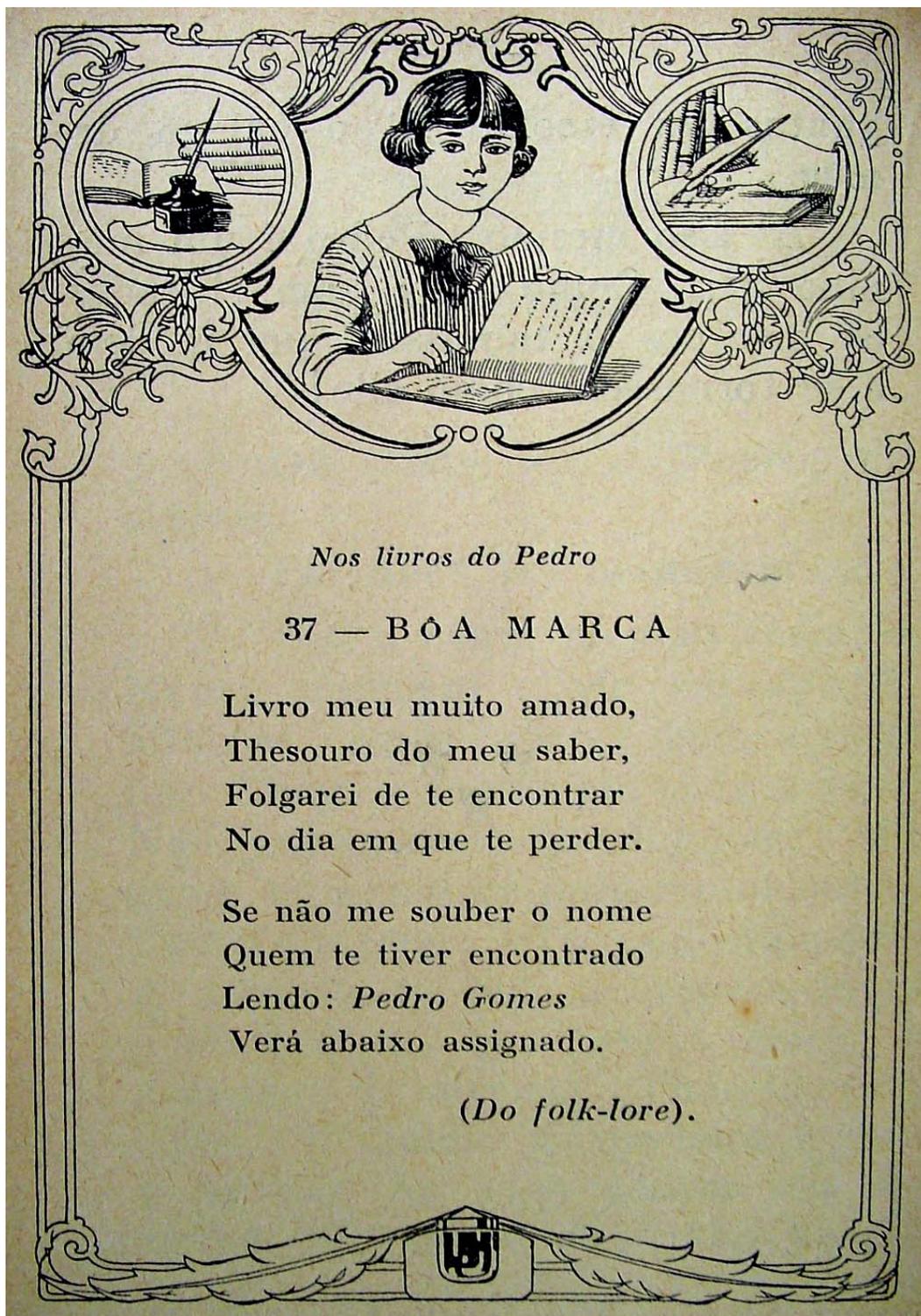
Ainda assim, essa medida continuaria desobrigando o governo de continuar distribuindo entre as crianças pobres os livros de todas as disciplinas que compunham o programa das escolas primárias. A previsão era de que alguns exemplares dos livros escolares, cuja posse pelas crianças não fosse obrigatória, fossem fornecidos ao professor a fim de subsidiar a preparação de suas aulas.

No entanto, essas prescrições incitaram alterações nas formas como os ensinamentos das diferentes disciplinas vinham sendo transmitidos nas escolas primárias amazonenses. Ao tomar conhecimento da medida regulamentar, parte dos professores reagiu com descrença e suspeita, tal como deixa transparecer o trecho abaixo, reproduzido no relatório da Diretoria da Instrução Pública, de maio de 1905:

*De alguém, ao ler o art. 5º do Reg. das escolas primarias, [...]*  
— *“Eis ahi! Como é possível ensinar-se geographia, historia, grammatica, desenho, arithmentica etc., sem livro! Como é que o menino vae saber o que é substantivo, adjetivo, a concordância dos dois gêneros e números sem decorar no livro? Com certeza estava doida a comissão, quando fez este regulamento!”* (p.19-20).

---

<sup>80</sup> A medida anunciada inicialmente em 1904 foi literalmente reapresentada no art. 161 do *Regulamento da Instrução Pública do Estado* (19 jan. 1909).





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procuramos abordar a história dos livros escolares, tendo como fio condutor o circuito em torno do qual ocorreram os seus movimentos de produção, difusão e recepção e, como cenário central, o contexto educacional amazonense da segunda metade do século XIX e da primeira década do século XX.

Ao cuidar, neste momento, da escrita destas considerações, fomos instigados a revisitar os capítulos anteriores. Afinal, eles materializam através da escrita o esforço empreendido para tornar público, de maneira articulada e inteligível, os conhecimentos que conseguimos reunir sobre a dinâmica de funcionamento deste circuito.

No retorno ao texto, desta vez na condição de leitor, precisamos conter a tentação de reescrever algumas passagens a fim de enriquecê-las com outros dados, aperfeiçoando a maneira de dizê-las. Controlada essa tentação, empreendemos a leitura dos capítulos para neles colhermos elementos balizadores deste fechamento.

Um primeiro aspecto que os dados permitem perceber é o complexo jogo de relações que se estabelece em torno do circuito do livro escolar. Embora tenhamos abordado separadamente alguns dos principais segmentos que compõem este circuito, vemos o quanto operações e personagens presentes em um determinado ponto dele acabam repercutindo na forma como os livros escolares se movimentam em suas outras fases.

Ao abordarmos o circuito do livro escolar no contexto educacional amazonense, foi possível também identificar o quanto a sua configuração é, ao mesmo tempo, marcada por elementos locais, nacionais e estrangeiros. Neste sentido, embora a análise de seu funcionamento recaia sobre sua relação com a realidade educacional amazonense e, por isso, busque realçar os seus traços mais singulares, em vários momentos foi possível constatar que o movimento do livro não respeita essas demarcações geográficas ou culturais.

Apesar dos componentes mais diretamente relacionados ao contexto local, vários segmentos do circuito do livro no Amazonas congregam componentes de outros territórios geoculturais. Muitos dos livros adotados nas escolas primárias amazonenses não foram escritos por

autores locais e tampouco foram confeccionados em suas oficinas tipográficas. Temos, por exemplo, algumas obras de autores brasileiros cujos textos foram compostos a partir de referências francesas e impressos em empresas tipográficas européias.

O cotejamento dos dados levantados com as informações veiculadas em estudos que abordam aspectos da circulação dos livros escolares em outras regiões do País revela uma certa identidade entre a configuração do circuito amazonense e a forma como em outras regiões do País estavam organizados os sistemas de difusão da literatura didática. Em muitos casos é possível identificar uma proximidade entre as formas de proceder ao exame e à seleção dos livros escolares. A realização de pesquisas futuras de cunho comparativo poderá auxiliar no estabelecimento de contornos mais precisos para a questão, permitindo um melhor dimensionamento, não apenas dos traços comuns, como também daqueles que marcam as diferenças entre circuitos diversos.

Além dessas relações com os elementos mais diretamente ligados ao mundo do livro, todos os estágios eram afetados pelas condições sociais, econômicas, políticas e intelectuais da época, tal como observa Darnton (1990). Dentro das possibilidades, buscamos trazer para o texto algumas referências capazes de situar o circuito no interior de um projeto de escolarização desenvolvido em uma região atravessada pelas contradições da economia da borracha, em plena expansão neste período.

Talvez o circuito necessite ser melhor contextualizado na sociedade e na cultura do seu tempo, a fim de compreendermos um pouco mais sobre o que significava o seu funcionamento naquele lugar. Em termos culturais, observamos a necessidade de considerar que no período em estudo existia um grande contingente de moradores falantes do nheengatu<sup>81</sup>, língua dominante na região, apesar das medidas adotadas pelo Estado brasileiro para tornar o português a língua hegemônica. Gonçalves Dias, em seu relatório sobre o estado da instrução pública nas escolas do Rio Solimões, já havia observado que o português – língua empregada no ensino - não era falada pelas comunidades locais, o que tornava a tarefa do professor ainda mais difícil (1861, p.564). Três décadas depois, o processo de portugalização ainda não se havia concretizado em várias regiões do Amazonas, tal como podemos observar através do depoimento do professor da Escola de São Gabriel, Leônidas C. Pinheiro:

---

<sup>81</sup> No período colonial era denominada como *Língua Geral* para designar a língua utilizada pelos colonos e missionários que chegaram à Amazônia como forma de viabilizar a comunicação com os povos indígenas de origem

*1º Forçoso me é confessar ainda que com pesar, que até esta data pouco é o desenvolvimento de meus alumnos por alguns motivos aliás poderosos e superiores aos meus empenhos.*

*Tendo eu assumido as funções do cargo em 18 de julho do corrente anno, não há tempo de haver adiantamento dos alumnos, cujas intelligencias tenras, já se achavam bastante enraizadas nos costumes, vícios e defeitos peculiares aos povos quase indígenas d'este município.*

*2º que sendo os meus alumnos, com Raríssimas excepções, filhos de índios que não tem intuição do bem e do mal, do justo e do injusto, não alcançam, não penetram nas grandes vantagens que assistem aos homens instruídos! D'ahi vem a falta de frequencia que se nota na eschola, isto é o resumido numero de meninos que consta do mappa nominal que a esta acompanha.*

*3º finalmente, que sendo elles quase todos filhos de índios, como já disse, é preciso o emprego de esforços sobrehumanos para infiltrar-se em suas verdes intelligencias a comprehensão de nossa língua.*

*Pouco ou nada comprehendem das explicações que lhes dou, tal é a confusão que lhes causa a mudança do idioma indiano para o portuguez.*

*Tenho, entretanto, procurado todos os meios possíveis para ensinar-lhe a nossa pronuncia, primeiro ponto de vista para obter-se d'elles o desejado desenvolvimento moral. (Ofícios de Professores jul-dez 1896 – 21).*

Essas referências conduziram a outras reflexões sobre o circuito do livro escolar nesta região, em particular sobre o papel que esses livros desempenhavam no processo de transmissão dos conteúdos escolares, uma vez que para muitos alunos falantes da língua nheengatu, a língua veiculada nos livros e falada na escola era completamente diferente. Seria preciso considerar, também, o processo de migração nordestina para a Amazônia, ocorrido com mais intensidade a partir de 1877 que, além de interferir no quadro lingüístico da região, pode ter influenciado na decisão de adotar os livros de leitura do autor pernambucano Landelino Rocha.

Ao longo do trabalho procuramos evidenciar algumas dessas múltiplas articulações que se estabeleceram na própria dinâmica de funcionamento do circuito. No entanto, foram as facetas locais deste circuito que buscamos realçar ao longo dos capítulos, colocando em cena aspectos até então pouco conhecidos. Dentro desta perspectiva foi possível flagrar as condições em torno das quais se realizavam as tentativas de produzir livros escolares no Amazonas; a implementação de dispositivos mais eficientes para selecionar os livros, e também, para regulamentar a sua compra, distribuição e utilização; a força e a debilidade das ações do poder público para prover as escolas primárias dos livros escolares de que necessitavam; as queixas e as ações dos professores em relação à carência de livros...

Certas dimensões do circuito só puderam ser tematizadas em função da localização e da utilização de um conjunto documental pertencente ao acervo de manuscritos do Arquivo Público do Amazonas. São cartas, ofícios, processos, atas, circulares, relatórios, que recobrem diferentes aspectos do processo educativo escolar. Essa documentação permanece praticamente inédita, não obstante sua relevância para a compreensão da história da educação amazonense nos séculos XIX e XX. Através desse material alcançamos as vozes não apenas daqueles que mais diretamente nos falaram através de relatórios (Diretor de Instrução Pública, do Presidente de Província, por exemplo) e leis, mas também dos professores, dos inspetores paroquiais, dos autores de livros escolares (locais, nacionais e estrangeiros), dos pareceristas do Conselho de Instrução, entre outros. Em que pesem as diferenças de autoria e de destinação dessas correspondências, esta é uma modalidade de fonte que nos permitiu uma maior aproximação com a dinâmica de funcionamento do circuito que estudamos e da própria escola primária amazonense.

O trabalho de levantamento de fontes estendeu-se a acervos de Belém, São Paulo, Campinas e Belo Horizonte, com o objetivo de localizar exemplares dos livros escolares adotados no ensino primário do Amazonas. Apesar da localização desse material, optamos por não incorporá-lo de maneira tão intensiva às discussões realizadas neste trabalho. No entanto, a leitura exploratória realizada sobre alguns títulos já evidencia o quanto um estudo mais aprofundado sobre eles pode enriquecer a compreensão do próprio circuito.

A dispersão geográfica e institucional das fontes gera várias limitações para a realização de trabalhos interessados em examinar as diferentes etapas do ciclo de vida do livro escolar. Nessas condições, a implementação de projetos coletivos orientados para o levantamento, localização e catalogação de fontes poderia gerar ferramentas importantes para o desenvolvimento de estudos desta natureza ou voltados para o exame mais focalizado.

À luz dessas considerações, parece inevitável afirmarmos que este trabalho resulta de uma primeira incursão sobre a história dos livros escolares no Amazonas. O circuito aqui retratado pode ser retomado a partir de novos interesses, novas perspectivas e até novos trajetos. Para a história dos livros escolares na região seria relevante, por exemplo, conhecer melhor a produção editorial paraense e o seu comércio livreiro, a fim de melhor dimensionar a sua influência sobre o circuito amazonense; levantar informações biobibliográficas de autores amazonenses e paraenses; realizar uma incursão no circuito a partir de livros escolares, identificando aspectos da sua produção, difusão e circulação, entre outras possibilidades.

Neste momento resta-nos propor um ponto final para o texto, a fim de que através dele possamos partilhar os resultados e as aprendizagens deste empreendimento investigativo. E se “*Toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada*”, como nos ensina Guimarães Rosa, poderíamos dizer que o seu término pode gerar palavras desencadeadoras de novas ações em torno da história do livro escolar e de outras histórias.



## BIBLIOGRAFIA

### 1 Fontes

#### 1.1 Leis

AMAZONAS (Província). Regulamento n° 1 de 08 de março de 1852. Organiza a instrução primária no Amazonas. Manaus, 1852.

AMAZONAS (Província). Lei n° 90 de 26 de outubro de 1858. Reforma a Instrução Publica da Provincia.

AMAZONAS (Província). Lei n° 103 de 09 de julho de 1859. Approva o Regulamento n° 9 de 6 de maio de 1859, para a Instrução Pública da Província. Manaus, 1859

AMAZONAS (Província). Lei n° 103 de 09 de julho de 1859. autoriza a reorganizar o ensino primário e determina a confecção do Regulamento n° 12 que dá regimento interno para as escolas de primeiras letras, publicado em 09 de fevereiro de 1860. Manaus, 1860.

AMAZONAS (Província). Lei n° 123 de 21 de junho de 1862 que autoriza a reorganizar o ensino primário e secundário e que deu origem ao Regulamento n° 13 de 31 agosto 1864.

AMAZONAS (Província). Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário da Província de 31 de dez. de 1869, aprovado e publicado em 10 jan 1870. In: *Jornal Amazonas*. Manáos, 22 jan. 1870.

AMAZONAS (Província). Lei n.º 143 de 4 de agosto de 1865. Approva o Regulamento n.º 16 confeccionado para a instrução publica da província.

AMAZONAS (Província). Lei n° 221 de 22 de maio de 1872. Approva o Regulamento n° 24 de 16 de março de 1872 que reforma a instrução publica da Província do Amazonas. Manaus, 1872.

AMAZONAS (Província). Lei n° 302 de 13 de maio de 1874. Approva o Regulamento n° 28 de 31 de dezembro de 1873 que reforma a instrução publica da Província do Amazonas. Manaus, 1874.

AMAZONAS (Província). Lei n° 506 de 04 nov 1881. Ordena a execução do Regulamento n° 42 de 14 de dezembro de 1881 que reforma a instrução da Província do Amazonas. Manaus, 1881.

AMAZONAS (Província). Lei n° 579 de 24 de maio 1882. Approva Regulamento n° 47 de 28 de março de 1883 que reforma o ensino público da Província do Amazonas. Manaus, 1883.

AMAZONAS (Província). Lei n° 720 de 08 de maio de 1886. Approva o Regulamento n° 56 de 17 de março de 1886.

AMAZONAS (Estado). Decreto n° 10 de 19 de nov. de 1892. Promulga o Regulamento Geral da Instrução Publica do Estado. Manaus, 1892.

AMAZONAS (Estado). Decreto n° 13, de 31 de dezembro de 1892. Dá Regimento interno para as escolas do interior do Estado. Manaus, 1892.

AMAZONAS (Estado). Lei n° 109 de 20 de out de 1894. Autoriza o Governo do Estado a mandar imprimir a segunda edição da obra *Mentor da Infancia*. In: *Coleção de leis do Estado do Amazonas*. Manaus, 1894

AMAZONAS (Estado). Decreto n° 134 de 07 de out de 1895 Manda conceder a Goetz de Carvalho o auxilio de 6:000\$000, para a impressão da “Geographia do Amazonas”. In: *Coleção de leis do Estado do Amazonas*. Manaus, 1895.

AMAZONAS (Estado). Decreto n° 217, de 08 de janeiro de 1898. Estabelece o Regimento interno para os grupos escolares, escolas primárias e auxiliares do Estado e dá o respectivo regimento. Manaus, 1898.

AMAZONAS (Estado). Regimento interno das escolas públicas primárias 1901. (cópia sem indicação sobre a edição e o local de publicação).

AMAZONAS (Estado). Lei n° 366 de 02 de out. de 1901. Autoriza o Governador do Estado a conceder um auxílio de 3:000\$000, ao prof. Antonio Monteiro de Souza para impressão da obra “Arithmetica dos principiantes”. In: *Coleção de leis do Estado do Amazonas*. Manaus, 1901.

AMAZONAS (Estado). Decreto n° 691, de 22 de dezembro de 1904. Dá Regulamento Geral da Instrução Pública e das escolas primárias do Estado. Manaus, 1904.

AMAZONAS (Estado). Lei n° 520 de 18 de outubro de 1906 Autoriza o Governador do Estado a conceder um auxílio de 3:000\$000, ao prof. Salvador Carlos de Oliveira para a impressão de sua obra “Elementos de Desenho” para as escolas primárias”. In: *Coleção de leis do Estado do Amazonas*.

AMAZONAS (Estado). Decreto n° 892 de 19 de janeiro de 1909. Dá nova organização à Instrução Pública do Estado e baixa o Regulamento Geral da Instrução Pública. Manaus: Imprensa Official, 1909.

## **1.2 Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios do executivo amazonense**

AMAZONAS (Província). Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1.o de outubro de 1853, em que se abriu a sua 2.a sessão ordinaria, pelo presidente da provincia, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Amazonas, Typ. de M.S. Ramos, 1853.

AMAZONAS (Província). Relatorio com que o Exm.o Sr. Presidente da Provincia do Amazonas, tenente coronel João Wilkens de Mattos, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de abril de 1869. Manáos, Typ. do Amazonas do Antonio Cunha Mendes, 1869.

AMAZONAS (Província). Relatorio apresentado ao Exm.o Sr. Dr. Agesiláo Pereira da Silva, presidente da provincia do Amazonas pelo Dr. Domingos Jacy Monteiro, depois de ter entregue a admimistração [sic] da provincia em 26 de maio de 1877. Manáos, Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1878.

AMAZONAS (Província). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manáos, Typ. do Amazonas, 1883.

AMAZONAS (Província). Exposição com que o Ex-Presidentes Exmo. Sr. Dr. José Jansen Ferreira Junior passou a administração da Província ao 1º Vice-Presidente Exmo. Sr. Tenente-Coronel Clementino José Pereira Guimarães em 21 de setembro de 1885. Manáos, Typ. do Amazonas, 1886.

AMAZONAS (Estado). Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes em 1º de Março de 1896 pelo Exmo. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado. Manáos: Imprensa Official, 1896.

### **1.3 Relatórios da Instrução Pública e da Contadoria do Tesouro**

AMAZONAS (Província). Relatório do estado da Instrução Publica da Província do Amazonas, apresentado ao Exmo. Snr. Vice-Presidente da mesma, o Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, pelo Director Interino, o Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo. 30 04 1855.

AMAZONAS (Província). Relatório que o diretor de Instrução Publica, Cônego Joaquim Gonçalves d'Ázevedo, apresentou ao Presidente da Província Exmo. Snr Agnelo Thomaz do Amaral no dia 19 de setembro de 1857.

AMAZONAS (Província). Relatório do Director Interino da Instrução Publica, Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, apresentado ao Presidente da Província, Dr. Francisco José Furtado, no dia 16 de agosto de 1858.

AMAZONAS (Província). Relatório da Directoria da Instrução Publica 15 de setembro de 1860 (Diretor da Instrução Publica – Cônego Joaquim Gonçalves d'Ázevedo) apresentado ao 1º Vice-Presidente em exercício Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda.

AMAZONAS (Província). Relatório da Contadoria do Tesouro Provincial anexado á Exposição com que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconellos Chaves passou a administração da da Província do Amazonas ao Exm. Sr Tenente-Coronel Clementino José Pereira Guimarães, 1º vice-Presidente da mesma em 10 de janeiro de 1887. Manáos: Typ do Jornal do Amazonas, 1887.

AMAZONAS (Província). Relatório do Diretor da Instrução Pública, Snr. Orlando de Araújo Costa, apresentado no dia 31 de janeiro de 1866, ao Exm. Snr Dr Antonio Epaminondas de Mello, Presidente da Província. In: *Relatórios da presidência da província: 1863-1870*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1907.

AMAZONAS (Estado). Relatório da Directoria da Instrução Publica apresentado ao Exmo Sr Major Pedro, Séc. dos Negócios do Interior por Fco. Antonio Monteiro, Director da Instrução Publica em 30 de maio de 1899. Manáos, [s.n], [1899].

AMAZONAS (Estado). Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Torquato Ribeiro, apresentado em 20 de junho de 1901, anexado à Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes na abertura da 1ª ordinária da 4ª legislatura em 10 de julho de 1901 pelo Governador do Estado Silvério José Nery . Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigue & C., 1902.

AMAZONAS (Estado). Relatório sobre a Instrução Pública no Amazonas em 1905, organizado pelo Director Interino Antonio Monteiro de Souza, lente de matemática elementar do Gymnasio Amazonense e

apresentado em 31 de maio de 1905 ao Exm. Sr. Dr. Silvério José Nery, Governador do Estado. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. a vapor do Amazonas, 1905.

GONÇALVES DIAS, Antonio. Relatório do estado das escolas da região do Rio Solimões. In: AMAZONAS (Província). Relatório da Instrução Pública 17 de janeiro de 1861, Director Conego Joaquim Gonçalves de Azevedo, apresentado ao Exm.o Senr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha.

#### 1.4 Conferências e discursos

COSTA, Dom Antonio de Macedo. Discurso proferido pelo excelentíssimo senhor D. Antonio de Macedo Costa Bispo do Pará na solene inauguração da Bibliotheca Publica fundada na mesma província no dia 25 de março de 1871. Belém: Typographia do Diario Gram-Pará, 1871.

VERÍSSIMO, José. Exposição feita ao Conselho Superior de Instrução Pública em 1890. In: ALVES, Francisco Ferreira Vilhena. *Miscellanea Litteraria: collecção de artigos*. Pará: R.L. Bittencourt & Cia, [189-].

#### 1.5 Periódicos

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manáos, p.2, 10 jul. 1874.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n.1265, 29 abr. 1898.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n.1409, 19 out.1898.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n. [?], 14 dez. 1900.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n. [?], 07 dez. 1902.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n. [?], 08 dez. 1903.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n. 3044, 16 jun. 1904.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n. 3045, 17 jun. 1904.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n.3046, 18 jun. 1904.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n. [?], 06 nov. 1904.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n. [?],15 nov. 1905.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, s/n, 12 jan 1906.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n.[ilegível], 29 fev. 1908.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n.[?], 12 jan. 1909.

DIARIO OFFICIAL DO AMAZONAS, Manaus: Imprensa Official, n 6132, de 15 jan. 1915.

DORDAL, Ramon Roca. VIII These. *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, n. 3, ago. 1902

ESTRELA DO AMAZONAS, Manáos, 25 jun. 1856.

ESTRELA DO AMAZONAS, Manáos, p.4, 22 set. 1858.

MARIUAENSE. Barcellos, ano 1, n.16, 27 mai 1897, p.2.

MARIUAENSE. Barcellos, ano 1, n.16, 30 mai 1897, p.4.

MARIUAENSE. Barcellos, ano 1, n.28, 29 jul 1897, p.2.

UM BOM LIVRO. *Revista de Ensino da Associação Beneficente do professorado publico de São Paulo*. São Paulo. n. 1, 1902.

## 1.6 Almanques , anuários e álbuns

ÁLBUM do Amazonas- 1901-1902. (Governo de Silvério Nery) Ed. F. A. Fidanza. 1902.

ALMANACH para 1905: brinde da livraria Palais Royal. Manaus: Lino Aguiar & C<sup>a</sup>, 1905.

ALMANACH brinde da livraria Palais Royal para 1906. Manaus: Lino Aguiar & C<sup>a</sup>, 1906.

ALMANACK Administrativo da Província do Amazonas para o anno de 1874. Manáos: Typ. do Commercio do Amazonas, 1873.

ANNUARIO de Manáos (1913-1914). Lisboa, Tip. A Editora Limitada, 1913.

INDICADOR ilustrado do Estado do Amazonas. Courier & Billiter editores, 1910.

## 1.7 Catálogos

AMAZONAS (Estado). Comissão nomeada pelo Governo do Estado. *Catalogo do Estado do Amazonas na Exposição Nacional de 1908*. Manáos: [s.n], 1908.

LIVRARIA FRANCISCO ALVES. *Relação completa das obras publicadas pela Livraria Francisco Alves: 1854-1954*. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 1954.

## 1.8 Correspondências e Ofícios

\*Para facilitar a localização dos documentos manuscritos, decidimos ordená-los a partir do critério cronológico.

Correspondências da Instrução Pública jan dez 1868-05

Correspondências da Instrução Pública jan 1868 / dez 1869 - 03

Correspondências do Tesouro Provincial fev jun 1869 – 10

Correspondências da Instrução Pública 1870-03

Correspondências Instrução Pública 1872- 09

Termo de Contrato 1873 / 1879 - 01

Correspondências da Instrução Pública 1874-17

Ofícios da Presidência ago 1874 a dez 1883 – sn

Correspondências da Instrução Pública do Amazonas jan.-dez 1875 - 01

Correspondências da Instrução Pública jan-jun 1875 – 09

Correspondências da Presidência da Província fev-dez 1875 -15

Correspondências da Instrução Pública 1876- 03

Correspondências da Instrução Pública 1876- 04

Correspondências da Instrução Pública jan jun 1878 – 11

Correspondências da Presidência da Província mar 1880 – 06

Correspondências da Instrução Pública jul. 1880 – 09

Correspondências da Instrução Pública jun. 1880 – 12

Correspondências da Instrução Pública jan. 1882 – 01

Correspondências da Instrução Pública jan-dez.1882 – 09

Correspondências da Instrução Pública jan-dez.1882 – 15

Correspondências da Instrução Pública jan dez 1883 – 06

Correspondências da Instrução Pública jan-out 1883 – 10

Correspondências da Instrução Pública jan-dez 1883 – 17

Livro de Matrícula Escola Primária de Moura 1883 – 21

Ofícios do Tesouro Provincial à Secretaria do Governo 1884 - sn

Correspondência do Tesouro Provincial à Secretaria do Governo jan-jul. 1884- sn

Correspondências da Secretaria da Presidência da Província mai 1884-12  
 Ofícios da Presidência expedido ao Tesouro Provincial jul-dez 1884 – 21  
 Correspondências da Instrução Pública jun dez 1885 – sn  
 Correspondências da Instrução Pública jun-dez 1886 – 09  
 Correspondências da Presidência da Província mai. 1886 – 16  
 Correspondências da Presidência da Província jun. 1886 – 18  
 Ofícios do Governo jul dez 1887 – sn  
 Ofícios da Instrução Pública jun dez 1887 – 30  
 Correspondência da Instrução Pública jan dez 1888 – 09  
 Ofícios Diversos da Instrução Pública jan dez 1888 – 11  
 Ofícios da Instrução Pública jul dez 1888 – 20  
 Correspondências da Instrução Pública jul. dez 1889 – 16  
 Ofícios do Governo 1894 – sn  
 Ofícios de Professores jan-dez 1896 – 09  
 Ofícios de Professores jul.-dez. 1896 – 21  
 Ofícios de Professores jan-jun 1897-11  
 Ofícios de Professores jul-dez 1897 – 32  
 Ofícios de Professores jan-jun 1898 – 08  
 Ofícios de Professores jan-abr 1900-04  
 Correspondência que Paulino Brito encaminhou a um amigo amazonense. Pará, 2-abr.1909.

### **1.9 Livros escolares**

ANDRADE, Thales de. *Espelho: primeiro livro de leitura*. São Paulo: Cia Editora Nacional, s.d. (Série Thales de Andrade).

BARRETO, Fausto, LAET, Carlos. *Anthologia nacional ou collecção de excerptos dos principaes escriptores da língua portugueza do 20º ao 16º século*. 8.ed.Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1918.

BARRETO, Arnaldo de Oliveira; PUIGGARI, R. *Primeiro livro de leitura*. 37. ed (rev.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Livro de Composição para o Curso Complementar das Escolas Primarias*. 10 ed. ver e augm. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1937.

BILAC, Olavo. *Poesias infantis*. Nova edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

BORGES, Abílio César. *Primeiro livro de leitura para uso da infância brasileira*. Paris: Livraria Aillaud, Guillard e Cia. 1867a.

\_\_\_\_\_. *Segundo Livro de leitura para uso da infancia brasilera*. Paris: Vva J.-P. Aillaud, Guillard e Ca, 1867b.

\_\_\_\_\_. *Segundo Livro de leitura para uso da infancia brasilera*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s.d [191?].

CARVALHO, Felisberto de. *Tratado de methodologia*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.

\_\_\_\_\_. *Primeiro livro de leitura*. 119. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1934a.

\_\_\_\_\_. *Primeiro livro de leitura*. 130. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946.

\_\_\_\_\_. *Segundo livro de leitura*. 90. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1934b.

\_\_\_\_\_. *Quinto livro de leitura*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1897.

\_\_\_\_\_. *Quinto livro de leitura*. 22. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

CARVALHO, Goetz de. *Os tres Reinos - Catálogo Resumido da pequena collecção escolar para uso de Lições de Cousas do Museu Saffray*. Maranhão: Typographia Perseverança, 1896.

COSTA, Antonio de Macedo. *Catecismo do Pará*. 10 ed. Braine-le-comte, Bélgica: Tipographia Zech & Fils, 1911.

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses illustres*. 2. ed. mais correcta e augmentada. Belém: J.B. dos Santos e C<sup>a</sup>, 1900.

FREITAS, Joaquim Pedro Corrêa de. *Paleógrafo, ou Arte de Aprender a Ler a Letra manuscripta, para uso das Escolas da Amazonia*. Paris: P. & A. Davy. 18-?

\_\_\_\_\_. *Ensaio de leitura: terceiro livro para uso das escolas da Amazonia*. 44. ed. Paris: Jablonski, 1910.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de leitura: terceiro livro para uso das escolas da Amazonia*. 46. ed. Paris: Jablonski, 1916.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. *Methodo facillimo para aprender a ker tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curto espaço de tempopossivel*. 7.ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

\_\_\_\_\_. *Manual encyclopedico*. 8. ed. rev. e aum. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

NOVAES, Carlos. *Geographia especial ou Chorographia do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.

GUIMARÃES, João da Costa. *Novos elementos de leitura ou a Esperança da juventude*. (versão manuscrita)

JORDÃO, João Rodrigues de Fonseca. *Florilégio brasileiro da infância*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1874.

RIBEIRO, João. *Autores contemporâneos: excerptos de escritores brasileiros e portugueses do século XIX*. 9.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

RIBEIRO, Hilário. *Na terra, no mar e no espaço: novo terceiro livro de leitura*. 122. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937.

\_\_\_\_\_. *Scenário infantil: segundo livro de leitura*. [s.ed.]. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

ROCHA, Landelino. *Segundo livro de leitura para uso da infancia brasileira*. 5 ed. Recife: João Walfredo de Medeiros, 1883.

## 2 Obras consultadas

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003. (Coleção Histórias de Leitura).

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. Brasília: Inep; São Paulo: Educ, 1989.

ALVES, Francisco Ferreira de Vilhena. *Miscellanea letteraria: collecção de artigos*. Belém: R. L. Bittencourt & C<sup>a</sup>, 1900.

AMÂNCIO, Lazara Nanci. *Ensino da leitura na escola primária no Mato Grosso: contribuições para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XIX*. Marília, 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2005.

ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira – ensaio preliminares para sua historia e suas fontes*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

ARRUDA, Guilhermina Melo. *História e memória da Biblioteca pública do Amazonas (1870-1910)*. (Dissertação de Mestrado). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2000.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Recomendações para uma política de livros didáticos*. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

\_\_\_\_\_. *Paleógrafos ou livros de leitura manuscrita: elementos para o estudo do gênero*. Projeto Memória de Leitura. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Batista/batista.htm>. Acesso em: 20 abril 2004.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana M<sup>a</sup> de Oliveira; KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1856). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPED, n. 20, p. 27-47, maio/jun./jul. ago 2002.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana M<sup>a</sup> de Oliveira. A leitura na escola primária brasileira: alguns elementos históricos. Projeto Memória de Leitura. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/escolaprimaria>. Acesso: 20abr.2004.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia formação social e cultural*. Manaus: Valer; Edua, 1999.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernades. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set/dez. 2004.

BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.

\_\_\_\_\_. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

\_\_\_\_\_. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

\_\_\_\_\_. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

\_\_\_\_\_. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

BRAGA, Genesino. *Chão e graça de Manaus*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1975.

\_\_\_\_\_. *Nascença e vivência da Biblioteca do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1989.

BRAGANÇA, Aníbal. A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/trabalhos>. Acesso em 23 abr.2004.

BOTO, Carlota Josefina M. C. dos Reis. *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, vols. 1 e 2.

CADERNOS CEDES. *Cultura escolar: história, práticas e representações*. Campinas, n.52, nov. 2000.

CARBONE, Graciela M. Diversidad de miradas a los libros escolares. *Libros escolares. Una introducción a su análisis y evaluación*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

CASTRO, Federico Gómez R. de. Lecciones de cosas y centro de interes. In: ESCOLANO BENITO, Agustín. (dir.). *Historia ilustrada del libro escolar en España. Del Antiguo Régimen a la Segunda República*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Anne M.; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura: 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11(5), 1991.

\_\_\_\_\_. Textos, impressões, leituras. In: *A nova história cultural*. São Paulo. M. Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. *A ordem dos livros*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova História Cultural*. São Paulo. Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo. Estação Liberdade, 1996.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.2, p.177-229, 1990.

CHOPPIN Alain. Pasado y presente de los manuales escolares. *Revista educación y pedagogia*, Medellín, Colombia, v. XIII, n. 29-30, set. 2001. p. 207-230.

\_\_\_\_\_. O historiador e o livro escolar. In: *História da Educação*, Pelotas-RS, v.6, n.11, p. 5-24, abril 2002.

\_\_\_\_\_. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set/dez. 2004.

COELHO, Maricilde Oliveira. Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910). São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em História e historiografia da Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de literatura infantil e juvenil: século XIX e XX*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. de Denise Botmann. São Paulo. Companhia da Letras, 1990.

DICIONÁRIO enciclopédico brasileiro ilustrado. 4. ed. Porto Alegre: Livraria Globo, 1954.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Libros para la escuela: la primeira generación de manuales escolares. In: ESCOLANO BENITO, Agustín. (dir.). *Historia ilustrada del libro escolar en España. Del Antiguo Régimen a la Segunda República*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997.

ESTEBAN, Leon. La academización de la escritura: modelos e instrumentos para aprender a escribir em la Espana del siglo XIX y comienzos del XX. In: ESCOLANO BENITO, Augustín. (dir.). *Historia ilustrada del libro escolar en España. Del Antiguo Régimen a la Segunda República*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997.

FARIA E SOUZA, João Baptista; SOUZA, A. Monteiro de; BAHIA, Alcides. *A imprensa no Amazonas, 1851-1908*. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908a.

FARIA E SOUZA, João Baptista. Estado do Amazonas: jornais, revistas e outras publicações periódicas de 1851 a 1908. *Revista do I.H.G.B.* Rio de Janeiro, p.7-89, 1908b.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A tradução como negócio: Rui Barbosa, tradutor do livro “Lições de Coisas”, de N. A. Calkins. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. (Col. Histórias de Leitura). p. 595-610.

\_\_\_\_\_. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UFP, 2000.

\_\_\_\_\_. Ensino da escrita e escolarização dos corpos: uma perspectiva histórica. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes et al. *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia Greive, FONSECA, Thais Nivia de Lima (orgs). *História e historiografia da Educação Brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FARIA FILHO, Luciano et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p.139-159, jan./abr. 2004.

FLECHA, Consuelo. Los libros escolares para ninas. In: ESCOLANO BENITO, Augustín. (dir.). *Historia ilustrada del libro escolar en España. Del Antiguo Régimen a la Segunda República*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997.

FRAGO, Antonio Viñao. Aprender a leer em el Antigo Régimen: cartillas, silabários y catones. In: ESCOLANO BENITO, Augustín. (dir.). *Historia ilustrada del libro escolar en España. Del Antiguo Régimen a la Segunda República*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Da “fala boa” ao português na Amazônia Brasileira. *Amazônia em cadernos*, Manaus, n.6, p.1-66, jan./dez. 2000.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira – Ler/Ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950). Tese de Doutorado, Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2000. Tese presente no *site* do Projeto Memória de Leitura, no endereço: [www.unicamp.br/iel/memoria/Teses/galvao/index.html](http://www.unicamp.br/iel/memoria/Teses/galvao/index.html). Acesso em: 28 abril 2003.

\_\_\_\_\_. A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 28, 2005, Caxambu. *Anais eletrônicos da 28a. Reunião Anual da ANPEd*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2005. p. 1-15.

- GALVÃO, Ana M<sup>a</sup> de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Livros escolares de leitura: o espaço de posições e o espaço de possíveis (1860-1950). In: LOPES, Ana Amélia B. de Magalhães et al. (orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.
- GALVÃO, Ana M<sup>a</sup> de Oliveira et al. Manuais escolares e pesquisa em história. In: VEIGA, Cynthia Greive, FONSECA, Thais Nivia de Lima (orgs.). *História e historiografia da Educação Brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- GALVÃO, Ana Maria et al. *Livros escolares de leitura: caracterização e usos (Pernambuco, século XIX)*. Recife, 2003. Relatório de Pesquisa – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco.
- GONDRA, José; TEIXEIRA, Giselle Baptista. Lições que falavam à alma. In: *Revista nossa história*. Rio de Janeiro; n.8, p.84-86, jun. 2004.
- HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. *Teoria & educação*. Porto Alegre, n.2, p. 65-110, 1990.
- \_\_\_\_\_. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. (Col. Histórias de Leitura).
- HELLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil(sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005.
- HOUAISS, Antônio, KOOGAN, Abraão. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*, Rio de Janeiro: Delta, 1995.
- JACOBINI, Maria Letícia. Metodologia do trabalho científico. 2.ed. Campinas, SP: Alínea, 2004.
- JOBIM, Anísio. *A intelectualidade no Extremo Norte: contribuição para a história da literatura do Amazonas*. Manaus: Livraria Clássica, 1934.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista brasileira de história da educação*. Campinas: Autores Associados, n.1, p.9-13, jan./jun. 2001.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista – SP: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Col. O que você precisa saber sobre).
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira; FRADE, Isabel Cristina A. da Silva. Cartilhas de alfabetização e nacionalismo. In; PERES, Eliana; TAMBARA, Elomar (orgs.). *Livros escolares e ensino da leitura da escrita no Brasil*. Pelotas: Seiva, 2003.
- MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revistas: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp, 2001.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 1998.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias* (vol. I). São Paulo: Nacional, 1939a.

\_\_\_\_\_. *A instrução e as províncias*(vol. II). São Paulo: Nacional, 1939b.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Notas sobre a Imprensa Oficial do Estado do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1986.

MOREIRA, Eidorfe. *Obras reunidas*. Belém: Cejup, 1989 v.6.

MORTATTI, Maria do Rosário L. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo /1874-1994*. São Paulo: UNESP:COMPED, 2000.

NUNES, Clarice. I Congresso Luso-Brasileiro de história da educação: leitura e escrita em Portugal e no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes et al. *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

OLIVEIRA, Cátia Regina G. Alves de; SOUZA, Rosa Maria. As faces do livro de leitura. *Caderno Cedes-Cultura escolar: história, práticas e representações*. Campinas, n.52, nov. 2000.

PFROMM NETTO, Samuel; ROSAMILHA, Nelson; DIB, Cláudio Zaki. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/INL/MEC, 1974. (ed. Ilustrada).

PINHEIRO, M<sup>a</sup> Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

POMPÉIA, Raul. O Ateneu. In: *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. v.2.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. *O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)*. Campinas, SP, 2000. Tese (Doutorado em Teoria Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. *Leitura escolar em exposição*. In: *Espaços e tempos de educação: ensaios*. Rio de Janeiro: C.L. Edições, 2004.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980. v.3.

ROSA, João Guimarães: *Grande sertão: veredas*. 20 ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SANTOS, Francisco J. et al.(orgs.). *Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950)*. 2.ed. Manaus: Humberto Calderaro, 1990.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez : estudos de Innocencio F da Silva, applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1858. 22v.

\_\_\_\_\_. *Dicionário Bibliográfico Português*. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1914. 23v. CD-ROM, Lisboa, n.9, Comissão Nacional

para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. Col Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

TAMBARA, Elomar. Trajetória e natureza do livro nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. In: *História da educação*. Pelotas, v.6, n.1, p. 25-52, abril, 2002.

\_\_\_\_\_. Textos de leitura nas escolas de ensino elementar no século XIX no Brasil. In: PERES, Eliana; TAMBARA, Elomar (orgs.). *Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX)*. Pelotas: Seiva, 2003.

UCHÔA, Júlio Benevides. *Flagrantes educacionais do Amazonas de ontem*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Que sabemos sobre livro didático: catálogo analítico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1908.

VIDAL, Diana Gonçalves; GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880-1940. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 8, p. 13-30, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves; ESTEVES, Isabel de Lourdes. Modelos caligráficos concorrentes: as prescrições para a escrita na escola primária paulista (1910-1940). In: PERES, Eliana; TAMBARA, Elomar (orgs.). *Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX)*. Pelotas: Seiva, 2003.

### 3 Sítios Consultados

Biblioteca Nacional de Portugal - <http://www.bn.pt>

Biblioteca Virtual do Amazonas - [http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/bibliotecas/publica\\_amazonas](http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/bibliotecas/publica_amazonas)

Bibliothèque nationale de France / catálogo *BN-OPALE PLUS* - <http://www.bnf.fr>

Centro de Referência em Educação Mário Covas - <http://www.crmariocovas.sp.gov.br>

<http://www.bn.br> Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<http://www.unicamp.br/iel/memoria>. Projeto Memória de Leitura

Universidade de Chicago (Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project) - [www.crl.edu/areastudies/LAMP](http://www.crl.edu/areastudies/LAMP).

## **ANEXOS**



### **Anexo A — Relação das instituições consultadas em diferentes períodos do trabalho de levantamento de fontes**

<b>Período</b>	<b>Instituição</b>	<b>Local</b>
Julho /2002	Museu Amazônico	Manaus - AM
Dezembro /2002 a Fevereiro /2003	Arquivo Público do Amazonas	Manaus - AM
	Biblioteca Pública do Estado do Amazonas	Manaus - AM
Julho a Outubro /2003	Arquivo Público do Amazonas	Manaus - AM
	Biblioteca Pública do Estado do Amazonas	Manaus - AM
	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas	Manaus - AM
Abril a Maio /2004	Museu Amazônico	Manaus - AM
	Arquivo Público do Amazonas	Manaus - AM
	Biblioteca Pública do Estado do Amazonas	Manaus - AM
	Biblioteca Arthur Reis	Manaus - AM
Janeiro a Março /2005	Museu Amazônico	Manaus - AM
	Arquivo Público do Amazonas	Manaus - AM
	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas	Manaus - AM
Abril /2005	Biblioteca da Faculdade de Educação da USP – Acervo de Livros Didáticos	São Paulo - SP
Junho /2005	Arquivo Público do Pará	Belém - PA
	Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna	Belém - PA
	Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém	Belém - PA
Julho /2005	Núcleo de Documentação do Centro de Referência em Educação Mário Covas - Acervo bibliográfico da Escola Estadual Caetano de Campos	São Paulo - SP
Setembro /2005	Núcleo de Documentação do Centro de Referência em Educação Mário Covas - Acervo bibliográfico da Escola Estadual Caetano de Campos	São Paulo - SP
Setembro /2005	Biblioteca da Faculdade de Educação da USP – Acervo de Livros Didáticos	São Paulo - SP
Setembro /2005	Arquivo Edgard Leuenroth	Campinas - SP
Outubro /2005	Centro de Documentação do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita - Ceale (FaE/UFMG)	Belo Horizonte - MG
Novembro /2005	Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulalio” – IEL – Unicamp	Campinas – SP
Janeiro a Abril /2006	Biblioteca do Instituto de Estudos Educacionais "Prof. Sud Mennucci" Centro do Professorado Paulista – CPP	São Paulo - SP
Fevereiro /2006	Biblioteca da Faculdade de Educação da USP – Acervo	São Paulo - SP

	de Livros Didáticos	
--	---------------------	--

## Anexo B — Repertório das fontes legais que tratam do livro escolar

<p><b>Regulamento n.º 1 mar de 1852 Organiza a instrução primária no Amazonas</b></p> <p>Não foi legalmente adotada</p>	<p><b>Lei n.º 90 de 26 de out 1858 Reforma a Instrução Pública da Província</b></p>	<p><b>Regulamento n.º 9 de 6 de Maio de 1859, para a Instrução Pública da Província aprovado pela Lei n.º 103 de 09 jul. 1859</b></p>	<p><b>Regulamento Interno para as escolas de Primeiras Letras n.º 12 publicado em 09 fev 1860 (Lei n.º Lei n.º 103 de 09 de julho de 1859)</b></p>
<p><b>Como devem ser usados</b> Tabela B – Dos castigos e recompensas das escolas de instrução primária na província do Amazonas</p> <p>Defeitos, Faltas e excessos: Falta de aceio em si, ou nos seus livros e papeis</p> <p>No gráo mínimo – advertência</p> <p>No gráo médio – Repreehensão</p> <p>No gráo Maximo – 2 á 6 palmatoadas</p>	<p><b>Quem escolhe</b> Art. 3.º Fica o governo da província autorizado : § 7.º Á approvar compêndios e modelos para uso dos allumnos de qualquer dos grãos da Instrucção primaria ou secundaria.</p> <p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Art. 23 Os traslados, compêndios, papel e tinta para os alumnos e alumnas pobres serão fornecidos pelos cofres provinciaes, mediante as formalidades que o governo marcar em seu regulamento.</p> <p>Também serão fornecidos, pelo mesmo modo, á cada escola os bancos e escrivaninhas ou mezas correspondentes ao numero de alumnos que tiver. Os professores são responsáveis pela conservação de taes objectos pelo prazo de dez annos.</p>	<p><b>Quem escolhe</b> Art. 3.º Incumbe ao Director: § Rever os compêndios adoptados nas escolas e propor a substituição d'elles quando julgar necessário</p> <p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Art. 45 Os traslados, compêndios, papel e tinta para os alumnos e alumnas pobres serão fornecidos pelos cofres provinciaes.</p> <p>Art. 46 Também serão fornecidos pelos mesmos cofres á cada escola, os bancos, mezas, tinteiros, regoas, canivetes, lápis, e outros utensílios indispensáveis.</p> <p>§ 4.º do art. 47 Os professores deverão “ Requisitar nos mezes de Junho e Dezembro os objectos necessários para uso dos meninos pobres, durante seis mezes</p>	<p><b>Quem escolhe</b> Cap II Das matérias do ensino de 1.º grau Art. 4.º Os compêndios serão adoptados pelo Director da Instrucção Publica</p> <p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Art. 29 Os Professores das escolas de 1.º e 2.º gráo requisitarão a Directoria da Instrucção Publica papel, penna, tinta, pautas, lápis, compêndios e canivetes necessários em seis mezes para os meninos pobres, declarando no pedido o numero destes; e mezas, bancos, cadeiras, tinteiros e réguas para dez annos</p> <p><b>Como devem ser usados</b> Art. 30 Os Professores são responsáveis pelos objectos, de que trata o artigo antecedente.</p> <p>Art. 32 Não permitirão que os alumnos usem fora da escola dos objectos, que lhes forem fornecidos.</p>

<p>Confeccionado com base na Lei nº 123 de 21 de junho de 1862 que autoriza a reorganizar o ensino primário e secundário e que deu origem ao Regulamento nº 13 de 31 agosto 1864. (Existem dúvidas se realmente entrou em vigor)</p>	<p><b>1865 Aprova o Regulamento n.º 16 confeccionado para a instrução publica da província</b></p>	<p><b>de março de 1869 baseado no parágrafo §4º do artigo 6º da lei nº 176 de 1º de julho</b> Exemplar localizado muito deteriorado, possibilitando apenas consulta parcial</p>
<p><b>Quem escolhe</b> Art. 3º Ao Diretor Geral incumbe: § 4º Rever os compêndios adoptados nas aulas publicas, corrigil-os ou fazel-os corrigir e substituir quando necessário. No art. 4º observa que essa incumbência, entre outras, do Diretor Geral necessita do exame pelo Conselho Diretor e aprovação da presidência da província. Art. 11 O conselho director tomará parte em todos os negócios que a sua intervenção for determinada por este regulamento. Terá especialmente a seu cuidado: 2º A designação e revisão dos compêndios na forma do art. 4º. Art. 61 [...] A adopção de livros e compêndios que contenham matérias de ensino religioso, será sempre precedida da aprovação do prelado diocesano</p> <p><b>Quanto a conservação</b> Art. 7º Os inspectores de districtos litterarios teem a seu cargo: 5º Fazer inventariar os utensílios das escolas publicas de ensino primario (...) mandando extrahir duas copias do inventario para ser transmittida uma ao director geral e ficar outra em seu poder, sendo ambas assignadas pelo respectivo professor, que será responsável pela conservação dos referidos utensílios dentro do prazo que for marcado em uma tabella especial. 8º Vigiar e informar se os objectos da escola são bem zelados e guardados.</p> <p><b>O que deve circular nas escolas públicas</b> Art. 61 Nas escolas publicas só poderão ser admittidos os livros competentemente autorizados [...].</p> <p><b>Quanto ao financiamento</b> Art. 62 Todo o expediente dentro das escolas será feito á custa dos cofres provinciaes. Correrão também por conta dos mesmos cofres as despezas de fornecimentos de livros, compêndios e outros objectos necessários ao ensino dos meninos pobres, mediante proposta do respectivo professor, na conformidade do disposto no n. 4 do art. 7 deste regulamento. Estes objectos serão fornecidos aos meninos pobres somente.</p> <p><b>Quanto ao que pode circular nas escolas particulares:</b> Apesar de permitir a abertura de escolas ou outro qualquer estabelecimento de instrução primária e secundária, independentemente de autorização do governo provincial (art. 108), o Art 110 Obriga os directores e professores de estabelecimentos particulares a: 1º A remetter aos respectivos inspectores, relatorios trimestrais de seus trabalhos, declarando o numero de alumnos, a disciplina e os compêndios adoptados... Art. 112 Os professores e directores de estabelecimentos particulares poderão adoptar quaesquer compêndios e methodos que não forem expressamente prohibidos.</p> <p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Art. 145 Aos professores das escolas mais distantes enviara annualmente o director geral da instrucção publica, com a tabella dos respectivos preços, numero sufficiente de exemplares dos livros e compêndios admittidos nas aulas de ensino publico, para d'elles se proverem os alumnos que não forem pobres. Esses professores remetterão semestralmente ao director geral a relação dos livros e compêndios que houverem sido comprados e a respectiva importância, que será recolhida aos cofres provinciaes.</p>	<p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Art.16 competência do amanuense. § 6 Receber os livros, compêndios e mais objectos de uso das escolas, para distribuir conforme lhe autorisar o director geral. Art. 47 Aos meninos pobres se dará papel, pennas, tinta e compêndios necessários. Os professores não só participarão annualmente aos Paes de seus alumnos as faltas que derem, quando dos mesmos não tenham recebido comunicação, como farão saber os objectos de que os mesmos precisão para os exercicios escolares. Art. 46 Os moveis e utensis das escolas serão fornecidos pelos cofres do thesouro provincial; serão entregues aos professores com o respectivo inventario, que assignarão, e que se archivará na repartição da instrucção publica.</p> <p><b>Quanto ao que deve circular nas escolas públicas</b> Art 45 Somente se admittirão nas escolas publicas os livros e compêndios autorisados pelo director geral.</p> <p><b>Quanto ao que pode circular nas escolas particulares:</b> Livros para as escolas particulares - Art 66 Os professores particulares poderão adoptar qualqier compendio, uma vez que não se achem expressamente prohibidos pelo director geral</p>	<p><b>Quem escolhe</b> Cap II Art. 7 Incumbências do Diretor da Instrução Pública: § Rever os compêndios adoptados nas escolas e aulas publicas, e corrigil-os, quando for necessário;</p> <p><b>Quanto ao que pode circular nas escolas particulares:</b> Cap. VII Do Ensino particular Art. 44 Os directores e professores do ensino particular primário ou secundário, são obrigados: § 1º A apresentar aos inspectores de districtos, até o dia 15 dos mezes de janeiro e julho de cada anno, um relatório dos seus trabalhos, mappa nominal dos alumnos com as mesmas especificações dos das escolas publicas, e declaração dos compêndios que tiverem adoptado, tudo em relação ao semestre anterior.</p>
<p><b>Regimento Interno das Escolas</b></p>	<p><b>Regulamento nº 24 que entrou em vigor no dia 16 de março de 1872</b></p>	

<p><b>Públicas do Ensino Primário da Província 31 de dez. de 1869 aprovado e publicado em 10 jan 1870</b></p>	
<p><b>Quanto ao uso</b> Art. 14 É proibido aos alumnos fazer entre si, troca ou venda dos objectos que receberem nas escolas.</p> <p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Art. 15 Serão distribuídos gratuitamente pelos alumnos, compêndios, papel, pennas, tinta e mais utensílios necessários</p> <p>Não explicita se a distribuição do material escolar será feita apenas para as crianças pobres</p>	<p><b>Quanto ao que deve circular nas escolas públicas</b> Art. 1º Define o Plano das matérias que constituem a instrução primária e secundária e suas distribuições pelos anos Nele podemos identificar que algumas matérias apresentam uma identificação imediata com autores/livros. No caso do ensino da leitura no 1º e 2º anos da instrução elementar, existe uma clara determinação que o livro do Dr. Abilio seja o material a partir do qual o professor desenvolva os ensinamentos da leitura. Em relação ao 3º ano, a leitura deve ser ensinada a partir do 3º livro do Dr. Abílio ou outro análogo e por bons exemplares de manuscritos. (p.5). Neste mesmo Plano de matérias, existem referências a outros autores e livros para orientarem o ensino de outras matérias, tais como:</p> <p>Íris Clássico ou outro análogo (Leitura); Dr. E. A. Sheldon (Lições sobre cousas); Dr. E.A. Tarnier (Arithmetica); História Sagrada e Novo testamento (Educ. Religiosa); Traslado de W. Scully (para o ensino da Calligraphia) ; Smith Geometria e Geographia Prevê ainda a leitura de fábulas, apologos e narrações adequadas no ensino da Educação civil.</p> <p><b>Quem escolhe</b> Art 6 Compete ao Diretor Geral § 19 Propor ao presidente da província os livros e compêndios que houverem de ser adoptados no ensino primário e secundário.</p> <p><b>Quanto ao Fornecimento</b> Art. 10 As contas de objetos fornecidos para a instrução publica deverão ser acompanhadas do pedido original despachado pelo Diretor e contendo o recibo do empregado à quem tiver sido feita a entrega d'esses objetos § I Estas contas serão conferidas pelo secretario que as apresentara ao diretor para que elle, depois de por-lhe o visto, requisite da thezouraria provincial o seu pagamento. § II Os pedidos, despachos, recibos e conferencias serão feitas de conformidade aos modelos annexos ao regimento interno do Lyceu.</p> <p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Art 11 As escolas do ensino primário serão fornecidos pelo Secretario á vista de pedidos feitos e assignados pelos professores e despachados pelo Director: § I O pedido de material para o ensino será feito em separado do pedido de utensílios que constituem propriamente a mobília da escola. §II Os pedidos deverão ser remetidos pelos professores à directoria, annualmente, até o fim de Fevereiro. § III Quando o director entender que o pedido não está em termos de ser fornecido mandará ao professor que o reforme, indicando-lhe o sentido em que deve ser modificado. § se a escola pertencer à capital, depois do despacho do director, o Secretario mandará entregar os objectos fornecidos pelo porteiro ao professor que em seguida passará o recibo d'elles no mesmo pedido. § se a escola pertencer ao interior, depois do despacho do director, o Secretario fará arranjar os objectos de modo conveniente para serem remetidos juntamente com o pedido ao Inspector da Thezouraria provincial, a quem o director requisitará que os faça entregar pelo colleto ou agente fiscal mais próximo a sede da escola ao respectivo professor e devolver o pedido com o competente recibo. §VI O Director também poderá requisitar ao inspector da thezouraria provincial, que elle mande fornecer pelo colleto ou agente fiscal mais próximo a sede da escola, os objectos difficeis de transportar, como mesas, bancos, cadeiras e devolver o pedido com o recibo do professor. §VII Os pedidos, despachos, recibos de que trata este artigo, serão feitas de conformidade aos modelos annexos ao regimento interno das escolas publicas do ensino primário. Art. 19 O material para o ensino será fornecido gratuitamente à expensas da província, devendo ser uniforme para todas as escolas da mesma classe.</p> <p>Fornecimento de livros para estudantes do lyceu – Art. 61 § 7º Os livros e compêndios, adoptados para o estudo das matérias ensinadas nas aulas, serão fornecidos pela directoria da instrução publica aos estudantes e professores, á vista de um talão da thezouraria provincial, que mostre ter sido a fazenda indenizada do respectivo valor.</p>

<p><b>Regulamento n° 28 de 31 de dezembro de 1873</b> <b>Aprovado pelo art. 16 da Lei n° 302 de 13 de maio de 1874</b> Manuscrito</p>	<p><b>Regulamento n° 42 autorizado pela lei n° 506 de 04 nov 1880</b> e promulgado em 14 de dez. de 1881</p>	<p><b>Lei n° 579 de 24 mai 1882</b> <b>reforma o ensino público</b> Não localizada</p>	<p><b>Regulamento n° 47</b> (publicado no dia 28 de março de 1883 – tendo em vista a <b>Lei n° 579 de 24 mai 1882</b> <b>Localizado mas sem condições de ser consultado integralmente</b></p>
---	--	--	---

<p><b>Quem escolhe</b> Art. 8º § Compete à Congregação: § 2º A revisão e aprovação dos compêndios e livros para o ensino primário e secundário</p> <p><b>Como deve ocorrer a aquisição/compra</b> Art 28 Os utensílios, livros e objectos não compreendidos no art. 27 serão fornecidos mediante arrematação no thesouro provincial § Único Quando haja conveniência de prescindir-se da hasta publica, poderão as compras ser feitas pela directoria, precedendo autorização do governo Art. 31 Nas escolas para onde seja difícil remetter os objectos pedidos, pode-se facultar que a compra delles seja feita por qualquer agente fiscal da fazenda ou mesmo pelo professor mediante autorização do governo e pagando-se o maximo da despeza</p> <p>Como deve ocorrer a distribuição Art. 30 O fornecimento de objectos para a directoria, lyceu e bibliotheca será feito mediante pedido assignado pelo secretario; o das escolas à vista de pedidos assignados pelos professores; em ambos é essencial a autorização do director. Art. 32 O secretario providenciará por meio do porteiro a entrega dos objectos pedidos para as escolas da Capital, e no arranjo de transporte dos que se destinarem as do interior Art. 40 O cofre provincial fornecerá gratuitamente papel, penna e tinta para todos os alunos; e aos pobre também os livros precisos para a primeira parte do ensino primário.</p>	<p><b>Quem escolhe</b> Cap. II Do Conselho de Instrucção Art. 8º É obrigatória a audiência do Conselho de instrucção sobre as seguintes matérias: I. Adopção, substituição ou revisão do methodo do ensino, e dos compêndios, livros e instrumentos de estudo usados na instrucção. Art. 9º Na adopção, revisão ou substituição de methodos de ensino, e dos compêndios e livros, velará o Conselho, para que haja unidade no ensino em todas as escolas e estabelecimentos públicos, e para que não sejam adoptados livros, que preguem idéas subversivas das leis do paiz, da moral e da Religião do Estado.</p> <p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Cap. XI Dos deveres dos professores Art. 86 Incumbe ao professor, além de outras obrigações declaradas neste Regulamento: § 8º Requisitar os livros e demais objectos necessarios á instrucção dos meninos pobres. Art. 176 Pelos cofres provinciais serão fornecidos aos meninos pobres vestuário decente, livros, papel, tinta, traslado, lousa, lápis e pennas, para uso escolar.</p> <p><b>Quanto ao que deve circular nas escolas públicas</b> Art. 87 è prohibido ao professor: § 3º Usar de livros não autorizados</p>		<p><b>Quem escolhe</b> Art. 22 – Nas escolas públicas e particulares subvencionadas se adotarão unicamente compendios e livros autorizados pelo Presidente da Província, ouvido o Conselho Fiscal da Instrucção, e bem assim o Bispo diocesano a respeito das obras que versarem sobre o ensino religioso. Titulo IX – Da direcção e Inspeccção do ensino Cap I – Dos funcionários a quem incumbe a inspeccção do ensino.</p> <p>Secção I – Do Director Geral Art. 203 Compete-lhe § 9º Adoptar, rever e substituir os compêndios e livros para o ensino nas escolas publicas, ouvindo o Conselho Fiscal. §10 Fazer organizar e remetter aos professores públicos, no principio de cada anno, uma relação dos livros e compêndios adoptados.</p> <p><b>Estímulo à produção</b> Cap. VII Dos vencimentos e mais vantagens dos professores públicos. Art. 115 – Concederá a gratificação de mérito aos professores públicos que, tendo mais de 15 annos de magistério, se houverem nele distinguido. Art. 116 – Em que consiste essa distincção? Assiduidade, moralidade, confiança publica de sua aula....; consiste tambem na adoção de methodo de ensino....; na composição de obras úteis sobre as matérias de ensino das aulas primarias.(p.27) Art. 112 – São garantidos prêmios pecuniários aos professores que compuzerem ou traduzirem compêndios ou quaesquer obras concernentes á instrucção publica. Por instrucção especiais se regulará o procedimento que deve observar-se para o exame das obras e estabelecer o justo preço com que devem ser premiadas. (p.28)</p> <p><b>Quanto ao que deve circular nas escolas públicas</b> Cap. XI Dos deveres dos professores públicos Art. 160 – Ao professor do ensino primário incumbe: § 3º Leccionar pelos compêndios e livros competentemente approvados, podendo propor ao director geral a adopção dos que lhe parecerem convenientes.</p> <p><b>Quanto ao uso</b> Cap. XI Dos deveres dos professores públicos Art. 160 – Ao professor do ensino primário incumbe: § 11 – Cuidar dos objectos</p>
<p><b>Regulamento n° 54</b> de 01 jul 1884 em execução à <b>Lei n° 651 de 11 de junho de 1884</b> que autorizava a dar nova organização aos estabelecimentos de ensino público.</p>	<p>Regulamento n° 56 de 17 de março de 1886 que reforma o <b>Regulamento n° 47 de 28 mar 1883</b></p>	<p><b>Regulamento n° 62 de 09 de julho de 1888</b> <b>O 3º Vice-presidente que governou apenas 10 dias fez a revisão do Regulamento n° 56.</b> Não localizada</p>	

Não localizado		
	<p><b>Quem escolhe</b>  Art. 45 Nas escolas publicas e outros estabelecimentos mantidos pela província, com fins especiais, serão unicamente adoptados compêndios e livros que dentre os approvedos pelo conselho fiscal da instrucção e pelo Presidente da província, forem preferidos pela reunião dos professores primários da capital, sob a presidência do Director Geral da instrucção, ainda com approvação do Presidente da província.  Art.207 Ao conselho fiscal incumbe emittir parecer:  §2°Sobre a adopção e revisão ou substituição de compêndios, livros e objectos de ensino</p> <p><b>Quanto ao uso</b>  Titulo II Dos deveres dos professore.  Cap. 1° Dos deveres e obrigações ao magistério primário  Art. 167 Aos professores do ensino primário incube:  § 3° Leccionar pelos compêndios e livros competentemente designados nos termos do art. 45.  §10 ter sob guarda os objectos que constiuem o material da escola, sendo responsável pelo seu desaparecimento ou deterioração culposa.  §11 Proceder ao inventário dos moveis e utensílios da escola quando assumir a posse da cadeira e quando houver de deixal-a.</p> <p><b>Quanto ao que deve circular nas escolas públicas</b>  Parte III - Da direção e da fiscalização do ensino -  Titulo 1° Do director Geral  Cap único  Arrt. 202 O Director Geral da instrucção publica é da livre nomeação e demissão do Presidente da Província. Incumbe-lhe além de outras attribuições constantes deste regulamento, o seguinte:  § 8° Remetter aos professores públicos e estabelecimentos auxiliares da instrucção primaria, ao principio de cada anno, uma relação dos livros e compêndios adoptados.</p> <p><b>Quanto à produção</b>  Art.207 Ao conselho fiscal incumbe emittir parecer:  §3°Sobre o programma das obras elementares que o governo pretender fazer compor e imprimir para uso das escolas primarias, e sobre o merecimento das que, compostas, forem submettidas á sua apreciação.</p>	

<p><b>Lei n° 813 de 1° de julho de 1889</b> autoriza a reorganizar a instrução pública e passa a vigorar novamente o Regulamento n° 47 de 28 de março de 1883</p> <p><b>Localizado mas sem condições de ser consultado integralmente</b></p>	<p><b>Decreto n° 12 de 15 de janeiro de 1890</b>  <b>Dá programa para o ensino primário público</b></p>
<p><b>Quem escolhe</b>  Art. 22 – Nas escolas públicas e particulares subvencionadas se adotarão unicamente compendios e livros autorizados pelo Presidente da Província, ouvido o Conselho Fiscal da Instrucção, e bem assim o Bispo diocesano a respeito das obras que versarem sobre o ensino religioso.</p>	<p><b>Sem referência alguma a qualquer aspecto relacionado ao livro escolar</b></p>

<p>Titulo IX – Da direcção e Inspeção do ensino Cap I – Dos funcionários a quem incumbe a inspecção do ensino.</p> <p>Secção I – Do Director Geral Art. 203 Compete-lhe § 9º Adoptar, rever e substituir os compêndios e livros para o ensino nas escolas publicas, ouvindo o Conselho Fiscal. §10 Fazer organizar e remetter aos professores públicos, no principio de cada anno, uma relação dos livros e compêndios adoptados.</p> <p><b>Estímulo à produção</b> Cap. VII Dos vencimentos e mais vantagens dos professores públicos. Art. 115 – Concederá a gratificação de mérito aos professores públicos que, tendo mais de 15 annos de magistério, se houverem nele distinguido. Art. 116 – Em que consiste essa distincção? Assiduidade, moralidade, confiança publica de sua aula....; consiste tambem na adoção de methodo de ensino....; na composição de obras úteis sobre as matérias de ensino das aulas primarias.(p.27) Art. 112 – São garantidos prêmios pecuniários aos professores que compuzerem ou traduzirem compêndios ou quaesquer obras concernentes á instrucção publica. Por instrucção especiais se regulará o procedimento que deve observar-se para o exame das obras e estabelecer o justo preço com que devem ser premiadas. (p.28)</p> <p><b>Quanto ao que deve circular nas escolas públicas</b> Cap. XI Dos deveres dos professores públicos Art. 160 – Ao professor do ensino primário incumbe: § 3º Leccionar pelos compêndios e livros competentemente approvedos, podendo propor ao director geral a adopção dos que lhe parecerem convenientes.</p> <p><b>Quanto ao uso</b> Cap. XI Dos deveres dos professores públicos Art. 160 – Ao professor do ensino primário incumbe: § 11 – Cuidar dos objectos</p>	
---	--

<p><b>Dereto n° 10 de 19 de nov. de 1892 Promulga o Regulamento Geral da Instrução Pública e especial do ensino primário do Estado do Amazonas</b></p>	<p><b>Decreto n° 13 de 31 de dez de 1892 Dá Regimento Interno para as Escolas Primárias</b></p>
<p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> <b>Dentre as atribuições do Diretor da Instrução Pública, Fazer organizar:</b> <b>f) O quadro dos livros que existem nas escolas, seu estado e data em que lhes foram distribuídos.</b> Dentre as atribuições dos Conselhos Escolares Municipaes Art. 37 - 4º Decidir sobre as creanças que estão no caso de receber socorro de livros e materiais de estudo</p>	<p>Quanto ao que deve circular nas escolas Art. 7º É expressamente prohibido ao professor: § 3º Adoptar livro, brochura, impresso, utencilio clássico ou technico, que não esteja incluído no catalogo de material, approvedo annualmente pelo Conselho</p>

<p><b>Quem escolhe</b>  <b>Dentre as atribuições do Conselho Superior da I.P., aparece:</b>  § 7º Estudar, discutir e fiscalisar tudo que for referente a organização do ensino publico, a construção de casas para as escolas, mobília e material escolar.</p> <p><b>Quanto ao deve circular nas escolas públicas</b>  No programa do Curso elementar aparece a leitura dos seguintes materiais: Impresso (leitura e escrita), Narrativas de viagens (Elemntos. de Geo e Hist.), <b>narrativas do livro de leitura</b>, de fabulas, contos e proverbios (Instrução Moral e cívica)  No programa do Curso Médio: Leitura corrente de prosa e verso impresso e manuscrito (leitura e Escrita) ; Elem. de geografia e história aparece claramente o uso da leitura como recurso de ensino-aprendizagem; Leitura dos alunos, comentário do professor e repetição pelos alunos. Uso de biografias;  No Programa do Curso Superior: Leitura expressiva e comentada dos autores brasileiros de boa nota, declamação, trechos de prosa e versos aprendidos de cor e recitados (Leitura);  Leitura de autores especiaes (Lições de cousas)  Uma das atribuições dos Inspectores Escolares:  Art. 49 11 Verificar se os livros são os adoptados oficialmente</p> <p><b>Cap. XI Dos professores Públicos, seus direitos e deveres</b>  <b>Art. 131 – Aos professores públicos do ensino primário alem dos deveres inerentes ao cargo, incumbem:</b>  <b>3º Leccionar pelos compêndios e livros competentemente aprovados. (Em caso de descumprimento (art. 136) será admoestado, caso de reincidência, repreensão verbal).</b>  Art. 182 Os livros adoptados serão os mesmos para cada curso e classe.  Art.184 No principio de cada anno será organizada a lista dos que forem adoptados. Essa lista, depois de visada pelo DirectorGeral, será affixada em lugar visível da sala da escola, ficando em poder do Conselho Escolar, no interior, uma lista igual.  Art. 185 Os professores não poderão alterar a lista nem mudar de compendio.  Art. 186 É licito aos professores, sem prejuizo do ensino ou violação dos principios acima e disposições regulamentares, ensaiar um livro ou compendio com o fim de inteirar-se da sua utilidade, obtendo para isso permissão do Director Geral.</p> <p><b>Quanto ao emprego do livro no ensino</b>  Art. 60 Em todos os cursos <b>será constantemente empregado o methodo intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar</b> e de accordo com programmas minuciosamente especificados.  Art. 187 O livro é apenas um guia, ao mestre cabe explical-o, desenvolvel-o, animando o ensino e provocando a intelligência, a iniciativa e o desenvolvimneto da individualidade do alumno.</p> <p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b>  <b>Art. 75 Os livros, custeio e utensílios necessários para o anno lectivo de cada escola serão remetidos em dezembro aos Conselhos Escolares, que os distribuirão pelos professores antes da abertura das escolas.</b></p> <p><b>Como deve ser o livro</b>  <b>Art. 76 Todo o livro de ensino deve ser impresso em papel creme e em corpo maior de 12, excepto os do ensino superior que poderão ser em corpo 10</b></p> <p><b>Quanto a criação de bibliotecas escolares</b>  Art. 193 Cada escola primaria, terá além da sala de classes e outras dependências, sua bibliotheca especial, um pequeno muzeu escolar, provido de collecções minerologicas, modelos, estampas, etc., e de tudo que for indispensável para o ensino concreto.</p>	<p>Superior para uso das escolas primarias, sem prejuizo do emprego accidental de algum objecto de reconhecida utilidade, a juízo do Director ou dos Conselhos Escolares.</p> <p><b>Quanto ao emprego do livro no ensino</b>  Art. 36 Em todos os cursos será constantemente empregado o methodo intuitivo, servindo, o livro de simples auxiliar e de accordo com programmas minuciosamente especificados</p> <p><b>Quanto a instalação de bibliotecas escolares</b>  Cap VI Dos materiais da Escola.  Dentre os inúmeros objetos que compõem a cultura material da escola, destaca-se:  Armário para livros e objectos de trabalhos clássicos;  Armário para a biblioteca e museu escolar  Livros clássicos, de acordo com o programa vigente</p>		
<p><b>Dec. nº 191 09 de set de 1897</b> <b>Dá novo Regulamento Geral da Instrução Primária do Estado</b></p>	<p><b>Decreto nº 214 de 27 de dez. de 1897</b>  <b>Dá Regulamento Geral p/ a Instrução Pública do Estado</b></p>	<p><b>Decreto nº 217 de 08 de jan de 1898</b>  Estabelece o Regimento Interno para os grupos escolares, escolas primárias e auxiliares do Estado e dá o respectivo Regulamento</p>	<p><b>Decreto nº 448 de 25 de set. de 1900</b>  <b>Dá novo Regulamento a Instrução Pública do Estado 1900</b></p>
<p><b>Quem escolhe</b>  Art. 20 Compete ao Conselho Superior organizar o regimento interno das escolas e, annualmente, os</p>	<p><b>Quanto ao que pode circular nas escolas particulares:</b>  Art. 3º É livre, no Estado, o ensino particular....  § Os directores de</p>	<p><b>Quanto ao que pode circular nas escolas pública</b>  Art. 5º É expressamente prohibido ao professor publico:  5º Adoptar livro, brochura, utensílio clássico ou technico</p>	<p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b>  Art. 19 – Prevê a existência de vários livros para escrituração da escola, dentre eles o Livro dos fornecimentos com o respectivo</p>

<p>programmas de ensino e a adopção do material escolar e dos livros que devem ser distribuídos pelas escolas.</p>	<p>internatos e externatos terão a obrigação de: 4° Apresentar, no principio do anno lectivo, o programma das disciplinas, uma relação dos livros adoptados e um quadro do pessoal docente.</p> <p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Atribuições do almoxarife 3° Fazer os pedidos de fornecimento que serão visados pelo Director Geral e executados pelo fornecedor da Repartição. 4° Fornecer os objectos á Secretaria, ás escolas primarias da capital e do interior, a vista de pedidos, em forma, com o ---<i>Forneça-se – da Directoria.</i></p>	<p>que não seja incluído no catalogo de material approved pelo conselho superior.</p> <p>Em quadro anexo consta a distribuição do tempo dedicado às diferentes disciplinas. Nele podemos apreender o uso do seguinte material: 1ª Classe – 1° Livro 2ª Classe – 2° Livro 3ª Classe – 3° Livro e Paleographo 4ª Classe Seleção literária, Vida Pratica e Coração</p> <p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Art. 6° Aos directores dos grupos, além das obrigações impostas aos demais professores no capitulo precedente, cumpre: 6° Fazer pedidos de livros, objectos e moveis para o estabelecimento Cap IV Material das escolas e grupos escolares Art. 8° O material das escolas e grupos será fornecido pelo director geral da instrucção publica, de accordo com a deliberação do conselho superior.</p> <p><b>Quanto ao emprego do livro no ensino</b> Art. 28 Em todos os casos será constantemente empregado o methodo intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar</p>	<p>talão.</p> <p><b>Quanto ao que pode circular nas escolas mantidas pelo governo</b> Art. 100 Só serão usados no Instituto Benjamin Constant os compêndios que tiverem sido adoptados pela Directoria Geral para o ensino publico primário.</p> <p><b>Como deve ocorrer a aquisição/compra dos livros</b> Art. 132 Define as incumbências do Director Geral § 22 Abrir concorrência para o fornecimento de todos os estabelecimentos de ensino publico, estudar as propostas apresentadas, escolher a melhor e submeter o seu acto á aprovação do Governo do Estado; Da inspecção do ensino Art 143 Define as atribuições dos inspetores escolares § 3° Inspeccionar o material escolar, vendo tambem se os livros usados nas escolas são mandados adoptar pela directoria geral. Art. 154 Incumbe ao almoxarife: § 2° Fazer publicar no Diário Official editaes chamando concurrentes para o fornecimento de tudo o que precisarem os estabelecimentos de ensino</p> <p><b>Quem escolhe</b> Art. 132 Define as incumbências do Director Geral § 30 Escolher o material escolar e resolver sobre os livros que entenda adoptar, não só para o ensino nas escolas primarias, como nos outros estabelecimentos de ensino (IMPORTANTE: não existe mas a presença do Conselho. No art. 138 afirma que os pareceres emitidos pelo Conselho Superior têm apenas valor consultivo.)</p>
--	---	---	---

<p><b>Regimento Interno das Escolas Públicas Primárias 1901</b></p>	<p>Regulamento Geral da Instrução Pública 1904 Dec. n° 691 de 22 de dez. de 1904</p>	<p>Regulamento das Escolas Primárias 1904 Dec. n° 691 de 22 de dez. de 1904</p>	<p>Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado <b>a que se refere o Dec. n° 828 de 30 set. 1907</b> incompleto</p>
<p><b>Quanto ao emprego do livro no ensino</b> Art. 5° No ensino das matérias será sempre empregado o methodo intuitivo. O livro, na 1ª, 2ª e 3ª classe só servira nos casos em que absolutamente não puder ser</p>	<p><b>Quem escolhe</b> Uma das atribuições do Conselho de Instrucção Pública p. 43 5° Determinar os livros a adoptar no ensino de todas as matérias dos cursos primário, complementar e normal, attendendo a relatividade do anno;</p>	<p><b>Quanto ao emprego do livro no ensino</b> Art. 5° Nas escolas do 1° grão, bem como nas do 2°, os alumnos não devem possuir senão os livros de leitura, cadernos, modelos</p>	<p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Art. 6° A escripturação nos grupos escolares será feita nos seguintes livros: d) de inventario do material, carga e</p>

<p>dispensado, e apenas servirá de auxiliar.</p> <p><b>Quanto ao que pode circular nas escolas pública</b> Cap II Deveres dos Professores Art. 9° Define as suas proibições: §5° Adopitar livro, brochura, utensílio clássico ou tecnico que não esteja incluído no catalogo do material approved pela autoridade competente. Art. 60 Nenhum professor poderá adoptar em sua escola livros ou material pedagógico defferente dos approved pelo poder competente, salvo a titulo de experiência e mediante licença do Diretor Geral. Art. 70 O professor que tiver obtido a permissão de que trata o artigo anterior, deverá no fim do anno lectivo, dar o seu parecer por escripto á Directoria Geral sobre o resultado da sua experiência.</p> <p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Cap. III Art. 11 O material das escolas será fornecido pela directoria geral da instrucção Publica. Art. 12 Define quais os livros necessários para escrituração das escolas. Dentre eles o Livro dos fornecimentos com o respectivo talão. Art. 18 No livro com talão de fornecimentos serão lançadas as listas dos objectos pedidos pelo professor, com annotações mostrando os que por ventura tenham deixado de ser fornecidos. Cap X Disposições Gerais Art. 68 Aos alumnos que não tiverem meios para aquisição de livros, papeis, pennas, tintas etc., a Instrucção Publica fornecerá esses objectos.</p>	<p><b>Quanto ao que pode circular nas escolas pública</b> Uma das atribuições dos inspectores Escolares. 14. Verificar si os livros usados são os adoptados pelo Conselho de Instrucção. Art. 88 Além das mais obrigações de seu cargo, deverá o professor. 9° Ensinar pelos livros adoptados pelo Conselho de Instrucção, os quaes lhe serão fornecidos pela Directoria Geral; Art. 89 É vedado aos professores 6° Adopitar livros, brochura, impresso, utensinlio de classe ou tecnico, que não esteja adoptado pelo Conselho de Instrucção;</p> <p><b>Quanto ao uso</b> Art. 88 Além das mais obrigações de seu cargo, deverá o professor. 12. manter a escola devidamente provida dos objectos de ensino, sendo responsável pelas faltas que se verificarem; Atribuições do Director Geral 15 Tornar effectiva a responsabilidade dos professores pela guarda e conservação da mobília, dos utensílios e dos livros das escolas a seu cargo.</p> <p><b>Como deve ocorrer a aquisição/compra dos livros</b> Atribuições do Director Geral 10 Mandar abrir concorrências para fornecimento de todos os estabelecimentos de ensino publico, estudar as propostas apresentadas e escolher a que lhe pareça mais vantajosa, submettendo seu acto á approvação do governador;</p> <p><b>Como deve ocorrer a distribuição</b> Atribuições do Director Geral 14 Fornecer livros de ensino ás autoridades de inspecção, bem como a mobília e utensílios para os estabelecimentos de ensino publico;</p>	<p>para escripta, desenho, trabalhos manuaes, estampas, mappas apropriados, quadros ou exercícios de arithmetica, etc. O ensino será ministrado pelo professor, pela forma especificada nos respectivos programmas. Nas escolas de 3° grão, é permittida aos alumnos a posse de livros das diversas matérias do ensino, contanto que não passem de simples auxiliares do professor.</p> <p><b>Quanto ao que pode circular nas escolas pública</b> Art. 11 – Nas escolas publicas só serão adoptados os livros e os materiais approved pelo conselho de instrucção.</p>	<p>descarga de livros etc. do estabelecimento</p> <p><b>Quanto a instalação de bibliotecas escolares</b> Capitulo V - Da biblioteca Art 16° Cada grupo escolar terá uma bibliotheca destinada á consulta dos professores. Art.17° N'essa bibliotheca haverá um catálogo, não podendo nenhum livro ser retirado senão para consulta dentro do próprio estabelecimento</p>
<p>Regulamento Geral da Instrucção Pública a que se rfere o Decreto n° 892 de 19 de jan de 1909 que dá nova organização à Instrucção Pública do estado.</p>			
<p><b>Quem escolhe</b> Art. 70 Incumbencias do Conselho de Instrucção: e) Determinar os livros que pelos professores devem ser adoptados no ensino de todas matérias do ensino primário e complementar</p> <p><b>Fiscalização sobre o que circula/ Como deve ocorrer a distribuição</b> Art. 78 Competencias das autoridades fiscalizadoras 10° Examinar cuidadosamente todo o material escolar; propondo a sua substituição ou reparação; 13° Visar os pedidos de material para as escolas; 14° Verificar si os livros usados são daquelles cuja adopção o Conselho permittiu.</p> <p><b>Quanto ao que pode circular nas escolas pública</b> CAP VIII Direito e deveres dos professores</p>			

Art. 89 Além das mais obrigações do seu cargo, deverá o professor:

9° Ensinar pelos livros adoptados pelo Conselho de Instrucção, cuja a lista será fornecida pela Inspectoria de Ensino.

Art. 90 É vedado aos professores:

6° Adoptar livro, brochura, impresso, utensílio de classe ou tecnico que não esteja autorizado pelo Conselho de Instrucção.

Art. 11 – Nas escolas publicas só serão adoptados os livros e os materiais aprovados pelo conselho de instrucção.

#### **Como deve ocorrer a distribuição**

Art. 78 Competencias das autoridades fiscalizadoras

13° Visar os pedidos de material para as escolas;

14 Fornecer livros de ensino ás autoridades de inspecção, bem como a mobília e utensílios para os estabelecimentos de ensino publico;

Cap. VI Dos auxílios aos indigentes

Art. 148 As municipalidades fornecerão aos filhos de Paes indigentes, aos orphãos desvalidos, a todos os menores, em summa, que reconhecidamente estiverem em condições precárias, quando por qualquer motivo estes não poderem ser recolhidos a um dos internatos do Estado a vestia e calçado necessários para que possam freqüentar a escola publica do Estado ou da municipalidade.

§único – A taes alumnos fornecerá a escola livros, papel, pennas, tinta, etc.

Art. 149 – A directoria Geral expedirá instrucções especiais aos professores e autoridades fiscalizadoras, afim de regularisar o modo da distribuição de socorros de que trata o artigo antecedente.

Cap V Da escripturação escolar

Art. 215 A escripturação dos livros será feita pela maneira seguinte:

e) No livro de inventario serão escripturados as cargas e descargas dos livros, moveis e demais objectos pertencentes ao estabelecimento.

#### **Como deve ocorrer a aquisição/compra dos livros**

Cap. X - Do Diretor Geral

Art. 106 Atribuições do Diretor Geral I

10 Mandar abrir concorrências para fornecimento de todos os estabelecimentos de ensino publico, estudar as propostas apresentadas e escolher a que lhe pareça mais vantajosa, submettendo seu acto á approvação do governador;

Título VIII Regulamento da Secretaria Geral da Instrucção Publica

Art. 548 Ao Secretario Geral incumbe:

11° Mandar publicar, desde que lhe sejam determinados, editaes relativos a fornecimentos, concursos e outros quaesquer actos públicos.

12° Ter sob sua immediata fiscalização, os fornecimentos, a escripturação e mais serviços do almoxarifado.

Art. 554 Compete ao almoxarife

3/ Fornecer ao secretario, ao fim de cada exercicio, a lista do que se tornar necessário aos estabelecimentos publico de ensino, subordinados á Directoria Geral, afim de ser chamada a concurrencia publica por meio de editaes.

#### **Quanto ao uso**

15 Tornar effectiva a responsabilidade dos professores pela guarda e conservação da mobília, dos utensílios e dos livros das escolas a seu cargo.

#### **Quanto ao emprego do livro no ensino**

Art. 161 Nas escolas do 1° grão, bem como nas do 2°, os alumnos não devem possuir senão os livros de leitura, cadernos, modelos para escripta, desenho, trabalhos manuaes, estampas, mappas apropriados, quadros ou exercicios de arithmetica, etc. O ensino será ministrado pelo professor, pela forma especificada nos respectivos programmas.

Nas escolas de 3° grão, é permittida aos alumnos a posse de livros das diversas matérias do ensino, contanto que não passem de simples auxiliares do professor.

#### **Quanto a instalação de bibliotecas escolares**

Cap V Da escripturação escolar

Art. 214 Dentre os livros de escripturação que deverá existir em cada escola ou grupo escolar encontra-se o livro de inventario do material e catálogo da bibliotheca

§ Único – Nenhum livro da bibliotheca escolar, poderá ser retirado para consulta fóra do estabelecimento.

## Anexo C — Relação parcial dos livros oficialmente adotados nas escolas primárias amazonenses (1852-1910)

<b>1852</b> Fonte: Orçamento – Despesas da Instrução Pública 1852-1853	<b>1853</b> Sem informação	<b>1854</b> Sem informação
Catecismos Exemplares do Curso Normal do Barão Degerando		
<b>1855</b> Sem informação Fonte:	<b>1856</b> Sem informação	<b>1857</b> Sem informação
<b>1858</b> Fonte: Relatório do Diretor da Instrução Pública anexado ao relatório do Presidente da Província de 06 de set de 1858	<b>1859</b> Sem informação.	<b>1860</b> Fonte: Relatório do Colégio N. S. dos Remédios e Relatório do Estabelecimento dos Educandos e artífices
Methodo facilimo Manuaes encyclopedicos por E. A. Monte Verde Constituição Política do Império Os mysterios do Cristianismo Pequeno Compendio da Doutrina Cristã por Sr. Bispo José Afonso Moraes Torres		No Colégio N. S. dos Remédios: Gramática de Francês Gramática Portuguesa Livro Carta de Nomes  No Estabelecimento dos Educandos e artífices: Método Catecismo Carta de Nomes Cartas de ABC
<b>1861</b> Fonte: Relatório do Estabelecimento dos Educandos e artífices 15 mar 1861	<b>1862</b> Sem informação.	<b>1863</b> Sem informação.
Gramática Manual Catecismo Cartilha Método Carta ABC		
<b>1864</b> Sem informação	<b>1865</b> Fonte: Relatório do Presidente de província 1865	<b>1866</b> Sem informação.
	Compêndios diversos Cartas de ABC Taboadas (cartas) Traslados	
<b>1867</b> Fonte: Orçamento – Despesas da Instrução Pública	<b>1868</b> Fonte: Correspondência da Instrução Pública 1868-05	<b>1869</b> Fonte: Orçamento 1869-1870 e Correspondência da Instrução Pública 1868-69
Compendios do Manual encyclopedico Methodo facilimo por E. Achilles Monteverde Cartas do ABC Traslados Taboadas Gramática	Cartas de ABC Catecismos da Diocese Arte de aprender a ler manuscritos por Duarte Ventura Nova taboada por Carlos ??? Practica das novas medidas e pezos por Carlos Primeiras noções d'aritmética por A.V.C.H Grammatica Portuguesa Livros do povo	Catecismo de Agricultura do Dr. Castro Lopes (Autorizada a comprar 300 exemplares deste catecismo para serem distribuídos pelas escolas primárias) Gramática Portuguesa Código criminal Constituição Política do Império Compêndio de Doutrina Christã Methodo Caligraphico de Goudechay (Autoriza a compra de 2000 exemplares) Folhetos Mestre d'escrita (importados da França. Autorizado a compra de 160 exemplares)

<p align="center"><b>1870</b></p> <p align="center">Fonte: Correspondência da Instrução Pública 1870- 03 CD – 03 abr-mai 2004:</p>	<p align="center"><b>1871</b></p> <p align="center">Fonte: Correspondência da Instrução Pública 1871-12 CD – 03 abr-mai 2004.</p>	<p align="center"><b>1872</b></p> <p align="center">Fonte: Correspondência da Instrução Pública 1872- 09 CD – 03 abr-mai 2004 + Regulam. n.º 24 16 mar 1872</p>
<p>Cartas do ABC Taboadas Grammatica Portugueza Livro do Povo Catecismo da Doutrina Cristã / Catecismo da diocese Methodo facillimo Monteverde Livros de Infância Grammaticas da Infancia Arithmeticas Codigo Criminal Constituição política do Império Catecismos da Agricultura Cadernos Mestre d'escrita Compendios do systema métrico decimal Artes de aprender a ler ou Manuscritos de Duarte Ventura 1º livros de leitura do Dr. Abílio 2º livros de leitura do Dr. Abílio Livros de 3ª leitura do Dr. Abílio Elementos de leitura da língua nacional por Luis Baena</p>		<p>Íris Classico 1º , 2º livros de Leitura do Dr. Abílio 3º livro de Leitura do Dr. Abílio ou outro análogo e por bons exemplares de manuscritos Lições sobre cousas do Dr. E. A. Sheldon Arithmetica Dr. E.A. Tarnier História Sagrada Traslado de W. Scully (para o ensino da Calligraphia) Geometria e Geographia methodo Smith Novo testamento</p>
<p align="center"><b>1873</b></p> <p align="center">Fonte: Correspondências de professores</p>	<p align="center"><b>1874</b></p> <p align="center">Fonte: Correspondências de professores.</p>	<p align="center"><b>1875</b></p> <p align="center">Fonte: Correspondências de professores.</p>
<p>Methodos Taboadas Catecismos (da Diocese do Pará) Manuaes encyclopedicos Constituição Política do Império Código criminal</p>	<p>Systemas métricos de pesos e medidas Manuscritos do Pará Catecismos do Pará / Catecismos da Diocese Grammaticas Nacionais Collecções completas de exemplos calligraphicos Livros de 1ª leitura do Dr. Abílio Livros de 2ª leitura do Dr. Abílio Livros de 3ª leitura do Dr. Abílio Paleographos do Dr. Freitas Taboadas Arithmeticas do Dr. Campos Grammaticas portuguezas do Cônego Pinheiro Cartas de ABC – simples e de boas letras Translados de barradinho Translados de bastardo Translados de Cursivo Obras da Constituição do Império</p>	<p>Compendios de arithmetica / Compendio de Arithmetica do Dr. Campos Compendios do systema métrico Decimal Grammaticas portugueza Compendios de Historia do Brasil Atlas geographico do Mundo Candido Meneses Manuscritos/ Compendios de Duarte Ventura Manuaes Encyclopedicos Monteverde Paleographo do Dr. Freitas Methodo de Historia Sagrada adoptado nas escolas da Provincia Catecismos da Doutrina Christã /Catecismos da Diocese Catecismos da agricultura de C. Lopes Compendios de Geographia do Dr. Freitas Collecção de Translados de Adler's / Collecções d'Adler/Collecções de escripta Adler Methodo Facillimo Monteverde Cartas do ABC Taboadas Constituições política do Brasil Códigos criminaes do Império 1º Livros de Leitura Obras do Dr. Abílio Cezar Borges 2º Livros de Leitura Obras do Dr. Abílio Cezar Borges 3º Livros de Leitura Obras do Dr. Abílio Cezar Borges</p>

<b>1876</b> Fonte: Correspondências de professores	<b>1877</b> Fonte: Correspondências de professores.	<b>1878</b> Fonte: Correspondências da Instrução Pública jan jun 1878 - 11 CD 2005 (Parte II)
Collecções de translados Catecismos da diocese/Catecismo da Doutrina Christã Cartas de ABC Taboadas Livros de 1ª leitura do Dr. Abilio Livros de 2ª leitura do Dr. Abilio Livros de 3ª leitura do Dr. Abílio Grammaticas portuguezas; Systema métrico decimal; Paleographos. Histórias do Brasil Cartas para uso dos alumnos Arithimeticas Livros do povo 1º Livros de leitura do Dr. Freitas 2º Livros de leitura do Dr. Freitas 3º Livros de leitura do Dr. Freitas	Livros de 1ª leitura do Dr. Abilio Livros de 2ª leitura do Dr. Abilio Livros de 3ª leitura do Dr. Abílio Catecismo da Doutrina Christã	Cartas de ABC Cartas de 1ª leitura Cartas de 2ª leitura Manuais encyclopedicos Methodos Facilimo Gramaticas portuguezas Grammatica por Abílio Cezar Borges Grammaticas por Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro Grammatica por F. P. Marques Compendios de geographia e historia do Brazil Compendios da Doutrina Christã Compendios de História Sagrada Christhomathias ou Compendios de Christhomathias Catecismos da Diocese / Cathecismos Diocesanos ou da Diocese do Pará Aritméticas elementares Arithmetica por A. F. de Carvalho Leal Arithmetica Joaquim Severianno A. Cunha Taboadas Noções sobre Systema métrico decimal 1º 2º 3º e 4º Livros de Leitura Abílio César Borges Livros de leitura por Dr. Freitas - 1º, 2º e 3º Paleographos Collecções de normas para escrita por C Adler's
<b>1879</b> Fonte: Sem informação	<b>1880</b> Fonte: Correspondências de professores	<b>1881</b> Fonte: Correspondências de professores
	Luziadas Tratado de leitura em voz alta Desenho Linear ou elemento de Geometria pratica Cathecismos de D. Antonio Histórias Bblicas de D. Antonio Método Hudson Gramáticas portuguezas do Dr. Abílio Cezar Borges Compêndios de arithmetica do Dr. Abílio Cezar Borges Métodos facilimo Monteverde Volume da Constituição política do Império Volume do Código Criminal Manuais enciclopédicos Monteverde Jogo de dicionário português Taboadas Paleographos Collecções de Translados /Translados sortidos/ Translados de Calígrafo Taboadas 1º Livro do Dr. Abílio 2º Livro do Dr. Abílio 3º Livro do Dr. Abilio Cartas de ABC Noções de arithmetica e de escriptura métrica decimal Compêndios de arithmetica Compêndios de Geografia Compêndios de história e geografia (Dr. Freitas)	Elementos de Grammatica Portuguesa do Dr Ernesto Carneiro Ribeiro 1º Livros de leitura do Dr. Abílio Cezar Borges 2º Livros de leitura do Dr. Abílio Cezar Borges 3º Livros de leitura do Dr. Abílio Cezar Borges Livros de História Bíblica

<p style="text-align: center;"><b>1882</b></p> <p>Fonte: Correspond. de professores 1882 + Relação dos livros fornecidos as escolas da provincia em 1882 Correspond. Inst. Pub. jan dez 1883 – 06 CD 2005 (Parte II)</p>	<p style="text-align: center;"><b>1883</b></p> <p>Fonte: Correspondências da Instrução Pública jan dez 1883 – 06 CD 2005 (Parte II)</p>	<p style="text-align: center;"><b>1884</b></p> <p>Fonte: Correspondências de professores</p>
<p>Grammaticas portuguezas /Grammatica Nacional Gramática da infância Gramáticas Pinto Marques Gramática do Dr. Abílio Noções de Geografia e História do Brasil /Compêndios de Cosmographia/ historia e geographia do Brasil / Resumo de geographia e história do Dr. Freitas, um 1,300 reis Corographias do Brasil Geographias de Gautier Desenho linear do dr. Abílio Noções de Aritmética de Manoel R. da Costa Compendios de arithmentica do Dr. Marinho Arithmeticas do Dr. Abílio, uma 800 reis, Pequeno tratado de leitura/Tratados de leitura Civildade Christã / Comp. de Civildade christã / Comp. de Civildade / Elementos de Civildade Bíblias Catecismos/Catecismos da Doutrina Christã /de D. Antonio/do Pará ou Catecismos da Diocese do Pará, um 1,200 Resumos da História Bíblica / Noções de historia sagrada /Compêndios de historia bíblica Noções de Geometria prática Taboadas pequenas Cartas do ABC 1ºlivro de Abílio um 600 reis; 2ºlivro de Abílio um 1, 200 reis; 3ºlivro de Abílio, um 2,600; Poemas de Luiz de Camões Traslados, uma coleção 2:000 Paleographos / Manuscriptos / Paleógrafo do Dr. Corrêa de Freitas, um 1,200 Exemplares do Íris clássico Exemplares de poesias nacionais Exemplares da Constituição política do Império Exemplares do Código criminal</p>	<p>Cartas de abc ou Cartas de abc do Dr. Abílio 1º Livros de Leitura do Dr. Abílio César Borges 2º Livros de Leitura do Dr. Abílio César Borges 3º Livros de Leitura Dr. Abílio César Borges Tratado de leitura em voz alta Compêndios de Desenho Linear do Dr. Freitas Noções Grammaticais portuguezas ou Grammaticas portuguezas de P. Marques Rezumos de grammaticas portuguezas Gram. portuguezas do Dr. Freitas Arithmeticas (??) de jardim Dr. Abilio Arithmeticas de Bel. P. A. Marinho Arithmeticas de Manoel R. da Costa Compendios de arithmetica do Dr. Campos Tratados de somar, diminuir, multiplicar e repartir Geometria (desenho linear, geometria) do Dr. Abilio César Borges/ Elementos. de geometria practica Compendios de moral Compendios ou Tratados de Vida pratica de Félix Ferreira Tratados ou Noções de Vida domestica Félix Ferreira Traslados ou Collecções de traslados Collecções de Normas de escripta, compreendendo bastardo, bastardinho e (???) Histórias Bíblicas ou Historias Bíblicas de D. Antonio ou Resumos da Historia Bíblica Catecismos do bispo (??) / da Diocese/ da Doutrina Christã ou Catecismos da Diocese do Pará Bíblias Sagradas Artes de aprender manuscriptos ou Manuscriptos Duarte Ventura Paleographos do Dr. Joaquim P. C. de Freitas Noções de cosmographia, historia e geographia do Brazil /Geographias e historia do Brazil Geographias do Dr. Joaquim P. Corrêa de Freitas Compendios de civildade christã /Compendios de Civildade Folhetos do sistema métrico Taboadas / Taboadas do Maranhão Cartas de arithmeticas Cartilhas da Doutrina Christã Jogo de Diccionarios ou Diccionario português Atlas elementar Manuaes encyclopedicos</p>	<p>Arithmetica de Campos 1.400 Catecismo do Pará 1.00 Collecções Traslado Garnier 1.900 Collecções Traslado Pinheiro 1.400 Cartas do A,B,C 8.500 (o cento) Taboadas 8.500 (o cento) Grammatica de Abílio 1.200 Geographia de Freitas 1.300 Primeiros livros de leitura 500 Segundos livros de leitura 1.400 Ditos livros de leitura Landino Rocha 1.400 Manuscriptos de Duarte Ventura 1.100 Composições 1.800 Historia Bíblica 2.000 * relação retirada de uma proposta de arrematação dos objetos precisos ás escolas publicas do ensino primário</p>

<b>1885</b> Fonte: Correspondências de professores	<b>1886</b> Fonte: Correspondências de professores.	<b>1887</b> Fonte: Correspondências de professores
Não consta lista de livros	Livros de histórias, Noções de ciencias p/ H. Fabre Bíblías Sagradas Noções do sistema métrico decimal Compêndios de civilidade Compêndios de Gramática / Gramáticas elementares da Língua Vernácula Portuguesa Compêndios de geografia Compêndios de História Compêndios de História Bíblica Compêndios de Noções de aritmética Elementar/Compêndios de Aritmética Cartas do A,B,C Taboadas 1º Livro de leitura 2º Livro de leitura 3º Livro de leitura Catecismo do Pará Catecismo da Doutrina Cristã Foi aprovado a adoção da Coleção de Livros de leitura do Sr. Hilário Ribeiro 1º livro – Cartilha nacional, ensino simultâneo da leitura e escripta. 2º livro – Scenario infantil. 3º livro – Na terra, no mar e no espaço. 4º livro – Pátria e dever, elementos de educação cívica e moral.	Gramáticas de Pinto Marques Geografias de Pinto Marques ou de Lacerda História de Pinto Marques ou de Lacerda Compêndios de aritmética Taboadas Compêndios de gramática portugueza Compêndios de História do Brasil Livros História Bíblica Livros de história Faber Compêndios Física para leitura de Francisco Paula Barros Mapa geográfico do prof. Raimundo Nery Geografias do mesmo autor Histórias Bíblicas Catecismos de Antonio de Macedo Costa Paleographo Dr. Freitas 1º livro de leitura Landelino Rocha 2º livro de leitura Landelino Rocha 3º livro de leitura Landelino Rocha Cartas de A,B,C Geographia de L. C. de Oliveira Arithmetica do Prof. Azevedo ou Cunha Vida Doméstica de Félix Ferreira Vida Prática de Félix Ferreira Gramática de A. A. da Costa Cunha Normas escripta (Adler) Compêndio de Phisica para leitura de Paulo Barros
<b>1888</b> Fonte: Correspondências de professores	<b>1889</b> Fonte: Correspondências de professores.	<b>1890</b> Fonte: Correspondências de professores.
1º Livro de leitura Dr. Freitas 2º Livro de leitura Dr. Freitas 3º Livro de leitura Dr. Freitas Paleographo	1º Livro de leitura Dr. Freitas 2º Livro de leitura Dr. Freitas 3º Livro de leitura Dr. Freitas	Não consta lista de pedidos
<b>1890</b> Fonte: Correspondências de professores	<b>1891</b> Fonte: Correspondências de professores.	<b>1892</b> Fonte: Correspondências de professores.
Não consta lista de pedidos	Não consta lista de pedidos	Não consta lista de pedidos
<b>1893</b> Fonte: Correspondências de professores	<b>1894</b> Fonte: Correspondências de professores.	<b>1895</b> Fonte: Correspondências de professores.
Cartas do ABC Mentores da Infância 1º, 2º, 3º e 4º Hilário Ribeiro Aritméticas Trajano (Curso Elementar) Elementos História do Brasil Compêndios de geometria Compêndios de geografia	1º Livro de leitura 2º Livro de leitura 3º Livro de leitura Compêndio de História do Brasil Compêndio de Gramática Compêndio de Desenho linear Compêndio de Arithmetica Mentor da Infância	Não consta lista de pedidos

<b>1896</b> Fonte: Correspondências de professores	<b>1897</b> Fonte: Correspondências de professores.	<b>1898</b> Fonte: Editais da Instrução Pública e Relatórios da Instrução Pública.
<p>Compêndios de civilidade 1º, 2º e 3º livros de leitura</p>	<p>Cartas do ABC Taboadas Gramática Portuguesa de J. Ribeiro Giz 1º, 2º, 3º e 4º Hilário Ribeiro Gramática de João Ribeiro Geografia Coração Aritmética elementar de Trajano Paleógrafo</p> <p>Lista dos livros escolares adotados no ensino particular Grammatica Infantil Antonio Vieira Arithmetica Elementar Antonio Trajano</p> <p>Geographia primaria Dr. Carlos Novaes Desenho Linear Barão de Macaúbas História Bíblica D. Antonio de M. Costa Compendio de civilidade D. Antonio de M. Costa Catecismo D. Antonio de M. Costa Terceiro Livro de Leitura Dr. Joaquim P. de Freitas Segundo Livro de Leitura Dr. Joaquim P. de Freitas Primeiro Livro de Leitura Dr. Joaquim P. de Freitas Paleographo Dr. Joaquim P. de Freitas Vida Pratica Felix Ferreira Educação Moral Cívica Hilário Ribeiro Lições de Cousas Dr. Saffray Taboadas Qualquer autor</p>	<p>Cartas de ABC Taboadas 1º, 2º, 3º e 4º livros de leitura, por Hilário Ribeiro Grammatica Portuguesa 1º e 2º anno de João Ribeiro Coração, por Edmundo d'Amicis Vida Pratica, por Felix Ferreira Paleographo, de Freitas Arithmetica elementar, de Trajano Geometria pratica, de Olavo Freire Desenho Linear, do Dr. Abílio Pátria e Dever, por Hilário Ribeiro Geographia, de Carlos Novaes Noções de Physica e Chimica, de E Roscol Historia Natural, por Felisberto de Carvalho Historia do Brasil, por Carlos Pinho Colleção de Calligraphia, por Garnier Cartas Geographicas do Amazonas</p>

<b>1899</b> Fonte: Editais da Instrução Pública e/ou Relatórios da Instrução Pública	<b>1900</b> Fonte: Editais da Instrução Pública e/ou Relatórios da Instrução Pública	<b>1901</b> Fonte: Editais da Instrução Pública e/ou Relatórios da Instrução Pública
<p>Cartas do ABC Cartilha Nacional 2º Livro H. Ribeiro 3º Livro H. Ribeiro 4º Livro H. Ribeiro Tabuada Grammatica 1º anno J. Ribeiro Grammatica 2º anno J. Ribeiro Arithmetica, Trajano Arithmetica, A. Monteiro Geographia, Carlos Novaes Dezenho Linear, do dr. Abílio Cezar Borges; Paleographo, Freitas Vida Pratica, F. Ferreira Festas Nacionais, Rodrigo Octavio Coração, E. Amicis Historia do Brasil, C. Pinho</p>	<p>Cartas do A,B,C Taboadas, Novíssimo primeiro livro de leitura de Augusto Ramos Pinheiro; Segundo livro de Augusto Ramos Pinheiro; Nova selecta ingleza do dr. Guilherme Pereira Rabello; Grammatica do 1º e 2º anno de João Ribeiro Paleographos do dr. Freitas; Dezenho linear do dr. Abílio Cezar Borges; Coração de Edmundo Amicis; Geographia de Carlos Novaes; Geometria pratica de Olavo Freire; Festas Nacionais de Rodrigo Octavio; Vida pratica de Felix Ferreira; História Natural de Felisberto de Carvalho</p>	<p>Cartas do A,B,C Taboadas, Novíssimo primeiro livro de leitura de Augusto Ramos Pinheiro; Segundo livro de Augusto Ramos Pinheiro; Nova selecta ingleza do dr. Guilherme Pereira Rabello; Grammatica do 1º e 2º anno de João Ribeiro Paleographos do dr. Freitas; Dezenho linear do dr. Abílio Cezar Borges; Coração de Edmundo Amicis; Geographia de Carlos Novaes; Geometria pratica de Olavo Freire; Festas Nacionais de Rodrigo Octavio; Vida pratica de Felix Ferreira; História Natural de Felisberto R. P. de Carvalho</p>

<p style="text-align: center;"><b>1902</b></p> <p>Fonte: Editais da Instrução Pública e/ou Relatórios da Instrução Pública</p>	<p style="text-align: center;"><b>1903</b></p> <p>Fonte: Editais da Instrução Pública e/ou Relatórios da Instrução Pública</p>	<p style="text-align: center;"><b>1904</b></p> <p>Fonte: Editais da Instrução Pública e/ou Relatórios da Instrução Pública</p>
<p>4</p> <p>Cartas do A,B,C Taboadas, Novíssimo 1º livro de leitura de Augusto Ramos Pinheiro; 2º livro de Augusto Ramos Pinheiro; Nova selecta ingleza do dr. Guilherme Pereira Rabello; Grammatica do 1º e 2º anno de João Ribeiro Paleographos do dr. Freitas; Dezenho linear de Abílio Cezar Borges Coração de Edmundo Amicis Geographia de Carlos Novaes; Geometria pratica de Olavo Freire Festas Nacionais de Rodrigo Octavio Vida pratica de Felix Ferreira; História Natural de Felisberto de Carvalho</p>	<p>Carta de ABC Taboada 1º Livro de leitura de Augusto Ramos Pinheiro 2º Livro de leitura do Augusto Ramos Pinheiro Nova selecta ingleza do Dr. Guilherme Ribeiro Grammatica do 1º e 2º annos de João Ribeiro Paleographo Freitas Desenho Linear de Abílio C. Borges Coração de E. de Amiceis Geographia de Carlos Novaes Geometria Prática de Olavo Freire Festas Nacionais de Rodrigo Octavio Vida Pratica de Felix Ferreira Historia Natural de Felisberto Carvalho</p>	<p>Cartas do A,B,C, Taboadas, 1º livro de leitura de Augusto Ramos Pinheiro, 2º livro de Augusto Ramos Pinheiro; Paleographos do Dr. Freitas, Dezenho linear do Dr. Abílio Cezar Borges; Coração de Edmundo Amicis, Geographia de Carlos Novaes, Geometria pratica de Olavo Freire Festas Nacionais de Rodrigo Octavio Vida pratica de Felix Ferreira, História Natural de Felisberto R. P. de Carvalho, História do Brasil de Carlos Pinho (novo)</p>
<p style="text-align: center;"><b>1905</b></p> <p>Fonte: Editais da Instrução Pública e/ou Relatórios da Instrução Pública</p>	<p style="text-align: center;"><b>1906</b></p> <p>Fonte: Editais da Instrução Pública e/ou Relatórios da Instrução Pública</p>	<p style="text-align: center;"><b>1907</b></p> <p>Fonte: Editais da Instrução</p>
<p>Cartas do A, B, C Cartilha Nacional, de H. Ribeiro 1º, 2º, 3º, 4º e 5º livros de Abílio Cezar Borges 1º, 2º, 3º, 4º e 5º livros de Felisberto de Carvalho Coração, E. Amices Poesia Infantis de Olavo Bilac, O carater, por S. Smiles A força de Vontade, por S. Smiles, Paleographo de Freitas Caligraphia, curso em seis cadernos, da casa Alves &amp; C Noções de grammatica, por Menezes Vieira; Exercício da Linguagem materna, Arithmetica do principiante, por Antonio Monteiro de Souza Arithmetica Elementar, por Antonio Monteiro de Souza Historia do Brazil, por Carlos Pinho Historia do Brazil ensinada pela biographia dos seus heroes, por Silvio Romero Pantheon escolar, de Menezes Vieira Geographia de C. Novaes Mappas do Brazil e das 5 partes do mundo, por Olavo Freire Geometria de Olavo Freire Methodo para o ensino de desenho por Olavo Freire, em sete cadernos, Vida Pratica de Felix Ferreira Noções de agronomia por M. de Araújo Maciel Cartonagem escolar e trabalho manual por Ezequiel Benigno de Vasconcelos Junior, Gymnastica infantil pelo dr. Eduardo de Magalhães, Cânticos infantis, ed. da livraria Alves &amp; C.</p>	<p>Cartas do A, B, C Cartilha Nacional, de H. Ribeiro Novo methodo de leitura, Paulino Brito, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º livros de Felisberto de Carvalho, Paleographo de Freitas Arithmetica do principiante, por Antonio Monteiro de Souza Arithmetica Elementar, Antonio Monteiro de Souza Geographia, por C. Novaes; Geometria, por Olavo Freire; Coração, E. Amices O caráter, por S. Smiles, O poder da vontade, por S. Smiles, História do Brasil, por C. Pinho Historia do Brazil ensinada pela biographia dos seus heroes, Silvio Romero, Vida prática, por Felix Ferreira Noções de agronomia, M. de Araújo Maciel Cartonagem escolar e Trabalho Manual, por Ezequiel B. V. Junior, Grammatica Portugueza, por Veríssimo Vieira Gymnastica Escolar, por Pedro Borges Poesia Infantis de Olavo Bilac Cânticos infantis, ed. livraria Alves &amp; C. Caligraphia, curso em 6 cadernos, da casa Alves &amp; C. Methodo de Dezenho, curso 7 cadernos, Olavo Freire Historia Natural de Hygiene, Felisberto de Carvalho Livro de Composição, O. Bilac e M. Bomfim Lições de Couzas por Calkins, A. Filon ; Chateaubriand; Luziadas Elementos uzuais das sciencias phisicas e naturais, por V. Martel, Examinado de portuguez, Geographia, curso superior, por Lacerda, Historia Natural, por Langlebert Atlas universal</p>	<p>1º Livros de Leitura de Felisberto de Carvalho, um; 2º Livros de Leitura de Felisberto de Carvalho, um; 3º Livros de Leitura de Felisberto de Carvalho, um; 4º Livros de Leitura de Felisberto de Carvalho, um; Coração, por E. de Amicis, um; Poezias Infantis, por Olavo Bilac O Caráter S. Smiles A força de vontade, por S. Smiles Paleographo, por Dr. Freitas Calligraphia, curso em 6 cadernos, da Casa Azevedo Arithmeticas, por Antonio Monteiro Historia do Brasil, por Carlos Pinho Historias ensinadas pela biographia de seus heróes, por Silvio Romero; Geographia, por C. Novaes; Geometria, por Olavo Freire Desenho em sete cadernos, por Olavo Freire; Vida Prática, por Felix Ferreira, Noções de Agronomia, por M. de Araújo Maciel; Cartonagem escolar e trabalho manual, por Ezequiel B. N. Junior; Gymnastica escolar, por Pedro Borges; Cânticos infantis por Veríssimo Vieira Grammatica Portugueza, por Veríssimo Vieira; Arithmetica para principiante, por Antonio Monteiro; Pantheon Escolar, por Menezes Vieira;</p>

A.B.C. muzical		
<b>1908</b> Fonte: Editais da Instrução Pública e/ou Relatórios da Instrução Pública	<b>1909</b> Fonte: Editais da Instrução Pública	<b>1910</b> Fonte: Editais da Instrução Pública e/ou Relatórios da Instrução Pública
Sem informações	1º, 2º, 3º e 4º Livros de Leitura de Felisberto de Carvalho, Coração, por E. de Amicis; Poezias Infantis, por Olavo Bilac O Caráter por S. Smiles A força de vontade, por S. Smiles Paleographo, por Dr. Freitas Calligraphia, curso em 6 cadernos, da Casa Azevedo Arithmeticas, por Antonio Monteiro Historia do Brasil, por Carlos Pinho Historias ensinadas pela biographia de seus herões, por Silvio Romero Geographia, por C. Novaes Geometria, por Olavo Freire Desenho em sete cadernos, por Olavo Freire; Vida Prática, por Felix Ferreira, Noções de Agronomia, por M. de Araújo Maciel; Cartonagem escolar e trabalho manual, por Ezequiel B. N. Junior; Gymnastica escolar, por Pedro Borges; Cânticos infantis; por Verissimo Vieira; Grammatica Portugueza, por Verissimo Vieira; Arithmetica para principiante, por Antonio Monteiro; Pantheon Escolar, por Menezes Vieira;	Sem informações

## Anexo D — Dados biobibliográficos de alguns autores que tiveram suas obras oficialmente adotadas no ensino primário do Amazonas (1852-1910)

<b>Autor (informações biográficas)</b> Forma como aparece identificado nos documentos / Identificação civil ou autoral	<b>Obra (informações bibliográficas)</b> Forma como aparece referenciado nos documentos / <i>Título original</i>	<b>Observações (circulação, emprego, número de edições...)</b>
<p>Abílio (Dr.) / Abílio César Borges - Barão de Macahubas (1824-1891)</p> <p>Nasceu na Bahia no dia 9 de setembro de 1824. Iniciou seus estudos de medicina na faculdade da capital baiana, mas sua conclusão ocorreu no Rio de Janeiro. Exerceu a medicina, mas em 1856 decidiu dedicar-se ao campo da educação. Foi diretor da instrução pública e fundou o <i>gymnasio</i> baiano. Mais tarde, volta ao Rio de Janeiro e cria outros dois estabelecimentos de ensino, um no Rio de Janeiro e o outro em Minas Gerais. Publicou sob seu nome várias obras escolares. Abílio recebeu várias honrarias e prêmios, dentre elas o título de Barão de Macaúbas, concedido pelo Imperador D. Pedro II pelos recorrentes serviços prestados à instrução. Foi sócio do instituto histórico e geográfico brasileiro.</p> <p>Inocêncio Silva, (1858, p.76, Tomo XX) afirma: “Este auctor levou o seu amor á educação da infância ao ponto de , á custa do seu bolsinho, mandar imprimir muitos centenaes de exemplares para serem distribuídos gratuitamente pelas escolas da sua pátria.</p>	<p>1º livro de leitura do Dr. Abilio. <i>Primeiro Livro de leitura para uso da infancia brasileira, composto pelo Dr Abilio Cezar Borges.</i> Paris: Vva. J.-P. Aillaud, Guillard e Ca, 1867. In-18, 36 p.</p>	<p>Blake (1893, p.4) refere-se à edição de 1866 feita em Paris.</p> <p>Editado pela E. Guyot, (Bruxellas). Até 1891 constava do catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891 de acordo com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgado na Revista pedagógica. (Bittencourt, 1993, anexo )</p> <p>No Catálogo da Livraria Alves (1954) aparece a 7ª edição, publicada em 1906.</p> <p>De acordo com o catálogo da Bibliothèque nationale de France seu acervo possui exemplares das edições de 1867 e 1869.</p>
<p>Abilio (Dr.) / Abílio César Borges</p>	<p>2º livro de leitura do Dr. Abilio <i>Segundo Livro de leitura para uso da infancia brasileira, por Abilio Cezar Borges.</i> Paris : Vva. J.-P. Aillaud, Guillard e Ca, 1867.</p>	<p>Blake (1893, p.4) refere-se à edição de 1866 feita em Paris.</p> <p>Editado pela E. Guyot, (Bruxellas). Até 1891 constava do catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891 de acordo com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgado na Revista pedagógica. (Bittencourt, 1993, “anexo”).</p> <p>O Catálogo da Livraria Alves (1954) faz referência ao exemplar da 8ª edição, publicada em 1906.</p> <p>De acordo com o catálogo da Bibliothèque nationale de France seu acervo possui exemplares das edições de 1867 (in-18, 116 p.), 1869 e 1872 (ambas no formato in-18 e contendo 176 p.).</p>
<p>Abilio (Dr.) / Abílio César Borges</p>	<p>3º livro de leitura</p>	<p>Blake (1893, p.4) refere-se à edição de 1872 feita na Antuérpia e uma nova edição feita no ano de 1881.</p> <p>Pfromm Neto, Rosamilha, Dib (1974, p.171) informa que o Quarto e o Quinto livro de leitura foram lançado em 1892. A redação foi feita de forma colaborativa com o</p>

		seu filho, Joaquim Abílio Borges. No Catálogo da Livraria Alves aparece a 5ª edição (1906) do 3º livro e uma 2ª edição do 4º livro de leitura, também de 1906.
Abílio (Dr.) / Abílio Cezar Borges	Grammatica /  <i>Grammatica portuguesa Resumo da Grammatica portuguesa</i>	Impressa com esse título até a 6ª edição. A partir da 7ª o autor deu-lhe nova forma, corrigindo alguns erros e atribuindo-lhe um novo título - <i>Resumo da Grammatica portuguesa</i> (Inocêncio Silva, 1858, p.75) Blake (1893, p.4) refere-se à edição de 1860. O Catálogo da Livraria Alves (1954) registra a 12ª edição, publicada em 1905.
Abílio (Dr.) / Abílio César Borges	Arithmetica	Não localizamos referência alguma
Abílio (Dr.) / Abílio César Borges	Desenho linear, Elementos de geometria practica  <i>Desenho linear ou elementar de geometria practica e popular</i>	Inocêncio Silva (1858, p.75), refere-se a uma edição feita em Paris e Bruxelas que apresentava gravuras no texto. Pfromm Neto, Rosamilha, Dib (1974, p.172) refere-se a uma edição de 1876. No Catálogo da Livraria Alves aparece a 2ª edição (1905)
A. F. de Carvalho Leal	Arithmetica	Não localizamos referência alguma
A. A. da Costa Cunha	Gramática	Não localizamos referência alguma
Dom Antonio ou Bispo do Pará / Antonio de Macedo Costa (1830-1901). Nasceu em Maragoripe, Bahia em 1830. Estudou primeiro no seminário archiepiscopal da sua província e depois no de S. Sulpicio, em Pariz. [...] em 1857 lhe era conferido o presbyterato. Nomeado Bispo do Pará em 1860, pronunciou-se contra o maçonismo na luta empenhada por D. Vital de Oliveira, e com este foi condemnado e preso em uma fortaleza. Amnistiado, prosseguiu no seu labor episcopal, intrepidamente pelejando pela causa do catholicismo, onde quer que fosse ella agredida. Quando se proclamou a republica, D. Antonio tentou, mas em vão, consorciar a religião catholica com a nova ordem de cousas. Neste propósito o salteou a enfermidade a que succumbiu em Barbacena, a cujo clima fora pedir allivio. Pela sua erudição, amena eloquência e segura dialectica os discursos escriptos deste prelado honram a litteratura brasileira.(BARRETO; LAET, 1918, p.75).  Nasceu na Bahia em 1830 e morreu em 189...[...] São de sua lavra muitas <i>Cartas pastorais</i> [...], vários livros d educação religioza e moral. Quando jovem ainda, cultivou a poezia. Goza a reputação merecida de escriptor correto e conhecedor da língua.(RIBEIRO, 1914, p.115)	Histórias Bfblicas ou Resumos da Historia Bíblica Resumos da História Bíblica / Noções de historia sagrada /Compêndios de historia bfblica  <i>Resumo da história bíblica ou narrativas do velho e novo testamento</i>	D. Antonio de Macedo Costa, autor de <i>Resumo da história bíblica ou narrativas do velho e novo testamento</i> . Nova York: Carlos & Nicolao Benziger irmãos, [1872]. Referências colhidas em Bittencourt, 1993, p.354. “Resumo de Historia Bíblica, vertido do alemão pelo então bispo do Pará D. Antonio de Marcelo [sic] Costa e aprovado para ser utilizado nas escolas pernambucanas em 1869 (APEJE: IP 42, 1873, p.349f). Os pareceristas afirmam ser o livro composto de ‘utilíssimas paginas em que vem substanciada toda a historia do Velho e do Novo testamento, com muitas notas explicativas (...)’. Nesse sentido, o livro deveria ser utilizado não somente pelos meninos e meninas que freqüentavam as escolas, mas também pelas mães de família.” (GALVÃO, 2005, p.7). “Em alguns casos, o prestígio gozado pelo autor também parecia definir o mérito do livro. Esse fato é bastante explícito no parecer do <i>Resumo de historia bíblica</i> , vertido do alemão em vulgar e ‘offerecido as escolas e famílias brasileiras’, por D.Antonio de Marcelo (sic) Costa, Bispo do Pará, em que os avaliadores afirmam que:  A Comissão encarregada de dar o seo parecer (...) ao ver estampado no frontespicio d’este trabalho o nome de seo tradutor, foi o seo primeiro movimento fechar immediatamente o livro, e propor o seo inteiro e livre curso no ensino, independente de qualquer exame: tal é a auctoridade moral que sobre o espírito da Comissão exerce aquelle sábio e venerando prelado”. (GALVÃO, 2005, p.12).

<p>Nasceu em Maragoripe (Bahia) a 7 de Agosto de 1830. Estudou em Paris onde foi ordenado no dia 19 de dezembro de 1857. Doutorou-se em direito canônico, em Roma, no ano de 1859. Foi sagrado Bispo a 21 de Abril de 1861 no Rio de Janeiro. Chegou a Belém aos 24 de Julho de 1861. Foi promovido a Arcebispo Primas do Brasil em 1890. Faleceu em Barbacena a 21 de Março de 1891 (COSTA, 1871, p.2). As fontes consultadas divergem entre si quando se reportam à data de nomeação de D. Antonio para Bispo do Pará e ao ano de seu falecimento.</p>		
<p>Dom Antonio / Antonio de Macedo Costa</p>	<p>Catecismos do Pará ou Catecismo do D. Antonio</p>	<p>Segundo Eidorf Moreira (1989, p.60) a obra atribuída à D. Antonio, na verdade, foi simplesmente mandada publicar por ele. “[...] no exemplar que compulsamos, onde por sinal não havia referência a data e local de publicação, deparava-se com a indicação a seguir, que nos faz crer não ser o então Bispo do Pará o autor da obra: ‘Mandado publicar pelo Exmo. Sr. D. Antonio de Macedo Costa e adotado em várias dioceses.’” O Catecismo do Pará foi utilizado nas províncias da Bahia (1871) e do Rio Grande do Norte (1872) (ver Tambara, 2003, p.106).</p>
<p>Dom Antonio / Antonio de Macedo Costa</p>	<p>Civilidade Christã, Compêndio de Civilidade Christã, Compêndio de Civilidade, Elementos de Civilidade /  <i>Compêndio de civilidade cristã</i></p>	<p>Segundo Moreira (1989, p. 60), foi publicado em 1880, em Belém. Nele, o autor busca conciliar princípios da civilidade com os fundamentos da religião. Nossos dados indicam, no entanto, que antes de 1880 esta obra de D. Antonio já era utilizada nas escolas primárias do Amazonas. O primeiro registro de sua utilização é de 1869. No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954), registra a edição de 1902 do <i>Compêndio de civilidade cristã</i>.</p>
<p>Antonio Marques Rodrigues “Nasceu na cidade de São Luiz do Maranhão a 15 de abril de 1826. Ainda pequeno foi para Portugal onde fez o curso primário e de humanidades. De volta ao Brasil, formou-se em Direito pela faculdade de Olinda. Foi professor de historia natural do lyceu de São Luiz e exerceu vários cargos públicos e vários mandatos como deputado provincial. Foi autor de artigos em prosa e em verso publicados em vários periódicos literários e jornais da época. (Blake, 1893, p.262, v.1).</p>	<p>Livro do Povo / <i>Livro do povo</i></p>	<p>“Contendo a vida de Christo e vários artigos úteis. Maranhão, 1861 – Apesar de se terem tirado quatro mil exemplares, se fez no anno de 1863 nova edição de seis mil. Não se póde melhor comprovar o acolhimento que teve esta obra. Creio que há uma edição de 1866.” (Blake, 1898, p.263, v.1) De acordo com Arroyo (1968, p.83) Em 1839 foi publicada em Portugal uma obra com o mesmo nome e possivelmente teria influenciado o maranhense Antonio Rodrigues na escrita do seu Livro do Povo. A obra portuguesa era uma tradução feita por Antonio Mariano Tiburcio de Fraga da obra francesa o livro do Abade La Mennais Publicada por José M<sup>a</sup> Corrêa de Frias – 1<sup>a</sup> ed em 1861 com 4.000 exemplares. Era “uma antologia de religião, moral e outras partes ‘edificantes’ típicas de meados do século XIX”, vendida por \$320. Possuía mais de 200 páginas e continha boas ilustrações. A 5<sup>a</sup> edição publicada em 1865 foi consideravelmente ampliada “tinha 110 ilustrações, mas graças a uma tiragem de dez</p>

		<p>mil exemplares, ainda custou apenas \$500. No total, parece que foram impressos trinta ou quarenta mil exemplares” (Hallewell, 1985, p.100).</p> <p>“Livro curioso e muito lido, [...] de caráter enciclopédico, surgiu em 1864, no Maranhão [...] impresso na Tipografia Pires, de São Luiz. Tinha perto de 300 páginas, era ilustrado e custava 400 réis. Seu conteúdo abrangia desde a história, os milagres e a doutrina de Cristo até páginas sobre animais, agricultura, higiene, astros, as histórias do ‘Bom Homem Ricardo’ e de Simão de Nantua etc..</p> <p>[...] nos dois primeiros anos o livro teve duas edições, com dez mil exemplares impressos. Mais ou menos a metade dessa tiragem foi distribuída pelo autor, por conta própria, nas escolas do Norte e do Nordeste.” (PFROMM NETO, ROSAMILHA, DIB, 1974, p.187).</p> <p>O “Livro do Povo”, por exemplo, de Antonio Marques Rodrigues, impresso no Maranhão, na Typografia de Frias, é recomendado, em 1863, para ser usado como livro de leitura nas escolas de Pernambuco (e certamente de muitas outras províncias), por se constituir em uma ‘útil colleção de textos de máximas de specimens zoológicas e de leis de Hygiene.’” (GALVÃO, 2005, p.4).</p> <p>Registros de sua circulação na província de Pernambuco aparecem no trabalho de Galvão (2005, p.14).</p> <p>“O ‘Livro do Povo’, de Antonio Marques Rodrigues [...], impresso no Maranhão, foi aprovado para ser utilizado nas escolas da província como livro de leitura por seu mérito de conteúdo, mas também pela “modicidade do preço” com que o autor manda que se venda cada exemplar (320 réis) além dos que “com abundancia haja feito distribuir gratuitamente: parece à Comissão que a idéia prática de Dr. Antonio Marques Rodrigues é uma obra humanitária, digna de grande louvor”</p> <p>A comissão conclui o parecer recomendando que o Conselho Literário “se esforce em propagal-o em todo o Brasil, pelos meios que tiverem a sua disposição” (APEJE: IP 16, 1863, p.59). O “Livro do Povo” parece ter tido, de fato, grande circulação em todo o Brasil. Como Pernambuco e o próprio Maranhão, outras províncias de importância estratégica certamente também contribuíram para a sua disseminação em várias localidades do país.” Galvão (2005, p.14).</p>
<p>Antonio Monteiro de Souza Autor Amazonense. Formou-se em odontologia e exerceu o magistério em um dos estabelecimentos de ensino público da Capital. Exerceu a carreira política e por vários anos foi o representante do Amazonas na Câmara dos Deputados. Chegou a assumir interinamente o governo do Estado.</p> <p>Em 1918 publicou <i>A união e o ensino primário</i>, onde reuniu os discursos proferidos na Câmara. (JOBIM, 1934).</p> <p>Em 1898, quando dirigia o <i>Gymnasio Amazonense</i>, viajou ao Rio de Janeiro a fim de comprar livros para a biblioteca deste</p>	<p>Arithmetica do principiante</p> <p><i>Arithmetica dos principiantes</i></p>	<p>Obra premiada com a medalha de bronze na Exposição Nacional de 1908. Lei nº 366 de 02 de out. de 1901. Autoriza o Governador do Estado a conceder um auxílio de 3:000\$000, ao prof. Antonio Monteiro de Souza para impressão da obra “Arithmetica dos principiantes”</p>

estabelecimento de ensino. Além das obras compradas, conseguiu a doação de um bom número de livros.		
Antonio Monteiro de Souza	Arithmetica Elementar	
A.V.C.H	Primeiras noções d'aritmética	
A. Filon		
Adler's C Adler's	Colleção de Translados / Colleções d'Adler/Colleções de escripta Adler	
Augusto Ramos Pinheiro Autor paraense. Professor titulado pela antiga Escola Normal do Pará. Depois de Correia de Freitas, é o autor que mais se notabilizou entre nós em matéria de livros de leitura, havendo seus livros alcançado numerosas edições. (Moreira, 1989, p.28).	Novíssimo primeiro livro de leitura / <i>Novíssimo primeiro livro de leitura</i>	De acordo com anúncio de J. B dos Santos & C <sup>a</sup> , publicado na quarta capa do <i>Terceiro livro de leitura</i> de Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, (44 <sup>a</sup> edição, publicada em 1910), o <i>Primeiro livro de leitura</i> , de Augusto Ramos Pinheiro, neste ano já alcançava a marca de 5 edições. O livro teria tido um total de 33 edições, segundo informa Coelho (2004)  Moreira (1989, p.28), informa que os três livros seriados de leitura foram editados pela Livraria Clássica, a maior editora de livros escolares do Pará. Suas obras se ressentem dos efeitos do período de exaltação republicana, contendo alusões depreciativas e injustas sobre o regime anterior. O <i>Terceiro livro de leitura</i> tem o subtítulo <i>Escola, família e pátria</i> . Trata-se de excelente obra de cunho instrutivo e edificativo, com acentuada predominância da nota cívica.
Augusto Ramos Pinheiro	Segundo livro de leitura / <i>Segundo livro de leitura</i>	De acordo com anúncio de J. B dos Santos & C <sup>a</sup> , publicado na quarta capa do <i>Terceiro livro de leitura</i> de Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, (44 <sup>a</sup> edição, publicada em 1910), o <i>Segundo livro de leitura</i> , de Augusto Ramos Pinheiro, neste ano já alcançava a marca de 6 edições. Segundo Moreira (1989, p.28) o segundo livro teria alcançado 19 edições e o <i>Terceiro livro de leitura ou Escola, patria e família</i> , que era uma obra preciosa para a educação cívica da mocidade, parece ter alcançado 4 edições.
Azevedo ou Cunha (Prof.)	Arithmetica	
Calkins (N. A. Calkins) / Norman Allison Calkins	Lições de Couzas <i>Primeiras lições de coisas – Manual de ensino elementar para uso dos Paes e professores</i>	Tradução realizada por Rui Barbosa a partir da obra <i>Primary object lessons for training the senses and developing the faculties of children</i> , de N. A. Calkins. É um dos primeiros textos traduzidos com a finalidade de subsidiar o estudo de ciências (PFROMM NETO, ROSAMILHA, DIB, 1974, p.103) De acordo com Faria Filho (1999, p.595-610), Rui Barbosa utiliza 18 <sup>a</sup> edição do livro de Calkins, de 1880, para produzir a versão em língua portuguesa.
Candido Meneses	Atlas geographico do Mundo	
Campos Freitas (Dr.) Antonio Joaquim de Oliveira Campos Engenheiro geógrafo e bacharel em Ciências matemáticas e físicas. É natural da província do Pará; formado em matemáticas pela Escola central; exerceu a função de engenheiro da câmara municipal de Belém. (Blake, 1902, p.202, v.1)	Arithmetica do Dr. Campos <i>Arithmetica</i>	Segundo Moreira (1989, p.40), levanta a hipótese de que a edição original tenha sido publicada em 1872 ou 1873. A 5 <sup>a</sup> edição foi editada pela Tavares Cardoso & Cia. e impressa em 1889, em Bruxelas, na tipografia e litografia de E. Guyot. Livro destinado apenas às escolas de ensino primário.
Carlos	Nova taboada	
Carlos	Practica das novas medidas e	

	pezos	
<p>Carlos Novaes ou Carlos de Novais / Carlos Augusto Valente de Novais)</p> <p>Lente de Chorographia do Brazil, do Curso anexo á Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro e Professor livre de Geographia e Chorographia (NOVAES, 1923, página de rosto do exemplar consultado).</p> <p>Foi autor de 4 obras didáticas de geografia: <i>Geografia elementar e especial do Pará</i>, <i>Geografia Primária</i>, <i>Geografia secundária ou superior</i> e <i>Geografia Especial ou Corografia do Brasil</i>. Todas elas tiveram várias edições e foram premiadas com a medalha de ouro na Exposição Nacional de 1908. Foram adotadas não só no Pará como em várias regiões do país, graças ao fato de terem sido editadas pela Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro, para onde o autor se transferiu e passou a viver. Elaborou obras didáticas sobre História Natural (também premiada com medalha de ouro na Exposição Nacional de 1908), Física e Química. (Moreira, 1989, p.49).</p>	<p><i>Geographia elementar</i></p>	<p>No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954), Carlos Novaes aparece como autor das seguintes obras: <i>Corographia do Brasil</i> (1912); <i>Física elementar</i> (1913); <i>Geographia primaria</i> (1895); <i>Geographia elementar</i> (1898); <i>Geographia secundaria</i> (1908) e <i>História natural</i> (1908).</p> <p>Embora no Catálogo da Francisco Alves e nas obras que escreveu, o autor seja identificado como Carlos Novaes, Moreira (1989, p.49) se refere a ele como Carlos de Novais.</p> <p>Coelho (2004, p.87) identifica Carlos Novais como autor paraense.</p>
<p>Carlos Pinho / Carlos Pereira Pinho. Autor amazonense foi professor público do ensino primário, exerceu o cargo de bibliotecário da Biblioteca Provincial do Amazonas. Foi Diretor do Instituto Normal Superior. Faleceu no dia 06 de maio de 1893. (Dados reunidos a partir da consulta a vários relatórios correspondências da Instrução Pública do Amazonas).</p>	<p><i>Lições de Historia do Brazil</i></p>	<p>De acordo com informações veiculadas em anúncio publicado na edição de 8 de janeiro de 1915 do Diário Oficial do Estado, neste ano já estava a venda na Imprensa Oficial a quarta edição [...] <i>augmentada e correcta, das lições elementares – Historia do Brazil – pelo prof. Carlos Pinho, destinada ás classes primarias.</i> (p.65422).</p> <p>Em 1898 um exemplar deste livro era vendido ao preço 3\$000. De 1906 a 1912 seu preço cai para 2\$000.</p>
<p>Castro Lopes (Dr.) / Antonio de Castro Lopes</p> <p>Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em janeiro de 1827. Formou-se em medicina pela faculdade da corte em 1848. Exerceu os cargos de professor do collegio D. Pedro II, oficial da secretaria dos negócios da fazenda, deputado. Autor de inúmeras obras poéticas, teatrais, e de vulgarização de conhecimentos medicinais e econômicos. (Blake, 1893, p.133, v.1)</p>	<p>Catechismo de Agricultura / <i>Catechismo de Agricultura para uso das escolas da instrução primaria do Brazil</i>. Rio de Janeiro, 1868.</p>	<p>Escrito pelo Dr. Antonio de Castro Lopes, em 1861, produzido e indicado para servir de livro de leitura nas escolas primárias. De acordo com Galvão “[...] pareceristas pernambucanos afirmam que o autor aborda todas as questões elementares que interessam à lavoura.” (A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista, p.6 – GT História da Educação).</p> <p>Ao se referir ao seu suposto leitor, em uma sessão denominada “Aos meninos brasileiros”, o autor é ainda mais enfático quanto à utilidade de sua obra:</p> <p>"Lêde sem constrangimento este pequeno livro, e possa ele despertar-vos o gosto pela mais proficua das occupações do homem, porque é aquella d'onde todos tiram a subsistência.</p> <p>Amae a agricultura, meus jovens patricios, vós principalmente que sois filhos de um paiz, que só a</p>

		<p>agricultura deve e deverá a sua riqueza; entregae-vos ao seu estudo e á sua pratica, que estou certo de que muitos d'entre vós vireis a ser ricos e opulentos FAZENDEIROS do Brasil." (Galvão, et al., 2003, p.48).</p> <p>A obra possuía 19 capítulos organizados em forma de diálogos, seguidos de um calendário agrícola (Galvão et al., 2003, p.57).</p> <p>Circulou também na província do Pará e do Rio Grande do Norte de acordo com Bittencourt (1993).</p> <p>Possui 54 páginas, in-8º com duas estampas.</p> <p>“É oferecido ao conselheiro Joaquim José Ignácio, Visconde de Inhaúma, e me parece que houve uma edição anterior. Neste catechismo o autor, começando por tratar de agricultura, do ar, do clima, da água, etc., trata depois do gado, e de diversos animaes inclusive as abelhas e apresenta o calendários agrícola de S. V. Vignerón Joussealandière. Creio que há uma edição de 1869.” (Blake, 1893, p.135, v.1).</p>
Casa Alves & C (Tudo indica que seja os Cadernos de caligrafia de Olavo Freire)	Caligraphia, curso em seis cadernos (collecção)	<p>No Catálogo da Livraria Alves (1954) aparece <i>Novo método de caligrafia brasileira</i> como sendo uma coleção de 5 cadernos, contando o autor como anônimo.</p> <p>O mesmo Catálogo (1954) informa sobre um <i>Caderno de caligrafia</i> de Olavo Freire, este sim com 6 cadernos. A edição é de 1896</p>
Casa Alves & C (Tudo indica que seja a obra composta por Meneses Vieira)	Cânticos infantis / <i>Cânticos infantis</i>	O Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) faz referência à edição de <i>Cânticos infantis</i> lançada em 1894
Casa Azevedo	Calligraphia, curso em 6 cadernos	
Duarte Ventura Autor Português	Paleographo de Duarte Ventura / Manuscripto de Duarte Ventura  <i>Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais fácil ao mais difícil.</i> Paris: Va. J.- P.Aillaud, Guillard e Ca. Livreiros de suas magestades o Imperador do Brazil e El-Rei de Portugal, 1868, 1872, 1873, 1885. 108p. Ilustr. Paris: Typ. A. Parent.	<p>“Esse manuscrito em letra cursiva [...] consistia em um conjunto de textos, basicamente extraídos dos Lusíadas e de obras biográficas sobre a vida de reis ilustres de Portugal.” (BOTO, 1997, p. 455).</p> <p>De acordo com Galvão (2005), em 1873, os pareceristas pernambucanos encarregados de decidir sobre a adoção do livro de Duarte Ventura destacam as seguintes qualidades: “[...] escolha de trechos classicos (verso e proza) assáz recommendavel pela escolha dos assumptos.” (p.7).</p> <p>De acordo com o catálogo da Bibliothèque nationale de France seu acervo possui exemplar de uma das edições não datadas deste paleógrafo. Segundo as notas tipográficas do exemplar, a edição teria sido feita em Paris, por J.-P. Aillaud.</p>
Eduardo de Magalhães (Dr.)	Gymnastica infantil	
E. A. Sheldon / Edward A. Sheldon	Lições sobre cousas	<p>Versão traduzida do <i>Manual of Elementary Instruction</i>, escrito por Edward A. Sheldon com a colaboração de Miss M.E.M. Jones e H. Krüsi. Esta versão foi produzida em 1872, pelo então diretor da Instrução Pública do Amazonas Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, mas não chegou a ser impressa.</p> <p>Um versão portuguesa do livro <i>lições de cousas</i>, de E. A. Sheldon, teria sido editada pela Typographia Augusto Siqueira &amp; C., em 1917, tendo o trabalho de tradução ficado sob a responsabilidade do professor paulista Theodoro Jeronymo de Moares (MORTATTI, 2000, p.97).</p> <p>Tudo indica que seria um manual para os professores. Castro (1997) destaca a influência da obra de E. A. Shedon no meio escolar espanhol, tanto orientando as práticas de ensino como servindo de modelo para a</p>

		composição de livros de lições de coisas. Ainda de acordo com o autor espanhol, o livro de E. A. Sheldon “ <i>No es propriamente um libro escolar de lecciones de cosas sino um libro destinado a las escuelas normales para explicar a los futuros maestros el método o instrumento didáctico de las ‘lecciones de cosas’.</i> ” (p.453)..
E.A. Tarnier (Etienne Auguste Tarnier) Nasceu na França em 1808. Foi autor de vários livros escolares de matemática. Faleceu em 1882. (Fonte: Catálogo eletrônico da Bibliothèqu Nationale de France).	Arithemetica do Dr. E. A. Tarnier / <i>Elementos de aritmética prática e theorica</i>	
Edmundo de Amicis (1846-1908) “[...] escritor italiano, autor de textos sobre viagens, novelas, temas políticos e sociais, crítica literária. [...] Numerosas traduções em diversos idiomas apareceram desde fins do século passado (XIX) até o presente.	<i>Coração / Coração</i>	“Livro de leitura escolar e, ao mesmo tempo, obra clássica da literatura infantil, <i>Cuore</i> conquistou, também, as crianças brasileiras e exerceu sensível influência sobre nossos autores de livros de leitura, conforme se pode constatar nas obras de Romão Puiggari e Arnaldo de Oliveira Barreto, Bilac, Júlia Lopes de Almeida, Scaramelli e outros. Um livro escolar de José Scaramelli, <i>Coisas de Nossa Terra</i> , chegou a ser anunciado pelos editores como ‘imitação do <i>Coração</i> , adaptada aos cenários e personagens nacionais.’ As primeiras traduções em português do <i>Cuore</i> , segundo D’Avila (1967-1968), são de Ramalho Ortigão (trechos) e Miguel de Novais (integral). Em 1891, aparece a tradução de Valentin Magalhães – tradução que, em 1892, de acordo com o autor citado, já era adotada numa escola paulista. [...] A tradução mais popular de <i>Coração</i> , no Brasil, é a de João Ribeiro, lançada pela Livraria Francisco Alves, em 1891. Outras traduções, feitas em Portugal, no início do século atual, por Alexandre Sarsfield, apresenta a curiosidade da adaptação do texto para o ambiente português.” (PFROMM NETO, ROSAMILHA, DIB, 1974, P.174). Coelho (2004) indica o livro <i>Alma e Coração</i> , do paraense Higino Amanajás como um caso de produção fortemente influenciada pela obra italiana <i>Cuore</i> , de Edmundo de Amicis.
Ernesto Carneiro Ribeiro Nasceu na Bahia, formou-se em medicina e exerceu o magistério no ginásio e liceu da sua terra natal (Blake, 1883, p.284, v.2)	Elementos de Grammatica Portuguesa	“[...] notável educador e filólogo [...] erudito professor do Ginásio Bahiano e mestre de Castro Alves e Rui Barbosa.” (Pfromm Neto, Rosamilha, Dib, 1974, p.199) Editada na Bahia em 1881. (Blake, 1893, p.285, v.2)
Ernesto Legouvé  (Traduzido por Abílio César Borges).  Tratado de leitura em voz alta, traduzido por Abílio César Borges.	Pequeno tratado de leitura, Tratado de leitura em voz alta /  <i>Leitura em voz alta (pequeno tratado) ou Pequeno tratado de leitura: para uso das escolas primárias e de todos aquelles que têm de ler ou de falar em publico.</i>	Na contracapa do Livro <i>A educação nacional</i> , de José Verissimo (2.ed, 1908), existe um pequeno extrato do catálogo de livros publicado pela Francisco Alves. Entre os livros relacionados, consta este tratado destinado ao ensino das habilidades de ler em voz alta. No ano de publicação da segunda edição da obra de José Verissimo (1908), o preço deste pequeno tratado era de 1\$000. Inocencio Silva (1858, p.75, Tomo XX) informa que é uma tradução do livro de Ernesto Legouvé, feita pelo Dr. Abílio em 1879. Este tratado foi utilizado como base para a produção de texto que alguns autores brasileiros escreveram sobre o ensino da leitura expressiva, entre eles: Felisberto de Carvalho ( <i>Tratado de Metodologia</i> ) e Ramon Roca Dordal (Artigo publicado na <i>Revista de Ensino</i> , n. 3, ago

		1902). Segundo Mortatti (2000, p. 326) anúncios publicados nas <i>Revista de Ensino</i> nº 1 (abr.1904); nº 2 (jun.1904); nº 4 (out.1904); nº 5 (dez.1904); nº 6 (fev.1905) e nº 1 (abr 1905), fazem a seguinte referência à obra de Ernesto Legouvê: <i>Pequeno tratado de leitura: para uso das escolas primárias e de todos aquelles que têm de ler ou de falar em publico</i> . Traduzido por Abílio César Borges. Parecer do conselho da instrução pública do Amazonas: <i>Quanto ao Tratado de leitura em voz alta de Ernesto Legouvê traduzida pelo mesmo Dr. Abílio, a secção julga que elle só será proveitoso aos estudantes da escola normal, porque esses tendo já conhecimento da língua franceza podem bem comprehender as regras dadas por seu autor, visto que os exemplos d'ellas são dados em versos de La Fontaine</i> (Correspondências da Instrução Pública jan-dez 1883 – 17).
Ezequiel Benigno de Vasconcellos Junior	Cartonagem escolar e trabalho manual	No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) a primeira edição desta obra é do ano de 1897.
Felisberto de Carvalho / Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho Felisberto nasceu no Rio de Janeiro, foi professor da Escola Normal e membro do conselho da instrução da capital federal. Escreveu vários livros escolares para o ensino de diferentes matérias: leitura, gramática, aritmética, instrução cívica e moral. Blake (1893, p.330). Morreu em 1898, com 48 anos de idade.	1º Livro de Leitura / <i>Primeiro Livro de leitura</i>	Bittencourt (1993, p.296) revela que um dos primeiros livros escolares brasileiros com ilustrações coloridas foi o de Felisberto de Carvalho, juntamente com Piuggari e Arnaldo Barreto. A primeira edição dessa obra publicada pela Livraria Francisco Alves é de 1892, segundo informações contidas em seu catálogo (1954).
Felisberto de Carvalho / Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho	2º Livro de Leitura / <i>Segundo Livro de leitura</i>	No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) a primeira edição publicada sob a sua chancela é de 1892. No entanto, Blake (1893, p.330, v.2), afirma que em 1893 a obra encontrava-se no prelo.
Felisberto de Carvalho / Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho	3º Livro de Leitura / <i>Terceiro Livro de leitura</i>	No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) uma primeira edição foi lançada sob a chancela de Francisco Alves data de 1892.
Felisberto de Carvalho / Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho	4º Livro de Leitura / <i>Quarto Livro de leitura</i>	No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) a primeira edição foi lançada em 1895.
Felisberto de Carvalho / Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho	5º Livro de Leitura / <i>Quinto Livro de leitura</i>	No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) a primeira edição foi lançada em 1895.
Felisberto de Carvalho / Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho	História natural / <i>Noções de Historia Natural</i>	Hallewell (1985, p.145) faz referência à edição de 1888, publicada pela Garnier com o título <i>Lições de Historia Natural</i> . Referência idêntica quanto ao título e ano de publicação é encontrada em Blake (p. 331, v.2). No Catálogo da Livraria Francisco (1954) aparece a seguinte referência: <i>Elementos de história natural e higiene</i> . 7. ed. Francisco Alves, 1894.
Felix Ferreira Nasceu no Rio de Janeiro, quando jovem trabalhou na Biblioteca Nacional e foi colaborador do jornal <i>Cruzeiro do Brasil</i> . Em 1877 ou 1878 iniciou-se no comércio livreiro ao estabelecer a firma Felix Ferreira & Cia. Foi	Vida practica  <i>Lições de Cousas. Noções da Vida Prática. Livro de Leitura para as escolas, e de conhecimentos úteis para o povo</i> . Rio de Janeiro, 1879.	Existem outras edições “[...] a quinta é de 1883 e a oitava é de 1892, ilustrada. Este livro é escripto, como o precedente (Noções da vida domestica) , para o mesmo fim, com a mesma introdução, mas para a instrução primaria do sexo masculino.” (Blake, 1883, p. 333, p.285, v.2) De acordo com Pfromm Neto, Rosamilha, Dib (1974, p.103), o livro era destinado ao ensino de ciências. Era

<p>autor de inúmeros livros que versavam sobre os mais variados assuntos (teatro, educação, cotidiano do Rio de Janeiro). Além dos livros escolares aqui citados foi autor de algumas seletas e uma cartilha infantil. (Blake, 1883, p.332-333, v.2)</p>	<p>Ou <i>Noções da Vida Pratica</i></p>	<p>um grosso volume e a 9ª edição foi impressa e ilustrada em Paris. Almeida (1989, p.160) informa que: “As noções da vida prática de Feliz (sic) Ferreira estão divididas e explicadas de modo adequado ao nosso sistema de ensino.” A 1a. edição é de 1879. A partir da 8ª edição, de 1892, passa a ser publicado pela Livraria Francisco Alves, com ilustrações. As "Lições de Coisas" eram a base e a primeira etapa do ensino intuitivo.(site do CRE Mário Covas)</p> <p>Em 1886, o Conselho Literário de Pernambuco emitiu parecer favorável acerca dos livros de Felix Ferreira. <i>Noções da vida pratica</i> para ser adotado nas escolas do sexo masculino e <i>Noções da vida domestica</i> para as escolas do sexo feminino. (GALVÃO, 2005, p.4).</p>
<p>Felix Ferreira</p>	<p><i>Noções da vida domestica</i> para uso das escolas brasileiras do sexo feminino. Rio de Janeiro, 1879.</p>	<p>“Há também outras edições; a terceira que tenho á vista, tem este título: <i>Noções da vida domestica</i>, adaptadas com acrescimos do original francez á instrucção do sexo feminino nas escolas brasileiras. Adopatadas pelo conselho da instrucção publica da província de Pernambuco e por muitos collegios da corte. Rio de Janeiro (sem data), Typ. de Dias da Silva Junior, 244 pags. In 8º . – É uma compilação do que o autor considerou mais conveniente de varias obras que leu, mormente do curso de economia domestica da Sra. Eugenia Hippeau, com acrescimos seus.” (Blake, 1883, p.332, v.2)</p> <p>“O mesmo escritor publicou também as <i>Noções da vida domestica</i>, imitadas do Curso de Economia Doméstica de Madame Hippeu. É um livro excelente e não temos nenhum outro, dedicado exclusivamente à educação das meninas.” (ALMEIDA, 1989.p.160)</p> <p>A 7ª edição de <i>Noções de vida practica</i> foi lançada pela Alves &amp; C. A 7ª edição de <i>Noções da vida domestica</i> também foi lançada pela Alves &amp; C em 1885. (Bittencourt, 1993, anexo Revista pedagógica com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgando o catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891)</p> <p>Os dados relativos ao livro <i>Noções da vida domestica</i> confrontam-se com as informações contidas no Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) segundo o qual a 8ª edição é que teria sido feita pela Francisco Alves no ano de 1892.</p> <p>Em 1886, o Conselho Literário de Pernambuco emitiu o parecer favorável acerca dos livros de Felix Ferreira. <i>Noções da vida pratica</i> para ser adotado nas escolas do sexo masculino e <i>Noções da vida domestica</i> para as escolas do sexo feminino. (GALVÃO, 2005, p.6).</p> <p>Foi premiado com Menção Honrosa na Exposição de Paris (1889), segundo anúncio da editora Francisco Alves publicada na Revista Pedagógica (RJ) de 1891. (BITTENCOURT 1993, 126, fig.10).</p>
<p>Freitas (Dr.) / Joaquim Pedro Corrêa de Freitas Em Moreira (1989, p.21) seu sobrenome aparece como Correia e não Corrêa. No entanto, a partir da assinatura registrada em texto de apresentação para o seu Paleographo é possível constatar</p>	<p>Paleographo ou Manuscritos do Pará / Paleographo do Dr. Freitas.  <i>Paleographo ou a arte de aprender a ler a letra manuscripta, para uso das escolas da província do Pará</i></p>	<p>Blake (1893, p.222) faz referência à edição de 1881, feita em Paris, contendo 113 páginas e composta in-8º. Localizamos exemplares de uma das edições publicadas depois de 1891 nos acervos da Biblioteca Pública do Pará e do Museu Amazônico (AM). No acervo da Bibliothèque nationale de France consta a referência à 13ª edição datada de 1886, publicada em Paris por L. Bossange, em formato in-12 e contendo 113</p>

<p>que seu sobrenome é Corrêa e não Correia.</p> <p>Paraense de Cametá (1829-1888), formou-se em medicina pela faculdade da Bahia. Foi professor do lyceu de Belém, tenente da Guarda Nacional, deputado em várias legislaturas e diretor da instrução pública</p> <p>Segundo Moreira (1989, p. 21), No campo da educação, Dr. Freitas atuou em diferentes funções: professor, diretor da instrução pública, inspetor e visitador escolar.</p>		<p>páginas</p> <p>Mudança quanto ao horizonte de recepção ou público alvo. De início era voltado: <i>para uso das escolas da província do Pará</i>. Mais tarde, amplia a sua destinação: <i>para uso das escolas da Amazonia</i> publicada em Paris pela firma de A.-L. Garraux.</p> <p>Moreira (1989, p. 22), registra a publicação de um outro paleógrafo escrito por mãos paraenses. É o <i>Paleógrafo moderno</i>, de autoria do paraense João Gualberto da Costa, impresso em 1914, em Paris.</p>
<p>Freitas (Dr.) / Joaquim Pedro Corrêa de Freitas</p>	<p>1º livro de leitura / <i>Ensaio de leitura Primeiro livro para uso das escolas da província do Pará</i>.</p>	<p>Blake (1893, p.222) informa que teve várias edições, “[...] sendo a oitava de Paris, 1882, in 8º. São três volumes ou três livros, contendo o ultimo diversas biographies e um mappa colorido do Brazil com 284 pags.</p> <p>A 2ª ed., saiu em 1872; a 9ª foi lançada em 1883, publicada por A.-L. Garraux, em Paris.</p> <p>Segundo Moreira (1989, p. 22), a série graduada de leitura de Joaquim Pedro Corrêa foi a obra de maior sucesso no gênero durante o séc. XIX, só começando a declinar no início de séc. XX, quando foi suplantada pelos livros de leitura de Augusto Ramos Pinheiro. Alcançou numerosas edições, quase todas impressas na França.</p>
<p>Freitas (Dr.) / Joaquim Pedro Corrêa de Freitas</p>	<p>2º livro de leitura / <i>Ensaio de leitura Segundo livro para uso das escolas da província do Pará</i></p>	<p>2ª ed., 1872 publicada por A.-L. Garraux, em Paris.</p>
<p>Freitas (Dr.) / Joaquim Pedro Corrêa de Freitas</p>	<p>3º livro de leitura / <i>Ensaio de leitura Terceiro livro para uso das escolas da província do Pará</i></p>	<p>A edição localizada na Biblioteca Pública do Pará é a 44ª lançada em 1910. O seu título é modificado para <i>Ensaio de leitura terceiro livro para uso das escolas da Amazonia</i> e não mais da <i>Província do Pará</i></p> <p>No Museu Amazônico (Manaus) conseguimos localizar a 46ª edição lançada em 1916 e editada em Paris pela firma de L. Jablonski. Nela encontra-se reproduzida a <i>Advertência da primeira edição</i> datada de 4 de outubro de 1881 (provavelmente o ano de lançamento da primeira edição)</p> <p>2ª ed., 1882. publicada por A.-L. Garraux, em Paris.</p>
<p>Freitas (Dr.) / Joaquim Pedro Corrêa de Freitas</p>	<p>Compêndios de história e geografia Noções de cosmographia, historia e geographia do Brazil /Geographies e historia do Brazil /</p> <p><i>Noções de geographia e de história do Brazil para uso das escolas da instrucção primaria da província do Pará.</i></p>	<p>Blake (1893, p.322, v.4) faz referência à edição de 1863 e afirma que: “Este livro teve varias edições, sendo a sétima sem data, e a oitava mais correcta e augmentadas, do Pará, 1879, 100 pags. In-8º”.</p> <p>Em sua época, foi o único autor paraense que tratou conjuntamente em um mesmo livro da geografia e da história do nosso país.(MOREIRA, 1989, p.46)</p>
<p>Freitas (Dr.) / Joaquim Pedro Corrêa de Freitas</p>	<p>Compêndios de Desenho Linear do Dr. Freitas</p>	
<p>Hilário Ribeiro / Hilário Ribeiro de Andrade e Silv</p> <p>De acordo com Tambara (2002, p.34) Hilário de Andrade e Silva Ribeiro.</p>	<p>1º livro de Hilário Ribeiro / 1º Livro de leitura – <i>Cartilha nacional para ensino simultâneo da leitura e escripta.</i></p> <p><i>Cartilha nacional, ensino</i></p>	<p>“Cartilha nacional para ensino simultâneo da leitura e calligraphia. Rio de Janeiro, 1884, 63 pags. In-8º - A sétima edição é de 1886; a duodecima é de 1888, ornada de gravuras; a décima oitava do mesmo anno! Foi premiada com o diploma de primeira classe na exposição</p>

<p>Nasceu em Porto Alegre em 1847 e faleceu no Rio de Janeiro em outubro de 1886. Desde muito jovem se dedicou ao magistério. Foi autor de várias obras didáticas (BLAKE, 1893, p.243, v.3)</p>	<p><i>simultaneo da leitura e escripta por Hilario Ribeiro. Nova edição : Rio de Janeiro : H. Garnier, 1907.</i></p>	<p>de objectos escolares de 1887. (BLAKE ,1893, p.243, v.3) Em 1891 já tinha alcançado a 23ª edição, publicada pela editora Alves &amp; C. Constava do catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891 de acordo com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgado na Revista pedagógica. (Bittencourt, 1993, <i>anexo</i> ) No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) aparece uma edição da <i>Cartilha Nacional</i> de 1885 e separadamente o <i>1º Livro de leitura</i> de 1886. Segundo Mortatti (2000 p.54). Esta cartilha foi escrita, provavelmente, no início da década de 1880. Hilário Ribeiro pretendia implementar o ensino simultâneo da leitura e da escrita. No acervo da Bibliothèque nationale de France existem exemplares das edições de 1906 e 1910 (ambas contendo 119 p.).</p>
<p>Hilário Ribeiro</p>	<p>2º livro de leitura de Hilário Ribeiro / <i>Novo segundo livro de leitura: Scenario infantil I. Segundo livro de leitura, por Hilario Ribeiro. Nova edição : Rio de Janeiro : H. Garnier, (1907).</i></p>	<p>Em 1879, Hilário Ribeiro publica o <i>Segundo Livro de Leitura (Lições do Lar) com conhecimentos úteis</i>. Publicou pela editora riograndense chamada <i>Comercial</i> (Tambara, 2002, p.34) Em 1891 já tinha alcançado a 19ª edição, publicada pela editora Alves &amp; C. Constava do catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891 de acordo com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgado na Revista pedagógica. (BITTENCOURT, 1993, <i>anexo</i> ) No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) consta o registro de uma edição do <i>2º Livro de leitura</i> lançada em 1885. “<i>Scenario infantil</i> (Novo segundo livro de leitura) 1884, 106 pags. In-8º, com gravuras. –A sétima é de 1887. São contos e fabulas moraes.” (BLAKE, 1883, p.244, v.3). No acervo da Bibliothèque nationale de France estão catalogados exemplares das edições de 1907, 1912, 1913, 1916 e 1924 (todas elas impressas em formato in -18 e contendo 111 p.).</p>
<p>Hilário Ribeiro</p>	<p>3º livro de leitura de Hilário Ribeiro / <i>Novo terceiro livro de leitura: Na terra, no mar e no espaço. Novo terceiro livro de leitura por Hilario Ribeiro. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1906.</i>  De acordo com o catálogo da</p>	<p>Em 1891 já tinha alcançado a 15ª edição, publicada pela editora Alves &amp; C. Constava do catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891 de acordo com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgado na Revista pedagógica. (BITTENCOURT, 1993, <i>anexo</i> ) No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) aparece uma edição do <i>3º Livro de leitura</i> com data de 1885. “<i>Na terra, no mar e no espaço</i> (Novo terceiro livro de leitura). Rio de Janeiro, 1885, in-8º - Há mais edições, sendo a sétima de 1888.” (BLAKE, 1883, p.244, v.3). No acervo da Bibliothèque nationale de France, estão catalogados exemplares das edições de 1906, 1917, 1920, 1922 e 1924 (ambas com 119 p.). A edição de 1924 foi impressa na Vila de Chartres, pela empresa de F. Lainé.</p>
<p>Hilário Ribeiro</p>	<p>4º livro de leitura de Hilário Ribeiro / <i>Novo quarto livro de leitura: Pátria e dever, elementos de educação cívica e moral. Quarto livro de leitura, por Hilario Ribeiro. Nova edição. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1908.</i></p>	<p>No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) aparece uma edição do <i>4º Livro de leitura</i>, lançada em 1885. Tambara (2002, p.35) afirma que o <i>Quarto Livro de Leitura (Lições do Lar)</i> foi editado inicialmente pela <i>Livraria americana</i> de Pelotas –RS. “ <i>Pátria e dever</i>. Elementos de educação physica e moral (novo quarto livro de leitura). Rio de Janeiro, 1886, in-8º - Há mais edições, sendo a quarta de 1887.” (BLAKE, 1883, p.244, v.3). Segundo Galvão (2005, p.10), em 1886, a coleção graduada de livros de leitura de Hilário Ribeiro, foi</p>

		entusiasticamente recebida pelas autoridades educacionais que compunham o <i>Conselho literário</i> da província de Pernambuco. O acervo da Bibliothèque nationale de France registra a existência de exemplares da edição de 1908 (formato in-18, 118 p.).
H. Fabre ou Faber (?)	Livros de histórias, Noções de ciencias	
João Ribeiro – João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934) Nasceu em Larangeiras, Sergipe, em junho de 1860. Em 1881 transfere-se para o Rio de Janeiro a fim de dar continuidade aos seus estudos superiores. Foi professor do colégio Almeida Martins onde se dedicou ao estudo da língua portuguesa. Exerceu o cargo de oficial da biblioteca nacional e, posteriormente, foi aprovado para exercer o magistério no ginásio nacional. Autor de várias gramáticas da língua portuguesa. (BLAKE, 1893, p.34, v.4). Consagrado intelectual brasileiro. Nasceu em 1860, foi jornalista e professor de português. Atuou, ainda, como dicionarista, ensaísta, crítico literário, poeta, historiador. (COELHO, 1995. p.30)	Grammatica da infancia / <i>Grammatica Portuguesa da Infância</i> 1º anno	“[...] sergipano de nascimento, professor do Colégio S. Pedro de Alcântara e do Colégio Alberto Brandão, jornalista e escritor.”. Em 1881 foi para o Rio de Janeiro e em 1887 fez concurso para cargo de professor do Pedro II para a cadeira de português e foi nomeado professor de História Universal. Essa gramática é elementar, destinase ao 1º ano e foi lançada em 1886. (PFROMM NETO, ROSAMILHA, DIB, 1974, p.198). O Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) faz referência a edição de 1887. Sacramaneto Blake (1893, p.34) informa que a gramática possuía 80 páginas em formato in-8º e a 2ª edição foi feita em 1890. * Outras duas obras apresentam, também o título <i>Grammatica da infância</i> Uma, de autoria de Joaquim Maria de Lacerda - Cf. fig. 9 (contra-capla do Novo Atlas Universal da Infância) publicada em Bittencourt (1993, p.117). O cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro é autor de uma outra <i>Grammatica da Infancia</i> , publicada pela Garnier – Cf. propaganda da casa Garnier que aparece na contra-capla do Novo methodo da Grammatica Latina (apud BITTENCOURT, 1993, p.16) - fig. 8).
João Ribeiro / João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes	<i>Grammatica Portuguesa elementar</i> 2º anno (curso médio)	Lançada no ano de 1887 em formato in-8º. A 2ª edição do curso graduado foi lançada pela Alves & C em 1890. (Bittencourt, 1993, anexo Revista pedagógica com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgando o catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891) No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) conta referência à edição de 1888.
João Ribeiro / João Ribeiro de Andrade Fernandes	Autores contemporâneos / <i>Autores contemporâneos: excerptos de escritores brasileiros e portugueses do século XIX.</i> 9.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914. Autores Contemporâneos	No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) a 2ª edição é de 1900. De acordo com as indicações presentes na página de rosto do exemplar consultado, vemos se tratar de uma obra voltada para o ensino secundário ou aos exames de acesso ao mesmo.
Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (Cônego) - J. C. Fernandes Pinheiro ou Cônego Pinheiro Carioca, nascido em junho de 1825. Recebeu as ordens de presbítero em 1848 e exerceu o magistério em vários estabelecimentos de ensino religiosos. Depois de ter se doutorado em teologia na cidade de Roma, voltou ao Brasil e concorreu à cadeira vaga de retórica e poética do colégio D. Pedro II. Era comendador da ordem de Cristo, sócio e 1º secretário do instituto histórico e	Gramáticas portuguesa / Rezumos de grammaticas portuguezas / <i>Gramática da infância</i>	“ <i>Grammatica da infância, dedicada aos senhores professores de instrução primaria. Rio de Janeiro, 1861, 150 pags. In-8º - Há deste livro nona edição, correcta e augmentada, de 1882, e depois ainda houve outra. O autor, depois de uma exposição clara e methodica das regras primordiales da língua, traz um questionário ou recapitulação com que faz applicações das regras estudadas, contando estes exercicios de pensamentos Moraes, noções de historia, geographia, etc.</i> ” (BLAKE, 1893, p.109, v.4).  Publicada pela Garnier – Cf. propaganda da casa Garnier que aparece na contra-capla do Novo methodo da Grammatica Latina (Bittencourt, 1993, p.16- fig. 8). Outras duas obras apresentam, também, o título <i>Grammatica da infância</i> Uma, de autoria de Joaquim Maria de Lacerda - Cf.

<p>geográfico brasileiro onde exerceu relevantes serviços. Foi autor de várias obras religiosas, dentre elas o <i>Catecismo da doutrina cristã</i> e uma <i>Historia sagrada</i> ilustrada para uso das crianças. Escreveu também vários livros escolares para o ensino da história, geografia e gramática. (BLAKE, 1893, p.107, v.4).</p> <p>Exerceu o cargo de primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e autor de vários livros didáticos, poéticos, históricos, religiosos, de história literária e retórica. Autor de <i>Catecismo, Episódios da História Pátria contados à infância</i>. (PFROMM NETO, ROSAMILHA, DIB, 1974, p.123).</p> <p>Foi autor dos seguintes livros: <i>Curso elementar de Literatura nacional</i> (1862); <i>Episódios de história pátria</i> (1868) e <i>Historia Sagrada ilustrada</i> (1868) - (COELHO, 1995. p.30).</p>		<p>contra-capa do Novo Atlas Universal da Infância, publicada em Bittencourt (1993, p.117).</p> <p>João Ribeiro, escreveu a <i>Grammatica Portuguesa da Infância</i> 1º anno. Segundo Pfromm Neto, Rosamilha, Dib (1974, p.198) Essa gramática é elementar, destina-se ao 1º ano e foi lançada em 1886.</p> <p>José Ricardo Pires de Almeida (1989) informa: “[...] autor apreciado de diversas obras elementares, professor de Retórica do Colégio D. Pedro II, deixou duas gramáticas: uma, intitulada Gramática da Infância, está escrita com clareza e simplicidade [...]” (<i>História da instrução pública no Brasil (1500-1889)</i>, p.159). A outra é dedicada ao ensino secundário e denomina-se de Gramática Theorica e Prática da Língua Portuguesa.</p> <p>“A partir de meados do séc. XIX, o Cônego Fernandes Pinheiro, com seu Catecismo de Doutrina Cristã foi um dos autores brasileiros de textos didáticos de natureza ‘doutrinária’ com mais aceitação nas escolas de primeiras letras no Brasil.” (Tambara, 2002, p.41)</p>
Joaquim Severianno A. Cunha	Arithmetica	
<p>José Afonso de Moraes Torres (Bispo do Pará)</p> <p>Nasceu em janeiro de 1805 na cidade do Rio de Janeiro. Foi eleito Bispo da Diocese do Pará em 1843 e confirmado em 1844. Na capital da província paraense criou a aula de língua tupi a fim de viabilizar a catequese dos índios. Diante das privações que sofreu, resolveu abdicar do posto de bispo se retirando a 19 de julho de 1857. Foi o primeiro representante do Amazonas na criação dessa província. (BLAKE, 1893, p.266, v.4).</p>	Pequeno Compendio da Doutrina Cristã	
<p>José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha</p> <p>Era irmão de António Feliciano de Castilho, escritor português, autor do <i>Método Castilho de leitura repentina</i>, livro dirigido aos estudos primários</p>	Íris Clássico / <i>Íris Clássico</i>	<p>Impresso em Lisboa, na Tip. Franco-portuguesa de Lallemand &amp; C.<sup>am</sup> em 1859.</p> <p>A 5ª edição é de 1868.</p> <p>De acordo com Razzini (2000), a obra de José Feliciano de Castilho era composta por excertos de autores portugueses e brasileiros de diferentes gerações. Sua circulação parece ter ficado restrita ao contexto educacional brasileiro, sendo adotado tanto no ensino secundário, quanto em escolas primárias. Isto pode ter ocorrido, segundo Razzini, em função “[...] da permanência de José Feliciano de Castilho no Rio de Janeiro desde 1847, possibilitando a aprovação do <i>Íris Clássico</i> pelo imperador Pedro II, a quem o livro era dedicado.” (p.51).</p>
João Cardoso de Meneses e Souza (Barão de Paranapiacaba)	<i>Camoniana Brasileira.</i>	De acordo com Arroyo (1968, p.88). Foi a mais singular das edições populares que se fez de “Os Lusíadas”. “Do

<p>Nasceu em Santos, a 25 de abril de 1827. Estudou em sua cidade natal em São Paulo. Aos 21 anos de idade, formou-se como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Durante algum tempo dedicou-se ao magistério. Em 1858 ingressou no funcionalismo público, como ajudante do Procurador Fiscal do Tesouro Nacional, onde desempenhou várias tarefas dessa repartição no Rio, em São Paulo e em Pernambuco. De 1873 a 1876 foi Deputado pela Província de Goiás. Membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Teve destacada atuação no campo literário, tanto por suas obras quanto pelas traduções que fez, pois tinha conhecimento de diversas línguas vivas e mortas.</p> <p>No trabalho de Bittencourt (2004), a autoria de Camoniana brasileira é atribuída à José Justiniano da Rocha. (Bittencourt, 2004, p.481)</p>		<p><i>poema fez o barão uma salada de frutas, acompanhando-a de extenso número de notas a respeito de mitologia, numa pueril demonstração de erudição tão grande e vaidosa que Silvio Romero o glosou em sua História da Literatura Brasileira e de modo até certo ponto impiedoso.</i></p> <p>“[...] escrito por ocasião do tricentenário de Camões [...] Esta obra é digna sob todos os aspectos e não se sabe o que mais louvar nela, o talento poético do autor ou a ciência que se emprega nas notas históricas e mitológicas, em cada um dos oito cantos seguidos. A <b>Camoneana Brasileira</b> foi adotada nas escolas públicas de instrução primária.” (ALMEIDA, 1989, p.165).</p> <p>Publicado pela Imprensa Nacional. A edição de 1886 encontra-se referenciada no anúncio da Livraria clássica (RJ) divulgando o catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891. Este anúncio foi publicado na Revista pedagógica n.2 de maio de 1891 (Apud BITTENCOURT,1993, anexos).</p> <p>Silvio Romero (1980) não poupa críticas à adoção nas escolas primárias da obra do Barão de Paranapiacaba: “[...] a substituição de um livro como os <i>Lusíadas</i> por um monstrengo ao jeito de <i>Camoneana brasileira</i> é um desses fenômenos singulares, só por si suficientes para caracterizarem uma época. [...] Esta <i>Camoneana brasileira</i> é disparatada, cousa semelhante a uma <i>Homeriana turca</i>, ou uma <i>Shakespeariana mongólica</i>, mereceu ser o primeiro livro da série de uma <i>Biblioteca Escolar</i>, sendo adotada nas aulas primárias, onde deve substituir a leitura dos <i>Lusíadas</i>.” (p.894-895).</p>
<p>Joseph Schiffelholtz</p>	<p>Folhetos / Cadernos Mestre d'escripta (importados da França), Mestre da escrita / <i>Maître d'écriture du peuple, 20 modèles d'écriture cursive anglaise..</i></p>	<p>Obra publicada originalmente na França com o título “Le Maître d'écriture du peuple, 20 modèles d'écriture cursive anglaise...”</p> <p>De acordo com informações colhidas no acervo eletrônico da Bibliothèque nationale de France, a edição de 1846 (formato in-8° alongado) saiu com 20 páginas no formato in-oitavo alongado. A impressão ficou ao encargo da tipografia de G. Silberman, localizada na cidade francesa de Stramburg.</p>
<p>Lacerda / Joaquim Maria de Lacerda ou (1838-1886)</p> <p>Nascido no Rio de Janeiro formou-se em direito e foi membro de várias associações literárias da Europa. Dedicou boa parte de sua vida à produção de livros escolares dedicados aos diferentes ramos de ensino (história universal e do Brasil, geografia, aritmética, silabário, história sagrada). (BLAKE, 1893, p.193, v.4). Entre eles: <i>Cathecismo da doutrina christã, Historia sagrada illustrada, Pequena geographia da infancia, Arithmetica da infancia, Pequena historia do Brazil, por perguntas e respostas... para uso da infancia brasileira, Thesouro da infancia, ou Novo manual das escolas primarias.</i></p>	<p>Geographia de Lacerda / Geographia da infância</p> <p><i>Pequena geographia da infancia, composta para uso das escolas primarias, pelo Dr Joaquim Maria de Lacerda.</i> 3a edição. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884.</p>	<p>“<i>Pequena geografia da infância</i> para uso das escolas primarias - Não vi as tres primeiras edições, mas sei que a terceira é melhorada com sete gravuras, e que há quarta ainda melhorada com seis cartas coloridas, das cinco partes do mundo, sendo a ultima um lindo mapa do Brazil, Rio de Janeiro, 1887, 97 pags. In 8°, e sexta edição feita por L.L.F. Pinheiro, Rio de Janeiro 1895, 108 pags. In-8°.” (BLAKE, 1893, p.193, v.4).</p> <p>Já desde a 5ª edição (1890) aparece indicação de que a obra de Lacerda tinha sido revisada por L.L.F. Pinheiro (Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro). Na edição de 1924, consta que esse trabalho de revisão havia sido feito por João Ribeiro.</p> <p>Pfromm Neto, Rosamilha, Dib (p.130) dizem ter sido a obra escolar de geografia mais popular.“[...] composta para uso das escolas primárias, enriquecida com seis belas cartas coloridas das cinco partes do mundo e um lindo mapa do Brasil” . [...] ‘membro da ‘Arcádia Romana’, Lacerda é também autor de um Novo Atlas Universal da Infância e de várias outras obras didáticas. Sua Pequena Geografia da Infância, lida por numerosas gerações de escolares, apareceu no século passado (XIX)</p>

		<p>e foi reeditada até meados do século atual (XX). As primeiras edições eram impressas em Paris por Aillaud, Alves e Cia.”</p> <p>De acordo com as informações bibliográficas constantes no catálogo eletrônico do acervo de <i>Bibliothèque Nationale de France</i>, as edições publicadas em 1884 (3ª), 1887 e 1890 (5ª) foram feitas por B. L. Garnier.</p> <p>“A obra deixava muito a desejar, se analisada como texto didático, pois a maior parte do conteúdo reunido em suas páginas não passava de uma simples enumeração de cidades, acidentes geográficos etc.” (PFROMM NETO, ROSAMILHA, DIB, 1974, p.130)</p> <p>No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) existe a seguinte referência, ao livro <i>Geografia da infância</i>: (nova edição atualizada pelo Dr. Fernandes Pinheiro, 1908). Bittencourt (1993) informa que o autor também publicou, por volta dos anos finais da década de 1870, <i>A pequena história do Brasil</i> por perguntas e respostas e também <i>Tesouro da infância</i>.</p> <p>Tambara, (2002, p.49) faz referência à Joaquim Maria de Lacerda como autor de manuais destinados à aprendizagem da leitura e da escrita. Segundo ele, Lacerda havia publicado pela Garnier os seguintes títulos: <i>Novo expositor portuguez ou methodo fácil para aprender a ler; Novo alfabeto Portuguez, methodo facil para aprender a ler; Novo Syllabario Portuguez, com muitos exercícos de ler soletrando</i>.</p> <p>3ª edição é de 1890, publicada pela Garnier, de acordo com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgando o catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891 e veiculada pela <i>Revista pedagógica</i>.(reproduzida como anexo ao trabalho de BITTENCOURT, 1993).</p> <p>No catálogo eletrônico da Bibliothèque Nationale de France seu acervo possui exemplares das seguintes edições: 1884 (3 ed.), 1887 (4 ed.), 1890 (5 ed.), 1913, 1915, 1917, 1918, 1924.</p>
Lacerda / Joaquim Maria de Lacerda - Cf. fig. 9 (contra-cap do Novo Atlas Universal da Infância) publicada em Bittencourt (1993, p.117).	<i>Grammatica da infância</i>	<p>As gramáticas de autoria de João Ribeiro e do cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro tinham o mesmo título.</p> <p>No Catálogo eletrônico da <i>Bibliothèque Nationale de France</i> existe referência a duas gramáticas compostas por Lacerda: a <i>Grammatica da infância</i> e a <i>Pequena grammatica da infancia, composta para uso das escolas primarias</i>. Em relação à primeira gramática, o catálogo indica a presença de exemplares editados em 1867 (2 ed.), 1887 (11 ed.) e 1892 (13 ed.). Em relação à segunda gramática, as referências correspondem as edições de 1889 e 1893.</p>
Langlebert	Historia Natural	
Landelino Rocha	1º Livro de leitura / <i>Primeiro livro de leitura ou Carta do ABC para uso da infância</i> . 2ª ed. Recife: J.W. de Medeiros, 1877. (1883 7ªedição)	<p>Primeiro livro de leitura. Recife, 1874, in-8º - Até 1883 havia sete edições deste trabalho.</p> <p>Tambara (2002, p.49) refere-se a uma edição de 1874.</p> <p>No acervo da Bibliothèque nationale de France pode ser encontrada a segunda edição, publicada em 1877 no formato in-12.</p> <p>Preço negociado pelo autor com o governo amazonense, em 1884 - \$500</p> <p>De acordo com Galvão et al. (2003) esta obra de Landelino Rocha contou com sucessivas edições, até a segunda metade do século XX.</p>

Landelino Rocha	2º Livro de leitura / <i>Segundo livro de leitura para uso da infância brasileira, adaptado nas escolas primarias de Alagoas, Pernambuco, Parayba, Rio Grande do Norte e Ceará.</i> Recife: J.W. de Medeiros, 1883.	<i>Segundo livro de leitura para uso da infância brasileira, adaptado nas escolas primarias de Alagoas, Pernambuco, Parayba, Rio Grande do Norte e Ceará.</i> Recife: J.W. de Medeiros, 1883, in-8, 192 p.º (TAMBARA 2002, p.49) No acervo da Bibliothèque nationale de France pode ser encontrada a quinta edição, publicada em 1883, em formato in-12. Preço negociado pelo autor com o governo amazonense, em 1884 - 1.400.
Landelino Rocha	Exercício e livro de história Terceiro livro de leitura	Preço negociado pelo autor com o governo amazonense, em 1884 - 1.400
Luis Baena / Luis Monteiro Baena	Elementos de leitura da língua nacional / <i>Compêndio elementar de leitura da língua nacional</i>	Obra publicada em 1864, dois anos antes da publicação do Primeiro livro de leitura do Dr. Abílio e doze anos antes da Cartilha Maternal (1876), do famoso poeta português João de Deus. A obra foi reeditada anos depois (MOREIRA, 1989, p. 23). Para Sacramento Blake (1899, p.494, v. 2), Baena, é o antecessor de Corrêa de Freitas e Abilio Cesar Borges quanto à renovação do método de leitura adotado em nosso país.
Luiz de Camões	Poemas / Os Luziadas	
L. C. de Oliveira	Geographia	
Manoel O. R. da Costa / Manoel Olympio Rodrigues da Costa. Professor de aritmética e geografia do Colégio Pedro II	<i>Noções de Aritmética e do Sistema Métrico decimal</i> (destinado às crianças)	O autor diz ter escrito o livro para satisfazer uma exigência da aula que então regia no Colégio Abílio” (PFROMM NETO, ROSAMILHA, DIB, 1974, p.76)
Menezes Vieira (Joaquim José de Menezes Vieira – 1851-1897). Nasceu no Rio de Janeiro onde concluiu o curso de medicina em 1873. No entanto, sua atuação esteve mais diretamente ligada ao campo da educação. Antes de assumir a direção do <i>Pedagogium</i> , foi proprietário do Colégio que levava o seu nome. Localizado na Capital do Império, seu colégio ficou conhecido pela utilização do método Fröebel com o qual teve contato em uma das inúmeras viagens que fez ao exterior em busca de inovações pedagógicas. Boa parte de sua produção esteve associada à confecção de livros escolares, manuais e conferências. (BLAKE, 1893, p.169, v.4). “[...] fundou, em 1875, um estabelecimento de instrução muito louvado pela imprensa brasileira. Foi [...] quem primeiro instalou, no Brasil, um destes cursos elementares conhecidos pelo nome de <b>Jardim da Infância</b> (grifo do autor), segundo o método Froebel. [...] autor e tradutor de diferentes livros de instrução primária, entre os quais podemos mencionar: <b>Manual para os Jardins da Infância</b> , <b>Noções de Gramática</b> (grifo do autor), um o pequeno Atlas das	“Primeira Noções de Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro, 1877, in-8º. Este livro e os que o seguem pertencem á Bibliotheca da infância, collecção de livrinhos compilados especialmente para uso do collegio Menezes Vieira” (BLAKE, 1893, p.170, v.4). Pfromm Neto, Rosamilha, Dib, (1974, p.198) faz referência a <i>Gramática Elementar</i> como sendo de autoria de Menezes de Vieira e sua primeira edição teria sido impressa no Rio de Janeiro em 1877. Menezes Vieira fundou o colégio que teve seu nome, na antiga Capital do País, e dirigiu, até a morte, nos primeiros anos da era republicana, o <i>Pedagogium</i> , importante instituição educacional. O Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) faz o seguinte registro: <i>Gramática da língua portuguesa</i> : aumentada por Olavo Freire. 2. ed., 1895.	

<p><i>províncias do Brasil e um outro Atlas de mapas inacabados para serem completados pelos alunos.</i>" (ALMEIDA, 1989, p. 170). Menezes Vieira fundou o colégio que teve seu nome, na antiga Capital do País, e dirigiu, até a morte, nos primeiros anos da era republicana, o <i>Pedagogium</i>, importante instituição educacional. (PFROMM NETO, ROSAMILHA, DIB, 1974, p.198)</p>		
Menezes Vieira	Pantheon escolar	
<p>Monteverde / Emilio Achilles Monteverde  Autor Português, Membro do Conselho de Sua Magestade, Commendador da Ordem de Christo, e Cavaleiro da Torre e Espada em Portugal; Commendador das de Carlos III e de Isabel, a Catholica de Hespanha, da Legião de Honra de França, e de várias outras na Europa e Brasil; Official maior e Secretario geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, etc (SILVA, 1858, p.226,tomo II). Foi autor de várias obras destinados ao ensino, entre elas: <i>Mimo à infância ou Manual da história sagrada, para uso dos que freqüentam as aulas, tanto em Portugal como no Brasil; Elementos da grammatica portugueza; Grammatica da língua franceza.</i></p>	<p>Manual encyclopédico/ Manual de Monteverde.   <i>Manual Encyclopedico para uso das escolhas de instrução primaria.</i> 8. ed. rev. e aum. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.</p>	<p>O catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal registra a presença em seu acervo de exemplares publicados em 1840, 1850 (5 ed.), 1865, 1870 (9 ed.), 1874 (10 ed.), 1893 (13 ed.)  No acervo de obras raras da Biblioteca Publica do Pará localizamos um exemplar da oitava edição, publicada em 1865. Embora o acervo do Grêmio literário Português de Belém estivesse fechado ao público, tomamos conhecimento, posteriormente, que existem alguns exemplares do Manual de Monteverde.</p>
<p>Monteverde / Emilio Achilles Monteverde</p>	<p>Methodo Facillimo ou Methodo / <i>Methodo Facillimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curto espaço de tempo possível</i></p>	<p>De acordo com Tambara (2002, p. 48) o <i>Methodo Facillimo</i> é anunciado no catálogo da editora Laemmert de 1862.</p>
<p>Octaviano Hudson / Otaviano Hudson</p>	<p>Método Hudson / <i>Método de Leitura</i></p>	<p>1879 publicada pela Tipografia Nacional (Bittencourt, p.82) (Tambara,2002,p.49)  Algumas edições de seu livro foram distribuídas gratuitamente em várias províncias, graças ao valoroso patrocínio da loja maçônica <i>Grande Oriente Unido</i>.</p>
<p>Olavo Bilac / Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac)  Carioca, nasceu em dezembro de 1865. Chegou a cursar medicina na faculdade do Rio de Janeiro e direito em São Paulo, mas não chegou a formar-se em nenhum dos cursos. Exerceu cargo público na secretaria do interior do estado do RJ e foi membro da Academia de letras.</p>	<p><i>Poesia Infantis</i></p>	<p>A 1ª edição é de 1904, pela Francisco Alves. As poesias de Olavo Bilac dirigidas às crianças foram constantemente reproduzidas nos livros didáticos e recitadas na escola, durante várias décadas. (site do CRE Mário Covas).  Seus escritos ajudaram na construção dos sentimentos pátrios e das noções de moralidade da infância brasileira. No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) consta referência a uma edição de 1904.</p>
<p>Olavo Bilac e Manoel Bomfim</p>	<p>Livro de Composição / <i>Livro de Composição para o Curso</i></p>	<p>Publicado pela editora Laemmert, em 1899, passou para a Livraria Francisco Alves em 1911 que lançou a 3ª</p>

	<i>Complementar das Escolas Primarias. Pratica da Língua Portuguesa.</i>	edição. De acordo com a capa da décima edição, lançada em 1937, pela Livraria Francisco Alves, esta obra havia sido aprovada e adotada nas escolas do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Sergipe, Amazonas e Ceará. BILAC; BOMFIM, 1937) No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954), encontramos referência à 3ª edição, de 1911.
Olavo Freire / Olavo Freire da Silva - Nascido no Rio de Janeiro em maio de 1869, fez seus estudos no colégio Menezes de Carvalho e escola politécnica. Em 1889 exerceu o magistério na escola normal do RJ e a partir de 1890 da casa de São José. Trabalhou como conservador do <i>Pedagogium</i> . Autor de vários livros escolares e mapas geográficos.	Mappas do Brazil e das 5 partes do mundo <i>Mapa do Brasil para as escolas primárias</i>	É autor de vários livros escolares voltados para o ensino da aritmética, caligrafia e geografia. No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) aparece várias obras destinadas ao ensino da geografia, dentre eles <i>Mapa do Brasil para as escolas primárias</i> de 1894. Blake (1899, p.324, v. 6), informa sobre um mapa do Brasil que teria sido publicado em Paris, 1 fl.
Olavo Freire/ Olavo Freire da Silva	Noções elementares de Geometria Prática / <i>Primeiras noções de geometria prática</i>	“Noções elementares de Geometria Prática, escripta de accordo com o programa das escolas publicas da capital federal. Rio de Janeiro, 1895, in-8° - Este livro tem um prefacio do dr. Menezes Vieira e foi approved e premiado pelo Conselho de instrucção publica. Já houve delle 2ª edição.” (BLAKE, 1899, p.324, v. 6). Os livros de Olavo Freire, como tantos outros dessa época, eram impressos em Paris, pela tipografia Aillaud. No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) a referência feita é à 3ª edição de 1894.
Olavo Freire/ Olavo Freire da Silva	Methodo para o ensino de desenho elementar em sete cadernos	“Methodo para o ensino de desenho elementar, destinado á primeira classe das escolas primarias de accordo com o respectivo programma official. Rio de Janeiro, 1882, in-8° -Compõe-se de sete fascículos e é um trabalho adaptado á infância, precedido de uma explicação aos professores – Há deste livro uma 2ª edição de 1896. (BLAKE, 1899, p.332, v. 6). No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) a referência feita é à edição de 1894.
Paulino de Brito (Paulino de Almeida Brito) Nasceu em Manaus a 9 de abril de 1858 e faleceu em Belém em 1919. Formado em Direito pela Faculdade de Recife, foi professor de português na Escola Normal do Pará (COELHO, 2004, p.77). Foi membro da Academia Paraense em função da produção de várias obras literárias (poesia, contos e romances). No campo educacional, escreveu uma gramática e um livro para o ensino da leitura, ambos destinados às escolas primárias. (BLAKE, 1899, p.323, v. 6). Foi autor de duas gramáticas que lhe renderam notoriedade nos meios escolares do Pará e do Amazonas.(MOREIRA, 1989, p. 23).	<i>Novo methodo de leitura</i>	Coleção ilustrada, impressa em Lisboa [...] Trata-se ao que nos consta de obra revolucionaria na época, a começar pela maneira de associar a ilustração à leitura, o que tornou a publicação onerosa. Talvez por isso, não chegou a ter a aceitação das gramáticas, ficando assim num plano inferior, editorialmente falando, no conjunto das obras didáticas do autor. Daí ser Novo Método de Leitura, de todas as obras de Paulino de Brito dessa espécie, aquela sobre a qual mais escassas informações tivemos, sendo não raro omitida nos dados biográficos do ilustre didáta e escritor. (MOREIRA, 1989, p. 27).

<p>Paulo Barros / Francisco de Paula Barros</p> <p>Nasceu no Ceará e exerceu o cargo de chefe de seção na secretaria de estado dos negócios da agricultura do Rio de Janeiro. Em 1891, no interior desta repartição, Paulo Barros atentou contra a sua própria vida com um tiro de revolver. (BLAKE, 1899, p.67, v.3).</p>	<p><i>Compendio de physica para leitura</i></p>	<p>A 4ª edição é de 1889 e foi publicada pela Garnier (BITTENCOURT, 1993, <i>anexo</i> - Revista pedagógica com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgando o catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891)</p> <p>“Compendio de Physica para Leituras”, de autoria de Francisco de Paula Barros, destinada às escolas de instrução primária, que, em 1885, não recebeu parecer favorável do Conselho Literário para que fosse utilizada nas escolas provinciais. Um dos principais argumentos dos pareceristas refere-se justamente às ‘inexactidões e faltas da doutrina compendiada.’ Ao longo do parecer, são apresentados os diversos erros conceituais cometidos pelo autor que parece não ter incorporado minimamente as diversas descobertas que realizavam as ciências naquele vertiginoso final de século. Embora reconheçam que o conhecimento científico sofre transformações muito rápidas e que é difícil para um livro escolar acompanhar essas transformações, os pareceristas não perdoam os diversos erros cometidos – onze, no total, são elencados –, destacando-se as imprecisões científicas dos conceitos utilizados e enfatizando-se as contradições apresentadas pelo próprio compêndio. Para os autores do parecer, os erros apontados ‘são graves e não convem por forma alguma que figurem em um compendio de physica, sciencia hoje tão necessaria que o seu estudo faz parte de todos os programmas de ensino desde a escola primaria até os cursos superiores’”. (GALVÃO, 2005, p.5).</p>
<p>Pedro Borges / Pedro Manoel Borges</p> <p>Nasceu em junho de 1861 na cidade do Rio de Janeiro. Exerceu o magistério em algumas escolas públicas do ensino primário e na escola normal do Rio de Janeiro foi professor de ginástica. Foi autor de alguns livros que versavam a respeito da ginástica e jogos escolares. (BLAKE, 1899, p.52, v. 7).</p>	<p><i>Manual theorico e practico de gymnastica escolar</i></p>	<p>A primeira edição é de 1888.</p> <p>“Manual theorico e practico de gymnastica escolar, elementar e superior, destinado ás escolas publicas, collegios, lyceus, escolas normaes e municipaes. Rio de Janeiro, 1888, 270 pags. in 4º com muitas gravuras explicativas”. (BLAKE, 1899, p.52, v.7)</p> <p>Na propaganda da Livraria Clássica (RJ), este livro figura como uma das obras aprovadas pelas autoridades de ensino do Rio de Janeiro, para o ano de 1891.(BITTENCOURT, 1993, <i>anexo</i>)</p> <p>No Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) existe referência à obra <i>Jogos ginásticos</i>, de 1893.</p>
<p>Pedro Augusto Marinho (Bel. Bacharel)</p> <p>Natural do Amazonas, mas residiu algum tempo em Belém e Rio de Janeiro</p>	<p>Arithmetica</p>	<p>Em 1883 chegou a submeter ao julgamento do Conselho de Instrução Pública um programa do livro <i>Noções de Physica, Chimica, Historia Natural e Lições de Coisas</i> que tinha intenção de escrever.</p> <p>Em 1882 recebeu parecer favorável à adoção de sua obra de arithmetica nas escolas públicas do ensino primário do Amazonas.</p> <p>Algo curioso cerca o movimento de adoção deste livro. Antes de receber parecer favorável à sua adoção, o mesmo já aparecia na lista de pedidos de alguns professores. Este é o caso da Profª Eduarda Plácida Guimarães de Lucena da Escola primária do sexo feminino de Itacoatiara que no dia 5 de novembro de 1882 encaminhou o sua pedido à diretoria da Instrução Pública e nele incluiu o livro de aritmética de Pedro Augusto Marinho (Correspondência da Instrução Pública jan dez 1883 – 06). No ano seguinte, apesar de o livro continuar sendo solicitado por alguns professores, não é possível afirmar que ele tenha sido efetivamente adotado, pois nestes pedidos aparecem anotações do responsável pelo fornecimento que indicam que o livro de aritmética enviado foi o Dr. Campos (Ver, por exemplo, o pedido do</p>

		dia 15 de abril de 1883 feito pelo professor do ensino primário de Caiçara, Evaristo Gonçalves de Souza – Correspondência da Instrução Pública jan dez 1883 – 06)
Pinheiro (Ramos Pinheiro e M. Alves) Pode ser que seja o autor paraense Augusto Ramos Pinheiro.	Colleções Translado	Coelho (2004, p.87) faz referência à <i>Collecção de traslados</i> dos autores paraenses Ramos Pinheiro e M. Alves, e também à <i>Nova collecção de traslados</i> do paraense Araújo Nunes. Preço = 1.400
Pinto Marques (Felipe Pinto Marques) Autor paraense. Foi seminarista e chegou a estudar por algum tempo na França por iniciativa de D. Antonio de Macedo Costa (bispo do Pará). Por motivo de doença, regressou ao Pará onde trabalhou como professor de Português, Francês e Geografia, além de ter exercido o cargo de Diretor da Instrução pública. Foi autor, também, de uma Gramática francesa que deixou incompleta e inédita.	Gramática / Noções Grammaticais portuguezas / <i>Gramática elementar da lingua portuguesa</i>	Cronologicamente, parece ter sido a segunda obra paraense voltada para o ensino da língua vernácula. De acordo com informações colhidas em Blake as primeiras edições foram impressas no Pará. Em 1889, saiu a sexta edição, impressa na tipografia maranhense de A. P. Ramos de Almeida & Cia. Nela consta uma dedicatória à D. Antonio de Macedo Costa, escrita em 1873. (MOREIRA, 1989, p. 31). Sua gramática apresentava várias notas de rodapé de natureza explicativa além de quadros sinóticos com gráficos ilustrativos. (MOREIRA, 1989, p. 32).
Pinto Marques (Felipe Pinto Marques) O nome do autor se encontra entre os nomes de figuras ilustres do Pará que foram biografadas por Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, em seu livro <i>Paraenses ilustres</i> , (1900).	Geografia	Segundo Sacramento Blake, a edição original data de 1874 (apud MOREIRA, 1989, p.47) Modesto, mas bem organizado e o mais completo do gênero em seu tempo, compreendendo a geografia geral e do Brasil. Foi editada pela Livraria Clássica que na época era dirigida por M. F. da Silva & Cia. e impressa na França (Havre, Tipografia de A. Lamale). Seu formato é pequeno e a apresentação gráfica bem modesta. Este compêndio traz o mapa do Pará elaborado pelo autor com auxílio da obra de Cândido Mendes e orientação de Ferreira Pena. Além disso, apresenta um quadro sinótico das divisões administrativas, judiciárias e eclesiásticas da Província do Pará. (MOREIRA, 1989, p. 46-47).
Pinto Marques (Felipe Pinto Marques)	História	
Raimundo Nery (prof.) / Raimundo Agostinho Nery. Nasceu em outubro de 1862 na capital da província do Amazonas. Foi aluno da escola militar e formou-se como agrimensor pela Escola politécnica do Rio de Janeiro. Blake (1902, p.105, v. 7).	Mapa geográfico	
Raimundo Nery (prof.) / Raimundo Agostinho Nery	Geografia / <i>Noções gerais de geografia universal contendo particularmente a geografia do império do Brasil e a da província do Amazonas. compendiadas por Raymundo A. Nery...</i> (1° de julho de 1884). Paris: Guillard Aillaud, s.d.	Noções gerais de geografia universal contendo particularmente a geografia do império do Brasil e a da província do Amazonas, acompanhada de 17 figuras no texto. Manáos, 188[?], in-8°, 169 p. (BLAKE, 1902, p.105, v. 7). Na documentação consultada existem pedidos de mapas geográficos do mesmo autor
Rodrigo Octavio / Rodrigo Octavio de Langgard de Menezes) Campineiro, nascido em outubro de 1866. Aos vinte anos de idade formou-se em direito pela	Festas nacionais / <i>Festas Nacionaes</i> . Rio de Janeiro, 1893, 267 pags. in-8°.	O Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) faz referência à edição de 1893. De acordo com Blake (1902, p.146, v. 7), <i>Festas nacionais</i> conta com uma introdução de RaulPomepeia. “É um livro offerecido á mocidade brasileira, contendo

<p>faculdade de São Paulo. Foi professor da faculdade de ciências sociais do Rio de Janeiro; secretário particular do Presidente Prudente de Moraes e procurador geral da República; membro fundador da Academia brasileira de letras e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou vários livros sobre temas jurídicos e algumas obras literárias. Blake (1902, p.146, v. 7).</p>		<p>os factos patrióticos mais importantes com muitos dados descritivos, em linguagem correcta e elegante, para que se aprenda a significação dos dias que a Republica manda guardar. Teve segunda edição em 1894 .</p>
<p>Silvio Romero / Sylvio Romero Nasceu na cidade de Lagarto (Sergipe). Fez seus estudos preparatórios e superior em Recife, onde bacharelou-se em 1873. Mudou-se para o Rio de Janeiro onde exerceu o magistério no internato do Colégio D. Pedro II. Foi um dos fundadores da faculdade de ciências sociais e jurídicas do estado carioca. Exerceu o cargo de deputado provincial em Sergipe e de federal no Rio de Janeiro. Ajudou a fundar a Academia brasileira de letras. Destacou-se como autor de várias obras a respeito da literatura nacional. (BLAKE, 1902, p. 242, v. 7)</p>	<p>Historia do Brazil ensinada pela biographia dos seus heroes / <i>Historia do Brazil ensinada pela biographia dos seus heroes</i>. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves, 1890.</p>	<p>Blake (1902, p.244, v. 7) fornece a seguinte informação: “<i>Ensino cívico</i>. A historia do Brazil ensinada pela biographia de seus heroes, com um prefacio e um vocabulário por João Ribeiro. Rio de Janeiro, 1890, in-8º - Tem mais quatro edições, sendo a ultima de 1897, também do rio de janeiro, com 125 pags. in-8º.</p> <p>De acordo com Pfromm Neto, Rosamilha, Dib, (1974, p p.123), esta obra teve 4 edições publicadas até 1896</p> <p>Aparece citada a edição de 1890 em Bittencourt (1993, anexo Revista pedagógica com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgando o catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891).</p> <p>O Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) registra a edição de 1890.</p>
<p>S. Smiles / Samuel Smiles</p>	<p><i>O Poder da Vontade ou A força de Vontade</i></p>	<p>3ª edição é de 1880. publicado pela Garnier (BITTENCOURT, 1993, anexo - <i>Revista pedagógica</i> com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgando o catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891)</p>
<p>S. Smiles / Samuel Smiles</p>	<p><i>O caráter</i></p>	<p>2ª edição é de 1878 e foi lançada pela Garnier. (BITTENCOURT, 1993, anexo - <i>Revista pedagógica</i> com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgando o catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891)</p>
<p>Smith</p>	<p>Geometria e Geographia methodo</p>	
<p>Trajano / Antonio Trajano</p> <p>Produziu livros de aritmética e álgebra para as escolas primárias e secundárias e com <i>Aritmética elementar ilustrada</i>, obra premiada na Exposição de 1883 do Rio de Janeiro, tornou-se um autor nacionalmente conhecido (BITTENCOURT, 2004, p.486).</p>	<p><i>Arithmetica elementar illustrada</i></p> <p>Existe também a <i>Arithmetica primaria</i></p>	<p>“Seguramente nenhuma livro didático de matemática teve, no Brasil, vida mais longa e atingiu mais gerações de crianças e jovens do que a <i>Arithmetica elementar illustrada</i> de Antonio Trajano.” Foi premiada pelo Júri da Exposição Pedagógica do RJ 1883 (PFROMM NETO, ROSAMILHA, DIB, 1974, p.77)</p> <p>A 6ª edição foi publicada pela Lammert. (BITTENCOURT, 1993, anexo - <i>Revista pedagógica</i> com propaganda da livraria clássica (RJ) divulgando o catálogo dos livros aprovados para o ano de 1891</p> <p>Em 1907, a obra já alcançava a 60ª edição, segundo informações apresentadas no parecer que aprovou sua adoção nas escolas primárias do Rio de Janeiro. Este, e outros pareceres favoráveis a sua adoção, aparecem reproduzidos nas primeiras páginas da edição de 93ª edição da <i>Arithmetica elementar illustrada</i>, publicada em 1923.</p> <p>O Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) faz referência à 89ª edição da <i>Arithmetica elementar</i>,</p>

		publicada em 1920. Já a <i>Arithmetica primaria</i> aparece na sua 100ª edição, de 1920.
W. Scully	Traslado (para o ensino da Calligraphia)	
Veríssimo Vieira / Verissimo Ricardo Vieira - Nascido em São Luiz do Maranhão em janeiro de 1855. Antes de dedicar-se ao magistério foi funcionário público em sua terra natal. (BLAKE, 1902, p.347, v. 7)	Grammatica Portugueza	Grammatica elementar da lingua portuguesa, dedicada á instrucção primaria e organizada de accordo com o programma vigente da instrucção primaria. Rio de Janeiro, 1889, 161 pags. in-8°. (BLAKE, 1902, p.347, v. 7). O Catálogo da Livraria Francisco Alves (1954) faz referência à edição de 1918.
V. Martel (Vincent Martel) Antigo professor da escola normal, diretor da escola primária superior. (página de rosto do exemplar consultado)	<i>Elementos usuas da sciencias physicas e naturaes: lições de cousas sobre o homem, os animaes, os vegetaes, a physica e a chimica, com applicação e hygiene, a agricultura, a industria, a vida pratica.</i> Rio de Janeiro: H. Garnier, sd.	No exemplar consultado, constam informações de que é uma <i>edição augmentada de um supplemento do Ensino Anti-alcoolico e de uma parte agrícola</i> , ilustrada com 486 figuras. No catálogo eletrônico da Bibliothéque nationale de France encontra-se catalogado xemplar da 2ª edição (s.d).

A

### Relação das obras ou impressos escolares sem identificação precisa da autoria e/ou o título original

Obras (Forma como aparecem identificadas nos documntos)	Observações
ABC Muzical	
Aritmética Elementar/Compêndios de Aritmética	
Atlas elementar	
Atlas universal	
Bíblia	
Cartas de ABC	As "cartas de ABC" representam o método mais tradicional e antigo de alfabetização, conhecido como "método sintético": apresenta primeiro as letras do alfabeto (maiúsculas e minúsculas; de imprensa e manuscritas), depois apresenta segmentos de um, dois e três caracteres, em ordem alfabética (a-é-i-ó-u, ba-bé-bi-bó-bu, ai-ei-oi-ui, bai-bei-boi-bui, etc); e, por fim, palavras cujas sílabas são separadas por hífen (An-tão, A-na, An-dei, A-mar; Ben-to, Bri-tes, Bus-car, Ba-ter, etc. A sobrevivência desse livro até 1956, data desta 107ª edição, denota a sobrevivência desse modelo antigo de alfabetização. (Site CREducação Mário Covas). Bittencourt (1993, p.104-105) identifica em anúncio publicado no Almanaque Garnier de 1904, alguns livros escolares publicados pela Libro-papelaria Bivar (Ceará). Desses, encontra-se: <i>Cartas do ABC ou primeiras noções de leitura</i> (sem autoria). Embora já criticadas no final do século XIX, as cartas do ABC ou abecedários foram amplamente utilizados no Brasil até meados do nosso século. Samuel Pfromm Neto et al. (1974) afirmam que, até o início da década de 30, a editora Globo, de Porto Alegre, anunciava suas "Cartas de ABC", folheto vendido por 200 réis, que parece, segundo os autores, ter tido sucessivas edições. (GALVÃO,2000, p.331).
Cartas Geographicas do Amazonas	
Carta de Nomes	

Cartas de 1ª leitura	
Cartas de 2ª leitura	
Catecismo da Doutrina Cristã / Catecismo da Diocese/ Catechismos	<p>Catecismo da Doutrina Cristã é identificado por Tambara (2002, p.37) como sendo do cônego Fernandes Pinheiro</p> <p>Catecismo da doutrina cristã do cônego Fernandes Pinheiro (TAMBARA, 2002, p.41) “A partir de meados do séc. XIX, o Cônego Fernandes Pinheiro, com seu Catecismo de Doutrina Cristã foi um dos autores brasileiros de textos didáticos de natureza ‘doutrinária’ com mais aceitação nas escolas de primeiras letras no Brasil”</p> <p>Tambara ainda identifica mais 3 catecismos publicados pela editora Laemmert e anunciada em 1862; e 2 catecismos e um <i>Resumo da História Sagrada</i> (Roquete) contida no Catálogo Geral da Casa Aillaud, Guillard.</p> <p>Bittencourt (1993, p.104-105) identifica em anúncio publicado no Almanaque Garnier de 1904, alguns livros escolares publicados pela Libro-papelaria Bivar (Ceará). Desses, encontra-se: <i>Pequeno catecismo da doutrina cristã</i> (sem autoria)</p>
Cartilhas da Doutrina Christã	
Chateaubriand	
Código Criminal	
Colleções completas de exemplos calligraphicos	
Compendios da Doutrina Christã	<p>No levantamento feito por Tambara (2002, p.41) estes compêndios são analisados juntamente com os catecismos e cartilhas dentro de uma classe de texto didático que o autor denomina como sendo de natureza doutrinária. Temos os seguintes livros:</p> <p>Antes da metade do século XIX</p> <p><i>Catechimo historico</i> do padre escritor Claude Fleury</p> <p><i>Catecismo da Diocese de Montpellier</i> bispo Charency</p> <p>Na segunda metade do século XIX:</p> <p>Pela editora Laemmert temos:</p> <p><i>Cartilha da doutrina christã, ordenada à maneira de diálogos para ensinar os meninos;</i></p> <p><i>Cartilha ou compendio da Doutrina Christã</i></p> <p><i>Catecismo da Doutrina Christã, impresso por ordem do Exmo. E Revmo. Sr. Bispo do Rio de Janeiro para uso de sua diocese, adoptado pelo Exmo. E Revmo. Sr. Bispo do Pará.</i></p> <p>Pela Casa Aillaud, Guillard:</p> <p><i>Catecismo do Patriarchado</i></p> <p><i>Compendio da Doutrina Christã</i></p> <p><i>Resumo da Historia Sagrada</i></p> <p>Pelas tipografias do Rio Grande do Sul</p> <p><i>Catecismo de Doutrina Christã</i> por Antonio Queri</p> <p><i>Catecismo de Doutrina Christã</i> por Pe. Zeferino Dias Lopes</p> <p>Bittencourt (1993, p.105) identifica em anúncio publicado no Almanaque Garnier de 1904, alguns livros escolares publicados pela Libro-papelaria Bivar (Ceará). Desses, encontra-se: <i>Pequeno catecismo da doutrina cristã</i>, (sem autoria)</p>
Compêndios de Cosmographia/ historia e geographia do Brasil / Noções de Geografia e História do Brasil / Noções de Geometria prática Corographias do Brasil	
Composições	
Constituição política do Império	
Desenho Linear ou elemento de Geometria pratica	
Dicionário português (jogo)	
Exemplares de poesias nacionais	
Examinado de portuguez [	
Methodo Caligraphico de Goudechaux	
Noções de arithmetica e de escriptura métrica decimal	

Novo testamento	
Os mysterios do Cristianismo	
Systemas métricos de pezos e medidas	
Taboada	No catálogo eletrônico da Bibliothèque Nationale de France existe indicação da existência de um exemplar da <i>Nova taboada para os meninos aprenderem a contar</i> publicada em 1898 pela empresa paraense de J.-B. dos Santos.
Taboadas (cartas) Cartas de arithmeticas	
Traslados (de barradinho, de bastardo e de cursivo / Collecções de Traslados /Traslados sortidos/ Traslados de Calígrafo	Uma coleção de translados muito popular durante o fim do século XIX foi publicada por Garnier. Seu autor era Cyrilo Dilermano da Silveira (Pfromm Neto, Rosamilha, Dib, (1974, p 195). Cyrillo era cearense e também foi autor de uma gramática. Tambara (2002, p.37) identifica o Traslado caligráfico de Cirilo D. da Silveira como um dos livros escolhidos em 1854 pelo conselho diretor da província de São Pedro do Rio Grande do Sul para ser usado nas escolas primárias.  Coelho (2004, p.87) faz referência à <i>Collecção de translados</i> dos autores paraenses Ramos Pinheiro e M. Alves, e também à <i>Nova collecção de translados</i> do paraense Araújo Nunes.
Tratados de somar, diminuir, multiplicar e repartir	

## Anexo E — Indicadores orçamentários relativos às despesas correntes da instrução pública no Amazonas (1853 - 1910)

Exercício Financeiro <sup>82</sup>	Valor do crédito consignado na lei orçamentária	Descrição das despesas a serem custeadas	Detalhamento das despesas de acordo com as informações presentes em algumas projeções de gastos ou balanços orçamentários
1853	250\$000	§3º Premios e utensilios escolares da instrução primaria e compra de catecismos e exemplares do Curso Normal do Barão Degerando, para serem distribuídos pelas mesmas escollas. (Lei nº 10 de 3 de nov de 1852. In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1852. Barra do Rio Negro: Typ. de M. S. Ramos, 1853. t.1.)	
1854	600\$000	Expediente da Directoria da Instrução Publica, compêndios e utensis para as diversas Escolas, e prêmios para os alumnos que mais se distinguirem. (Lei nº 18 de 24 nov. 1853 In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1853. Barra do Rio Negro: Typ. de M. S. Ramos, 1853. t.2)	
1855	600\$000	Expediente da Directoria, utensis para as Escolas, compêndios, papel etc para alumnos pobres. (Lei nº 40 de 30 set 1854. In: ollecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1854. Barra do Rio Negro: Typ. de M. S. Ramos, 1854. t.3.)	
1856	600\$000	Expediente da Directoria, utensis para as Escolas, compêndios, papel etc para alumnos pobres, e prêmios para os alumnos que mais se distinguirem. (Lei nº 58 de 27 jul 1855. In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas do anno de 1855. Manãos: s. e., 1855. t.4).	
1857	600\$000	Expediente da Directoria, utensis para as Escolas, compêndios, papel & c. para alumnos pobres, e prêmios para os alumnos que mais se distinguirem. (Lei nº 67 de 2 set 1856. In: ollecção da Leis da Provincia do Amazonas de 1856. Cidade de Manãos: Typ. de Francisco José da Silva Ramos, 1856. t.5.).	
1858	Não Localizado		
1859	2:000\$000	Expediente da Directoria, utensis para as Escolas, compêndios, papel & c. para alumnos pobres, e prêmios para os alumnos que mais se distinguirem.(Lei n.95 de 11 nov. 1858. In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1858. Manãos: Typ. de Francisco José da Silva Ramos, 1858. t.7).	
1860	1:000\$000	Expediente da Directoria, utensis para as Escolas, compêndios, papel & c. para alumnos pobres, e prêmios para os alumnos que mais se distinguirem. (Lei nº 100 de 8 jul 1859. In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1859. Manãos: Typ. de Francisco José da Silva Ramos, 1858. t.8).	
1861	1:000\$000	Expediente da Directoria, utensis para as Escolas, compêndios, papel & c. para alumnos pobres, e prêmios para os alumnos que mais se distinguirem. (Lei nº 109 de 7 jun 1861. In Collecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1861. Manãos: Typ. de Francisco José da Silva Ramos, 1861. t.10).	
1862	500\$000	Expediente da Directoria, utensis para as Escolas, compêndios, papel & c. para alumnos pobres, e prêmios para os alumnos que mais se distinguirem. (Lei n. 123 de 21 jun de 1862. In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1862. Manãos: Typ. de Francisco José da Silva Ramos, 1862. t.11).	
1863/1864	500\$000	Expediente da Directoria, utencilios para as Escolas, compêndios, papel & c. para alumnos pobres, e prêmios para os alumnos que mais se distinguirem. (Lei nº 126 de 30 mai. 1863. In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1863. Manãos: typ. de Francisco José da Silva Ramos, 1863.)	
1864/1865	Não localizado		
1865/1866	500\$000	Expediente da Directoria, utensilios para as escollas, compêndios para alumnos pobres, e prêmios para os que mais se distinguirem. (Lei nº 144 de 4 ago 1865. In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1865. Manãos: Typ. da	

<sup>82</sup> Corresponde ao período de execução orçamentária. No entanto, ao longo do período estudado vemos que nem sempre o exercício financeiro ou ano fiscal coincide com o ano civil. Neste caso vemos o exercício financeiro começando em um ano civil e terminando em outro. Em função disto, alguns períodos fiscais estão representados em pares de anos (1870/1871, por exemplo) sem que isso signifique que estamos tratando de um biênio.

		Estrella do Amazonas, 1865. t.13).	
1866/1867	600\$000	Expediente da Directoria, utensis e materiais para as escolas.(Lei nº 166 de 24 out 1866. In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1867. Manãos: Typ. Monarchista de A. da C. Mendes, 1866. t.14).	
1867/1868	600\$000	Expediente da Directoria, Utensis, compêndios e outros artigos para as escolas. (Lei nº 171 de 18 jul. 1867. In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1867. Manãos: s. e., 1867. t.15).	
1868/1869	600\$000	Expediente da Directoria, Utensis, compêndios e outros artigos para as escolas. (Lei nº 176 de 1 jul 1868. In: ollecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1868. Manãos: Typ. do "Amazonas" de Antonio da Cunha Mendes, 1868. t.16).	
1869/1870	3:000\$000	Expediente da Directoria, Utensis, compêndios, prêmios aos alumnos e outros artigos para o lyceu e escolas. (Lei nº 184 de 19 mai 1869. In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas e 1869. Manãos: s. e., 1869. t.17).	Expediente: Aluguel da casa que serve de Lyceu.....300\$000 Compendios para escolas.....2:739\$399 Despesas miúdas.....273\$240 Decoração do Paço d'assembléa para o acto de distribuição dos prêmios.....217\$000 Impressões diversas..... .. 91\$690 Mobília e utencilios.....1:371\$713 Papel, pennas e outros artigos.. 1:017\$480 Total..... 6:010\$443  Fonte: <i>Balanço do exercicio jul 1869 á dez de 1870.</i> In: Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na acta da abertura das sessões ordinarias de 1871, o presidente, b.el José de Miranda da Silva Reis. Manãos, Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1871.
1870/1871	3:000\$000	Expediente da Directoria, Utensis, compêndios e prêmios aos alumnos secundários e primários. (Lei nº 200 de 5 de mai 1870. In: ollecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1870. Manãos: Typ. do "Amazonas" de Antonio da Cunha Mendes, 1870. t.18).	Expediente da directoria , & Compendios 153\$820 Despesas miúdas 114\$300 Globos terrestres 790\$320 Mobília 38\$000 Papel, pennas e & 204\$440  Total 1:300\$880 Fonte: <i>Balanço Semestral – Jul a Dez. 1870.</i> In: Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na acta da abertura das sessões ordinarias de 1871, o presidente, b.el José de Miranda da Silva Reis. Manãos, Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1871.  Expediente: Carretos..... 5\$000 Compendios.....900\$000 Consertos.....1[?]\$000 Despesas miúdas.....274\$040 Globos terrestres.....790\$000 Livros em branco.....102\$000 Mobília..... 38\$000 Papel, pennas &..... 2:280\$125 Publicação de editais..... 199\$000 Utencilios..... 70\$000 Total..... 4:697\$000  Fonte <i>Balanço do exercicio 1870 á 1871.</i> In: Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na acta da abertura das sessões ordinarias de 1871, o presidente, bel José de Miranda da Silva Reis. Manãos, Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1871
1871/1872	5:000\$000	Expediente da Directoria, Utensis, prêmios aos alumnos do ensino primário e secundário que mais se distinguirem, compra de utencilios e livros. (Lei nº 219 de 20 mai 1871. In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas de 1871. Manãos: Typ. do "Amazonas" de Antonio da Cunha Mendes, 1871. t.19).	Expediente da directoria, compendios para as escolas & Compendios .....1:200\$000 Mobília..... 200\$000 Papel, pennas &..... 1:200\$000 Utensis, despesas miúdas, aluguel da casa que serve ao lyceu ....1:800\$000

			Total.....5:000\$000 Fonte: <i>Orçamento da despesa provincial para o futuro exercício de 1871-1872</i> . In: Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na primeira sessão da 11.a legislatura no dia 25 de mar. de 1872 pelo presidente da provincia, o exm.o sr. general dr. José de Miranda da Silva Reis. Manáos, Typ. de Gregorio José de Moraes, 1872.
*1872/1873	6:000\$000	Expediente da Directoria, Utensis, prêmios aos alumnos do ensino primário e secundário que mais se distinguirem, compra de utencílios e livros para a bibliotheca.. (Lei nº244 de 27 mai 1872. In: collecção das Leis da Provincia do Amazonas 1872. Manáos; Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1872. t.20).	Expediente & Despesas miúdas .....208\$000 Livros impressos e etc.....816\$900 Papel, pennas, etc.....32\$840 Publicação de editais.....27\$000 Fonte: <i>Balanço Semestral – Jul a Dez. 1872</i> In: Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na primeira sessão da 11.a legislatura no dia 25 mar. de 1872 pelo presidente da provincia, o exm.o sr. general dr. José de Miranda da Silva Reis. Manáos, Typ. de Gregorio José de Moraes, 1872  Expediente, compra de livros, &:. Despesas miúdas.....663\$000 Impressões e publicações de editais .....600\$000 Livros impressos.....2:052\$600 Papel, pennas e &.....513\$927 Utencílios .....3:190\$826 Total.....6::969\$953 Fonte: <i>Balanço das receitas e despesas da extincta Thesouraria provincial do Amazonas do exercício de 1º de jul. / 1872 á 31 out. / 1873</i> . In: Relatório apresentado ao Exc.Sr. Presidente da Provincia do Amazonas, Dr. Domingos Monteiro, pelo Inspector do Thesouro Público Provincial, Aristides Justos Mavignier, em 28 fev. 1874.
1873/1874	Não localizado		Expediente, &: Carretos .....42\$000 Consertos.....15\$000 Despezas miúdas .....3[?]\$000 Idem Idem da escola de S. Vicente [?] Idem Idem da escola dos Remédio [?] Idem Idem da escola do Espírito Santo [?] Duas taboas para aula de tachigraphia [?] Impressão .....[?] Jornaes a dois serventes .....[?] Livros impressos .....251\$100 Papel, pennas & .....205\$100 Utencílios .....[?] Fonte: <i>Balanço anual 1873/1874</i> . In:
1874/1875	3:000\$000 2:000\$000	Expediente da secretaria, compra de utencílios e prêmios aos alumnos;  Compra de livros e estantes para a bibliotheca Provincial (Lei nº 302 de 13 mai 1874. In: Collecção das Leis da Provincia do Amazonas 1874. Manáos: Typ. do Commercio do Amazonas, 1874. t.22).	Expediente: Assignatura do “Direito”..... 40\$000 Água, limpeza das escolas .....220\$000 Consertos..... 10\$000 Despezas miúdas..... 66\$400 Impressão.....145\$330 Mobília.....104\$000 Total..... 585\$730 Fonte: <i>Balanço da receitas e despesa do Thesouro publico provincial do Amazonas do exercício de jul. á dez. de 1874</i> . In: Relatório com que o exm. sr. dr. Domingos Monteiro Peixoto entregou a administração da provincia ao exm. sr. 1.o vice-presidente, capitão de mar e guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso em 16 mar. 1875. Manáos, Typ. do Amazonas, 1875.
1875/1876	3:360\$000	Expediente da directoria, prêmios aos alumnos, compra de utencílios para escolas &. (Lei nº329 de 25 mai 1875. In:	

\* As células do quadro destacadas com a cor cinza dizem respeito às leis orçamentárias que não relacionam explicitamente a aquisição de livros escolares como um dos itens a receberem créditos.

		Collecção das Leis da Província do Amazonas 1875. Manáos: Typ. do Commercio do Amazonas, 1875. t.23).	
1876/1877	3:000\$000	Expediente da directoria e compra de utensilios para as escolas. (Lei nº 350 de 24 mai 1876. In: Collecção das Leis da Província do Amazonas de 1876. Manáos: Typ. de José Carneiro dos Santos, 1879. t.24).	
1877/1878	3:000\$000	Expediente da directoria e compra de utensilios para as escolas. (Lei nº377 de 31 jul 1877. In: Collecção das Leis da Província do Amazonas em 1877. Manáos: Typ. do Jornal do Amazonas, 1877).	
1878/1879	3:000\$000	Expediente da directoria, prêmios aos alumnos, compra de livros para a Bibliotheca e escolas publicas e mais objetos preciso ás mesmas escolas (Orçamento da Instrução Publica para o exercício 1878-1879. In: Falla com que abrio no dia 25 de agosto de 1878 a 1.a sessão da 14.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas o exm.o sr. Barão de Maracajú, Presidente da Província. Manáos, Typ. do Amazonas, 1878 ).	Fonte:
1879/1880	3:500\$000	Expediente das escolas, água, lindeza e compra de mobília. (Lei nº 442 de 28 mai 1879. In: Collecção das Leis da Província do Amazonas de 1879. Manáos: Typ. do "Amazonas", 1879. t.27).	
1880/1881	4:560\$000 2:500\$000	Expediente das escolas, água, limpeza e compra de mobília  Para compra de livros, papel, incluindo 800 exemplares do compendio de geographia do Dr. Jeronymo Pereira Sodré (Lei nº475 de 21 mai 1880. In: Collecção das Leis da Província do Amazonas de 1880. Manáos: Typ. do Commercio do Amazonas, 1880. t.28).	
1881/1882	3:560\$000	Expediente das escolas, água, limpeza. (Lei nº554 de 15 jun 1881. In: Collecção da Leis de 1881. Manáos: Typ. do Amazonas de J. Carneiro dos Santos, 1881. t.29).	Expediente das escolas, água e limpeza Água e asseio das tres escolas que funcionam na capital, em prédios próprios.....180\$000  Conserto de mesas e feito de bancos para as escolas do bairro de S. Vicente .....101\$000 Livros.....378\$800 Papel, pennas, etc .....112\$810 Total.....610\$610 Fonte: <i>Balanço Semestral jul-dez 1881</i> . In: Relatório com que em 17 de março de 1882 o 2º Vice-Presidente da Província do Amazonas, Dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade, entregou a administração ao Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá
1882/1883	Não localizado		Expediente das escolas, água e limpeza Papel, compendios, prêmios, moveis, etc. ....13: 00\$000 Água e asseio para 69 escolas ...8:380\$000  Fonte: <i>Orçamento da despeza provincial para o futuro exercício de 1882-1883</i> . In: Relatório com que em 17 de março de 1882 o 2º Vice-Presidente da Província do Amazonas, Dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade, entregou a administração ao Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá.
1883/1884	13:000\$000 8:380\$000	Expediente das escolas, água e limpeza: - Papel, compendios, prêmios, moveis, etc. - Água e asseio para 69 escolas (Relatorio com que em 17 de março de 1882 o 2º Vice-Presidente da Província do Amazonas, Dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade, entregou a administração ao Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá)	
1884/1885	Não localizado		
1885/1886	12:000\$000	Mobílias, livros e prêmios ás escolas e para execução do art. 121 do Reg. nº 47 aprovado pela Lei nº 630 (Lei nº 697 de 13 jun 1885. In: Collecção das Leis de 1885. Manáos: s.e., 1885)	
1886/1887	12:000\$000	Mobílias, livros e prêmios, inclusive o premio de 1:000\$000 ao prof. Carlos Pereira Pinho, pela obra de sua composição aprovada pelo Conselho Fiscal da Instrução Publica. (Lei nº 742 de 11 mai 1887. In: Collecção das Leis de 1887. Manáos: Typ. do Jornal do Amazonas de Antonio Fernandes Bugalho, 1887. t.35).	
1888	12:000\$000	Mobílias, livros e prêmios aos alumnos aprovados em	

		exames (Exposição com que o Exm. Sr. Coronel Dr. Francisco Antonio Pimenta Bueno passou a administração da Província do Amazonas ao Exm. SR. 2º Vice-Presidente Tte. Cel. Antonio Lopes Braga em 12 de junho de 1888. Manáos: Typ do Jornal do Amazonas, 1888)	
1889	4:000\$000	Mobílias, livros e prêmios aos alumnos aprovados em exames (Lei nº 810 de 30 jun 1889. In: Collecção das leis de 1889. Manáos: Typ. do Amazonas, 1889).	
1890	Não localizado		
1891	5:000\$000	Livros, mobília para as escolas (Mensagem do Exm. Sr. Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Presidente do Estado, lida perante o Congresso Amazonense, na sessão de 05 de setembro de 1891. Manáos: Typ do Jornal do Commercio, 1891)	
1892	5:000\$000	Livros, mobília para as escolas (Decreto n 26 de 1º julho de 1892).	
1893	Não localizado		
1894	12:000\$000	Gastos com livros (Lei nº 62 de 18 de outubro de 1893 que orça para 1894).	
1895/1896	30:000\$000	Livros, mobília para as escolas e outras despesas (Lei nº 134 de 07 de outubro de 1895. Orça para 1895-1896).	
1896/1897	50:000\$000	Livros, mobília para as escolas e outras despesas. (Lei 163 de 23 de junho de 1896. Orça para 1896-1897).	
1897/1898	40:000\$000	Livros, mobília para as escolas e outras despesas. (Lei 184 de 24 de maio de 1897. Orça para 1897-1898).	
1898	30:000\$000 despesa para o 2º semestre	Livros, mobília para as escolas, carros e embarques para o interior (Mensagem do Exm. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, governador do Estado, lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária da terceira legislatura, em 06 de janeiro de 1898. Manáos, Imprensa da Typ. do Diário Oficial do Estado do Amazonas, 1898)	
1899	Não localizado		
1900	Não localizado		
1901	Não localizado		
1902	Não localizado		
1903	Não localizado		
1904	Não localizado		
1905	50:000\$000	Livros e outros objetos (Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª Legislatura, em 10 de julho de 1905, pelo Exm. Sr. Dr. Governador do Estado Antonio Constantino Nery, acompanhada dos relatórios dos chefes das repartições. Manáos, Imprensa Official, 1905).	
1906	50:000\$000	Livros e mobílias (Lei nº 500 de 22 de outubro de 1905. Orça para 1906).	
1907	Não localizado		
1908	40:000\$000	Livros e mobílias (Lei nº 558 de 26 de outubro de 1907. Orça para 1908).	
1909/1910	15:000\$000	Livros e mobílias para as escolas (Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura, pelo Cel Raymundo Affonso de Carvalho, Presidente do Congresso Legislativo no exercício de Governador do Estado, em 10 jul de 1908. Manáos: Imprensa Official, 1908).	